

QUEM É O

PSICÓLOGO

BRASILEIRO ?

**CONSELHO FEDERAL
DE PSICOLOGIA**



 **EDICON®**

educ
editora da puc-sp


SCIENTIA et LABOR
EDITORIA DA UFPR

**Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Q39

Quem é o psicólogo brasileiro? / Conselho Federal de
Psicologia. -- São Paulo: EDICON, 1988.

1. Psicologia como profissão - Brasil 2. Psicólogos - Brasil
I. Conselho Federal de Psicologia

88-1434

CDD-150.2381

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Psicologia como profissão 150.2381
2. Brasil : Psicólogos : Formação profissional 150.2381
3. Brasil : Psicólogos : Profissão 150.2381



EDICON[®]

Editora e Consultoria Ltda

Rua Itapeva, 85 Fone 289-7477

Cep 01332 São Paulo SP

ISBN - 85.85132-24-8

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

V Plenário do Conselho Federal de Psicologia
(1985/1988)

Membros efetivos

Ana Ramos Costa
Aníbal Sales Bastos
Antonio Virgílio B. Bastos
José Roberto Tozoni Reis
Marcos Jardim Freire
Neli Klix Freitas
Yvonne Alvarenga G. Khouri
Wilson Soares Leite
Zaira Antonieta Belan

Membros suplentes

Eulina da Rocha Lordelo
Francisco de Paula B. M. Trespalácios
José Sollero Neto
Maria Blandina Couto de Melo
Marlene Nasser
Mirna Cicely Couto Giron
Paula Inez Cunha Gomide
Sérgio Antonio da Silva Leite

Participaram também do V Plenário, os seguintes psicólogos:

Jorge Ponciano Ribeiro
Nara Silveira Berlin
Nédio Antonio Seminotti
Rosa Maria Pereira
Vera Lúcia Colucci

Ver com olhos diferentes
e constituir-se no veículo divulgador
da produção de conhecimento
afinado com o projeto educacional da PUC-SP.
De universidade para universidades, da universidade para a
sociedade.

Esta a proposta
e o projeto em desenvolvimento pela EDUC,
a editora da Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo. Ao colaborar com a publicação deste título,
a EDUC quer prestar uma homenagem
à professora Anieli Ginsberg,
ao ensejo da criação de Fundação que tem seu nome
e, por objetivo, conceder bolsas
a estudantes de Psicologia.

Conselho Editorial

Flávio Vespasiano Di Giorgi
Hisako Miyashiro
José Manuel de Arruda Alvim
José J. Queiroz
Leila Bárbara
Maria do Carmo Guedes
(diretora da EDUC)
Paulo Henrique Sandroni
Paulo Freire
Sérgio Vasconcelos de Luna
Anna Maria Marques Cintra
(vice-Reitora acadêmica,
presidente do CONSELHO)

educ
editora da puc-sp

Rua Monte Alegre, 984, São Paulo, - CEP: 05014, 62-0280

Universidade Federal do Paraná

Reitor

Riad Salamuni

Vice-Reitor

Dante Romanó Júnior

Pré-Reitor de Órgãos Suplementares

Antonio José de Araújo

Conselho Editorial:

Presidente: Olavo Araújo Guimarães;

Titulares: Wanda Maria M. R. Paranhos (membro nato), Antonio Pianaro, Cleir de Assis, Ronaldo Viana Soares, João Giacomin, Inês Lacerda Araújo, Sérgio O. Nadalin, Rejane M. Cervi, Liu Kai, Coriolano C. S. da Mota;

Suplentes: Maria da Glória L. S. Colucci, Carlos E. K. G. Navarro, Sebastião Laroca, Lincoln Carneiro, Milton M. Gleich, Antonio C. Boaretti, Paulo Sérgio Growoski, Alceu Souza, Elisa Campos Quadros.



SCIENTIA et LABOR
EDITORA DA UFPR

Editora da UFPR - Membrado na EDUNI-SUL

Travessa Alfredo Bufrem, 140 - Térreo - Fone: 264-2522 - ramal 174 - 80020 - Curitiba - PR.

Diretora

Leilah Santiago Bufrem

Vice-Diretora

Patrícia Monsão Mollo

ISBN 85-85 132-24-8

EXECUÇÃO DA PESQUISA

GRUPO GESTOR

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos (coordenador) - CFP - UFBA
Paula Inez Cunha Gomide CFP-UFPR
Ana Maria Almeida Carvalho - USP
Luiz Pasquali - UNB
Maria Alice D'Amorim - UNB
Marcia Maria Montciro Soares - CFP

GRUPOS EXECUTORES

- CRP 01. Julia Nobre F. Bucher, Jairo Eduardo Borges Andrade, Sinésio Gomide
CRP 02. Paulo Silveira Rosas, Argentina Rosas, Ivonete Batista Xavier
CRP 03. Anamélia Araújo Carvalho, Ana Lúcia Alcantara de Oliveira Ulian, Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Liana Gonçalves Pontes Sodré, Maria Luiza Patrocínio Cavalcanti
CRP 04. Maria da Conceição Casulari Rodrigues
CRP 05. Miriam Langbach, Eliane dos Santos Silveira e Sueli de Moura Pinto
CRP 06. Ivone Gonçalves Kouri e Odair Sass
CRP 07. Janice Fagundes Brutto, Neuza M.F. Guareshi
CRP 08. Eduino Sbardelini Filho, Elizabeth Brunini Sbardelini e Paula Inez Cunha Gomide

Presidentes da Câmara de Formação Profissional

Ione Caldas Silva
Antonio Virgílio Bittencourt Bastos
José Roberto Tozzoni

Este livro foi organizado por:

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos
Paula Inez Cunha Gomide

PREFÁCIO

Fruto de um trabalho coletivo, desde a coleta de dados, feita por alunos e profissionais de Psicologia, até a redação e elaboração final dos textos, cuidados, com carinho, por colegas de renomada competência e seriedade em suas áreas de trabalho, o presente livro é um marco na História da Psicologia brasileira. Marco, sinal de demarcação, de limite, umbral de um novo tempo... Pela primeira vez temos o resultado de uma reflexão nacional, pela primeira vez temos a fala de todos os psicólogos brasileiros, pela primeira vez podemos nos debruçar, milhares de profissionais, professores e estudantes de Psicologia, sobre o mesmo texto e pensar nossa prática, nossa identidade, nosso papel social.

Este livro também é signo, sinal, marca, diagnóstico do que somos hoje. Sinal que é identificação de um sentido, indicação de um caminho. Há que se perguntar, se discutir: será este o caminho que queremos para a profissão? Será esta a direção? Esta a Psicologia de que necessita nossa sociedade?

O *Conselho Federal de Psicologia* está consciente de sua responsabilidade. Responsabilidade que é de todos e de cada um, responsabilidade de gestar e cuidar do que virá deste livro, responsabilidade de transformá-lo no apoio seguro para o pé do fundista, que se faz base para um impulso maior, para uma aceleração em busca de um fazer psicológico profundamente afinado com as necessidades do nosso povo, da nossa cultura, do nosso tempo!

Wilson Soares Leite
Presidente do CFP

O PROGRAMA DE ESTUDOS SOBRE A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO: A HISTÓRIA DE UM PROJETO / PROPOSTA DE AÇÃO

Os Órgãos Representativos de muitas categorias profissionais, incluindo os Conselhos Federais, viveram no início dos anos 80 todo um processo de renovação dos seus quadros, que conduziu a uma revisão de suas políticas e planos de ação. Apoiados em um questionamento da postura burocrática e autoritária que pautavam as relações Conselho-Categoria até então, deu-se início a um processo interno de redefinição das prioridades, transformando os Conselhos em órgãos promotores de mudanças no âmbito das profissões e em canais de expressão das necessidades maiores da sociedade civil. O IV Plenário do CFP (gestão 83-85) expressou esse movimento mais amplo. Partindo de um diagnóstico dos problemas cruciais que cercam o exercício da profissão e da certeza de que os Conselhos podem ter um papel importante na transformação desse quadro é que o CFP assumiu a prioridade de discutir a questão da formação do psicólogo, Tarefa difícil, certamente... Contávamos e contamos ainda hoje, com um sistema universitário em crise e com órgãos responsáveis pela educação incapazes de superá-la. Teria que ser, assim, uma contribuição pequena. Não é este o espaço de atuação dos Conselhos, embora as conseqüências dos seus problemas reflitam diretamente no desempenho profissional daqueles que estão sob sua orientação e fiscalização.

A ação do CFP no tocante à formação profissional vinha sendo, no mínimo, muito tímida. Possuíamos uma resolução que fazia algumas exigências para credenciar o supervisor de estágio; tal dispositivo legal permitiu, em raros casos, intervir em situações gritantemente absurdas de utilização de profissionais desqualificados para supervisionar a formação de novos profissionais (especialmente nas empresas-escolas tão presentes na formação do psicólogo).

Sentíamos ser necessário ampliar o nosso espaço — as instituições de ensino têm jogado o psicólogo no mercado e da sua situação profissional não

recebe qualquer *feedback* que permita reciclar o processo de formação. Os Conselhos, por outro lado, por atribuição legal, lidam com o exercício da profissão, podendo ser o canal para fazer chegar até as instituições de ensino, os desafios e problemas dessa realidade.

Nasceu desse conjunto de reflexões a idéia de uma ampla pesquisa nacional (só dispúnhamos de alguns estudos regionais) caracterizando o exercício da Psicologia entre nós. Num processo coletivo, CFP-CRPs conceberam um programa de ação integrado por projetos de estudos e debates sobre esse tema, em cujo processo esperávamos construir uma ponte entre os Conselhos e as instituições de ensino, as sociedades científicas, no intuito de pensarmos juntos, as inquietações que surgem de uma realidade reconhecidamente complexa. O objetivo final seria a produção de um corpo suficientemente abrangente de conhecimento que pudesse subsidiar as discussões sobre o currículo dos cursos de Psicologia.

É importante dizer que o programa não se encerra neste primeiro projeto de pesquisa, cujos resultados agora apresentamos. Há necessidade de realizarmos um estudo sobre demanda social, que contraporá à realidade descrita neste primeiro trabalho, o perfil ou modelo de profissional que desejamos ou que a realidade do país reclama. Há, ainda, por fazer, um estudo das condições da formação, mais especificamente.

Os caminhos percorridos até aqui não foram tranquilos. De início, o caráter pioneiro desta tarefa para o CFP e o desafio de criar as condições mínimas para o projeto ser executado, num quadro de dificuldades financeiras crescentes (apesar da pequena ajuda que recebemos do CNPq e INEP).

Vencer o descrédito dos Conselhos e recrutar, entre professores universitários, profissionais com capacidade para realizar a pesquisa no âmbito das diversas regiões, engajando-se num projeto com mínimo retorno financeiro, foi um desafio que superamos.

Trabalhamos com alunos de Psicologia na coleta dos dados, na maioria das regiões; esta coleta consistiu na aplicação de um questionário, contendo itens fechados e abertos, a uma amostra de psicólogos inscritos nos Conselhos, selecionada aleatoriamente e estratificada por CRP. As informações foram coletadas entre final de 85 e início de 87. Assim, os dados constantes do livro permitem uma visão da situação nacional e, ao mesmo tempo, as peculiaridades de cada região. Para facilitar a leitura dos resultados constantes dos capítulos, apresentamos um mapa com a discriminação das regiões abrangidas pelos Conselhos Regionais.

Regiões Administrativas dos Conselhos

CRP 01 — DF, GOIÁS, PARÁ, AMAZONAS, ACRE, AMAPÁ
RONDÔNIA E RORAIMA (Os resultados da pesquisa

referem-se aos psicólogos do Distrito Federal e Goiás; o índice de resposta nos demais Estados foi muito reduzido.)

CRP 02 – MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE, PARAÍBA, PERNAMBUCO, ALAGOAS

CRP 03 – BAHIA E SERGIPE

CRP 04 – MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO

CRP 05 – RIO DE JANEIRO

CRP 06 – SÃO PAULO, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL

CRP 07 – RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA

CRP 08 – PARANÁ

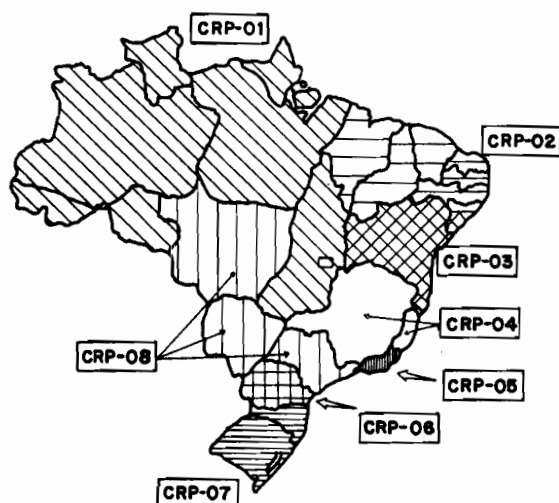


Figura 1. Regiões administrativas dos Conselhos.

Trazemos aqui respostas para algumas interrogações e sabemos, de antemão, que muitas outras não estão respondidas e, talvez, sequer identificadas.

Qual a nossa história? Quantos e quem somos? Qual o nível da remuneração que recebemos pelos nossos serviços? Esta varia significativamente entre as regiões do país? Quais os níveis de desemprego e em que condições trabalhamos? Em que locais trabalhamos? Qual o peso da clínica dentre as áreas em que atuamos? Estamos realizando atividades inovadoras ou nos mantemos dentro de um padrão tradicional de atuação psicológica?

Quais as orientações teórico-metodológicas mais freqüentes? Como avaliamos a nossa formação? Fazemos pesquisa? Qual a nossa produção científica? Como avaliamos a nossa profissão e quão satisfeitos estamos com ela? Que perspectivas se abrem para a nossa profissão, vinte e cinco anos após sua regulamentação?

Para apresentar estes resultados contamos com profissionais que participaram do processo de pesquisa (exceção de dois grupos regionais que se dissolveram após a conclusão dos trabalhos de campo) e com a colaboração de alguns nomes expressivos de psicólogos que vêm lidando com questões importantes e não suficientemente exploradas pelo estudo. Delineamos um projeto unitário para o livro, embora os autores sejam responsáveis pela estruturação e análise dos dados do seu capítulo.

O livro foi concebido em 15 capítulos, divididos em quatro partes. A primeira parte apresenta, em três capítulos, a profissão no país, abordando um pouco da nossa história, do nosso crescimento enquanto categoria profissional e dos motivos que levam à escolha da profissão. A segunda parte discute, em quatro capítulos, a formação e a produção científica da Psicologia; a formação oferecida pela graduação foi avaliada pelo psicólogo que apontou as suas lacunas mais sérias; o problema da formação complementar é discutido em outro capítulo; a produção científica é vista dentro e fora do ambiente acadêmico. A terceira parte apresenta seis capítulos que se debruçam, especificamente, sobre o exercício profissional do psicólogo, indo de uma análise da situação de emprego, desemprego, locais e condições de trabalho, até uma descrição das áreas, atividades e orientações teóricas dos psicólogos. Os dois capítulos finais que integram a quarta parte apresentam uma avaliação da profissão na ótica dos profissionais e uma análise dos caminhos e perspectivas que para ela se abrem.

Esperamos que este trabalho, produto de um esforço coletivo, cumpra o seu papel de instigar profissionais, professores e alunos a repensarem a nossa prática no sentido de construir um modelo de atuação mais sintonizado com as necessidades populares e condizente com os desafios que cercam a Psicologia, enquanto ciência e profissão, neste limiar de um novo século.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA V PLENÁRIO

CAPÍTULO 1

NOTAS PARA UMA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

Isaias Pessotti*

Tomar consciência de si, ainda que de uma forma acrítica ou narcisista, é uma indicação de amadurecimento psicológico em relação a fases anteriores marcadas por um egocentrismo instintivo, voraz, lágico.

A esse novo estágio deve suceder, como etapa próxima ou remota, a capacidade de ter uma consciência crítica de si mesmo. Mas essa introspecção crítica só se atinge quando, em razão do próprio processo de desenvolvimento as relações entre a pessoa e o meio já não permitem uma insaciável e indiscriminada incorporação dos objetos ou um egoísmo tirânico em relação às demais pessoas e aos objetos.

Quando, pois, alguém se dispõe a voltar-se para si mesmo e a analisar-se criticamente, está a demonstrar, independentemente do grau de correção dessa análise, um apreciável grau de amadurecimento.

O plano que fundamenta este livro é claramente um roteiro de análise crítica que os profissionais da psicologia brasileira fazem de sua atuação; é uma prova clara de maturidade da Psicologia no Brasil, que ocorre, oportunamente, aos 25 anos de profissão.

A Psicologia está se mostrando adulta ainda que pela simples disposição de examinar-se. Ao mesmo tempo em que escrevo estas linhas recebo da PUC do Rio de Janeiro convite para um Seminário Nacional de

* Professor da USP - Ribeirão Preto.

"História da Psicologia no Brasil", a atestar que não apenas no plano institucional, mas também no campo acadêmico a Psicologia do Brasil está pronta para analisar-se e, pois, madura, não só para retratar o seu atual estágio mas para pesquisar as raízes de seus aspectos atuais, o curso de sua evolução.

Essa evolução começa no Brasil colonial em que se veiculam idéias de interesse para a Psicologia em diversas áreas do saber mesmo sem a presunção de construir uma psicologia ou explicar psicologicamente algum problema, ou ainda a de utilizar uma terminologia psicológica convencional.

Esses textos coloniais versam explicitamente sobre política, teologia, medicina, pedagogia, moral e outros assuntos, mas tratam de questões como métodos de ensino, controle das emoções, causas da loucura, diferenças de comportamento entre sexos e raças, controle político, formação da juventude, persuasão dos selvagens, condições do conhecimento, percepção, etc. São temas que compõem o pensamento da elite cultural da época colonial a respeito de assuntos que hoje constituíram áreas convencionais da Psicologia como aprendizagem, processos cognitivos, personalidade, percepção, desenvolvimento, psicodinâmica, psicopatologia etc.

Os que se dedicam a escrever sobre esses temas compõem a elite da época, seja quanto à estrutura de poder, seja quanto à distribuição do saber. São poderosos e privilegiados por uma educação que os coloca muito acima do nível cultural da população.

O período começa com os primeiros escritos de missionários da nova terra descoberta e vai até a criação das Faculdades de Medicina no país, na terceira década do século passado.

A esse período chamamos *pré-institucional*, pois o que se publica e se lê por aqui com conteúdo psicológico, antes da criação das Faculdades, são obras desvinculadas de instituições intelectuais destinadas à psicologia. São trabalhos individuais, sem compromisso com a construção ou difusão do saber psicológico, escritos por autores interessados primordialmente em objetivos que são, em grande parte, indiferentes ao progresso do saber psicológico *per se*, ou à ortodoxia de cada obra no contexto de uma psicologia da época. E isso, mesmo quando explícita ou tacitamente tais escritos se ligam à doutrinas consagradas noutras terras, em tempos anteriores.

Em sua quase totalidade, os autores desse período pré-institucional são religiosos ou políticos, homens de projeção e poder, invariavelmente iluminados pela cultura européia, seja por terem migrado para o Brasil, seja por que, quando brasileiros, privilegiados, freqüentaram universidades européias.

Um estudo competente de fontes bibliográficas desse período foi efetuado acuradamente por M. Massimi, em 1984.

Esse estudo mostra quanto a tendência geral da "psicologia" dessa época no Brasil é para a organização da sociedade e do estado brasileiro. Daí a preocupação dos autores com o problema da conquista dos índios, pela catequese, pela educação, aculturação ou pela força, conforme fosse a

categoria social dos autores, sacerdotes, moralistas ou políticos. Igualmente clara é a atenção à necessidade de instrução acadêmica e moral da juventude e da infância.

Destoando desse "engajamento", em verdade tênue em alguns escritos, vários textos da época são óbvias demonstrações de erudição e de competência acadêmica. É que a maioria das obras do período são publicadas na Europa e parte delas se destina originalmente ao público da metrópole ou aos ambientes eclesiásticos ou universitários europeus e não à edificação da sociedade na colônia.

No grupo das obras que revelam interesse na organização social, educacional ou política da nova gente incluem-se: os *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, de Fernão Cardin, importante dignitário da Companhia de Jesus, e cujo manuscrito foi publicado em 1625; as *Notícias Curiosas e necessárias sobre o Brasil*, publicado em 1668, escrito por outro eminente jesuíta, Simão de Vasconcelos; a *Crônica*, de J. F. Bettendorf, publicada em 1661, com informações sobre o tratamento dado à mulher entre os índios; a *Arte de Criar Bem os Filhos na Idade da Puerícia*, um texto completo, lapidário, de pedagogia publicado em 1665 pelo grande jesuíta Alexandre de Gusmão; a *Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever e Contar* (1772), de Manuel de Andrade Figueiredo; a *Botica Preciosa* (1754), de Angelo de Sequeira, advogado, sacerdote jesuíta e dignitário eclesiástico. Ao lado dessas obras de nítida marca pedagógica cabem, como outro escrito com objetivo formativo da sociedade, os *Discursos Políticos-Morais* (1778), de Feliciano Joaquim de Souza Nunes, obra polêmica que a autoridade da Metrópole mandou destruir "por conter idéias anarquistas". Uma obra erudita com propósito pedagógico, também condenada, foi a do mineiro Francisco de Mello Franco, médico eminente, formado em Filosofia e Medicina em Coimbra e condenado em 1777 pelo Santo Ofício como "Hereje, naturalista e dogmático" (Massimi, 1984). Esse texto, publicado em 1790, foi o *Tratado de Educação Física dos Meninos para uso da Nação Portuguesa*, em que se propõe todo um sistema de educação dos sentidos e de treino psicomotor.

Outro texto voltado para a organização da sociedade brasileira chama-se *Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil*, de 1823, escrito por José Bonifácio de Andrada e Silva; é uma obra brilhante de planejamento do controle político dos índios visando sua submissão aos valores e ao poder dos brancos. Um texto digno de Machiavelli. Nessa mesma linha de planejamento político colocam-se as *Cartas Políticas* (1825), de Miguel Calmon du Pin e Almeida que propõe todo um conjunto de reformas da organização social, jurídica e política para o Brasil.

Num segundo grupo de textos, destinados a um público mais erudito, relativamente desinteressados da organização sócio-política do país, estão as obras seguintes, também localizadas e estudadas por Massimi (1984).

Em primeiro lugar, por celebridade e cronologia, merecem constar os famosos *Semões*, de Antonio Vieira, escritos a partir de 1634. Do brilhante

jesuíta, orador, diplomata e político, Massimi (1904) aponta, nos Sermões, considerações sobre o autoconhecimento, a percepção acústica, as ilusões ópticas, as paixões ou emoções e a influência do clima no temperamento humano.

Também notáveis pela crudição são os sermões de um abade beneditino, Mateus da Encarnação Pinna, num total de quarenta e oito, publicados entre 1711 e 1751 com o título de *Viridário Evangélico*. Essa obra teológica envolve importantes reflexões sobre as emoções, o autoconhecimento a psicoterapia e a teoria do amor.

Outra coletânea de discursos eruditos, de 1737, contém o pensamento de João Alvares Soares sobre temas "acadêmicos, políticos e morais, doutrinários". A obra chamou-se *Progimnasma Literário e Thesouro de Erudição Sagrada*.

Uma figura completa de cientista, filósofo e humanista, Mathias Ayres Ramos da Silva de Eça é o autor de um texto de elevadíssima crudição, com sabor pascaliano chamado *Reflexões sobre a vaidade dos homens ou Discursos Morais sobre os Efeitos da Vaidade*, publicado em 1752.

De Francisco de Mello Franco é também a *Medicina Teológica* (1794), uma sarcástica obra aparentemente moralista, que é um autêntico tratado de psicofisiologia das emoções e de medicina psicossomática. Uma visão organicista da vida moral e da função terapêutica da confissão. A obra, proibida, pedia aos Confessores que fossem médicos de seus penitentes ao invés de se portarem como condenadores de réus.

Outro texto de alto nível é *Elementos de Hygiene ou Ditames Teoreticos e Práticos para Conservar a Saúde e Prolongar a Vida* (1813), também obra do temível Francisco de Mello Franco, que aqui mantém seu empirismo organicista num tratado monumental e brilhante sobre teoria psicossomática, psicofisiologia, psicopatologia e psicoterapia.

Nas obras referidas, ao lado das precursões luminosas de alguns autores com relação à psicologia convencional ulterior nota-se a firme influência ideológica dos modelos europeus dominantes: o moralismo cristão de feição civilizatório com seu corolário de uma pedagogia racionalista, e o naturalismo de matriz empirista, coroado pelo organicismo e pela ênfase nas influências do ambiente.

Assim, a "psicologia" brasileira do período pré-institucional, mesmo quando se volta para as questões sociais o faz de uma posição dirigista, iluminada, fácil de entender-se, à vista da indigência cultural da população no período, e da preocupação conquistadora ou catequética da inteligência brasileira de então.

A independência política, proclamada em 1822, propiciou em múltiplos modos o desenvolvimento cultural e científico do país e a criação de instituições destinadas, ao lado das escolas de ensino básico, a promover aquele desenvolvimento.

Com tal fim e também para fazer frente a necessidades práticas foram criadas em 1833 as faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. É nessas instituições e em escolas de formação do magistério que se inicia a formação de um saber psicológico brasileiro em moldes acadêmicos.

Os autores do novo período têm vínculos étnicos, afetivos ou culturais com a população e diferem dos que escreveram no período anterior, em vários aspectos: não estão a serviço da religião, não se preocupam com questões de civilização ou aculturação dos índios, nem pretendem ditar doutrina moral. Eles são profissionais da Medicina preocupados com questões científicas, e se vinculam explicitamente a uma área específica do saber, chamada Psicologia. Ademais, embora diplomados em Medicina são intelectuais com estudos sistemáticos, mesmo que extracurriculares, em Psicologia ou áreas afins.

Por outro lado, o leitor desses autores é também diverso. Eles escrevem já para um público culto, acadêmico, em textos publicados no Brasil, sob a forma de manuais, tratados com propósitos práticos e, principalmente, teses de graduação (doutoramento) em Medicina.

O que mais impressiona em muitas dessas teses é a originalidade dos temas e sua posição vanguardeira da evolução geral de psicologia em seus vários domínios, como mostraram Lourenço Filho (1954) e Pessotti (1975). Mas é também notável a diversidade de campos estritamente psicológicos que eles tratam.

Entre as primeiras teses defendidas no Rio de Janeiro estão *Paixões e Afetos de Alma* (1836), de Manuel Inácio de Figueiredo; *Proposições a Respeito da Inteligência* (1843), de José Augusto Cesar de Menezes; *Funções do Cérebro* (1876), de Guedes Cabral.

O grau de especialização parece maior nas duas últimas décadas do século XIX. Em 1890, José Estelita Tapajós apresenta *Psicologia da Percepção e das Representações*, inaugurando a pesquisa em psicologia cognitiva no Brasil; no mesmo ano, Veríssimo Dias de Castro escreve *Das Emoções* e, já em 1891, Odilon Goulart apresenta seu *Estudo Psicológico da Afasia*. Sobre a memória, a tese pioneira é *A Memória e a Personalidade* (1894), de Alberto Scabra.

Foi Henrique Roxo, orientado por Teixeira Brandão, que escreveu o primeiro estudo genuíno de Psicologia Experimental, em 1900, com o título de *Duração dos Atos Psíquicos Elementares*. Essa tese marca o início de uma série de trabalhos importantíssimos de Roxo, entre os quais estudos sobre a *sensação*, na Clínica Neurológica, a criação de um laboratório de Psicologia Experimental junto à Clínica Psiquiátrica e a orientação dos primeiros estudos, com testes no país, executados por Fernandes Figueira, pediatra, em 1918, no Hospício Nacional, usando as provas de Binet-Simon.

O florescimento da pesquisa, retrata-se na tese de Maurício Campos Medeiros (1907), chamada *Métodos em Psicologia*; na obra de Plínio Olinto, que apresenta em 1911, *Associação de Idéias* e publica, em 1934, o volume

Psicologia e, em 1944, um panorama da experimentação, em *A Psicologia Experimental no Brasil*.

Em plena efervescência do pensamento freudiano, em 1914, Aragão de Souza Pinto defende sua tese: *Da Psicanálise: a Sexualidade das Neuroses*, um assunto que o velho Francisco de Mello Franco já intuía com brilho no período pré-institucional da Psicologia.

A rica produção da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sob a guia de Teixeira Brandão e Henrique Roxo orienta-se para a qualidade acadêmica da pesquisa e para as conexões da Psicologia com a Neurologia e com a Psiquiatria. De um modo geral, não se nota, nessa valiosa produção, maiores ligações com os problemas da sociedade brasileira exceto quando expressos em questões de Neurologia ou Psiquiatria.

O Rio é, nesse período, a meca intelectual do País e a matriz dos grandes empreendimentos científicos nacionais. O florescimento da vida acadêmica, as visitas de grandes mestres da Psicologia européia e os estágios de pesquisadores brasileiros em centros avançados da Europa parece levar os autores a cuidarem mais da qualidade e originalidade acadêmica de seu saber que da sua eventual utilidade social. Não se deve esquecer, porém, que à parte sua obra científica, os grandes chefes de escola na Psicologia brasileira da época são criadores de avançadíssimas instituições de assistência médica e psiquiátrica. Mas curiosamente, em cada grande hospital, de um modo ou de outro, se cria um laboratório de pesquisa psicológica, a atestar a apaixonada preocupação científica de seus criadores.

Entre esses médicos, chefes de escolas, são inesquecíveis os nomes de Teixeira Brandão, Henrique Roxo, Maurício de Medeiros e outros, da Faculdade de Medicina do Rio.

Na Faculdade da Bahia, os grandes nomes de médicos psicólogos foram Raimundo Nina Rodrigues, Juliano Moreira, Afrânio Peixoto, Artur Ramos e outros. Ali, em 1840 e 1900 foram defendidas 43 teses sobre temas de Psicologia, como a de Francisco Tavares da Cunha, *Psicofisiologia acerca do Homem* (1851) e a de Ernesto Carneiro Ribeiro, com o título de *Relação da Medicina com as Ciências Filosóficas: Legitimidade da Psicologia*, apresentada em 1864.

Mas enquanto na Faculdade do Rio os estudos, teses e pesquisas eram voltados primordialmente para a Neuropsiquiatria, a Neurologia e a Psicologia, a produção da Bahia nitidamente pesquisa a aplicação social da Psicologia, através da Criminologia, da Psiquiatria Forense e da Higiene Mental. É ali que, significativamente, surge, em 1897, o texto lapidar de Julio Afrânio Peixoto, *Epilepsia e Crime*.

Nas primeiras décadas deste século, expoentes dos dois grandes centros médicos juntam-se no Hospício Nacional, no Rio: Juliano Moreira, Henrique Roxo, Afrânio Peixoto e Maurício de Medeiros.

Nesse grupo brilhante confluía a orientação "neurológica" e "psicofisiológica" do Rio com a postura "psiquiátrica" e "social" da Bahia. A

ambas vem juntar-se Maurício Medeiros, notável conhecedor de metodologia e de técnicas projetivas, que instalou na Clínica Psiquiátrica do hospício um laboratório de Psicologia Experimental.

O florescimento institucional da Psicologia no Rio completa-se com o laboratório dos irmãos Osório de Almeida, Alvaro, Branca e Miguel, autores de investigações sobre reflexos, que ganharam renome mundial; com o Laboratório de Psicologia do Engenho de Dentro, onde trabalharam W. Radecki e Nilton Campos, entre 1923 e 1937, quando foi incorporado à Universidade do Brasil; com o laboratório da Liga Brasileira de Higiene Mental, criada em 1922, onde pesquisaram Alfred Fessard e Plínio Olinto.

Embora a escola baiana se interessasse mais por temas de conotação social, seja na produção dela, seja na do Rio, não há qualquer reflexo claro dos sucessivos movimentos político-culturais que culminaram com a abolição da escravatura e a proclamação da República.

Procurar nexos entre o desenvolvimento da Psicologia nesse período e as condições sócio-econômicas do país implicaria "politizar" à força um conjunto de obras cuja preocupação maior é acadêmica, científica, ainda quando os temas tratados têm desdobramento prático; e o desdobramento prático não é outro senão o do exercício profissional da medicina em campos não estritamente terapêuticos, como a Medicina Legal ou a Psiquiatria Forense.

Ao que parece, o efeito sócio-econômico das obras e instituições criadas no período é o efeito remoto e incerto que pode ter sobre a sociedade a formação de uma elite crítica, científica, organizada em núcleos de estudo e de discussão profissional.

A contribuição dos médicos não se resume às instituições da Bahia e do Rio, obviamente. Já desde 1918, Franco da Rocha difundia em seus cursos na Faculdade de Medicina de São Paulo as idéias da psicanálise. Desses cursos brotaria, em 1919, seu livro *A Doutrina de Freud*. Franco da Rocha tinha sido desde 1896 o diretor do "Hospício da Várzea do Carmo" e ali imprimira uma decidida orientação científica que propagara através da revista *Estatísticas e Apontamentos*, por ele criada no ano anterior, 1895, para promover a psicologia clínica. Já em 1898 ele inaugura os serviços modelares do Asilo Central do Juqueri, marco importante na história das instituições psiquiátricas. Além de criar um departamento de Psicopatologia na Faculdade de Medicina de São Paulo, Franco da Rocha ainda fundou duas revistas importantíssimas: as *Memórias do Hospital do Juqueri*, desde 1924 e os *Arquivos da Assistência a Psicopatas do Estado de São Paulo*. Ali estão trabalhos pioneiros de Psiquiatria Experimental, como *Contribuição para o Estudo da Catatonía Experimental* (1933), de José Ribeiro do Vale, *A Laborterapia nas Afecções Mentais* (1929), de Oliveira Mattos, e *Contribuição para o Estudo dos Derivados Barbitúricos em Psiquiatria* (1931), de Octávio Bierrenbach de Castro.

No Recife, o grande pioneiro Ulisses Pernambucano, neurologista e psiquiatra criou, em 1925, o Instituto de Seleção e Orientação Profissional de

Pernambuco, depois chamado Instituto de Psicologia, que por mais de 10 anos produziu numerosas pesquisas em Psicologia Aplicada; entre elas as de Nelson Pires que se especializou no psicodiagnóstico de Rorschach, apresentado no Brasil em 1932 graças a dois outros médicos, José Leme Lopes, no Rio e Roberto Veit em São Paulo. Com Ulisses trabalharam também Anita Barreto, em medidas mentais e Sylvio Rabello que, especialista em grafismo infantil, publicou em 1935, *Psicologia do Desenho Infantil* e 1938 uma obra de matiz piagetiano: *A Representação do Tempo na Criança*.

Em São Paulo, desde 1926, foram realizados numerosos estudos de Psicologia Aplicada, no Instituto de Hygiene, graças a Paula Souza, Benjamin Ribeiro e outros. Ali nasceu o Serviço de Inspeção Médico-Escolar que abrigou uma escola para deficientes mentais. Foi junto a esse Serviço que se criou a primeira Clínica de Orientação Infantil, obra de Durval Marcondes.

No período institucional da psicologia brasileira tiveram também papel decisivo os educadores. Desde 1890, a Reforma Benjamin Constant introduzira no currículo das Escolas Normais, noções de Psicologia junto à disciplina Pedagogia. "Psicologia e Lógica" era disciplina ensinada sistematicamente até a primeira década deste século nos colégios e cursos "anexos" para as Faculdades de Direito, já que essas escolas exigiam tais conhecimentos nos exames vestibulares, como ocorreria mais tarde em algumas Faculdades de Medicina. Paralelamente e desde longa data se ensinava psicologia nos seminários.

A instituição pedagógica pioneira na psicologia do país foi o *Pedagogium*, espécie de academia de educadores e museu pedagógico que existia desde 1890 e onde se organizou um laboratório de Psicologia Pedagógica em 1906, por obra de Medeiros e Albuquerque, então Diretor da Instrução Pública.

Albuquerque, um médico que conhecia William James, publicaria, anos depois, *Os Testes* (1924), primeiro livro brasileiro sobre testes, quando Isaias Alves já trabalhava na adaptação brasileira das provas de Binet-Simon. O interesse de Isaias Alves pelo assunto nascera em 1921 de uma conferência de Albuquerque sobre os testes.

Foi graças a Albuquerque que se associaram nos trabalhos do *Pedagogium*, Manuel Bonfim, que deu cursos de Psicologia Experimental da Pedagogia de 1916 a 1930 e Plínio Olinto.

Dessa associação resultaram numerosas pesquisas, algumas publicadas na revista *Educação e Pediatria* e outros trabalhos notáveis como o livro de Bonfim, *Noções de Psicologia*, editado em 1917 e em 1922; outro livro de Bonfim sobre testes, em 1928; o volume *Psicologia* de Plínio Olinto, em 1934; e o estudo de Olinto, *Fadiga Intelectual em Escolares*, citado por Claparède.

No *Pedagogium* surge uma psicologia totalmente descomprometida com a prática psiquiátrica, neurológica ou assistencial: o novo compromisso é com a educação e com problemas específicos da psicologia. Essa orientação é compartilhada nas Escolas Normais de relevo.

Na então Escola Normal de São Paulo, em 1913, o diretor Oscar Thompson convidou, da Itália, um psicólogo experimentalista de renome, Ugo Pizzoli, que em Módena era também diretor da Escola Normal e catedrático da Universidade. Já em 1914, Pizzoli inaugurou na Escola Normal um magnífico laboratório de Pedagogia Experimental e começou um fecundo trabalho de treinamento de pesquisadores, como Clemente Quaglio, Gomes Cardim e Sampaio Doria. O alto nível científico e a operosidade do laboratório de Pizzoli estão registrados num precioso volume, *Psychologia Experimental*, de 1927. Dois anos antes, a cátedra de Psicologia da Escola Normal fora assumida por Manuel Bergstrom Lourenço Filho, sucessor de Sampaio Dória. É um fato decisivo para a psicologia brasileira. Lourenço Filho ganhara grande fama desde 1921, quando publicou os primeiros resultados sobre testes de atenção e maturidade para leitura, que elaborara na Escola Normal de Piracicaba, no interior de São Paulo.

No laboratório de Pizzoli, Lourenço Filho revitalizou as atividades de pesquisa e teve, como colaboradores, Noemi Silveira e J.B. Damasco Penna. Ali, Lourenço Filho realizou e orientou numerosas pesquisas e prosseguiu seus estudos sobre aprendizagem da leitura, iniciando em 1927 as experiências com o teste ABC. No mesmo ano, publica dois trabalhos memoráveis: *Contribuição ao Estudo Experimental do Hábito e Introdução ao Estudo da Escola Nova*, quando chega à Escola Normal um professor estrangeiro para lecionar Psicologia Experimental e Psicometria: Henri Piéron.

Ao lado dessas disciplinas compõem-se praticamente um currículo superior de Psicologia. Os cursos de Sampaio Doria e Roldão Lopes de Barros, já em 1926, discutiam as idéias e obras de William James, Claparède e Dewey; Lourenço Filho ensina a teoria gestáltica e discute James e Warren até 1931, quando passa a adotar idéias comportamentistas e a discutir os experimentos de Pavlov e os princípios de Watson. De seus companheiros na Escola Normal, Anita Cabral seria discípula de Wertheimer e Noemi Silveira, aluna de Thorndike. A influência desses mestres estrangeiros marcaria firmemente a produção psicológica da Universidade de São Paulo nas duas primeiras décadas de sua existência.

Na vertente pedagógica da psicologia brasileira há outras influências importantes como a da Escola Normal do Ceará onde Djacir Menezes publicou, em 1938, o seu *Dicionário de Psicologia Pedagógica*; e da Escola Normal de Belo Horizonte, onde se distinguiu Iago Pimental com seu compêndio *Psicologia Aplicada à Educação*, obra de ampla difusão no nosso ensino normal. Na Escola Normal de Limeira, distinguiu-se João de Souza Ferraz, autor de vários textos de psicologia para o ensino normal.

Entre 1932 e 1935, na Escola Normal do Rio, que Anísio Teixeira transformou em Instituto de Educação, Lourenço Filho montou um Serviço de Medidas Escolares e Isaias Alves organizou um Serviço de Testes Psicológicos. Do primeiro Serviço, depois transformado em Instituto de Pesquisas Educacionais, surgiria, em 1939, o famoso trabalho de Arthur

Ramos, *A Criança Problema*; do Serviço dirigido por Isaias Alves resultaria *Os testes e a Reorganização Escolar*, publicado em 1930.

Esse período institucional da psicologia brasileira se estendeu por um século: da instalação das Faculdades de Medicina até a criação da USP, em 1934 e de outras Universidades logo a seguir. Esses cem anos incluem a consolidação da independência, os movimentos abolicionistas, o processo de industrialização no Brasil, a imigração européia em grande escala, a proclamação e consolidação da República, os movimentos separatistas, a revolução paulista de 1932 e, a julgar pelas obras mencionadas, todos esses acontecimentos parecem não ter exercido qualquer influência clara sobre a orientação do saber psicológico no país, afora a afirmação tácita da liberdade individual de pesquisa nas mais diversas áreas e a intensa preocupação com o ensino público e com a formação de pensadores e pesquisadores no campo da aplicação médica ou pedagógica da Psicologia.

No Congresso de Estudantes de São Paulo, realizado em 1909, o pioneiro Isaias Alves apresentara uma tese chamada *A Criação de Universidades no Brasil*, em que se auspiciava a estruturação acadêmica daqueles esforços e tendências da Psicologia no país.

Mas sua proposta só foi atendida com a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, data que inicia a terceira fase da nossa história: *o período universitário*.

O núcleo de estudos humanísticos de alto nível que era a Escola Normal de São Paulo, depois Instituto de Educação Cactano de Campos, transformou-se, com alguns complementos, na nova Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras. Assim, o laboratório de Psicologia Educacional criado por Lourenço Filho com a colaboração de Noemi Silveira e que contava 17 técnicos em tempo integral foi incorporado à cátedra de Psicologia Educacional, confiada a essa professora em 1936. No bacharelado em Filosofia criou-se outra cátedra de Psicologia, entregue a Jean Maugué, que ali lecionou de 1935 a 1944. Sucedeu-lhe Otto Klineberg, substituído em 1947 por Annita Cabral que, em 1945, criara, com ele, a Sociedade de Psicologia de São Paulo.

A Psicologia, a partir de 1934, é disciplina obrigatória de ensino superior, em 3 anos do curso de Filosofia, no de Ciências Sociais e no de Pedagogia e em todos os cursos de licenciatura e deixa assim a condição de disciplina opcional, acessória da psiquiatria ou da neurologia.

Na USP e noutras Universidades as cátedras de Psicologia, depois departamentos, são agora, no plano administrativo, equivalentes às cátedras médicas, jurídicas ou outras, o que representa uma promissora conquista. Nesse período, a Psicologia passa a ter um desenvolvimento autônomo desvinculado da utilização médica e virtualmente independente da aplicação escolar.

De um modo geral, também fora da USP os grandes nomes do período precedente, passam a compor as cátedras universitárias de Psicologia, com

as equipes e laboratórios que antes dirigiam junto aos Hospícios, às Clínicas Psiquiátricas ou às Escolas Normais.

Assim, em 1937 o Instituto de Psicologia do Ministério da Educação que fora o laboratório do Engenho de Dentro, incorpora-se à Universidade do Brasil, com brilhantes trabalhos de Nilton Campos, Antonio Gomes Pena e Eliezer Schneider.

Na Universidade do Rio Grande do Sul destacou-se Decio de Souza, que fora discípulo de Wertheimer, Köhler, Solomon e Murphy.

Na Universidade Federal e na Universidade Católica de Minas Gerais o corpo docente inicial foi composto, basicamente, de discípulos de Helena Antipoff que sucedera a E. Claparède na direção do laboratório criado na Escola Normal do Estado por obra de Claparède, T. H. Simon e Léon Walter. Com a transferência de Helena Antipoff para o Rio, a cátedra da Faculdade de Filosofia (federalizada) passou a Maria Angélica de Castro, depois substituída por Pedro Parafita de Bessa, que ampliou enormemente o desenvolvimento da Psicologia, criando serviços e cursos até conseguir, com muita luta, a criação do Curso de Psicologia na UFMG, em 1963.

Já em 1954, ano da criação da Associação Brasileira de Psicólogos, o *Arquivo Brasileiro de Psicotécnica* publicara um anteprojeto de lei sobre formação e regulamentação da profissão de psicologista, que previa cursos de bacharelado e licenciatura em Psicologia Educacional, Clínica e do Trabalho.

Neste período da psicologia brasileira, multiplicam-se as instituições, associações de pesquisadores e núcleos de estudo nos diversos Estados do País. O simples registro deles alongaria excessivamente este relato. Ademais, o interesse desse registro caberia em outro tipo de escrito, com maior preocupação documental. Por outro lado, a própria estruturação universitária da psicologia assegurou, de algum modo, um registro relativamente completo de nomes, cursos, laboratórios, revistas e livros, que fizeram a psicologia brasileira do período. Por terem sido as primeiras Universidades, a do Brasil e a de São Paulo servem de paradigma da evolução ocorrida no período.

Alguns aspectos marcantes dessa fase são: a vinda de professores estrangeiros para chefiar e orientar grupos, por longos períodos; a formação de bibliotecas mais ricas; criação de uma carreira em Psicologia, mesmo que em cursos destinados a Filosofia, Ciências Sociais ou Pedagogia; o surgimento da influência da psicologia norte-americana ao lado do influxo de origem francesa ou europeia; a associação de uma psicologia geral e experimental à formação filosófica ou sociológica e a vinculação de uma psicologia educacional à formação em Pedagogia. Dessa polarização derivaria a ênfase em aspectos teóricos e metodológicos da Psicologia, nos cursos de Filosofia e Ciências Sociais e dedicação aos testes, nos de Pedagogia.

Ainda marcam o período: a criação de Sociedades de Psicologia e o surgimento da Psicologia Industrial ou do Trabalho, por obra de Roberto Mange,

E. Mira y Lopez, Betty Katzenstein e Oswaldo de Barros Santos, criadores de diversas instituições e autores de textos importantes, que trabalharam à margem das estruturas universitárias: a USP só veio a ter um curso de Psicologia Industrial, não obrigatório, em 1956.

Então, a formação psicológica que as universidades estatais propiciam, embora especializada, não é profissionalizante: não há disciplinas técnicas de Psicologia nos bacharelados e licenciaturas, embora se exijam dos alunos trabalhos práticos com testes e outros instrumentos de vários tipos.

Os conteúdos dos cursos inclinam-se para a teoria gestáltica, o funcionalismo, a teoria psicanalítica, a psicofísica, as diferenças individuais, teorias da aprendizagem, do desenvolvimento e da personalidade etc.

Os cursos formam sistematicamente conhecedores de teorias, sistemas e algumas técnicas de pesquisa e de diagnóstico, mas não formam aplicadores da psicologia à clínica, à escola ou ao trabalho.

Essa formação só surgirá após a criação dos cursos de bacharelado e licenciatura em Psicologia e da profissão de psicólogo, em 1962, dando início ao *período profissional* desta nossa história.

Na Universidade de São Paulo a criação do Curso de Psicologia deveu-se decisivamente ao esforço de Annita Cabral. Ali, como em outras universidades, o corpo docente foi composto basicamente por pedagogos e filósofos que haviam feito carreira em Psicologia e, dada a exigência de Psicologia Clínica no currículo pleno, também por médicos ligados à Psicologia. Na USP, esses foram Durval Marcondes e Anibal Silveira que se juntaram à equipe dirigida por Arrigo Leonardo Angelini, especializada em Psicologia do Desenvolvimento Educacional e Escolar e à dirigida por Annita Cabral, nas áreas de Psicologia Experimental e Social e sistemas teóricos.

Logo no início do Curso de Psicologia, a USP contratou Fred S. Keller, cujo ensino teve conseqüências profundas na evolução da psicologia em São Paulo, e, mais tarde, em todo o país, através da Análise Experimental do Comportamento e da Modificação do Comportamento.

O desenvolvimento da formação de psicólogos foi praticamente simultâneo à evolução da Análise do Comportamento no país. (Ambos os processos tiveram ainda um companheiro indesejado e persistente: a ditadura militar.)

Não tem muito sentido relacionar aqui as pessoas e instituições que se distinguiram nesse período, nos vários estados do país; e isto por várias razões: falta um registro centralizado das instituições com os nomes, iniciativas e publicações de cada uma (um registro que algum órgão nacional da profissão poderá fazer sem grande investimento); numa referência necessariamente sucinta, muitos pioneiros seriam injustamente omitidos; de certo modo os nomes mais significativos desse período são do conhecimento geral entre os psicólogos das várias regiões ou universidades; a proliferação de instituições dedicadas à formação de psicólogos ou à prática clínica ou escolar impede aqui uma avaliação satisfatória de sua produção científica, ou

assistencial; outros capítulos deste livro retratarão a atual situação da psicologia brasileira; há uma constante incorporação da atividade do psicólogo à novas áreas do saber ou da vida cotidiana.

Entretanto, para entender essa exuberante evolução no país, algumas indicações cabem neste capítulo, ainda que, por razões históricas, se deva mencionar, de novo, a Universidade de São Paulo.

De fato, a USP teve grande influência no desenvolvimento nacional da psicologia por várias razões. Como Universidade mais madura, por ocasião da criação dos cursos de Psicologia, a USP tinha já equipes especializadas nas várias áreas em que se dividiu o currículo pleno e, com isso, o início do ensino foi praticamente imediato, o que tornou o Instituto de Psicologia um centro pioneiro de formação de docentes para outros cursos no estado e no país, ademais da atividade científica diversificada e conduzida por docentes amadurecidos na Psicologia Experimental, e nas áreas aplicadas. O IPUSP, dirigido por Arrigo Angelini e por Dante Moreira Leite, seria das primeiras instituições a oferecer pós-graduação, com Mestrado e Doutorado, aberta a candidatos de todo o país, de modo a atender numerosos graduados de outros estados, que regressariam às instituições de origem aptos a orientar gerações novas de pesquisadores, clínicos e psicólogos escolares.

Talvez a área em que mais se revela essa influência seja a da Análise Experimental do Comportamento, hoje difundida em praticamente todos os grandes centros de formação de psicólogos do país.

O processo de difusão da Análise e de seu complemento clínico-pedagógico, a Modificação do Comportamento, começou nas Faculdades Isoladas de São Paulo em que o corpo docente se compunha de "filósofos-psicólogos" ou "pedagogos-psicólogos" e profissionais de Psicologia recém-formados. Mas o episódio decisivo foi, talvez, a instalação do departamento de Psicologia na Universidade de Brasília, por obra de F. Keller, Carolina M. Bori, Rodolpho Azzi e J. G. Sherman, em 1964. Ali, a Psicologia era ensinada a futuros psicólogos, músicos, biólogos, médicos, arquitetos ou físicos que vinham de numerosos estados do país e a eles levaram uma sólida formação em Análise Experimental, que a UNB hoje mantém, aperfeiçoada.

A dissolução do departamento em 1965, por pressão do governo militar, implicou na difusão da equipe de docentes pesquisadores por várias outras instituições em diferentes Estados, enquanto a USP continuava, com discípulos de primeira hora de Keller, a produção científica e didática com orientação comportamentista.

A criação dos cursos de pós-graduação ampliou ainda mais a ação difusora que a USP exercia, dos princípios e técnicas de análise e modificação do comportamento. A produção escrita de livros, teses, artigos experimentais e clínicos de 1962 até hoje, atesta quanto se difundiam no país os conhecimentos e as técnicas comportamentais de pesquisa e de aplicação clínica, escolar e outras.

Nesses 25 anos outras orientações teórico-metodológicas também marcaram a evolução da psicologia, obviamente, mas a influência neo-behaviorista foi provavelmente a mais ampla e diversificada nesse período.

Hoje se pode notar a pujança de outras tendências como o cognitivismo, as correntes clínicas de matriz psicodinâmica e existencialista, o retorno às preocupações teóricas, a volta às inter-relações com a filosofia, as abordagens psicobiológicas, o renovado interesse pela obra de Piaget ou pela teoria psicanalítica etc.

Afinal, a maturidade devia trazer a tolerância e a convivência entre tendências várias num mesmo campo do saber; mas o período profissional trouxe também problemas.

A convivência salutar da Psicologia com as disciplinas da Filosofia ou das Ciências Sociais foi perdida e, além disso, diferentes disciplinas de psicologia que antes formavam um núcleo único passaram a constituir departamentos independentes e por vezes dissociados ou mesmo antagônicos; o novo *status* universitário implicou inevitavelmente a inserção da psicologia na luta pelo poder no âmbito das universidades, enquanto a formação de uma categoria profissional liberal extra-universitária levou à competição pelo poder nos órgãos de classe e a uma certa fratura entre o trabalho acadêmico *intramuros* e a atuação profissional aplicada, fora da universidade. Enquanto profissionalizante, a formação em psicologia passou a ser muito procurada, o que fez da abertura de tais cursos um atraente investimento comercial com a resultante proliferação excessiva desses cursos em instituições ineptas, cuja criação foi fomentada pela ditadura militar; as exigências de determinadas cargas horárias limitou drasticamente a formação humanística, teórica e metodológica nos cursos de graduação, em favor de uma crescente tecnificação do conteúdo curricular; o desgarramento do profissional autônomo em relação aos núcleos acadêmicos acarretou inevitavelmente o risco de rotinização de suas práticas profissionais, embora reduzido, pelo crescente número de sociedades, e promoções científicas extra-universitárias ligadas a temas específicos da prática clínica, pedagógica ou industrial.

A consolidação da profissão se revela por toda parte, sob vários modos: a aceitação e respeito da opinião pública pela função de psicólogos como distinta da atuação médica, sacerdotal ou pedagógica; a figura do psicólogo já faz parte da cultura nacional (de classe média, pelo menos); a criação e dinamização dos Conselhos Federal e Regionais; a solidez de várias Sociedades de Psicologia de abrangência regional, ou nacional voltadas para questões do saber psicológico ou para o treinamento técnico especializado; a pujança editorial, traduzida por numerosos livros e revistas de alto nível; existe hoje uma literatura brasileira sobre os mais diversos campos da Psicologia.

Mas, sobretudo, os psicólogos formam hoje uma categoria numerosa e crescente de trabalhadores atuando e aprendendo no contato direto com a realidade sócio-econômica nacional. Deste contato parecem estar nascendo

dois processos que se refletirão em pouco tempo nos órgãos de classe, na estrutura curricular e na produção científica: o processo de severa e inexorável crítica da formação acadêmica sob os ângulos técnico, teórico e humanístico e o da lenta e inexorável formação de uma consciência de classe entre os profissionais. A rigor, só agora a nossa psicologia se volta decididamente para as condições sócio-econômicas da população.

São óbvias algumas falhas deste trabalho, devidas à desinformação do autor, à escassez de informações acessíveis, aos vieses de quem, ligado à USP, acompanha apaixonadamente há 35 anos a evolução da Psicologia no Brasil, à limitação do espaço destinado a este relato.

Há omissões patentes sobre a contribuição de tantos estados e instituições, sobre o papel das Universidades Católicas e outras instituições em vários períodos, sobre a evolução em setores específicos, como a Psicologia Social no Rio de Janeiro, a Avaliação Psicológica no IPUSP, em Pernambuco e na Bahia, a Psicologia Industrial em Institutos extra-universitários, a Psicoterapia Analítica, quase sempre estudada em meios extra-acadêmicos etc. O autor, no que lhe cabe, pede desculpas pelas omissões.

Do que se disse até aqui, é fácil vislumbrar a riqueza da psicologia brasileira já desde os tempos coloniais. A Ciência Psicológica no País tem mais de um século e meio, mesmo excluindo-se o período pré-institucional. Sua história ainda não foi escrita. Parece desejável, ao comemorar-se o 25^o aniversário da profissão de psicólogo no país, que alguma instituição de âmbito nacional promova a redação daquela história. Talvez com um roteiro comum para uso de diferentes autores, nas várias regiões, e que poderia respeitar a divisão em períodos proposta neste trabalho.

Afinal, após 25 anos de psicologia profissional, parece conveniente que a tarefa fascinante de escrever aquela história seja atribuída a profissionais da área. A missão dos bacharéis em Filosofia, a meu ver, já foi cumprida.

REFERÊNCIAS

- Lourenço Filho, M.B. A Psicologia no Brasil, *in*, Azevedo, F. *As Ciências no Brasil*, São Paulo: Melhoramentos, 1954.
- Massimi, M. *Histórias das Idéias Psicológicas no Brasil em Obras do Período Colonial*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia da USP, 1984.
- Pessotti, I. Dados para uma História da Psicologia no Brasil. *Psicologia*, vol. 1, ano I, 1-14, 1975.

CAPÍTULO 2

QUANTOS E QUEM SOMOS

Paulo Rosas*
Argentina Rosas
Ivone Batista Xavier

Implementada nos anos vinte, particularmente no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Belo Horizonte, a prática da Psicologia no Brasil dependia, ainda no início de sessenta, de profissionais egressos de cursos de Filosofia, Pedagogia ou Medicina. Em importante parecer "sobre a formação de psicologistas no CNE", reconhecia Lourenço Filho (1957) que o ensino da Psicologia se apresentava "até há pouco" como "elemento acessório ou complementar" na formação de profissionais afins. Na verdade, em 1957, o ensino da Psicologia continuava a ser acessório e complementar de bacharéis em Filosofia e Pedagogia.

Não que a necessidade de uma formação regular até então não se tivesse feito sentir. Ao contrário, áreas sensíveis aos possíveis efeitos da Psicologia aplicada preocupavam-se de há muito com o caráter assistemático que predominava na preparação do psicólogo. Assim, já em 1949, o Governo Federal criava um curso de psicologia no Ministério da Guerra (Decreto nº 171, de 25.10.49). E, pelo menos desde 1951, movimentavam-se os profissionais no mesmo sentido. Naquele ano, o CNE reforçava a tendência, registrando formalmente sua importância, ao examinar uma consulta dirigida

* Professores da Universidade Federal de Pernambuco.

ao MEC pelo Departamento Nacional de Educação, relativa à criação de um "Consultório de Psicopedagogia". Consultórios, gabinetes, serviços, institutos, centros destinados a diversos campos da Psicologia aplicada vinham funcionando em quase todo o Brasil ou vinham sendo instalados nos anos subsequentes. Os meios de controle da qualificação de seus responsáveis eram praticamente inexistentes. Urgia a adoção de políticas que viabilizassem a formação adequada e o controle da prática psicológica, em defesa da população e da própria imagem da profissão.

Numerosos psicólogos tinham clareza dos riscos que a vulgarização da Psicologia poderia acarretar (Rosas, 1957). Por conseguinte, não foi por acaso que durante toda a década de cinquenta seriam dados vários passos, deliberada e insistentemente conducentes à regulamentação da formação acadêmica e da prática profissional da Psicologia. Os *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* (1959) documentaram esse esforço. Congressos, seminários e simpósios, focalizando diretamente a Psicologia, a Orientação Educacional ou conhecimentos afins, foram oportunidades para manter o tema em debate. Além de sua veiculação por intermédio dos meios de comunicação então mais abrangentes, em particular, publicações de cunho psicológico, educacional e científico, os *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* publicariam os documentos já mencionados (1959); a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, que, na década anterior, veicularia artigos de E. Planchard (1947) sobre "novas orientações no ensino universitário da Psicologia" e de Isabel Schmidt (1945) sobre a formação do orientador educacional, nos anos 60, abriria espaço para A. Benko e Valmir Chagas, respectivamente, informarem sobre a criação na PUC de um "curso pioneiro de Psicologia Industrial" (1963) e o currículo mínimo e a duração do curso de Psicologia, preconizados pelo Conselho Federal de Educação; e *Ciência e Cultura*, órgão da *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, publicaria artigo de Anita de Castilho e Marcondes Cabral (1953) sobre "requisitos básicos da formação de psicólogos", além de comentários e noticiários, de responsabilidade da revista, abordando a questão (1958, 1959, 1959-A).

Em 1958 chegava-se a um projeto de lei: o projeto nº 3.825, oriundo do MEC, e que transitou na Câmara dos Deputados, o qual seria objeto de intensas discussões e terminaria por gerar um substitutivo elaborado pela Associação Brasileira de Psicólogos. Contudo, não se alcançava ainda uma fórmula que satisfizesse ao governo e ao mesmo tempo às diversas correntes de pensamento dentro da psicologia. A lei não seria ainda aprovada.

Na ausência de uma legislação nacional disciplinadora da matéria, somavam-se as tentativas de minimizar o despreparo dos iniciantes na profissão, com a oferta de cursos e estágios. No entanto, as iniciativas visando à formação de psicólogos até então ocorridas, sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre (Pessotti, 1975), objetivavam quase sempre o treinamento de "especialistas" em determinadas áreas, já graduados em Filosofia ou Pedagogia. Além disso, os cursos tinham curta duração e não

obedeciam a qualquer norma oficialmente estabelecida, com validade nacional assegurada.

Dentre todas aquelas iniciativas, a mais importante por sua abrangência, duração e formalidade, foi, sem dúvida, a que levou ao *Curso de Psicologia*, instituído em São Paulo (Lei Estadual nº 3.862, de 26.05.57), e que funcionou na USP a partir de 1958 (Pereira, 1971). Mas, a que deve ter alcançado maior influência no país, por quase sempre recrutar alunos em vários Estados, ocorreu no Rio de Janeiro, no ISOP, sob a liderança de Emílio Mira y López. De fato, desde o histórico "curso do DASP", de 1945, e sobretudo após sua vinda definitiva para o Brasil, em 1947, com a finalidade de dirigir o ISOP, Mira y López exerceu por longos anos uma profícua participação no treinamento de psicólogos — e não apenas de psicólogos para o ISOP. O *Curso de Formação de Psicotécnicos*, de 1948, representou um marco. De certo, foi muito além do pioneiro esforço de Roberto Mange, responsável pelo primeiro curso de psicotécnica realizado no Brasil, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, em 1934 (Bologna, 1980, p. 14). Os cursos do ISOP prosseguiram. Mas eram centrados na Psicologia Aplicada ao Trabalho. Continuavam a formar "especialistas".

Na década de 50 tínhamos notícias não muito regulares, uns dos outros, sobretudo os que trabalhavam em Estados localizados fora do eixo Rio-São Paulo. Sabia-se, conforme escreveu Lourenço Filho (1957), que, em 1957, éramos mais de mil pessoas ocupadas em atividades profissionais no âmbito da Psicologia. Era importante nos aglutinarmos, conhecermos melhor o que cada um fazia. A criação de entidades nacionais ou estaduais, como a Associação Brasileira de Psicólogos, a Associação Brasileira de Psicotécnica, a Sociedade Brasileira de Psicologia, a Associação Paulista de Psicologia e a Associação Mineira de Psicologia, teve um papel relevante no processo de aproximação dos profissionais que trabalhavam na área. Mas não poderia ser suficiente para se proceder ao cadastramento de todos os psicólogos atuando profissionalmente no País.

Tal cadastramento só seria possível a partir da Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, cujo artigo 19 concedia o prazo de 180 dias para os interessados requererem ao MEC o registro profissional de psicólogos. Direito que ficou assegurado:

a) aos portadores de diplomas ou certificados de especialistas em Psicologia, Psicologia Educacional, Psicologia Clínica e Psicologia Aplicada ao Trabalho;

b) aos funcionários públicos federais efetivos, até então nomeados para cargos sob as denominações de psicólogo, psicologista ou psicotécnico;

c) às pessoas que tivessem exercido ou viessem exercendo atividades profissionais de Psicologia aplicada, por mais de cinco anos, a contar regressivamente da data de vigência da Lei;

d) aos alunos regularmente matriculados em cursos de especialistas em Psicologia, nas áreas mencionadas, os quais teriam o prazo de 180 dias, a partir da finalização dos referidos cursos, para requererem seus registros.

Nenhuma restrição foi apresentada quanto à natureza, organização ou competência das instituições responsáveis pela concessão daqueles certificados ou diplomas.

Posteriormente, nos termos do Decreto nº 53.464, de 21.01.64, que regulamentou a Lei nº 4.119, seriam beneficiados com idênticos direitos os doutores em Psicologia Educacional, Filosofia ou Pedagogia, que tivessem defendido tese sobre tema específico de psicologia, e os militares que tivessem obtido diplomas em Psicologia, conferidos pelo Ministério da Guerra, consoante o já referido Decreto nº 171, de 25.10.49.

O Decreto-lei nº 706, de 25.07.69, seria um pouco mais generoso: ampliaria aos portadores de certificados ou diplomas de pós-graduação em Psicologia e Psicologia Educacional, matriculados até o ano letivo de 1967, o direito ao registro de psicólogos.

O prazo de 180 dias, a partir de 27 de agosto de 1962, foi obviamente várias vezes reaberto.

O crescimento da profissão

Em 1962, nos primeiros meses de vigência da Lei que regulamentou a formação acadêmica e a prática da psicologia no Brasil, apesar de àquela altura sermos já bastante numerosos, 15 pessoas solicitaram e obtiveram seus registros no MEC. Desde então, até 1974, quando o registro passou a ser efetuado nos Conselhos Regionais de Psicologia, recentemente instalados, o MEC prosseguiu cadastrando os psicólogos, alcançando os quantitativos relacionados na Tabela 1.

Nos anos subseqüentes, após a absorção pelos CRPs dos antigos inscritos no MEC que continuavam ativos como profissionais, a categoria vem crescendo ano a ano, de modo inegavelmente expressivo. Tomando como base o ano de 1978, ano em que se supõe ter-se-ia completado aquela absorção, o ritmo de crescimento quantitativo dos psicólogos registrados nos CRPs pode ser acompanhado pelo exame da Tabela 2.

Note-se, contudo, que o número de psicólogos regularmente habilitados à prática da profissão, isto é, dos inscritos nos Conselhos Regionais de Psicologia, é bem menor do que o dos portadores de diplomas de graduação na área.

Dê-se uma certa distância do ano de publicação da Lei nº 4.119: fixemo-nos em 1982-83. Em 1983 foram inscritos nos CRPs 6.602 novos profissionais. Não obstante, no ano anterior, mais do que o dobro de pessoas, — nada menos do que 13.736, — haviam obtido a graduação em Psicologia em todo o Brasil (MEC/SEEC, 1985). Ainda que esse quantitativo inclua os bacharéis e licenciados e não apenas os psicólogos, é sabido que o número de bacharéis e licenciados representa uma diminuta parcela entre os graduados em Psicologia. O fato não era novo. Já em 1979, enquanto 9.502 pessoas concluíam o curso

Tabela 1

Número de consultantes e de psicólogos registrados no MEC: 1962 - 1974.

Ano	Total de Consultantes	Total de Psicólogos
1962	15	15
1963	08	23
1964	54	77
1965	94	161
1966	144	305
1967	195	500
1968	633	1133
1969	852	1985
1970	1071	3056
1971	1193	4248
1972	1856	5835
1973	2241	8076
1974	3267	11343

Fonte: "Rascunho do SEEC" (pesquisa em andamento), conforme dados coletados pelo CFP.

Tabela 2

Número de psicólogos registrados nos CRPs: 1978-1987.

Ano	Novos Registros	Total de Psicólogos
1978	—	12139
1979	3457	15596
1980	6791	22387
1981	4275	26662
1982	6860	33522
1983	6602	40124
1984	5484	45408
1985	7930	53338
1986	7063	60401

Fonte: CFP (relatórios anuais e setor de informática).

de Psicologia (MEC, *Dados*, 1981), no ano seguinte, 1980, o número de novos inscritos nos Conselhos Regionais não passava de 6.791.

Tudo faz crer que o fenômeno continua a se repetir. Que atividades estariam exercendo os portadores de diplomas de psicólogo que renunciaram à profissão para a qual se prepararam, deixando espontaneamente de se inscreverem no CRP correspondente à Unidade da Federação em que habitam? Por que tantas pessoas gastam cinco anos de suas vidas na realização do curso de Psicologia e desistem de lutar por um lugar no mercado de trabalho?

Os dados seguintes, constantes na Tabela 3, ajudarão a compreender a questão. A Tabela 3 sugere análises que ultrapassam os limites deste artigo. Não iremos além do que nos cabe tratar aqui.

Em 1983, a Psicologia, juntamente com a Educação Artística, ocupava o 14º lugar entre as áreas de formação superior com maior número de cursos em funcionamento regular no Brasil. À frente da Psicologia estavam os cursos destinados à graduação:

a) de enfermeiros e obstetras;

b) de bacharéis em Direito, Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas; e

c) de pedagogos e licenciados, voltados precipuamente para o ensino de 1º e 2º graus em Letras, Ciências, História, Estudos Sociais, Geografia, Educação Física e Matemática.

É verdade que os licenciados referidos podem ter outros direitos, como os de ser intérprete ou tradutor, geógrafo, historiador, ou exercer diferentes atividades de assessoria ou as próprias da educação física, excluído o ensino. Mas o mercado os acolhe antes de tudo como professores de 1º e 2º graus.

Por conseguinte, iniciada formalmente em 1962, a formação de psicólogos no Brasil pode ser realizada 25 anos depois em número de instituições equivalentes — na realidade, um pouco superior — ao da Medicina, e bastante superior à de profissionais relacionados à ciência e à tecnologia. Em 1982, 20 anos após a regulamentação da profissão de psicólogo (Tabela 4), apenas os pedagogos, os bacharéis em Direito e Administração e os licenciados em Ciências obtiveram diplomas profissionais de graduação em maior número do que os psicólogos.

O rápido crescimento da quantidade de cursos de Psicologia não poderia ocorrer sem sério sacrifício da qualidade, posto que o número de psicólogos com formação específica e experiência em pesquisa e ensino era insuficiente para atender à demanda de cursos criados em tão curto intervalo. Impunha-se a improvisação de professores, muitas vezes mal saídos dos bancos escolares.

Não estaria aqui um dos motivos da renúncia à profissão, antes mesmo de iniciá-la, por tantos que se graduaram em Psicologia nos últimos anos? Não representaria essa renúncia o reconhecimento de um despreparo, somado a uma falta de empenho para realizar o esforço de compensar a incompetência? Não representaria igualmente o efeito deletério do poder econômico, que reforça a manutenção do *status quo* e torna a concorrência desigual?

Tabela 3

Áreas de formação profissional com maior número de cursos no Brasil: 1983.

Áreas de formação	Número de Cursos em Funcionamento (1983)					
	Brasil	Administração Particular	Soma	Administração Pública		
				Federal	Estadual	Municipal
Letras	316	199	117	42	36	39
Pedagogia	301	203	98	42	25	31
Administração	240	169	71	30	18	23
Ciências	213	129	84	32	24	28
Ciências Contábeis	178	121	57	26	12	19
Estudos Sociais	173	109	64	21	16	27
Ciências Econômicas	136	81	55	29	12	14
História	134	65	69	33	21	15
Direito	131	86	45	28	7	10
Geografia	97	41	56	31	14	11
Educação Física	89	44	45	24	10	11
Enf. Obstetria	84	32	52	30	13	9
Matemática	83	37	46	26	12	8
Ed. Artística	76	43	33	20	6	7
Psicologia	76	50	26	16	6	4
Medicina	75	32	43	32	8	3
Ciências Sociais	68	41	27	16	8	3
Odontologia	66	26	40	27	10	3
Com. Social	64	38	26	20	3	3
Biologia	64	24	40	22	12	6
Serviço Social	60	36	24	16	7	1
Filosofia	56	32	24	16	6	2
Eng. Civil	55	20	35	23	11	1
Física	44	14	30	21	7	2
Agronomia	42	6	36	23	10	3
Química	41	17	24	17	6	1
Arq. Urbanismo	38	20	18	15	2	1
Eng. Elétrica	38	13	25	20	4	1
Eng. Mecânica	36	12	24	18	5	1
Farmácia	33	4	29	20	7	2

Fonte: MEC/SEFC - *Sinopse Estatística da Educação Superior* (1981/1982/1983). Brasília, 1985.

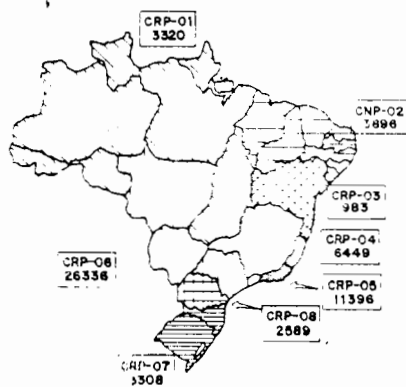
Tabela 4

Cursos superiores com maior número de concluintes no Brasil (1982).

Cursos	Brasil	Escolas Particulares	Públicas Total	Escolas Públicas		
				Federais	Estaduais	Municipais
Pedagogia	31557	24230	7327	2062	3098	2167
Direito	21252	16380	4872	2694	716	1462
Administração	20705	16676	4029	1443	1065	1521
Licem Ciências	15257	11647	3610	961	1460	1189
PSICOLOGIA	13736	11777	1959	809	609	541

Fonte: MEC/SEEC - *Sinopse Estatística da Educação Superior* (1981/1982/1983) Brasília, 1985.

Figura 1. Distribuição de psicólogos inscritos por região



De modo bastante aproximado à distribuição dos cursos, registra-se a distribuição dos psicólogos pelas Unidades da Federação, que pode ser vista na figura 1. Somos 58.277 psicólogos em atividade profissional. Cerca de 75% desse total são vinculados aos CRPs 04, 05 e 06 e trabalham sobretudo em São Paulo (26.336), Rio de Janeiro (11.396) e Minas Gerais (6.449). Juntos, esses Estados abrigam 44.181 dos 58.277 psicólogos trabalhando na profissão em todo o País.

Além disso, há uma forte concentração dos psicólogos nas capitais. Em algumas Unidades da Federação (Acre, Roraima e Amapá) todos os psicólogos trabalham nas capitais. Salvo os casos particulares do Maranhão, onde 37 sobre 52 profissionais trabalham no interior (71%), e de Santa Catarina, onde 51% dos psicólogos também atuam fora de Florianópolis, em todos os demais Estados os psicólogos se concentram nas capitais, sempre acima de 60 pontos percentuais. Na totalidade do Brasil, 69% dos psicólogos têm nas capitais seu ambiente de trabalho.

Somos — ou estamos sendo — profissionais urbanos, metropolitanos. Por quê? Seriam os psicólogos desnecessários no interior? Seriam exclusivos dos habitantes das capitais os problemas que levam pessoas e organizações ao gabinete do psicólogo? Seria o interior uma realidade paradisíaca, livre de conflitos e problemas humanos? Certamente, não. Ainda que seja uma tese defensável a de que os centros urbanos mais populosos, ao lado de suas múltiplas atrações e comodidades, são focos de obstáculos ao desenvolvimento pessoal, por serem fontes de multiplicação dos conflitos, não se segue, como corolário, nem que tal estado represente uma fatalidade, uma vocação inexorável para a neurose, nem que os centros menos populosos concentrem apenas facilidades.

Acontece, no entanto, que o mercado estabelecido nas capitais e as condições de vida que tornam as capitais sedutoras são fortes fatores de fixação do psicólogo nos centros urbanos mais desenvolvidos. Sentem-se desestimulados a buscarem outros mercados, a se arriscarem, inclusive, a tal-

vez reduzirem suas possibilidades de crescimento profissional, a se desafiarem a si mesmos, a se adaptarem a uma realidade cultural diferente, "mais limitada".

Esta não é uma situação inalterável. A interiorização da prática psicológica deverá ocorrer, seja com a finalidade de atender a uma faixa considerável de pessoas e entidades que necessitam do apoio psicológico, seja com o objetivo de ampliar e renovar o mercado. Guardadas as devidas proporções, este problema repete em muitos locais e realidade de 50-60: a existência de número reduzido de psicólogos limitava a demanda do serviço psicológico a campos e atividades muito restritos — à orientação vocacional, à seleção de pessoal, à psicometria, ao psicodiagnóstico, a uma psicologia clínica, em muitos pontos restritiva. A criação dos cursos de Psicologia e a regulamentação da profissão de psicólogo foram acontecimentos decisivos para a ampliação do mercado nas capitais e a extensão de sua área e campos de intervenção.

Vinte e cinco anos passados, é tempo de considerar com seriedade a interiorização da Psicologia, o que significa também a criação de novas estratégias de formação e a abertura de um novo e fascinante campo de pesquisas. E significa, igualmente, a necessidade de rever o conjunto das disciplinas eletivas que formam os currículos dos cursos de graduação em Psicologia.

Há outros importantes aspectos a examinar para compreender quem somos, qual a nossa identidade profissional.

Em primeiro lugar, no Brasil, a psicologia é uma "profissão feminina", isto é, em todo o País (Tabela 6), o número de mulheres é sempre superior a 80% e, na maioria das vezes, a 85% —, em comparação com a quantidade de homens que fazem da Psicologia sua profissão.

Fenômeno não é universal. Como analisa Salvatore Rosa (1985), em muitos países — e em países mais desenvolvidos —, o que se dá é exatamente o inverso. Entretanto, não é uma experiência exclusivamente brasileira. Na Argentina, no período compreendido entre 1961 e 1970, 86% dos filiados à Associação de Psicólogos de Buenos Aires eram do sexo feminino (Litvinoff e Gomel, 1975, p. 28).

A situação, considerada como situação-problema, sugere algumas reflexões. Se a Psicologia, enquanto ciência, está voltada para o estudo do comportamento de homens e animais, o papel do psicólogo, enquanto profissional, objetiva facilitar o desenvolvimento da pessoa e a realização plena de suas potencialidades, levando em conta a realidade, em cada caso presente. Assim, por se afastar do modelo tecnológico, pelo caráter humanístico que predomina em sua prática, o exercício da Psicologia tem muito a ver com o papel expressivo, que é atribuído à mulher, em oposição ao papel instrumental — por sua vez relacionado às ciências "não sociais" e à tecnologia —, reservado ao homem pelo *establishment*.

A rigor, é uma distinção arbitrária, que encontra raízes na suposta diferença de sexos pela emotividade (feminina) e racionalidade (masculina).

Tabela 5

Distribuição dos psicólogos em atividades nas capitais, por unidade da federação (abril de 1987).

UF	Psicólogos em Atividade		
	Na UF	Nas Capitais	% de Psicólogos nas Capitais
DF	1835	1578	86
AM	46	44	96
PA	243	219	90
AC	17	17	100
RO	109	61	56
GO	771	636	82
RR	18	18	100
AM	10	10	100
CRP-01	3084	2584	84
PE	2056	1636	80
MA	52	15	29
PI	50	33	66
CE	251	234	93
RN	183	171	93
PB	623	522	84
AL	590	503	97
CRP-02	3773	3134	83
BA	889	790	89
SE	54	52	96
CRP-03	953	842	88
MG	5612	3856	68
ES	212	145	68
CRP-04	5877	4001	68
RJ	10905	9093	83
CRP-05	10905	9093	83
SP	23469	14232	61
MS	425	318	75
MT	142	98	69
CRP-06	24187	14648	61
RS	2721	1687	62
SC	445	217	49
CRP-07	3189	1904	60
PR	2401	1560	64
CRP-08	2401	1560	64
BRASIL	54458	37766	69

Fonte: CFP, 1987.

Tabela 6

Distribuição dos psicólogos por sexo, por CRP (%).

CRPs	Sexo	
	Masculino	Feminino
01	13,7	86,3
02	11,9	88,1
03	9,6	90,4
04	18,1	81,9
05	16,1	83,9
06	14,3	85,7
07	10,0	90,0
08	13,9	86

Fonte: CFP - pesquisa sobre a formação e a atuação do psicólogo.

Velha discussão, "convenientemente" reaberta sempre que é preciso reafirmar a hegemonia masculina. De resto, como documentam os historiadores da Psicologia, já no início do século, James McKeen Cattell, instado a opinar sobre a dita superioridade intelectual do homem sobre a mulher, respondera com as perguntas clássicas: *qual homem? qual mulher?*

Tudo se reduz a uma questão cultural, que à ideologia do *establishment* interessa realimentar. A mulher deve ser "como sua mãe". Se for necessário trabalhar, que seja professora primária, enfermeira, empregada doméstica, babá, cabeleireira, manequim, talvez pediatra, psicóloga. Do contrário, se insistir em se dedicar à engenharia, à ciência, à tecnologia, terá de pagar o preço correspondente a sua ousadia: "Ma pauvre fille, si tu te comportes ainsi, tu ne trouveras jamais de mari..." (Rocheblave-Spenlé, 1962, p. 225).

Efetivamente, a cultura reforça a especificidade de certas profissões "próprias para homem" — e que, via de regra, concentram mais poder, desfrutam *status* mais elevado e "fazem jus" a melhores salários — das profissões "próprias para mulher", as quais ordinariamente implicam papéis subalternos, reduzido prestígio e salários "compatíveis" com seu nível.

Na família estabelecida, o homem "deve ter" uma carreira profissional condutora. Seu prestígio e salário transferem à família sua posição social. Seu fracasso reflete igualmente sobre a posição da família na sociedade. A profissão da mulher "deve ser" complementar: pouco ou nada acrescentará à posição ostentada pela família e por seu chefe. Por conseguinte, a mulher "deve" deixar ao homem o campo profissional que lhe pertence, em lugar de concorrer com ele "deslealmente". À mulher cabe exercer *profissões sociais* (Clavel, 1963), como as de assistente social, orientador vocacional e psicotécnico; *profissões paramédicas* (Guitton, 1963), como as de enfermeira, obstetra, especialista em puericultura e fisioterapia; ou o *magistério pri-*

mário (Allan, 1964), neste caso exercendo um papel substituto, simbólico do papel de mãe.

Em última análise, deve a mulher exercer uma profissão menos qualificada do que a reservada para o homem. Reproduz-se a antiga e algo marota "valorização" do magistério e, por extensão, das profissões sociais, como sacerdócio ou missão, valendo por si mesmas, inibindo reivindicações, "justificando" renúncia ao poder, ao prestígio e à remuneração condigna. O trabalho deixa de ser um meio de desenvolvimento pessoal, de contribuição da pessoa à sociedade, que por isso mesmo lhe deve uma retribuição justa, para ser um ato gratuito, para se esgotar, enquanto oportuniza ao profissional "dedicar-se aos outros", "atender aos outros", "servir ao próximo" (Lewin, 1977; Salém, 1980).

Isto não acontece por acaso. Repete-se a decisão como se fora por gravidade, fiel à ideologia que a sufoca e a realimenta. As aspirações dos pais quanto à educação dos filhos exprimem consistentemente "o condicionamento do modelo dominante" (Weber, 1976).

As mulheres continuam a "escolher" (Rosemberg, 1983) o curso de Psicologia ou um outro qualquer dos categorizados como "femininos" porque isto lhes foi reservado pela sociedade como seus caminhos "naturais". Ou, em outros termos, o que é dito pelas palavras oportunas de Rosemberg (1983): a "escolha" é assegurada pela "eficiência do processo de socialização no reforçamento de modelos de papéis sexuais dicotomizados, no serviço que essa formação dicotomizada vem prestando à manutenção de uma estrutura de empregos segregacionistas, e nos benefícios imediatos que traz a uma população de mulheres necessitando ainda conciliar sua dupla perspectiva de vida".

É verdade que mudanças ocorridas na sociedade e que ainda estão em processo refletem, e deverão se intensificar nas próximas décadas, em maior liberdade de escolha profissional das mulheres. Ainda assim, é pouco provável que o quadro social-familiar se altere significativamente em curto prazo. O mercado deverá continuar a sofrer pressões para prosseguir reforçando a "postura reprodutiva da ideologia de modelos de papéis sexuais bipolarizados" (Rosemberg, 1983), abrindo mão, em casos excepcionais, que não abalam a relação de poder estabelecida. E os homens que escolherem a profissão (psicólogos, professores secundários, trabalhadores sociais) "deverão" acomodar-se a uma realidade de cartas marcadas.

"Profissão feminina", a Psicologia é uma "profissão jovem". Tomando como referência pesquisa promovida pelo CFP sobre a formação e a atuação do psicólogo, no Brasil, constata-se que 73 a 90% dos profissionais da área (Tabela 7) distribuem-se entre 22 e 39 anos. Nas áreas de atuação dos CRPs 03 e 08 ninguém com mais de 60 anos foi entrevistado. E a representação de psicólogos acima de 50 anos é pouco expressiva.

Se tal fato pode indicar certa falta de experiência acumulada, com certeza é indicador de menor resistência à mudança, de abertura ao novo, de não

Tabela 7

Distribuição dos psicólogos por idade, por CRP (%).

CRPs	Idade				
	22-29	30-39	40-49	50-59	60 e mais
01	30,1	48,0	19,2	1,3	1,4
02	30,1	42,9	18,2	7,9	0,9
03	24,4	55,6	17,0	3,0	
04	31,6	46,4	17,6	3,2	1,2
05	39,0	46,5	11,3	2,6	0,6
06	35,6	51,8	9,9	2,0	0,7
07	37,9	36,5	16,1	7,1	2,4
08	47,6	42,5	5,7	4,2	

Fonte: CFP - pesquisa sobre a formação e a atuação do psicólogo.

Tabela 8

Distribuição dos psicólogos por estado civil, por CRP (%).

CRPs	Estado Civil					
	Solteiro	Casado	Divorciado	Separado	Casado s/ vínculo legal	Viúvo
01	19,4	54,2	-	11,1	12,5	2,8
02	32,9	58,2	4,0	0,9	2,7	1,3
03	22,4	52,2	4,5	6,7	13,4	0,7
04	36,9	53,0	2,0	4,4	1,6	2,0
05	37,3	47,7	2,6	6,4	4,8	0,8
06	36,7	52,7	3,1	3,1	3,5	** 0,8
07	30,8	55,5	3,8	5,7	3,8	0,5
08	32,1	56,5	3,6	2,6	3,6	1,6

* Outras respostas - 0,4%

** Outras respostas - 0,4%

Fonte: CFP - pesquisa sobre a formação e a atuação do psicólogo.

Tabela 9

Nível de instrução dos pais, por CRP (%).

CRP	Nível de Instrução						
	Analfabeto	1º Grau Incompl.	1º Grau Completo	2º Grau Incompl.	2º Grau Completo	Superior Incompl.	Superior Completo
01	1,4	29,2	9,7	11,1	12,5	1,4	34,7
02	1,8	21,4	19,2	3,6	21,4	1,3	31,3
03	0,8	24,1	21,1	7,5	14,3	3,0	29,3
04	1,2	41,0	14,5	7,2	18,1	0,4	17,7
05	0,2	18,7	17,1	3,3	23,6	2,4	34,8
06	1,8	26,4	21,6	5,1	20,2	3,3	21,6
07	1,4	19,9	20,9	4,7	19,9	3,8	29,4
08	2,1	26,7	18,3	4,2	23,0	3,1	22,5

Fonte: CFP - pesquisa sobre a formação e a atuação do psicólogo.

Tabela 10

Nível de instrução das mães, por CRP (%).

CRP	Nível de Instrução						
	Analfabeto	1º Grau Incompl.	1º Grau Completo	2º Grau Incompl.	2º Grau Completo	Superior Incompl.	Superior Completo
01	2,7	28,8	16,4	11,0	24,7	4,1	12,5
02	0,9	22,6	26,1	4,0	36,3	0,9	9,3
03	0,8	27,3	17,4	6,8	30,3	3,8	13,6
04	1,2	36,1	20,5	9,6	25,7	0,8	6,0
05	0,6	20,4	27,5	3,7	29,3	2,4	16,1
06	2,3	28,6	26,4	7,4	24,1	1,1	9,9
07	1,4	24,8	25,2	8,6	24,8	1,4	13,8
08	3,1	30,9	18,8	5,8	26,2	2,6	12,6

Fonte: CFP - pesquisa sobre a formação e a atuação do psicólogo.

-conformismo com o estabelecido. Apesar de possíveis equívocos relativos à adesão ao novo pelo novo, e não ao novo enquanto fator de progresso, o saldo nos parece positivo. Uma profissão jovem, uma profissão formada por jovens, apesar dos percalços de uma implementação (Rosa, 1985), é uma profissão livre de laços de uma tradição inibidora. Uma profissão jovem, conduzida por profissionais jovens, tem a obrigação de não se deixar esclerosar, de renovar-se, de compreender e de lutar pela superação de suas insuficiências.

Para ter claro quem somos, qual a nossa identidade profissional, é preciso ainda considerarmos algumas características nossas, apreendidas pela pesquisa antes mencionada.

Em sete sobre as oito regiões (Tabela 8) de circunscrição do CFP, mais de 50% dos psicólogos entrevistados são casados. Apesar de originados de famílias com instrução pelo menos equivalente ao 1º grau menor (Tabelas 9 e 10), em todas as regiões registram-se casos — sempre poucos numerosos — de psicólogos filhos de pais analfabetos. O fato de certas regiões, como as situadas no Nordeste, serem reconhecidamente mais pobres e apresentarem mais elevados percentuais de analfabetismo, não apareceu na composição da amostra, a qual foi formada por sorteio aleatório. Este é um resultado coerente. Não são os filhos de analfabetos que têm acesso à Universidade — ou somente uma reduzida quantidade entre eles chega a fazê-lo, sobretudo quando se sabe que o psicólogo é formado pela escola particular e paga. A questão já foi tratada anteriormente, neste capítulo, com dados de 1982-1983.

Aqui estão as linhas de força de nosso auto-retrato. Outros capítulos deste livro colocarão em relevo, em tons e formas particulares que o completarão e, que revelarão, com mais clareza, nossa identidade profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Allan, G. *Instituteurs et Professeurs*. Paris: Press Universitaires de France, 1964.

Arquivos Brasileiros de Psicotécnica. *Câmara dos Deputados e CNE: A Formação de Psicologistas no Brasil*. Arq. Bras. de Psic., 11 (3-4): 87-112. Rio de Janeiro, 1959. Documentos republicados em 1987, como folheto, pelo ISOP, ABP e ABPA.

Benko, A. "Criado na PUC um curso pioneiro de Psicologia Industrial". In: *Rev. Bras. Est. Pedag.*, 39 (90) 174-176. Rio de Janeiro, abr.-jun. 1963. Bologna, J. *Roberto Mange e sua obra*. São Paulo: UNIGRAF, 1980.

Castilho, A. e Cabral M. Requisitos Básicos da Formação de Psicologistas. In: *Ciência e Cultura*, V (1) 43-44. SBPC, São Paulo, 1953.

- Chagas, V. Currículo Mínimo e Duração do Curso de Psicologia. Parecer no 403 do CFE. In: *Rev. Bras. Est. Pedag.*, 39 (90) 150-153. Rio de Janeiro, abr.-jun., 1963.
- Clavel, S. *Professions Féminines Sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1963.
- Guitton, Th. *Professions Féminines Para-Médicales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1963.
- Litvinoff, N. e Gomel, S.K. de *El psicólogo y su profesión*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1975.
- Lewin, H. *Diversificação da Demanda ao Ensino Superior: o Comportamento Feminino diante da Carreira Universitária*. Rio de Janeiro: Fundação CESGRANRIO, 1977.
- Lourenço Filho, M.B. Parecer sobre a formação de Psicologistas. Parecer nº 412, da Comissão de Ensino Superior, Conselho Nacional de Educação, 1957. In: *Arq. Bras. de Psicotéc.*, 11 (3-4) 94-104, Rio de Janeiro, 1959.
- MEC/SEEC *Dados*, V. 1. Brasília: MEC, 1981.
- MEC/SEEC *Sinopse Estatística da Educação Superior: 1981/1982/1983*. Brasília: MEC, 1985.
- Pereira, Sylvia Leser M. *Psicologia — Estudos e Perspectivas de Trabalho*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1971.
- Pessotti, I. Dados para uma História da Psicologia no Brasil. In: *Psicologia*, 1 (1) 1-14. São Paulo, maio, 1975.
- Planchard, E. Novas Orientações no Ensino Universitário da Psicologia. In: *Rev. Bras. Est. Pedag.* 11 (31) 461-466. Rio de Janeiro, nov.-dez., 1947.
- Rocheblave-Spenlé, A.-M. *La notion de rôle en Psychologie Sociale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1962.
- Rosa, Salvatore Análise Crítica dos Rumos Profissionais e das Perspectivas da Psicologia no Brasil. Mimeo., Rio de Janeiro, 1985. Resumo in: *Anais do IV Encontro Nacional de Psicólogos e Profissionais de Ciências Sociais*, 51-52. Rio de Janeiro, FGV, 1985.
- Rosas, P. Da Excelência e dos Riscos da Orientação Educacional. In: *Rev. de Educ. e Cult.*, Recife, SENEC, dez. de 1957.
- Rosemberg, F. Psicologia, Profissão Feminina. In: *Cad. de Pesq.* (47) 32-37. São Paulo, nov., 1983.

- Salém, T. *O Velho e o Novo: um Estudo de Papéis e Conflitos Familiares*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- SBPC Formação do Psicólogo: comentário ao projeto de Lei nº 3.825 (1958) e substitutivo da Associação Brasileira de Psicólogos. In: *Ciência e Cultura*, 11 (2) 83-84. São Paulo, 1959.
- SBPC Novo Método de Ensino da Psicologia Clínica: Experiência na USP. In: *Ciência e Cultura*, 11 (4) 240-241. São Paulo, 1959-A.
- Schmidt, I. A Formação do Orientador Educacional. In: *Rev. Bras. de Est. Pedag.* 5 (13) 72-79. Rio de Janeiro, jul., 1945.
- Weber, Silke *Aspirações à Educação: o Condicionamento do Modelo Dominante*. Petrópolis: Vozes, 1976.

CAPÍTULO 3

A ESCOLHA DA PROFISSÃO: ALGUNS VALORES IMPLÍCITOS NOS MOTIVOS APONTADOS PELOS PSICÓLOGOS

Anamélia Araújo Carvalho*
Ana Lúcia A. de Oliveira Ulian
Antonio Virgílio Bittencourt Bastos
Liana Gonçalves P. Sodré
Maria Luiza Patrocínio Cavalcante

I - Introdução

Este capítulo se apóia em relatos feitos por psicólogos das diversas regiões do país, acerca dos motivos que os levaram a escolher a profissão, como um ponto de partida para refletir sobre a microcultura e os valores que cercam o ser psicólogo e o seu exercício profissional.

A escolha de uma profissão é fruto de uma complexa conjugação de fatores individuais e sociais. Como afirma SCHEIN (1982), os adultos escolhem as atividades profissionais coerentes com seu modo de ser e de se ver. Além disso, a escolha profissional é direcionada para o tipo de vida que o indivíduo pretende levar, pois cada profissão tem sua cultura própria, ou seja, é composta de um conjunto de procedimentos e regras de conduta voltados para o seu objeto. De acordo com HOLLAND (apud OLIVEIRA, 1987), existem seis orientações ocupacionais possíveis que podem ser

* Professores do Departamento de Psicologia da UFBA.

consideradas "estilos de vida" por possuírem maneiras específicas de "lidar com os problemas diários, incluindo valores, interesses, papéis procurados e evitados, habilidades interpessoais etc." (p. 32).

Tais orientações podem ser vistas como polos antagônicos de três grandes eixos, a saber:

a) o *corporal*, que tem num extremo a orientação *psicomotora* (altamente móvel) e no outro a orientação adaptativa (altamente imóvel); enquanto esta se caracteriza por envolver atividades verbais e numéricas bem estruturadas e são procuradas por pessoas com tendências à conformidade, aquela envolve atividades que exigem força, problemas concretos e, conseqüentemente, pessoas mais voltadas para a ação do que para a reflexão;

b) o *racional*, que contrapõe a orientação *intelectual* (altamente racional) à *estética* (altamente intuitiva); na primeira existe uma preocupação com a solução de problemas e um prazer oriundo da atividade que envolve introspecção; na segunda, há pouca exigência de habilidades interpessoais e físicas e o predomínio de pessoas que sentem necessidade de expressão emocional através da arte;

c) o *social*, onde se contrapõem as orientações *prestadia* (orientada para o outro) e a *persuasiva* (orientada para si mesmo). Enquanto nesta última estão inseridos os trabalhos que demandam habilidade verbal que "permitam à pessoa dominar, convencer ou liderar pessoas" (p. 32), na orientação *prestadia* encontramos aqueles trabalhos exercidos por pessoas que cultivam valores humanísticos ou religiosos, que têm preocupação social e cujas habilidades interpessoais são instrumentos para a solução dos problemas que defrontam.

Não é simples atribuir-se uma dessas orientações a qualquer profissão; na realidade, mesmo em se tratando de ocupação ou especialização, pode-se encontrar uma orientação predominante e outras secundárias. É o que bem salienta OLIVEIRA (1987), em um dos poucos estudos sobre a questão, quando analisa as diversas subáreas dentro da área de recursos humanos. Há casos em que é mais fácil identificar a orientação predominante, a exemplo de Serviço Social (*prestadia*) ou Economia (*intelectual*). No entanto, quanto maior a amplitude ocupacional (maior número de especializações), mais difícil é enquadrar uma profissão numa das seis orientações.

Interessante é assinalar que, neste mesmo trabalho, as atividades do psicólogo são sempre vinculadas à orientação *prestadia*, o que é bastante evidente no psicólogo clínico ou psicoterapeuta; mesmo dentro da área organizacional, a orientação predominante é *prestadia*; como complementares aparecem, segundo o mesmo autor, a *intelectual* (para os que atuam em

treinamento e desenvolvimento) e a adaptativa (para os que estão em recrutamento e seleção).

Em levantamento feito por GOLDBERG (1970), sobre as atribuições do psicólogo, a autora conclui que a tônica da profissão é a assistência ou a prestação de serviço, no que concorda com SCHEIN (1982) para quem a Psicologia tem como uma de suas características básicas o caráter assistencialista. ALVES JÚNIOR e EDUARDO (1983) ao elaborarem um manual para informação profissional, incluem a Psicologia como uma profissão buscada por aqueles em que predomina o interesse assistencial, permitindo, assim, a realização do valor "ajudar o próximo", no que se aproxima da Medicina, Enfermagem, Serviço Social etc.

Outra constatação importante surge do estudo realizado por LEME e outros (1987) ao analisarem a representação social do psicólogo. A Psicologia, conhecida basicamente como Psicologia Clínica, é aproximada da Psiquiatria e de outras categorias sociais como guias espirituais e confidentes.

Alguns estudos que levantaram motivos que levam alunos a escolherem a profissão, ajudam-nos a esclarecer melhor aspectos do exercício profissional relacionados às orientações que vimos discutindo até aqui. CUNHA (1979) encontrou que os motivos incluídos na categoria "interesse humano" eram os mais frequentes entre os alunos do curso de Psicologia da UFBA; tal categoria incluía a curiosidade em relação à pessoa humana, a ajuda a si e aos outros, preocupações filosóficas, entre outros motivos apontados. TAKAHASHI e outros (1987), analisando respostas de 165 recém-ingressos nos cursos de Psicologia de três instituições paulistas, encontrou como motivos mais frequentes a possibilidade de conhecer as pessoas e de ajudá-las. Com peso um pouco menor aparecem motivos correlatos como: gostar de lidar com pessoas; a Psicologia ser da área de humanas e trabalhar com o lado humano; o fascínio pelo estudo do interior do homem ou os segredos da mente. CARVALHO e KAVANO (1982), explorando os motivos para escolha da área de atuação dentro da Psicologia, encontraram que tais motivos variam conforme a área; a clínica, por exemplo, área que atrai maior número de psicólogos, diferencia-se das demais pelo predomínio de respostas incluídas na categoria "natureza da atividade" que envolve: tipo de relação humana (ajudar às pessoas, relação direta e íntima), interesse por ser humano etc. Na área social e na área escolar é significativo o contingente de respostas referentes à "importância do trabalho" em que se destaca o alcance social, a preocupação em fazer um trabalho não elitizado. Apenas na área organizacional predominam as condições de trabalho tais como remuneração e mercado.

Os motivos apontados com freqüência nos levantamentos disponíveis cobrem a gama de fatores tidos como influenciando no processo de escolha vocacional: políticos, econômicos, sociais, educacionais, familiares e psicológicos (SOARES, 1987). Não só a profissão, mas as características pessoais são também relevantes neste processo de escolha. Neste sentido, a

Associação Americana de Psicologia aponta as seguintes características para os psicólogos:

"Interesse profundo pela psicologia, especialmente pelos aspectos clínicos; capacidade intelectual e crítica; originalidade, engenho e maleabilidade; curiosidade; interesse pelos indivíduos como pessoas e não como material de manipulação; compreensão das características da própria personalidade; sensibilidade perante a complexidade das motivações; tolerância, ausência de arrogância; capacidade de estabelecer relações eficazes com os outros, aceitação de responsabilidade; tato e espírito de colaboração; integridade; autocontrole e estabilidade; sentido discriminativo dos valores éticos; amplitude de bases culturais" (In JACQUES, 1979).

É evidente que estes requisitos valorizam mais as características que se originam de treino, da experiência ou de técnicas específicas, ficando explícita a necessidade de uma sólida formação a nível de valores. A aquisição destes valores é uma das aprendizagens que ocorrem durante a vida de uma pessoa. Conquanto existam valores comuns a toda uma comunidade, uma época ou cultura, outros variam entre as pessoas ou há níveis diferenciados de adesão a um mesmo valor (ALVES JUNIOR e EDUARDO, 1983).

JONES e GERARD (apud REICH, 1976) conceituando *valor* como uma "relação entre os sentimentos emocionais de uma pessoa e determinadas categorias cognitivas", afirmam que eles "animam a pessoa, fazem-na movimentar-se em seu meio, porque definem as suas seções atraentes e repelentes" (p. 23). ROKEACH (apud REICH, 1976) define um *valor* "como uma crença duradoura em que um modo específico de conduta ou estado definitivo de existência é pessoal ou socialmente preferível a um modo inverso ou oposto de conduta ou estado definitivo de existência" (p. 24). Os valores funcionariam, assim, como padrões a orientarem o comportamento dos indivíduos e como motivadores para os comportamentos que permitem realizá-los.

Se cada ocupação ou profissão tem uma cultura própria (aí incluindo-se os padrões de conduta aceites e os valores incentivados), "parece claro, portanto, que um dado trabalho, por razões culturais, atrairá mais a algumas pessoas do que a outras, dependendo das características pessoais delas. Algumas pessoas se darão muito bem com certos trabalhos e os executarão com entusiasmo, com dedicação e sem grande esforço. O mesmo trabalho, porém, poderá parecer, a outras pessoas sem as mesmas inclinações, extremamente desgastante" (OLIVEIRA, 1987, p.30).

Parece legítimo, assim, que procuremos explorar, tomando-se como dado os motivos verbalizados pelos psicólogos como determinantes da sua escolha profissional, o conjunto de valores que cercam o exercício da Psicologia, integrando uma possível cultura ocupacional e fazendo com que as pessoas se identifiquem e busquem esta profissão. Por outro lado, a identificação destes valores é um passo no sentido de discutir a imagem social da profissão.

Não há, neste trabalho, uma análise do processo de escolha vocacional dos psicólogos, o que demandaria um levantamento exaustivo das variáveis em jogo. Cabe esclarecer ainda, que estamos lidando com dados fornecidos por profissionais com algum tempo de formado, o que significa que as informações se referem a um momento de sua vida passada. Conseqüentemente, os dados podem ter sofrido influência do próprio processo de formação acadêmica e do exercício da profissão, o que os tornam mais adequados ainda à análise que se pretende fazer. A coleta dessas informações foi feita através de um item aberto de um questionário, tendo o psicólogo tido liberdade de expressar os motivos que desejasse com suas próprias palavras e sem qualquer categorização prévia.

Se os resultados que apresentaremos a seguir permitirem uma reflexão acerca da imagem que é difundida e sobre o que a profissão está oferecendo de forma a reproduzir esta imagem, nosso objetivo será atingido.

II - Motivos (verbalizados...) da escolha - uma visão geral

Da análise do conteúdo de cada resposta foram elaboradas categorias de motivos que foram agrupadas em 3 blocos principais.

Um primeiro bloco se constituiu dos casos em que a pessoa buscava em si própria os determinantes da escolha da profissão - "Motivos voltados para si"; num segundo, estão aqueles que tomam como referencial o outro, ao expressar que querem conhecer, lidar ou ajudar o ser humano - "Motivos voltados para o outro"; um terceiro bloco reúne aquelas respostas que se referem à decisão da escolha como sendo devido a um interesse pela profissão - "Motivos voltados para a profissão".

Além destas categorias cujas respostas expressam claramente uma escolha determinada por características da ciência e/ou prática psicológica, existem outras em que tais aspectos não tiveram um peso significativo na sua opção. Estas formam um quarto bloco que denominamos de "Motivos extrínsecos à profissão".

Os motivos apontados pelos 2.417 psicólogos da amostra perfizeram um total de 4.379 e sua distribuição nos blocos acima mencionados, pode ser visto na Figura 1.

Quanto à orientação dos motivos, estes resultados gerais mostram que a maior freqüência de citações (40,5%) ocorreu em relação a "Motivos voltados para o outro", vindo a seguir "Motivos voltados para a profissão", com 31,4% e finalmente "Motivos voltados para si" (21,9%). Pode ser, já aqui, vislumbrada uma concepção da Psicologia como profissão voltada para atender às pessoas, para atender ao próximo. Estes dados são congruentes com o que tem sido encontrado na literatura (HOLLAND, 1987; GOLDBERG, 1970, entre outros), que coloca a Psicologia com orientação assistencialista ou pres-

Figura 1. Distribuição dos motivos apontados para escolha da profissão por blocos, conforme a orientação predominante.

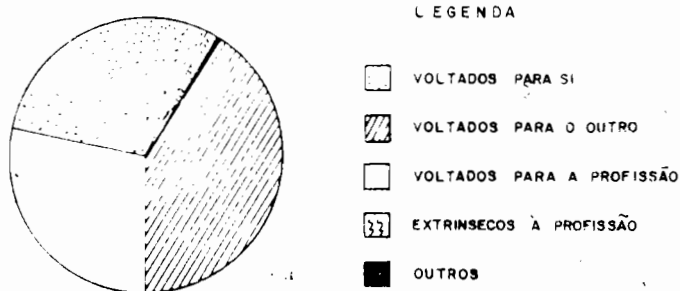
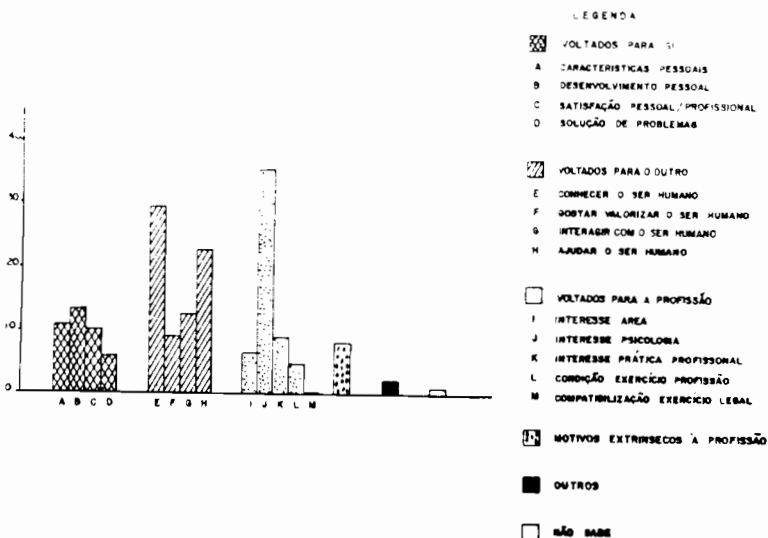


Figura 2. Percentuais das categorias de motivos que integram cada bloco.



tadia dentre as Ciências Humanas, que, de certa forma, se ocupam das relações interpessoais.

De alguma forma, seja explícita ou implicitamente, os motivos dão suporte para a afirmação de que as pessoas que buscam a Psicologia, na sua grande maioria, têm, pelo menos nas verbalizações, a preocupação com o ser humano, com os outros indivíduos, como também foi identificado por CUNHA (1979) em uma amostra mais restrita.

Para que possamos aprofundar a compreensão da tendência evidente neste primeiro resultado, é importante analisar o peso das diversas categorias de motivos que integram os grandes blocos. No Quadro 1, anexo no final do capítulo, encontram-se as categorias de motivos de amostras que integram cada bloco, com sua respectiva definição. A frequência com que tais motivos foram citados encontra-se na figura 2.

Ao analisar cada categoria isoladamente destaca-se o "Interesse pela Psicologia" como sendo o motivo com percentual de citação mais elevado (35,4%), ou seja, para este contingente de psicólogos o interesse pela Psicologia, pelo curso, pela natureza da matéria, pelos fenômenos que ela estuda, foi um fator determinante na escolha dessa profissão. Assim, esta categoria "Interesse pela Psicologia" contribuiu significativamente para aumentar o percentual médio do bloco "Motivos voltados para a profissão", tornando-o o segundo bloco de maior frequência.

Duas outras categorias, "Conhecer o ser humano", com 29,4% e "Ajudar o ser humano", com 22,6% também se destacaram das categorias do bloco em que se inserem - "Motivos voltados para o outro".

Estas três categorias de motivos, citadas com maior frequência indicam o quanto o interesse genérico pela Psicologia e o desejo de conhecer e ajudar o outro contribuem para a definição da escolha; as demais categorias apresentaram percentuais de citação bem mais baixos, em torno de 14% ou menores.

O bloco de "Motivos voltados para si" mostra uma maior uniformidade no peso dos motivos que o integram, onde estão aqueles que apontaram características pessoais (10,6%), aqueles que buscavam o desenvolvimento pessoal (13,2%), satisfação pessoal (10,0%) e solução de problemas pessoais (5,8%).

Outro dado interessante é aquele referente à categoria "Condições do exercício profissional", como rendimentos, status, prestígio da profissão, que atingiram um percentual de apenas 4,7%. A natureza da área (8,8%) e a natureza do objeto de estudo da Psicologia (35,4%) atraem mais do que as condições de trabalho. É possível supor-se que as pessoas se mobilizam mais pelo prazer de ser psicólogo, pelas possibilidades de autoconhecimento, de conhecimento, ajuda e contato com o outro do que pelas condições em que o trabalho em Psicologia é exercido.

Finalmente, cabe mencionar o fato de que 8,2% dos motivos apontados não se enquadram em qualquer das três orientações. São pessoas que chegaram à Psicologia em função de circunstâncias alheias à profissão. Para uns

não era a primeira opção de curso, mas como não conseguiram passar no que lhes interessava, fizeram Psicologia; para outras foi por conveniência, por não ter outra opção, para obter um diploma. Trata-se de uma série de motivos que, em primeira instância, não indicavam aspectos da Psicologia ou da profissão como os determinantes iniciais. Podia até ser uma alternativa, como no caso de segunda opção, mas existia antes algo prioritário, que realizaria mais plenamente o indivíduo. O maior percentual de pessoas que se tornaram psicólogos por motivos extrínsecos à profissão, se concentra no CRP 02, onde 15,2% dos psicólogos se enquadram nessa categoria. A seguir vem o CRP 05, que apresenta um percentual de 11,9%. Nas demais regiões esses percentuais caem, tornando-se bem reduzidas especialmente no CRP 03 e no CRP 07, em torno de 3,0%.

Os resultados aqui expostos são, no geral, muito congruentes com outros levantamentos de motivos, como os de CUNHA (1979), TAKAHACHI (1987), CARVALHO e KAVANO (1982), como vimos anteriormente.

III - Alguns valores subjacentes aos motivos apontados

Dos dados apresentados até aqui pode-se extrair conjuntos de valores, que norteiam a escolha da profissão e que cercam o exercício profissional de Psicologia.

Dos "Motivos voltados para si" emerge a busca de mudança; daqueles "Motivos voltados para o outro" evidencia-se a orientação de ajuda e, finalmente, dos "Motivos voltados para a profissão" fica patente a atração e fascínio que o psíquico exerce sobre as pessoas.

Essas três orientações serão objeto de uma análise mais minuciosa nos tópicos que se seguem.

A - A mística da dedicação ao próximo

A disposição do psicólogo de se relacionar com o outro, de fazer do exercício da profissão uma oportunidade de relacionamento, de conhecimento e ajuda a outros indivíduos parece ser o valor dominante que emerge dos dados. Esta dominância se evidencia não só no elevado índice de motivos incluídos na categoria "voltados para o outro", como na imagem do "ser psicólogo" que se extrai das características pessoais apontadas como determinantes da escolha.

Na Tabela 1 encontram-se os percentuais de psicólogos que apontaram motivos que compõe o bloco "voltados para o outro".

Os dados apresentados nesta tabela mostram que dentre as categorias deste bloco de motivos é o "Conhecer o ser humano" que apresenta o maior

Tabela 1

Distribuição percentual das categorias de motivos que integram o bloco "voltados para o outro", por região.

Subcategorias	CRP							Total
	01	02	03	04	05	06	07	
Conhecer o ser humano	20.3	25.9	29.5	25.8	22.9	33.2	41.0	29.4
Gostar do ser humano	6.7	9.8	14.9	7.9	5.7	9.9	10.2	9.0
Interagir com o ser humano	12.2	18.7	11.4	12.1	14.1	9.3	18.0	12.5
Ajudar o ser humano	20.3	26.8	20.5	28.7	17.6	23.3	28.3	22.6

percentual (29,4%), chegando a 41,0% no CRP 07, sendo bem mais reduzida entre os psicólogos do CRP 01 com 20,3% e do CRP 05 com 22,9%.

Em segundo lugar aparece explicitamente a noção de ajuda ao outro. Este motivo teve um percentual médio de 22,6%, embora fosse citado por mais de 28% dos psicólogos do CRP 04 e do CRP 07. A menor frequência de citação dessa categoria ocorreu no CRP 05 (17,6%).

Com percentual médio de 12,5%, bem mais baixo do que o das categorias que acabamos de citar, aparece em terceiro lugar o "Interagir com o ser humano". Os percentuais mais elevados atingiram 18% e ocorreram no CRP 02 e no CRP 07.

Finalmente, com percentual médio de 9,0%, tem-se a categoria "Gostar do ser humano", caracterizada pelo estado subjetivo de aproximação ao outro que apresentou a maior incidência no CRP 03 (14,4%). As frequências mais baixas ocorreram no CRP 05 (5,7%) e no CRP 01 (6,7%).

Em relação a "Conhecer o ser humano", alguns dados complementares melhor definem o seu conteúdo. Um primeiro é que nesse "Conhecer o ser humano", 35,7% deixaram explícita essa preocupação com o indivíduo isolado, enquanto que apenas 3,8% mostraram um certo interesse pela coletividade, pela dimensão social das pessoas. Um outro dado é que em 10,8% das citações se destacava o querer conhecer os distúrbios, os problemas e conflitos dos indivíduos.

Não há uma preocupação com o grupo, com a coletividade, mas com o indivíduo isoladamente e, até certo ponto, com o sofrimento de cada um. Essa tônica individualista, um tanto voltada para o patológico, seria uma resultante do modelo clínico que permeia o curso e se torna hegemônico na prática profissional.

A mesma tendência também é constatada nas respostas de ajudar e interagir com o ser humano, com algumas pequenas variações. A ênfase no patológico se reduz um pouco (8,3%) na categoria "Interagir com o ser humano", mas aumenta razoavelmente (19,0%) em relação ao "Ajudar". A visão individualista do ser humano predomina em ambas as categorias, porém o percentual de citações alusivas à inserção social deste "ser humano" se eleva para 8,9% quando se trata de "Interagir" e para 12,6%, quando se refere ao "Ajudar".

O ideal de psicólogo embutido nos atributos apontados como condições que levaram à escolher a profissão é bastante congruente com o que apresentamos até aqui e reforçou, sem dúvida, a dedicação ao próximo como valor dominante nas escolhas da Psicologia. Embora 26% dos psicólogos tenham se expressado de forma genérica, citando como característica "ter vocação", "habilidade" ou "tendência" para o exercício profissional, a grande maioria (74%) foi clara na sua especificação de atributos, cujos resultados se vê na Tabela 2,

Considerando apenas as respostas que indicam características específicas, os resultados mostram que dois conjuntos se destacam: a aptidão para relacionamento e a aptidão para solução de problemas. Eles aparecem com percentuais próximos (38,5% e 36,6%, respectivamente).

Nestes dois conjuntos o que marca como característica o ser psicólogo é a facilidade de se relacionar (25,4%), o ser bom ouvinte (13,1%), a tendência para resolver problemas pessoais (14,3%) e para aconselhar (8,7%).

Como um outro conjunto de requisitos, algumas habilidades cognitivas foram apontadas por 23,8% dos psicólogos. Dentre elas se destacaram: o ser reflexivo, a facilidade de análise, a capacidade de observação.

Tais informações reforçam o peso que a "orientação para o outro" exerce na escolha da Psicologia. Mesmo os psicólogos que foram buscar em si características que possibilitariam o exercício profissional, encontram-nas nas habilidades interpessoais, na disposição para ouvir e ajudar na solução de problemas.

Ficam explícitos, aqui, o caráter "assistencial" e a "orientação prestadia" atribuídos à Psicologia. A preocupação com o indivíduo vivendo uma situação problemática é um móvel importante para o comportamento de buscar ajudá-lo.

De certo modo podemos até entender que em quaisquer espaços que a Psicologia esteja, como especialista no comportamento humano, nos processos grupais, nos processos de interação humana, essa orientação de ajuda ao próximo estará presente. No entanto, o predomínio desta orientação ou o peso deste valor nos coloca interrogações. Seria ele tão acentuado caso não existisse o desequilíbrio que hoje há, na distribuição de psicólogos pelas diferentes áreas de aplicação da Psicologia? Ou seja, não estamos diante da praticamente existente identificação entre Psicologia e Psicologia Clínica

Tabela 2

Frequências de atração de características pessoais tidas como requisitos para o exercício da psicologia.

Características Pessoais	n	%
<i>Habilidades Cognitivas</i>	60	23,8
. Facilidade para análise	13	5,2
. Capacidade de observação	11	4,4
. Capacidade de percepção	8	3,2
. Ser reflexivo	15	5,9
. Ser curioso ou questionador	5	2,0
. Ter intuição ou ser criativo	8	3,2
<i>Aptidão para relacionamento</i>	97	38,5
. Facilidade de relacionamento	64	25,4
. Ser bom ouvinte	33	13,1
<i>Aptidão para ajudar na solução de problemas</i>	92	36,6
. Tendência para resolver problemas	36	14,3
. Tendência para confidente ou conselheiro	22	8,7
. Ser altruista	4	1,6
. Ser compreensivo ou solidário	13	5,2
. Ter empatia	8	3,2
. Ter sensibilidade	9	3,6
<i>Outros</i>	3	1,2
. Ser responsável	1	0,4
. Senso de justiça	1	0,4
. Facilidade no domínio de técnicas psicológicas	1	0,4
Total Geral	242	100,0

para o grande público? O modelo hegemônico da clínica, produto da demanda dos que ingressam nos cursos e largamente reforçado dentro destes, tem gerado uma imagem social do psicólogo que não o dissocia de um indivíduo atrás de um divã ou encerrado nas paredes de um consultório. Quem imagina o psicólogo "ajudando o próximo", ao colaborar com professores em programação e técnicas de ensino, ao discutir com grupos comunitários práticas de educação ou ao trabalhar com planos de cargos e salários dentro de uma organização? Tais facetas, largamente desconhecidas, chegam a fazer com que os próprios psicólogos, "percam" sua identidade profissional, ao atuarem em área que fogem ao padrão dominante e mais amplamente conhecido. Forjou-se, assim, um modelo de atuação profissional que atrai jovens que com ele se identificam. O modelo (estereótipo?) certamente está longe de revelar todo o potencial de inserção do psicólogo na situação de trabalho.

A ênfase nos aspectos individuais e patológicos, parece-nos uma outra distorção do modelo da Psicologia existente entre nós. O predomínio da clínica vem associado, normalmente, no processo de formação do psicólogo, com uma visão puramente psicológica dos fenômenos comportamentais. A Psicologia é desvinculada das demais ciências, o indivíduo é estudado como que pairando acima de seu contexto social.

Todas estas considerações nos levaram a considerar esta preocupação com a "ajuda ao próximo" "uma mística", pelo sentimento arraigado de devotamento a esta idéia, que emerge das respostas oferecidas.

Até que ponto esta "mística" é algo aparente e não esconde outros motivos, não temos condições de desvendar aqui. Não desprezível, entretanto, é o número de profissionais que explicitaram a busca de objetivos pessoais (dado mais difícil de se obter...), como veremos no segmento seguinte o que, de alguma forma, relativiza a hegemonia do valor de "ajuda ao próximo".

B - A busca de mudanças pessoais

Conforme já foi mencionado anteriormente, um aspecto constatado, a partir da análise do bloco de categorias "Motivos voltados para si" é o fato de que algumas pessoas, ao escolherem a Psicologia, o fazem vendo na profissão um meio de atingirem metas importantes para elas tais como o "desenvolvimento pessoal", a "realização pessoal" ou a "solução de problemas pessoais".

O percentual de indivíduos que deram respostas com conteúdo dessa natureza pode ser visto na Tabela 3 apresentada a seguir, que especifica, além do percentual médio nacional, os resultados encontrados em cada região.

A busca do "desenvolvimento pessoal" ou do "autoconhecimento" foi a categoria que apresentou maior frequência de citação (13,2%). Considerando a distribuição por regional, os percentuais mais elevados estão no CRP 04, que atingiu quase 20%, e no CRP 01, que ficou próximo a 19%. Nas demais

Tabela 3

Distribuição percentual das categorias "desenvolvimento pessoal", "realização pessoal" e "solução de problemas pessoais", por região.

Categoria	CRP								Total
	01	02	03	04	05	06	07	08	
Desenvolvimento Pessoal	18,9	14,3	12,9	19,6	13,9	11,8	11,7	8,1	13,2
Realização Pessoal	1,3	8,9	12,1	17,1	4,1	11,1	12,2	16,7	10,0
Solução de Problemas Pessoais	-	7,1	9,1	9,6	6,6	5,4	2,9	2,7	5,8

regiões os percentuais giraram em torno da média nacional, com exceção do Paraná (CRP 08) onde essa busca de desenvolvimento pessoal foi citada com menor frequência pelos psicólogos.

A outra categoria, "Satisfação pessoal", ocorreu com mais frequência no CRP 04 (17,1%) e no CRP 08 (16,7%) tendo atingido o menor percentual no CRP 05, com 4,1% de citações.

Com a frequência mais reduzida aparece a categoria "Solução de problemas pessoais", que tem uma média nacional de 5,8% e ocorreu com maior intensidade no CRP 04 (9,6%) e no CRP 03 (9,1%). Cabe destacar que esse motivo não foi citado pelos psicólogos no CRP 01 e teve percentual muito baixo tanto no CRP 07 (2,9%) quanto no CRP 08 (2,7%).

Um dado a ser acrescentado é o fato do CRP 04 apresentar os mais altos percentuais em todas as categorias desse bloco, destacando-se das outras regiões que apresentaram oscilação de frequência entre os motivos citados.

Esses resultados mostram que existe um contingente razoável de pessoas que, ao escolherem essa profissão, vislumbram uma perspectiva de mudança de sua forma de ser e viver. Essa busca pode ser vista como um indicador de que as pessoas, por serem "problemáticas", "divergentes", se orientam para a profissão como uma alternativa para compreensão dos seus conflitos. Não é raro ouvir-se, do público em geral, que os que procuram a profissão de psicólogo são pessoas problemáticas, desajustadas, provenientes de contextos familiares difíceis, e que vêem no curso possibilidade de compreensão e solução dos seus problemas. Por outro lado, aponta-se, também, o poder que o curso tem de tornar os indivíduos mais "desajustados", mais desapegados a regras e convenções, dificultando seu convívio social. A imagem do psicólogo como um "louco" aparece no estudo sobre a representação social da Psicologia e do Psicólogo, realizado entre alunos que ingressam no curso por LEME e outros (1987). Embora estejamos distantes de tratar tal questão a outro nível que não o da percepção e imagem, não é desprezível o contingente de profissionais que afirmaram explicitamente

terem buscado a profissão pela possibilidade de autoconhecimento ("a necessidade de entendimento e aceitação de alguns fatores do meu eu") e solução de problemas ("como quase todo psicólogo, talvez resolver minhas próprias inquietações" ou "busquei a Psicologia com a intenção de compreender os meus conflitos pessoais da adolescência").

Em contrapartida, este ideal de mudança pessoal pode revelar um estar sensibilizado para a perspectiva de que as pessoas podem se modificar, se alterar. O poder da Psicologia em efetuar tal mudança parece, no entanto, supervalorizado nestas respostas refletindo uma concepção mais leiga do que científica acerca do real poder das tecnologias geradas por esta ciência.

Este valor de "autoconhecimento" e "aprimoramento pessoal" talvez guarde relação com uma realidade muito própria do exercício da Psicologia — a acentuada busca de formação complementar (aí incluídas as próprias psicoterapias, tida como condição para o exercício profissional). "Conhecer-se" parece ser um pré-requisito para atuar mais eficazmente.

C - A atração pelo "mundo psi"

Embora subjacente em motivos incluídos no bloco "Voltado para si" (a busca do autoconhecimento) e "Voltado para o outro" (a vontade de conhecer o indivíduo) é no bloco de motivos "Voltado para a profissão" que aparece mais nitidamente a atração que a Psicologia, pelo seu objeto de estudo e intervenção, exerce sobre quem busca a profissão. O "mundo psi", aqui entendido pelo conjunto de pessoas, fenômenos, estudos e leituras relacionados ao exercício profissional da Psicologia, parece ser forte vetor a guiar a escolha da profissão pela frequência em que fora citado, como se vê na Tabela 4.

Na primeira categoria, o estar orientado para a profissão se exprime de forma ampla e um tanto indireta, através do interesse pela área em que se insere a Psicologia, enquanto ciência ou prática profissional. Com apenas 6,5% de todas as indicações (nos CRP 05 e 07 este percentual supera os 10%), esta categoria ressalta, basicamente, o fato da Psicologia ser uma "ciência humana". Em mais de 85% das respostas aqui incluídas tal fato foi explicitamente realçado. Aparece também com percentual bem inferior referência à área de saúde ou biomédica.

A segunda categoria, — "Interesse pela Psicologia", é mais precisa do que a anterior, ao apontar fenômenos, temas que são objeto da Psicologia como alvos de uma atração especial, como vemos nos seguintes exemplos: "aprofundar meus estudos em educação e desenvolvimento infantil", "estudar especificamente a conduta do indivíduo". Respostas desta natureza, entretanto, não são as responsáveis pelo elevado percentual desta categoria (35,4%), diga-se de passagem, a categoria mais freqüente entre todas que, em alguns Regionais, só é superada pelo motivo "conhecer o ser humano".

Tabela 4

Distribuição percentual dos motivos que integram a categoria "voltados para a profissão", por região.

Motivos	CRP								
	01	02	03	04	05	06	07	08	Total
Interesse pela área	6.7	4.5	3.0	10.8	6.3	4.9	11.8	7.5	6.5
Interesse pela Psicologia	28.4	50.0	25.0	38.3	43.7	31.0	30.2	30.1	35.4
Prática Profissional	5.4	10.7	11.4	9.2	6.3	8.0	16.1	10.7	8.8
Condição Profissional	1.3	0.9	3.8	8.3	3.6	4.8	3.9	8.6	4.7

Muitas respostas revelam um interesse genérico pela Psicologia ou mencionam ter fascínio, ter paixão pela matéria. É interessante assinalar que nos CRPs 02 (50%) e 05 (44%) se encontram os maiores índices de citação deste motivo, em oposição ao CRP 03, com 25%, o menor índice observado entre as regiões.

A terceira categoria, com 8,8% de ocorrência, revela um nível de orientação para a profissão ainda mais direto, já que se refere a atração pela prática profissional; embora existam, também aqui, respostas genéricas tais como: "clínica me atraía" ou "me identificava com o tipo de trabalho dos psicólogos", ocorreu mais raramente citações que sugerem uma visão mais precisa da prática profissional, a exemplo de: "gostaria de abrir uma escola para excepcionais" ou "preocupava-me em atender o cliente sem o uso excessivo e prejudicial de medicamentos".

Cabe, neste momento, um parêntese para comentarmos as circunstâncias que originavam o interesse expresso nas três categorias anteriores. Das 1.255 respostas indicadas nestas categorias, em 717 foi explicitada a origem deste interesse, destacando-se, com 40,6% das citações, o contato com serviços e/ou profissionais da área ou áreas afins. A influência de terceiros, sobretudo pela imagem ou modelo que ofereciam é exercida predominantemente por psicólogos conhecidos (21,0%), por psicólogos existentes na família (16,5%), por professores de Psicologia (18,2%), por psicoterapeutas em situação de terapia (17,2%) e por serviços de orientação vocacional (16,5%). São quase sempre, pessoas significativas, merecedoras de admiração e que inspiram uma imagem positiva de profissão.

Outra fonte de interesse é a realização prévia de algum curso, algo citado por 27,6% dos sujeitos. A grande maioria destes casos é de pessoas que fizeram curso pedagógico (normal) no 2º grau, de onde extraíram um "interesse fascinante pelos temas de Psicologia".

Nos casos de interesse pela Psicologia motivado pela *experiência em áreas afins* (terceira citação mais freqüente), (19,2%) temos um grande número de pessoas ligadas ao magistério que esperavam obter melhor condição para resolver problemas de aprendizagem, melhor compreensão dos indivíduos. No CRP 05 há uma ocorrência razoável de pessoas que trabalham em enfermagem e buscam na Psicologia, uma forma mais humana de lidar e ajudar as pessoas.

Finalmente aparecem as leituras (a literatura) com 12,5% das citações sobre as circunstâncias que geraram interesse pela Psicologia, a exemplo de: "aos 17 anos dedicava-me à leitura de Freud, Rank e outros" ou "sempre gostei do que lia sobre Psicologia, em livros e revistas".

Um dado importante é que os aspectos vinculados à natureza da Psicologia e das atividades do psicólogo têm um peso muito superior aos aspectos denominados condições do exercício profissional (status, rendimentos, mercado). Tais aspectos tiveram uma participação de apenas 4,7%, obtendo maior peso nos CRP 08 (8,6%) e CRP 04 (8,3%).

Tais resultados mostram como a busca da profissão é, em larga medida, determinada pela sua praxis histórica e sua inserção social. No caso da Psicologia, este processo ganha tonalidades particulares pela natureza do seu mais significativo objeto de intervenção: o próprio comportamento dos indivíduos. Esta proximidade seria responsável pela atração que os fenômenos psicológicos exercem sobre as pessoas no sentido de buscar desvendá-los? Esta atração, que muitos se referem como "fascínio" pela Psicologia, tem uma função central no conjunto de valores que cercam o exercício da profissão. Não é difícil associá-lo com a preferência nítida pela clínica, e, especialmente, pelas abordagens que trazem explícito o discurso da "profundidade" dos fenômenos psicológicos. Já aqui podemos encontrar uma das raízes do domínio que orientações teórico-metodológicas que privilegiam tal discurso exercem sobre alunos e professores da Psicologia, o que vemos mais detalhadamente no Capítulo 12.

IV - Concluindo

Conhecer a mente humana para melhor ajudar às pessoas e a si próprio parece sintetizar os elementos mais fortes dos três valores extraídos neste trabalho do conjunto de motivos apontados pelos psicólogos para a escolha da profissão. O *conhecer/desvendar* a mente humana, responsável pela atração que a Psicologia exerce sobre as pessoas parece ser um valor instrumental. Um requisito para que os demais possam ser realizados. Tratam-se, sem dúvida, de valores sociais e humanísticos que, embora presentes em todas as áreas de atuação profissional, têm na clínica seu locus privilegiado.

Este conjunto de dados de alguma forma fortalece a noção de que o grande contingente de indivíduos que busca a profissão, não o faz pelas pos-

sibilidades de realização financeira, ou status econômico, algo reservado a poucos profissionais, como veremos ao analisarmos os dados de emprego, subemprego e remuneração dos psicólogos brasileiros no Capítulo 8. Em muitos casos os próprios sujeitos reconhecem que tais expectativas eram uma fantasia, ilusão ou mito de uma profissão em ascensão. Apesar disso, cursos de Psicologia continuam tendo os maiores índices de procura nos vestibulares, apesar do crescimento de oferta de cursos verificado na década de 70. Na realidade, a Psicologia insere-se no grupo de carreiras de maior prestígio social (considerando-se origem sócio-econômica e desempenho no vestibular), conforme estudo realizado por RIBEIRO e KLEIN (1982). A profissão continua sendo atraente, apesar de não garantir condições ideais de trabalho o que revela a força dos motivos internos: o autoconhecimento, a orientação de ajuda ao próximo e a atração que os fatos psicológicos despertam nos indivíduos em geral; fortalecem, também, as interpretações que enfatizam o caráter feminino da profissão (a realização pessoal independente da realização econômica) e o viés "sacerdotal" de ajuda ao próximo presente em todas as profissões com orientação prestadia, a exemplo do magistério, medicina e da assistência social.

Tais afirmações, carecem, todavia, de estudos que analisem aspectos da "cultura psicológica" mais minuciosamente, não se limitando ao discurso, como o fizemos até aqui. Abre-se assim, uma perspectiva ampla de trabalhos que investigando as práticas correntes na comunidade profissional — seu padrão de relação com clientes e colegas —, possam elucidar o controle que tais valores exercem, efetivamente, sobre a ação dos psicólogos.

Quadro 1

Definição das categorias de motivos apontados pelos psicólogos para escolha da profissão

Categorias de motivos e definição

A) Motivos voltados para si

Características Pessoais — quando se refere à vocação e/ou aponta aspectos pessoais tais como: habilidades, aptidões, maneira de ser, consideradas requisitos para o exercício profissional, a exemplo das respostas: "... dom de lidar com pessoas", "Facilidade de me relacionar", "...sensibilidade para pessoas que sofrem", "...tendência de perceber as pessoas, "...boa conduta";

Desenvolvimento Pessoal — quando se reporta a um processo de autoconhecimento e crescimento pessoais, conforme exemplificado nas seguintes afirmações: "Acreditava que seria uma maneira de me conhecer", "Ter um autoconhecimento acerca das minhas emoções", "Necessidade de entendimento e aceitação de alguns fatores de meu eu", "A necessidade de um crescimento pessoal";

Satisfação Pessoal ou Profissional — quando explicita ou implicitamente evidencia a busca de satisfação e realização (pessoal, profissional, como cidadão) ou outros motivos de interesses pessoais. Por exemplo, respostas como: "Trabalhar com... me daria prazer e realização profissional", "Satisfação em poder colaborar no crescimento pessoal do ser humano", "Auto-realização".

Solução de Problemas — quando se refere à busca de solução para problemas pessoais (ajudar-se), familiares ou do seu ciclo social, tais como se observa nas citações do tipo: "Como quase todo psicólogo, talvez resolver minhas próprias inquietações", "imaginava que adquiriria conhecimentos que ajudariam na educação familiar", "Para me curar".

B) Motivos voltados para o outro

Busca de conhecimento do Ser Humano — quando se refere a compreender, entender o ser humano (pessoa, indivíduo) ou aspectos mais específicos como mente, comportamento, emoções, pensamentos, idéias, sonhos, etc. Por exemplo: "... conhecer melhor a estrutura psíquica do ser humano como também a sua problemática", "...curiosidade muito grande sobre os sonhos e a personalidade das pessoas", "...interesse em estudar o comportamento humano".

Gostar ou Valorizar o Ser Humano — quando se refere a estados subjetivos de aproximação do ser humano, como gastar, amar, se interessar, se preocupar, dar valor, acreditar. Como exemplo podem ser citadas algumas respostas, tais como: "...atração pela subjetividade humana", "Interesse pelo homem, sua capacidade, seu aproveitamento", "Amar à causa do ser humano", "Ter grande preocupação pelas questões pessoais".

Interagir com o Ser Humano — quando se refere à possibilidade de lidar, ter contato com pessoas ou grupos sociais, a exemplo de: "Estar em contato com pessoas" "...poder dedicar algo à sociedade...", "Por gostar de realizar atividades ligadas a gente", "Em curso em que o trabalho fosse com pessoas", "Gosto de estar envolvida com as pessoas e grupos de vários níveis sócio-econômicos", "Trabalham com o indivíduo na comunidade onde vive".

Ajudar o Ser Humano — quando se refere a ajudar, cuidar, desenvolver potencialidades, contribuir para o crescimento ou solução de problemas de indivíduos ou grupos, como ilustram as seguintes afirmações: "...colaborar para a saúde mental do indivíduo", "...vontade de ajudar os outros... para formação de uma comunidade melhor", "Resgatar a potencialidade do outro", "Dar assistência às pessoas com dificuldades".

C) Motivos voltados para a profissão

Interesse pela Área — quando menciona interesse pela área em que se insere a Psicologia. Por exemplo: "... tendência para as ciências humanas", "Atuar conjuntamente nas áreas de saúde e educação", "... grande interesse pela pesquisa científica dentro da área de humanas;

Interesse pela Psicologia — quando se refere a interesse, gosto, inclinação, curiosidade pelo curso, pela matéria, pela disciplina ou por tema e questões que se constituem objeto de estudo da Psicologia. Como exemplo podem ser citadas respostas como: "Interesse na matéria", "...melhor compreensão da Psicologia".

Com relação a esta subcategoria, em muitos casos, as respostas indicavam também de onde havia surgido o interesse. A análise do conteúdo de tais respostas mostrou que o interesse originava-se basicamente de fontes como: leitura, curso, experiência e contato com serviços e/ou profissional;

Interesse pela Prática Profissional — quando se reporta a um interesse específico pela atividade profissional ou enfatiza a busca de condições /preparo técnico para atuar como psicólogo. Essa categoria pode ser ilustrada pelas respostas "Senti que me atraíram as atividades que se realiza como Psicólogo". "Para trabalhar em consultório"; "Pela atuação do Psicólogo em termos de importância social";

Condições do Exercício Profissional — quando se refere à status, rendimentos, mercado de trabalho e outros aspectos correlatos. Como exemplo temos "...profissão que daria status e bom rendimento financeiro", "...prestígio social" "...carreira prática nova, com oportunidade no mercado de trabalho", "...poderia me dar condições de ser dona do meu próprio trabalho";

Compatibilizar Formação e Exercício Profissional — quando se refere a ter feito graduação para exercer legalmente a profissão por se encontrar desempenhando atividades de psicólogo. "O interesse pela psicanálise me levou a fazer o curso... para legitimar o exercício da profissão de psicanalista", "Possibilitar cobertura legal à prática profissional que já me autorizava a desenvolver como Assistente Social".

D) Motivos extrínsecos à profissão

Neste bloco foram incluídas categorias de respostas que mostraram ter sido a escolha: aleatória, segunda opção, falta de opção, falta de esclarecimento sobre outras profissões ou por conveniências do tipo, local do curso, condições do vestibular, horário das aulas, oportunidade de afastar-se da família.

E) Outros

Neste bloco residual foram agrupados as respostas evasivas e que não se enquadravam nas categorias anteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES JUNIOR, J. e EDUARDO, M. *Programas de Informação Profissional*. São Paulo: Edicon, 1983.
- CARVALHO, A.M.A. e KAVANO, E.A. Justificativas de opção por área de trabalho em psicologia: uma análise de imagem de profissão em psicólogos recém-formados. *Psicologia*, 1982, 8 (3), 1-18.
- CUNHA, M. Dados para uma avaliação de currículos do Curso de Psicologia da UFBA -Caracterização do aluno - análise das condições de ensino. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da UFBA, 1979.
- GOLDBERG, M.A. de A. *A Opção Profissional*. S.P. Fundação Carlos Chagas, 1970.
- JACQUES, M. da G.C. Características da Profissão de Psicólogo; uma síntese bibliográfica. In: *Psico*, nº 16, p. 59/70, 2º sem., 1979.
- LEME, M.A.V. da Silva, BUSSAB, V.S.R. e OITA, E. "A representação social da Psicologia e do psicólogo." Texto a ser publicado pela Revista *Psicologia - Ciência e Profissão*: Conselho Federal de Psicologia.
- OLIVEIRA, M.A.G. "Cultura ocupacional em RH: título, estruturas e valores pessoais do profissional de RH." Comunicação apresentada no RH BR'87. São Paulo, 1987.
- REICH, B. e ADCOCK, C. *Valores, Atitudes e Mudança de Comportamento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- RIBEIRO, S.C. e KLEIN, R. A divisão interna da Universidade: posição social das carreiras. In: *Educação e Seleção*, Fundação Carlos Chagas, nº 5, jan-jun, 1982 p. 29/43.
- SCHEIN, E.N. *Psicologia Organizacional*. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1982.
- SOARES, D.H. PENNA. *O Jovem e a Escolha Profissional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- TAKAHACHI, T. SANTOS, M.A. dos, LISBOA, L.M.P. O estudante de Psicologia e a Psicologia. Os motivos que levam à escolha do curso e as expectativas quanto à futura atuação. *Resumos da XVIII Reunião Anual de Psicologia da SPRP*. Ribeirão Preto. 1987.

CAPÍTULO 4

A FORMAÇÃO ACADÊMICA: ONDE RESIDEM SUAS DEFICIÊNCIAS

Paula Inez Cunha Gomide*

Este livro se propõe a analisar sob vários ângulos o perfil do Psicólogo. Neste capítulo faremos uma reflexão sobre alguns dos problemas da formação deste profissional. Esta análise está permeada de indagações e conjecturas, e toda a complexidade deste quadro intrincado que nos é oferecido para análise, nos permite, quando muito, apresentar um rol de hipóteses explicativas, deixando, possivelmente, o leitor, sem as respostas objetivas esperadas.

Um panorama geral da distribuição dos Cursos de Psicologia no Brasil poderia ser uma maneira conveniente de nos introduzir nesta análise. Atualmente existem 81 cursos de Psicologia no Brasil, distribuídos em 17 Estados, como visto na Tabela 1. Os dados indicam que 70% dos cursos são oferecidos por Instituições de Ensino Particulares, o que significa que os cursos são pagos, e normalmente caros, restringindo o seu ingresso a uma população de poder aquisitivo alto. A pesquisa do CFP demonstrou que 57,9% dos alunos tiveram seus cursos pagos pela família, 31,7% deles custearam seus estudos e apenas 6% obtiveram bolsas de estudo na graduação. Em 1985 foram oferecidas 10.659 vagas em Psicologia no país, sendo que 40% delas foram ofertadas no Estado de São Paulo, que formava nesta época cerca de 4000 psicólogos anualmente. No capítulo seguinte o leitor irá conhecer o quanto o Psicólogo gasta com a sua Formação Complementar, incluindo cursos de formação e terapias.

* Professora do Departamento de Psicologia da UFPR.

Tabela 1

Dependência administrativa dos cursos de graduação em psicologia.

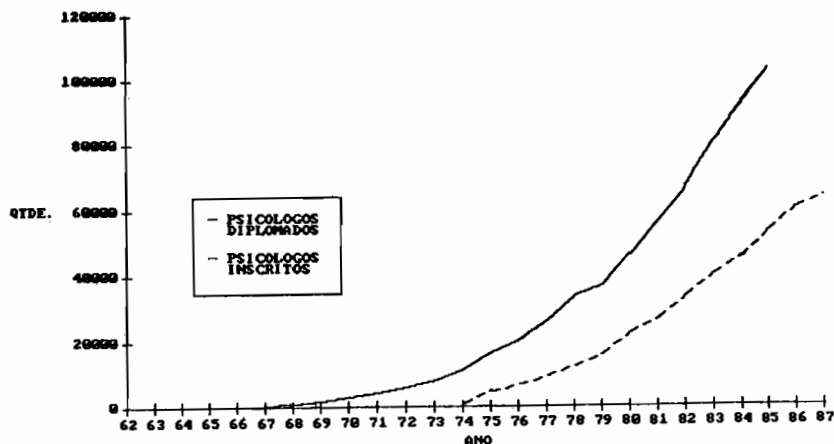
	Total	Particular	Federal	Estadual	Municipal
Alagoas	01	01			
Bahia	01		01		
Ceará	03	02	01		
D. F.	02	01	01		
Esp. Santo	01		01		
Goiás	01	01			
Minas Gerais	09	06	02	01	
M. G. do Sul	02	01	01		
Pará	02	01	01		
Paraíba	03	01	01	01	
Pernambuco	05	04	01		
Paraná	06	03	01	02	
Rio de Janeiro	10	07	02	01	
R. G. Norte	01		01		
R. G. Sul	07	06	01		
Sta. Catarina	02	01	01		
São Paulo	25	21		02	02
Total Geral	81	56	16	07	02

A opção pelo trabalho após a formatura

O que acontece com grande parte dos alunos que se formam em Psicologia e resolvem não exercer a profissão? Por que estas pessoas investem tantos recursos financeiros e esforço pessoal em um curso que tem a duração de 5 anos para depois mudarem de opinião? Será a restrição do mercado, ou a restrição salarial, ou o déficit da formação, ou quem sabe é porque a Psicologia é uma profissão feminina (cerca de 90% são mulheres), que leva a aluna a abandonar a carreira profissional para optar pelo casamento?

Precisamos conhecer melhor a influência destas variáveis para podermos complementar a análise de dados feita no Capítulo 8, onde foi tratada a questão do abandono da profissão pelo psicólogo. Comparamos os dados, entre formados e inscritos nos Conselhos Regionais, referentes ao período de 1962 a 1987, os quais são mostrados na Figura 1. Estes números demonstram

Figura 1. Psicólogos diplomados * psicólogos inscritos CFP.



que apenas metade dos formados em Psicologia requereram suas inscrições nos Conselhos Regionais - o que sugere uma intenção explícita de exercer a profissão. A outra metade dos formados ou não atuam na profissão, ou desenvolvem atividades ligadas à Psicologia onde a autorização do Conselho para o exercício profissional é dispensável, como na docência, por exemplo. Em 1962, quando a profissão foi regulamentada, existiam no Brasil apenas 15 psicólogos, em 1972 este número elevava-se para 5835, em 1982 já havia 33522 psicólogos registrados no CFP e atualmente passamos da casa dos 70000 psicólogos. Se a equivalência entre formados e inscritos estiver se mantendo de acordo com os dados da Figura 1 devemos ter hoje cerca de 70000 formados em Psicologia que não trabalham na profissão, visto que, em fevereiro de 1988, tínhamos exatamente 65705 psicólogos inscritos em todo o Brasil. O crescimento desta classe tem sido assustador e não nos parece estar ligado à necessidade do mercado de trabalho, haja visto as análises sobre nível salarial, desemprego e subemprego apresentadas em vários capítulos deste livro. É interessante informar que o Conselho Federal de Psicologia vem desenvolvendo, junto aos Órgãos Federais e Estaduais, uma clara política de desencorajamento de criação de novos Cursos de Psicologia.

Como os psicólogos avaliam os conhecimentos adquiridos na graduação

Uma crescente preocupação com o nível dos conhecimentos adquiridos durante a graduação tem tomado conta dos debates ocorridos nos Encontros, Congressos e Reuniões de Psicologia dos últimos anos. Esta pesquisa do CFP, além dos temas discutidos nos demais capítulos deste livro, apresentou aos entrevistados 14 questões para que estes se posicionassem, de acordo com uma escala de suficiência de 5 pontos (Totalmente insuficiente, Bastante insuficiente, Em dúvida, Bastante suficiente e Totalmente suficiente), sobre os níveis de conhecimentos e habilidades adquiridos durante a graduação. Os temas abordados pretenderam avaliar desde a influência da formação humanística e biológica, dos conteúdos dos processos psicológicos básicos, das disciplinas técnico-instrumentais, da formação em pesquisa científica, das práticas nos estágios profissionalizantes até a influência que a realidade sócio-econômica, na qual o psicólogo atua, tem sobre a sua prática profissional.

O primeiro resultado que nos chama a atenção na Tabela 2 refere-se ao índice de sujeitos que responderam "Em dúvida" diante das questões formuladas. Poder-se-ia dizer que, em média, 21,97% dos psicólogos ($\sigma = 3,93$) sentem-se incapazes para avaliar se adquiriram ou não conhecimentos e habilidades, em pelo menos um determinado tópico, durante a sua formação acadêmica. Uma análise simplista destes dados nos indica, inicialmente, duas hipóteses possíveis: ou o conteúdo dessas disciplinas foi ministrado superficialmente dificultando a compreensão da relevância do tema para a atuação profissional, ou a atuação profissional, por limitação de mercado, ou por opção teórica, não demanda este tipo de conhecimento e habilidade. A segunda hipótese nos leva a acreditar que, para quase 1/4 dos psicólogos, a proposta, até certo ponto propedêutica, para a formação do psicólogo, não tem sido avaliada de maneira positiva, pois parte considerável dos indivíduos sequer sabe se aprendeu conhecimentos naquela área.

Aqueles que elaboraram os Currículos de Psicologia tiveram a pretensão mínima de formar indivíduos com um certo nível de conhecimentos genéricos em temas psicológicos, com uma razoável formação metodológica e com alguma habilidade técnica para auxiliar na intervenção. No entanto, ao analisarmos as respostas dos nossos entrevistados verificamos que, no que se refere à fundamentação filosófica, metodológica e científica, mais de 50% deles disseram ter adquirido conhecimentos e habilidades insuficientes durante a graduação e este índice aumenta para 64,4% quando se refere à experiência científica. Weber (1985), ao analisar o Currículo Mínimo e o espaço da pesquisa na formação do psicólogo, lembra que no Parecer 403/62 que fundamenta a Resolução que fixa o Currículo Mínimo do Psicólogo, está especificada "... a necessidade do caráter científico dos estudos a serem realizados...". Para Weber, portanto, não se trata de introduzir ou redefinir disciplinas e/ou matérias no Currículo Mínimo que venham a favorecer a formação científica, mas o mais importante seria repensar a estruturação do

Tabela 2

Conhecimento e habilidades adquiridos pelos psicólogos na graduação
(n = 2448).

	Insuficiente	em Dúvida	Suficiente
Filosóficos	54,0	23,5	22,4
Metodológicos	46,2	27,7	26,1
Ciências básicas	41,7	23,9	34,4
Proc. Psicológicos	21,4	25,8	52,8
Éticos	28,7	17,0	54,4
Téc. de Observação	27,8	25,4	46,8
Testes Psicológicos	29,7	23,3	47,0
Téc. de Entrevistas	34,1	21,9	44,0
Investig. Científica	49,5	27,2	23,3
Experiência Pesquisa	64,4	19,0	16,7
Prática Clínica	34,5	17,2	48,3
Prática Escolar	47,1	17,3	35,6
Prática Organizacional	48,9	16,6	34,5
Papel Social	52,0	21,9	26,1

Curso de Psicologia de tal forma que se permitisse ao estudante a sua participação em um processo de construção de conhecimento em realização no Departamento em que está escrito. Este procedimento, segundo a autora, permitiria ao estudante superar a situação de mero consumidor de conhecimentos pretensamente elaborados, e passar a compreender o processo de sua construção, descobrindo concretamente como um novo conhecimento advém da dúvida que se exerce sobre um conhecimento existente e que já não consegue dar conta de uma realidade ou de uma problemática.

Ao serem perguntados se haviam ou não adquirido conhecimentos sobre as ciências que fundamentam a Psicologia, tais como a Biologia, a Sociologia, a Antropologia etc, 41,7% dos entrevistados declararam terem sido insuficientes os conhecimentos adquiridos na graduação. Melhora um pouco a percentagem de entrevistados, 52,8% deles, que disseram terem adquirido suficientes conhecimentos teóricos dos processos psicológicos básicos, tais como, cognição, percepção, desenvolvimento, socialização, afetividade etc.

Por outro lado, as áreas de conhecimento que se referem à atuação clínica mostraram um índice mais elevado de suficiência, ou seja, 46,8% dos entrevistados entenderam ter adquirido suficiente conhecimento e domínio de técnicas de observação de comportamento; 47% deles estão satisfeitos

quanto aos seus conhecimentos em testes psicológicos; 44% disseram ter conhecimento e domínio de técnicas de entrevistas e 48,3% responderam que tiveram suficiente prática de Psicologia Clínica. Carvalho (1984-b), pesquisando modalidades alternativas de trabalho para psicólogos recém-formados, relata que 66% dos entrevistados indicaram a área clínica como sendo a área de atuação em que foram melhor preparados durante o seu curso de graduação. Mais da metade (54,4%) dos sujeitos afirmaram terem adquirido consciência de problemas éticos na prática da Psicologia durante o curso, porém uma parcela equivalente (52%) disse que teve insuficiente conhecimento sobre a realidade sócio-econômica na qual o psicólogo atua e também pouco aprendeu sobre o papel social deste profissional. Estes dados nos levam a concordar integralmente com Carvalho (1984) quando diz que a atual formação em Psicologia não transmite ao aluno - ou não o leva a elaborar - um conceito amplo de atuação psicológica; parece-nos que não estamos formando profissionais capazes de construir a Psicologia, mas apenas de repeti-la. O estudante apenas aprende técnicas e busca o cliente para aplicá-las.

Percira (1975) ao se referir a uma possível expansão do mercado de trabalho do Psicólogo, para atividades socializadas, tais como: atendimento para escolares, diretores e professores da periferia; atendimentos às famílias carentes; aos órfãos e abandonados; aos delinqüentes, presos ou não; aos policiais, delegados, promotores e juizes que trabalham junto às classes marginalizadas; junto aos emigrantes e suas famílias, - chama a atenção para o despreparo profissional da categoria quando necessita enfrentar este novo campo de trabalho, pois teriam que se despir de fórmulas que tem a "centralização no cliente" como diretriz e do uso de técnicas que implicam em uma demora excessiva para amenização dos problemas do cliente. Diz ela ainda, que para começarem a trabalhar, com alguma eficácia, teriam que rever o conceito aprendido de "comportamento normal", que tem por base um modelo advindo de um produto ideológico, que visa sustentar formas adaptativas, ou quiçá repressivas, da psicoterapia.

Foi para tentar explicar que conseqüências esta opção clínica traz para a formação acadêmica e vice-versa que Silva (1984), entrevistando 20 alunos de 2 cursos de Psicologia de Londrina-Pr, verificou que, provavelmente, a graduação está criando um tipo de profissional que não atende às necessidades da maioria da população. Suas conclusões são as seguintes: os psicólogos são profissionais com uma formação técnica; preocupados muito mais com a doença do que com a saúde; que enfatizam e investem no indivíduo que está sofrendo e não nas condições ou variáveis que determinam o seu sofrimento; cuja atuação é fundamentalmente determinada por técnicas, procedimentos e conhecimentos e não pelos problemas ou necessidades da população; e que a sua formação partiu de informações existentes e conhecidas e não das necessidades reais e mais urgentes da população, para depois se produzir ou escolher o conhecimento necessário e adequado para uma atuação útil e comprometida socialmente. Menezes Silva conclui que o aluno de

Psicologia inicia o curso com poucas perspectivas e nenhuma técnica, e sai tecnicamente formado, preparado para atuar num mercado tradicional e com poucas perspectivas em relação a possibilidades de atuação alternativa.

Os conhecimentos práticos (em estágios) na área escolar e na área organizacional úteis para a atividade profissional foram avaliados como insuficientes por 47,1% e 48,9%, respectivamente, dos entrevistados. É evidente que existe na maioria dos nossos currículos uma preferência por disciplinas clínicas em detrimento de disciplinas da área escolar ou organizacional. A quantidade de disciplinas voltadas direta ou indiretamente para o exercício profissional nestas duas áreas é extremamente limitada.

Zanelli (1986), analisando a Formação e Atuação do Psicólogo Organizacional, sugere um incremento de disciplinas relacionadas com a Administração e a Economia, e um redirecionamento do conteúdo das disciplinas específicas, que são acentuadamente técnicas. O autor salienta que ensina-se o como fazer, sem questionar-se o porquê fazer. Estes dados nos levam a refletir sobre esta tendência de atuação na área clínica, que é reflexo da orientação dada nos cursos de graduação e que tem conseqüentemente desvalorizado as questões sociais mais amplas. A inserção da Psicologia na Área de Ciências Humanas, ao lado da Filosofia e da Sociologia pretendeu refletir uma concepção prioritariamente humanística do profissional e não prioritariamente tecnicista.

Existem diferenças regionais?

Visto que os dados foram coletados através das 8 regiões administrativas do Conselho, pudemos fazer uma comparação, por região, dos temas pesquisados. Agrupamos os quesitos em 4 conjuntos com 3 ou 4 temas cada um, a fim de facilitar a visualização gráfica e a comparação por região. A Figura 2 mostra a percentagem de sujeitos que responderam terem adquirido conhecimentos e habilidades suficientes (totalmente + bastante) em 3 temas abordados: Conhecimentos Filosóficos, Processos Psicológicos e Ciências Básicas, que fundamentam a Psicologia. Este histograma mostra que apenas os sujeitos do CRP 05 e do CRP 06 atingiram índices acima da média ($x = 22,4$) quanto aos Conhecimentos Filosóficos; a média de suficiência para os conhecimentos de Processos Psicológicos foi igual a 52,8 e apenas o CRP 06 apresentou índice acima da média; as Ciências Básicas tiveram como média de suficiência 34,4 e podemos observar que duas regiões, o CRP 04 e o CRP 06, ultrapassaram o índice médio. De um modo geral os melhores índices de suficiência foram obtidos entre os entrevistados do CRP 06 e os menores índices foram os do CRP 03.

O outro conjunto de dados analisados pode ser visto na Figura 3, onde foram agrupadas as respostas referentes aos Conhecimentos Metodológicos, a Atitude de Investigação Científica e a Experiência em Pesquisa. Os me-

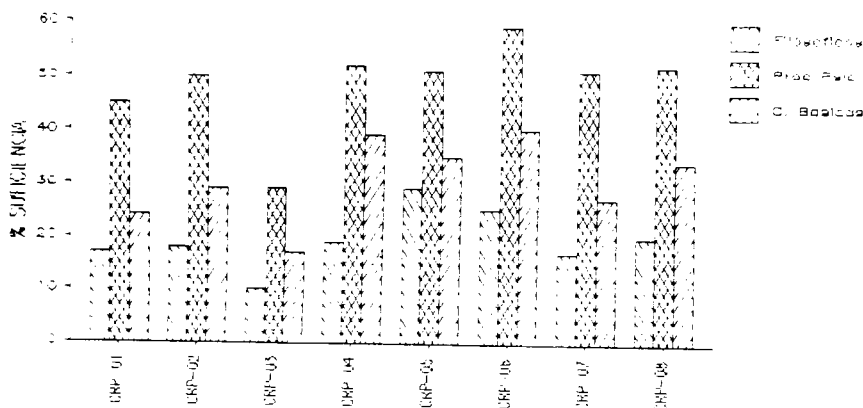


Figura 2. Conhecimento filosóficos, de processos psicológicos e em ciências básicas.

lhores índices de Conhecimentos Metodológicos Básicos ($x = 26,1$) que permitem uma avaliação crítica das diversas teorias psicológicas são apresentados pelos psicólogos do CRP 01, do CRP 05, do CRP 06 e do CRP 08; a Atitude de Investigação Científica ($x = 17,7$) frente aos fenômenos psicológicos obteve o menor índice de suficiência entre os sujeitos do CRP 02 e o maior índice entre os sujeitos do CRP 06; já os melhores índices de Experiência em Pesquisa ($x = 23,3$) estão no CRP 03, no CRP 05 e no CRP 06.

O conjunto de dados apresentados pela Figura 4 agrupou as respostas referentes à Consciência dos Problemas Éticos, ao Conhecimento e Domínio das Técnicas de Observação de Comportamento, dos Testes Psicológicos e das Técnicas de Entrevistas. A análise por região mostrou que a consciência de Problemas Éticos ($x = 54,4$) está mais desenvolvida entre os sujeitos do CRP 08 e menos desenvolvida entre os do CRP 03 e CRP 05. Os psicólogos do CRP 06 e CRP 08 são os que atingiram os melhores níveis de suficiência quanto ao conhecimento e domínio das Técnicas de Observação de Comportamento ($x = 46,8$), contrastando com os baixos índices obtidos pelos sujeitos do CRP 02, do CRP 03 e do CRP 07. Estão entre os psicólogos dos CRP 07 e CRP 08 os melhores índices de conhecimentos e domínio de Testes Psicológicos ($x = 47,0$). O CRP 08 e o CRP 06 são os que têm melhores índices de suficiência quanto ao conhecimento e Técnicas de Entrevistas ($x = 44,0$).

A Figura 5 agrupou os dados referentes aos conhecimentos práticos adquiridos na graduação nas Áreas Clínica, Escolar e Organizacional, e também aos conhecimentos concernentes à realidade sócio-econômica em que o psicólogo atua e seu papel social. Os índices mais altos de suficiência tanto da Prática Clínica ($x = 48,3$), como da Prática de Escolar ($x = 35,6$), como também da Prática Organizacional ($x = 34,5$) foram obtidos juntos aos

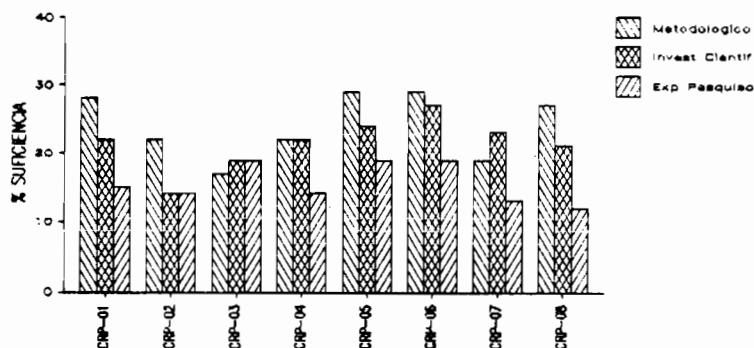


Figura 3. Conhecimento metodológico, investigação científica e experiência em pesquisa.

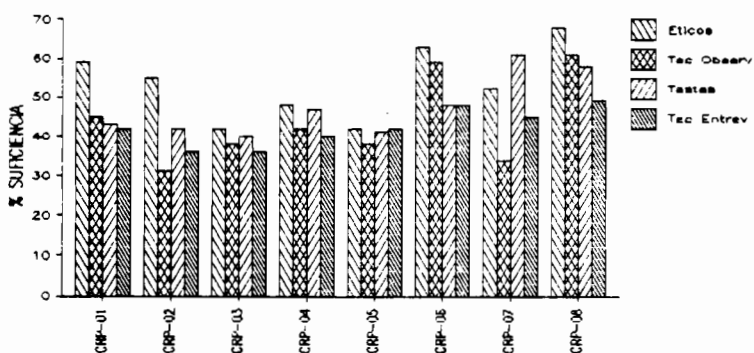


Figura 4. Éticos, técnicos de observação, testes psicológicos e técnicas de entrevistas.

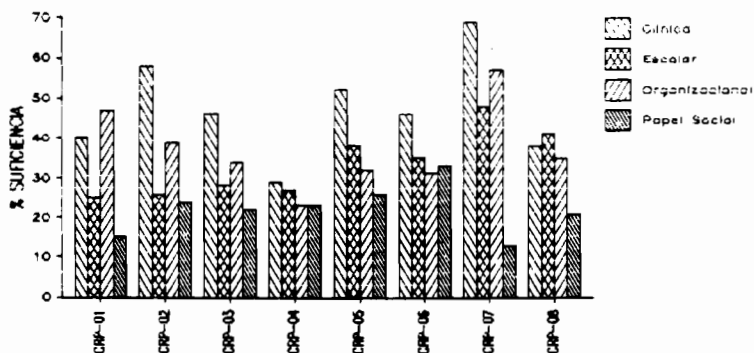


Figura 5. Prática clínica, prática escolar, prática organizacional e papel social do psicólogo.

psicólogos do CRP 07, porém é também nesta região que se encontra o menor índice de conhecimentos concernentes à realidade sócio-econômica em que o psicólogo atua e do seu papel social ($x = 26,1$).

Considerando que 1/4 dos entrevistados não souberam se posicionar sobre o nível de conhecimentos e habilidades adquiridos durante a graduação, e que cerca de metade dos que responderam se disseram insatisfeitos com a formação, resta-nos concluir que não são infundadas as preocupações que assolam os participantes dos Congressos e Encontros de Psicologia. Constatamos que a Formação do Psicólogo Brasileiro deixa muito a desejar, pois encontramos um baixo nível de conhecimento, muita técnica e pouco questionamento sobre o contexto em que se vai atuar, além de verificarmos quão restritas são as alternativas para atuação profissional, como amplamente demonstrado no Capítulo 12 deste livro.

Ensino público versus particular

A proliferação de cursos de Psicologia em todo o país, principalmente de escolas particulares, levou-nos a buscar diferenças, caso estas existam, entre as Universidades Públicas e as Faculdades Particulares. Existem 56 cursos de Psicologia em Faculdades Particulares (incluindo as PUCs) e 25 cursos em Universidades Públicas (ver Tabela 1), ou seja, 70% do ensino de Psicologia do país está concentrado nas Faculdades Particulares.

Comparamos, através do teste Qui-Quadrado, no contexto de tabelas de contingência 2×5 (2 tipos de faculdades, pública e particular, contra 5 níveis de suficiência) cada um dos 14 quisitos anteriormente analisados em conjunto. Os resultados das aplicações destes testes nos mostraram haver diferenças estatisticamente significativas dentre os 14 quisitos testados. Os Conhecimentos filosóficos básicos que permitem uma avaliação crítica das diversas teorias psicológicas obteve um índice de 22,28 no teste, significativo a um nível de 0,005, que significou, como demonstrado na Figura 6a, que houve um maior número de sujeitos satisfeitos nas escolas particulares do que nas escolas públicas. O mesmo se deu, como pode ser visto na Figura 6b, com os Conhecimentos teóricos básicos de processos psicológicos, tais como cognição, percepção, desenvolvimento, socialização, afetividade etc, onde o índice do teste obtido, a favor das escolas particulares, foi de 17,83, significativo também ao nível de 0,005.

Por outro lado, ao compararmos os quisitos "Atitude de Investigação Científica frente aos fenômenos psicológicos e a Experiência em Pesquisa Psicológica" obtivemos resultados significativos, também ao nível de 0,005, nos dois casos, com índices de 16,72 e 26,63, respectivamente, a favor das escolas públicas, como pode ser visto nas figuras 7a e 7b. Este resultado era esperado, visto que é de conhecimento geral que as pesquisas em Psicologia desenvolvem-se, quase que exclusivamente, dentro das Universidades Públicas.

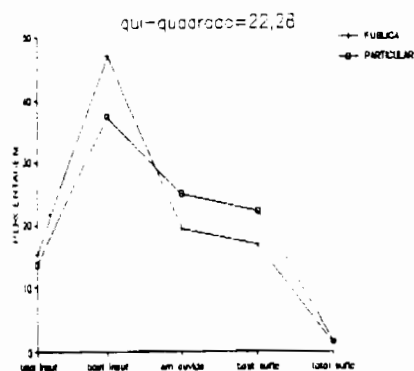


Figura 6a. Conhecimentos filosóficos.

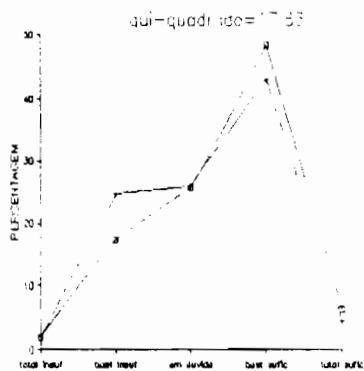


Figura 6b. Processos psicológicos básicos.

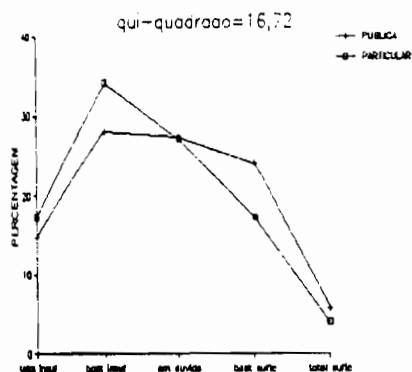


Figura 7a. Investigação científica.

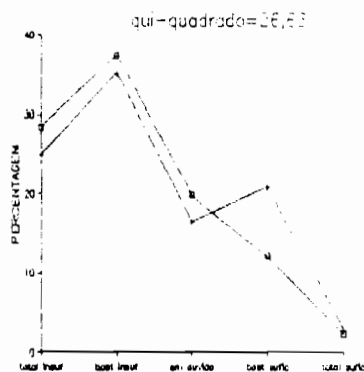


Figura 7b. Experiência em pesquisa.

Pode-se concluir, portanto, que não existem muitas diferenças entre o ensino de Psicologia desenvolvido nas escolas públicas e o ministrado nas escolas particulares, como alguns gostariam de acreditar. Talvez existam algumas diferenças localizadas em alguns centros de excelência que esta pesquisa não pôde identificar.

Avaliação da formação por área de atuação

Três dos quesitos foram avaliados positivamente pelas 5 áreas de atuação, são eles: processos psicológicos básicos, testes psicológicos e ética, como pode ser visto na Tabela 3. Técnica de Observação de Comportamento e Técnica de Entrevistas foram avaliados positivamente por 4 áreas, com exceção da área organizacional. A Área Organizacional diferenciou-se das demais avaliando positivamente o Conhecimento das Ciências que fundamentam a Psicologia, como Biologia, Sociologia, Antropologia etc e os Conhecimentos Práticos (em estágios) na área organizacional.

Independentemente da área, os sujeitos avaliaram negativamente a Experiência em Pesquisa, os Conhecimentos Filosóficos, e os Conhecimentos Concernentes à Realidade Sócio-Econômica e o Papel Social do Psicólogo. Com exceção dos docentes, os demais psicólogos também avaliaram negativamente o quesito Atitude de Investigação Científica Frente aos Fenômenos Psicológicos. Os psicólogos das áreas clínica e escolar avaliaram de forma negativa os conhecimentos de Prática Organizacional, e os psicólogos de áreas Organizacional e Comunitária avaliaram negativamente a aprendizagem da Prática Escolar. Apenas os docentes avaliaram de maneira negativa a aprendizagem de Prática Clínica. De uma maneira geral a análise por área de atuação não foge da análise feita para o conjunto.

Ao longo dos anos: satisfação ou insatisfação?

Com a finalidade de avaliar se a formação oferecida pelos cursos de graduação melhorou, permaneceu inalterada ou piorou, ao longo dos últimos 25 anos, agrupamos os sujeitos em 4 níveis, de acordo com os respectivos anos de formação. No nível 1 agrupamos todos os sujeitos formados até 1969; no nível 2 ficaram os sujeitos formados entre os anos de 1970 e 1975; no nível 3 os formados entre os anos de 1975 e 1980 e no nível 4 aqueles formados após 1980. Discute-se muito no meio acadêmico sobre a qualidade da formação, enfatizando-se que na última década o nível do ensino tem sofrido um sério prejuízo. Pudemos detectar nesta pesquisa alguns pontos, em certos períodos de tempo específicos, em que o ensino foi avaliado como mais insuficiente. De uma maneira geral não observamos nenhuma diferença entre o ensino até 1975. As comparações feitas entre os níveis 1 e 2 não mostraram nenhuma diferença estatisticamente significativa. As principais diferenças são encontradas quando comparamos o nível 3 com o 4. As Figuras 8, 9 e 11 mostram as curvas comparativas de três quesitos avaliados pelos sujeitos da pesquisa, onde a tendência dos dados indica uma clara insatisfação com a formação na década de 80, no que se refere aos Conhecimentos Filosóficos, aos Conhecimentos das Ciências Básicas e às Técnicas de Entrevistas. A Figura 10

Tabela 3

Avaliação da formação por área de atuação.

Clinica	Escolar	Organizacional	Docência	Comunitária
Processos Psic. Básicos (3.29)	Processos Psic. Básicos (3.39)	Processos Psic. Básicos (3.38)	Testes psicológicos (3.60)	Ética (3.45)
Teste psicológicos (3.23)	Ética (3.21)	Ética (3.31)	Ética (3.41)	Entrevistas (3.35)
Ética (3.19)	Tec. observação (3.1)	Prática organiz. (3.05)	Observ. comport. (3.37)	Proc. Psicol. básicos (3.30)
Observ. Comportamento (3.17)	Testes psicológicos (3.1)	Testes psicológicos (3.02)	Processos psic.básicos (3.36)	Observ. comport. (3.05)
Entrevista (3.15)	Técnica entrevista (3.03)	Ciências fundamentais (2.86)	Téc. entrevistas (3.18)	Testes psicológicos (3.0)
Experiência pesquisa (2.26)	Experiência pesquisa (2.17)	Experiência pesquisa (2.18)	Conh. filosófica (2.40)	Experiência pesquisa (2.0)
Conh. filosófico (2.48)	Atitude invest. cient. (2.43)	Realidade sócio-econ. (2.47)	Experiência pesquisa (2.43)	Atitude invest. cient. (2.27)
Prática organizacional (2.54)	Realidade sócio-econ. (2.45)	Atitude invest. cient. (2.48)	Prática clínica (2.45)	Conh. filosófico (2.42)
Realidade sócio-econ. (2.57)	Conh. filosófico (2.66)	Prática escolar (2.57)	Realidade sócio-econ. (2.47)	Realidade sócio-econ. (2.47)
Conh. metodológico (2.61)	Prática organiz. (2.66)	Conh. filosófico (2.62)	Conh. científicos (2.62)	Prática em escolar (2.57)
Atitude invest. cient. (2.61)	Conh. metodológico (2.68)			

- 1 - Totalmente insuficiente
 2 - Bastante insuficiente
 3 - Em dúvida (se suficiente ou insuficiente)
 4 - Bastante suficiente
 5 - Totalmente suficiente

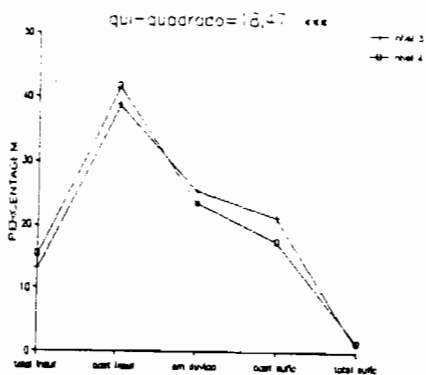


Figura 8. Conhecimento filosófico.

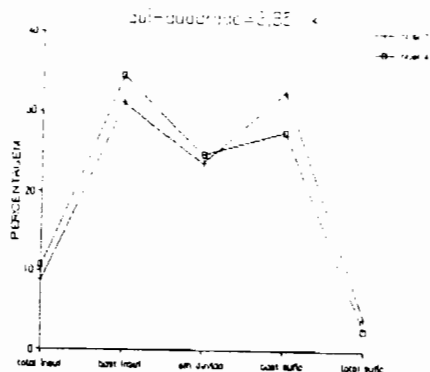


Figura 9. Ciências básicas.

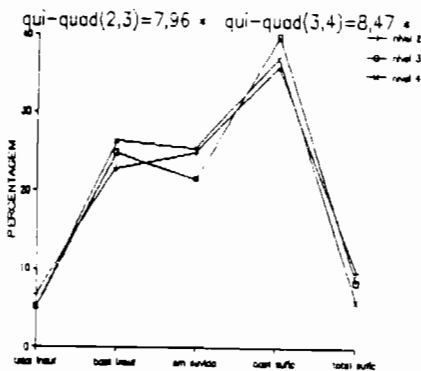


Figura 10. Testes psicológicos.

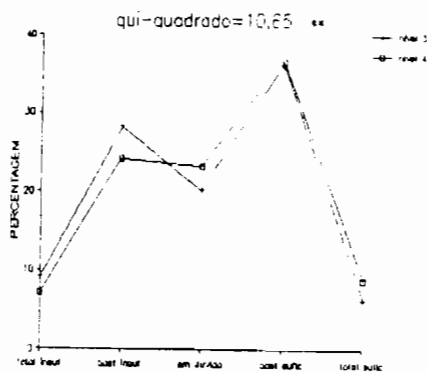


Figura 11. Técnicas de entrevista.

mostra que os sujeitos formados entre 1975 e 1980 são os mais satisfeitos com o seu Conhecimento e Domínio de Testes Psicológicos, que os formados após 1980 são os mais insatisfeitos e que os formados antes de 1975 também estão insatisfeitos, porém, não tanto quanto os da década atual.

A Atitude de Investigação Científica desenvolvida através dos cursos de graduação sofreu uma queda na qualidade a partir de 1975. Os dados não revelaram diferença estatisticamente significativa quando comparamos nível 1 com nível 2, ou quando comparamos nível 3 com o 4. A Figura 12 mostra que os sujeitos estavam mais satisfeitos como antigamente, do que hoje em dia. Talvez o crescimento exarcebado de alunos nos Cursos de Psicologia nos últimos 15 anos seja o principal determinante destes resultados, pois os laboratórios se tornaram pequenos para atender a demanda de alunos e os professores perderam a possibilidade de atender pequenos grupos, prática esta necessária para o adequado desenvolvimento de atitude científica. Outro fator relevante para o entendimento destes resultados refere-se à crescente falta de verbas para pesquisa nas IES, principalmente nas Autarquias Federais, nos últimos anos, que gerou um desestímulo ao ambiente de pesquisa, favorecendo o surgimento de aulas teóricas em substituição das experiências científicas e, conseqüentemente, a deteriorização dos laboratórios de pesquisa, por falta de recursos financeiros e por falta de interesse dos docentes.

Todavia, tanto a Prática Clínica como a Prática Escolar, vistas nas Figuras 13 e 14, foram avaliadas de maneira mais positiva pelos formados na década de 80 em oposição aos formados anteriormente. Sabemos que a área de atuação preferida pelos psicólogos é a Clínica e que a Docência é a área mais escolhida como segunda opção, de tal forma que os Psicólogos clínicos-docentes estariam passando seus conhecimentos e habilidades com maior eficiência a medida que esta área de atuação vem se firmando ao longo dos últimos anos. Aparentemente, a Prática Escolar foi valorizada pelos docentes na década de 80, tornando-se um interessante campo de estágio porém, devido aos baixos salários oferecidos pelo mercado, este interesse na fase acadêmica não se reflete na atuação profissional, pois o índice de Psicólogos Escolares no país é um dos mais baixos.

No que se refere à consciência sobre o Papel Social do psicólogo, os sujeitos entrevistados mostraram que provavelmente existem, atualmente na década de 80, diferenças significativas entre as IES do país quanto a este aspecto. Pode-se observar na Figura 15 que um grande número de sujeitos, do nível 4, estão totalmente insatisfeitos com os conhecimentos adquiridos na graduação sobre o Papel Social do Psicólogo, ao mesmo tempo que existe, também, um número significativo de sujeitos que se dizem Bastante Satisfeitos com o que aprenderam sobre o assunto. Os sujeitos formados entre 1975 e 1980 mostraram, no conjunto, o maior índice de insatisfação com o tema. Aqueles formados antes de 1975 também se mostraram insatisfeitos, porém não tanto quanto os do nível 3. Alguns fatores parecem estar ligados a este quadro um tanto confuso, e se não são, na íntegra, explicativos da questão, fornecem base para a nossa reflexão. Poderíamos argumentar que apesar de incipiente a Psicologia Comunitária vem se desenvolvendo em alguns núcleos do país; que na última década várias teses de mestrado e doutorado têm se voltado para o entendimento dos problemas sociais dos

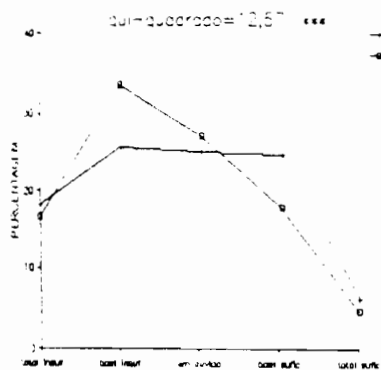


Figura 12. Investiga o científica

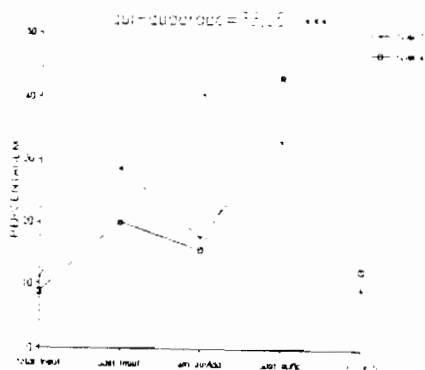


Figura 13. Prática clínica

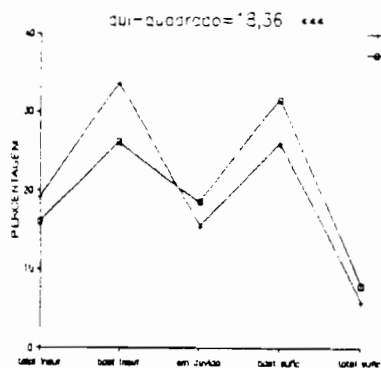


Figura 14. Prática escolar

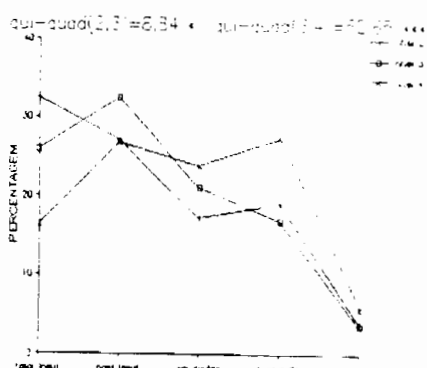


Figura 15. Papel social

grupos marginais e que a Psicologia Social Brasileira tem buscado um modelo alternativo para atua o do psicólogo. Portanto, podemos observar algumas tendências, embora raras, de um outro entendimento da atua o do psicólogo, que não seja elitista e seja mais voltado para o social.

Conclusões

Esta pesquisa entrevistou cerca de 5% dos psicólogos em atividade no Brasil, e no que se refere a avalia o de sua Forma o Acadêmica o resultado já era esperado. O conjunto dos dados mostrou que o psicólogo está Bastante Insatisfeito com a sua Forma o, o que conseqüentemente revela o baixo nível de aprendizado existente em nossas Institui es de Ensino Superior. Algumas diferenças, favorecendo ora uma região, ora outra, são apontadas neste

capítulo, porém nenhuma delas é suficiente para identificarmos centros de excelência ou regiões onde o ensino é reconhecidamente deficitário como um todo. A comparação entre o ensino ministrado nas IES Públicas e Particulares também não se mostrou contundente. Dois pontos foram favoráveis ao Ensino Particular (Conhecimentos Filosóficos e Processos Psicológicos Básicos) e dois pontos favoreceram a Escola Pública (Investigação Científica e Experiência em Pesquisa).

A análise da formação ao longo dos anos já mostrou, com uma certa segurança, que os sujeitos formados na década de 80, de uma maneira geral, com exceção da Prática Clínica e Escolar, são os mais insatisfeitos com os conhecimentos adquiridos durante seus respectivos cursos. Poderíamos, diante deste quadro, concluir que o ensino de Psicologia oferecido no país é bastante fraco, insatisfatório, e que além disso, observa-se uma tendência negativa, ou seja, aparentemente, vem piorando ao longo do tempo.

Evidentemente, este diagnóstico não deverá agradar à maioria dos psicólogos, muito menos ao conjunto de profissionais responsáveis pela sua formação — os docentes. No entanto, estes dados deverão servir para respaldar as atitudes daqueles que com mais entusiasmo e competência lutam por um Ensino de Psicologia de melhor qualidade, pois atitudes ineptas ou negligentes não poderão mais ser, como até então foram, atribuídas à ignorância dos fatos. Creio que este diagnóstico, embora preocupante, propiciará condições para análises, discussões e sugestões importantes, pois enxergar melhor a realidade favorece, sem dúvida alguma, a escolha dos caminhos mais adequados para assegurar, no futuro, a qualidade do Ensino da Psicologia no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carvalho, A.M.A. - *A Profissão em Perspectiva*. Psicologia, 1982, 8 (2).
- Carvalho, A.M.A. - *Modalidades alternativas de trabalho para psicólogos recém-formados*. Cadernos de Análise do Comportamento, 1984-b, 6, 1-14.
- Carvalho, A.M.A. - "Atuação Psicológica" *Alguns elementos para uma reflexão sobre os rumos da profissão e da formação*. Psicologia Ciência e Profissão, 1984, (2).
- Pereira, S.L.M. - *A formação profissional dos psicólogos: apontamentos para um estudo*. Psicologia, 1975, 1.
- Silva, V.L.M. - *A Percepção do Trabalho do Psicólogo Clínico em Departamento de Estudantes de Psicologia*. Tese de Mestrado - PUC Campinas, 1984.
- Weber, *Currículo Mínimo e o Espaço da Pesquisa na Formação do Psicólogo*. Psicologia Ciência e Profissão. 1982.
- Zanelli, J.C. - *Formação e Atuação em Psicologia Organizacional*. Psicologia Ciência e Profissão, 1986, (1).

CAPÍTULO 5

A FORMAÇÃO COMPLEMENTAR: UM LABIRINTO PROFISSIONAL

Miriam Langenbach

Teresa Creusa de Goes M. Negreiros

Neste capítulo refletiremos sobre a formação complementar e suas implicações para o psicólogo, já que este parece estar sendo, atualmente, o profissional de nível superior que, de modo mais duradouro e diversificado, investe em sua profissão no Brasil^{**}. Destacamos esta situação, pois, tanto em termos de outras profissões, quanto em relação a outros países, ela não se verifica de modo tão acentuado ou com as vicissitudes descritas a seguir.

A formação complementar do psicólogo apresenta uma característica peculiar: sua abrangência e complexidade. Não se limita apenas à aquisição contínua de saber, mais ou menos formalizado, em acréscimo ao curso de graduação em Psicologia. Implica, ainda, num permanente aperfeiçoamento

Professoras do Departamento de Psicologia da PUC-RJ, psicoterapeutas.

^{**} Tais reflexões baseiam-se fundamentalmente no relatório de pesquisa do CRP - V Região, intitulado O psicólogo no Estado do Rio de Janeiro: Algumas Considerações, parte do projeto global de pesquisa do Conselho Federal de Psicologia, além de incluir alguns resultados gerais da pesquisa a nível nacional. O relatório do CRP V Região foi elaborado pela coordenação de pesquisa, a saber: Miriam Langenbach, Eliane dos Santos Silveira e Suely de Moura Pinto (1986).

da própria personalidade, promovido basicamente através das psicoterapias. Note-se que os cursos, práticas e vivências complementares são quase todos realizados fora da Universidade, embora esta abrigue algumas especializações e os cursos de mestrado e doutorado. Além do mais, a maioria deles é em âmbito privado. Sem considerarmos os grupos de estudos, grupos diversos, supervisão e psicoterapia encontramos que apenas 18,1% dos cursos de especialização e 39,2% dos de mestrado foram feitos em Instituições Públicas.

Levando-se em consideração que estamos num país do terceiro mundo, é importante refletir sobre certas peculiaridades da profissão, intimamente relacionadas com a questão da formação complementar, para que se possa analisar até que ponto há uma coerência na trajetória profissional, tal como vem sendo percorrida na atualidade e as necessidades da população e do próprio profissional.

No Brasil, verifica-se que o psicólogo é o principal agente psicoterápico, pois seu contingente é superior a 70.000, entre os quais uma maioria está engajada em algum tipo de trabalho terapêutico. Os psiquiatras, em número bastante inferior (aproximadamente 6.000), muitas vezes, inclusive, ocupam-se apenas dos aspectos medicamentosos da saúde mental. Quanto aos psicanalistas, outro agente terapêutico, seu número ainda é ínfimo, embora crescente. Tal crescimento deve-se também à inserção da categoria psicólogo entre suas fileiras.*

Enfatizaremos, neste texto, a situação do Estado do Rio de Janeiro com referência especial à Capital, posto que foi elaborado, pela coordenação de pesquisa do CRP 05, um questionário anexo ao instrumento utilizado na investigação de âmbito nacional, com a finalidade de examinar alguns pontos, a saber: psicoterapias a que se submetem/submeteram os psicólogos, duração e enfoque teórico predominante das mesmas, presença de formação psicoterápica e identidade profissional. Tal anexo nos possibilitou uma mais nítida compreensão do tema ora abordado, permitindo, ainda, estender esta análise à situação do psicólogo em geral, ressalvadas as especificidades da região examinada — antiga capital e centro difusor da cultura brasileira.

* Führtner (1980) registra, em 1978, o número de psicanalistas em todo o país em 663, estando, na época, a maior parte em formação. No Rio de Janeiro localizava-se a metade dos mesmos. Figueiredo (1983) em pesquisa mais recente, mostra que o total de psicanalistas no Rio de Janeiro quadruplicou no espaço de 5 anos, em função da criação de sociedades psicanalíticas por psicólogos, ou da abertura das sociedades oficiais aos mesmos.

Führtner, J & II: A Psicanálise no Brasil (Die Psychoanalyse in Brasilien) Frankfurt, Psyché, 1980 e Figueiredo, A.C.C. - Estratégias de Difusão do Movimento Psicanalítico no Rio de Janeiro 1970/1983 - Dissertação de Mestrado, PUC/RJ - 1984.

Entre os psicólogos clínicos, a busca constante e diversificada de complementação é mais intensa, como pormenorizaremos a seguir. A rigor, não pode sequer ser denominada "complementar", já que se coloca como um caminho paralelo percebido como indispensável, desde os primeiros contatos do estudante de psicologia com a profissão. Mostraremos, preliminarmente, em algumas linhas, a evolução da trajetória da clínica "psi" nas duas últimas décadas, para contextualizar a atual demanda de "complementação".

O quadro de procura incessante de um aprimoramento profissional tem crescido muito nos últimos 8 anos, o que nos leva a conjecturar que alguns fatores do panorama social, político e econômico do país favoreceram esta ocorrência.

Num primeiro momento, o sistema autoritário aqui instalado e a concomitante expansão e o enriquecimento da classe média criaram condições propícias para o surgimento de uma demanda do novo profissional - o psicoterapeuta. A própria ausência de canais de participação - o silenciamento sendo uma palavra de ordem - tornava atraente e válido este tipo de espaço^{**}. Tal validade era reafirmada pelo próprio Estado, por serem consideradas as práticas em psicologia provavelmente pouco ameaçadoras, já que, privilegiando a esfera íntima e privada, nela ficariam camufladas complexas questões sociais^{***}. Ao perscrutar individualmente respostas para conflitos, diluiu-se a possibilidade de reflexões mais coletivas, as quais poderiam remeter a questionamentos mais substantivos na direção de mudanças políticas.

Note-se o contraste com outras áreas de ciências humanas e sociais - enquanto, por exemplo, em sociologia, ciência política e filosofia era nítida uma tentativa de esvaziamento de cursos e carreiras, em psicologia havia um florescimento. Este processo encontrava eco na classe média, que passou a enviar um contingente significativo de suas filhas para os cursos de psicologia, concebidos como uma promessa profissional e pessoal para a condição feminina.

* Dos sujeitos da amostra nacional que cursaram mestrado, 63,9% iniciaram-no a partir do ano de 1979. Em relação às especializações, esta percentagem alcançou 71,5% desde então, caracterizando um "boom" na atual década.

** Luciano Martins em "A Geração AI-5", Cadernos Opinião, 1979, trata desta questão. Um dado facilitador para esta evolução foi a própria regulamentação da profissão em 1962 - a primeira em caráter mundial.

*** Observe-se que a situação descrita não pode ser generalizada a outros países, sequer sul-americanos, a exemplo da Argentina, onde os psicólogos foram profissionais hostilizados e perseguidos durante a vigência do regime autoritário.

Nesta fase, a profissionalização feminina desta classe passou a se estruturar dentro da idéia de que o local da mulher não era mais exclusivamente o lar, irradiando-se para espaços afins, onde o cuidado, proteção, ajuda, asseio e organização seriam novamente suas atribuições, de modo mais sutil. Educação, serviço social, enfermagem, secretariado passaram a ser, entre outras, opções compatíveis com a nova demanda. No caso da psicologia, a evolução da prática psicoterapêutica evidenciou esta extensão: os primeiros trabalhos desenvolveram-se com crianças e adolescentes, já que os adultos ficavam reservados aos psiquiatras e/ou psicanalistas*. Além disso, com a definição legal do exercício psicoterapêutico, colocou-se no topo destas profissões. Passou a prometer não apenas a conciliação com as tarefas domésticas - já que o exercício liberal ocorria com flexibilidade de horário - como a possibilidade de maiores rendimentos, além de prestígio e status aproximados aos de profissões até então consideradas masculinas (medicina, advocacia, engenharia, odontologia etc.)**.

Por sua vez, a receptividade às propostas psicológicas inseria-se numa vasta e profunda alteração de valores pela qual passava a sociedade, em especial a classe média, seduzida pelo consumo de bens e serviços recém-introduzidos a partir do "milagre". Aspectos tradicionalmente absorvidos entraram em crise, a saber: sexualidade, papéis masculino e feminino, socialização infantil, dinâmica familiar, relação com o trabalho, questões religiosas e morais*** etc.

* Lima Silva, M. A.: A prática de psicanálise de crianças: Algumas questões. Cadernos da PUC, 11, SP, Educação - Cortez, 1981.

** Vide, entre outros: Benston, M. Por uma economia política de libertação da mulher. Montly-Review, sept, 1969, N. Y.; Lewin, II. - Diversificação da demanda do ensino superior: O comportamento feminino diante da Carreira Universitária - Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio, 1977; Bruschini, M. C. - Sexualização das ocupações: O caso brasileiro. Cadernos de Pesquisa, 28, Fundação Carlos Chagas, 5-20, 1979; Trotto, R., Psicóloga, mulher e mãe. In Langenbach, M. e Negreiros, T. C. (orgs) - A Psicologia no Rio de Janeiro - Versões e Reflexões. Série: A Psicologia Aplicada. Uma prática em debate, nº 1, PUC, Rio, 1987.

*** Esta temática tem sido trabalhada por alguns autores nacionais:

- Martins, L. A., op.cit.

- Russo, J.A. & Santos, T.C. - Psicanálise e Casamento, In: Velho, G. & Figueira, S.A. (org.). Família, Psicologia e Sociedade. Rio de Janeiro, Campos, 1981.

- Russo, J.A. - Os efeitos terapêuticos da psicanálise: uma discussão. Dissertação de Mestrado, PUC/RJ, 1982.

- Lima e Silva, P.S. & Przyslaw, R. & Monteiro, E. & Lima e Silva, A. Quem está pirando no Rio de Janeiro: as transformações da demanda de Psicoterapia. Ciência e Cultura. Rio, 1982.

- Costa, J.F. - Sobre a geração AI-5: violência e narcisismo. In Costa, J.F. - Violência e Psicanálise. Graal, Rio, 1984.

Cont.

Nos últimos anos, embora o país tenha atravessado uma profunda e crescente crise financeira - com progressivo empobrecimento da classe média - manteve-se acesa a demanda desta mesma classe por serviços "psi".

Tal demanda ocorreu, pelo menos em parte, em função da decadência sócio-econômica desta própria classe média, posto que a clientela, em sua grande maioria, padece do que se poderia denominar "neurose urbana" - solidão, "stress" ligado ao ritmo acelerado e competitivo, vazio existencial, ausência de referências afetivas e morais etc.

Por sua vez, os profissionais, também pertencentes a esta mesma classe, empenham-se em oferecer, sob formas as mais diversas, serviços para satisfazer e até ampliar tal demanda, numa tentativa de sobrevivência profissional. Nas situações mais diversificadas, fazem-se presentes grupos para gestantes, obesos, idosos, deficientes físicos; terapias breves, de casal, familiares, corporais, aconselhamentos de diferentes ordens etc.

A clínica, exercida basicamente em consultório particular, torna-se uma atividade extremamente ambicionada, até porque, ao aumento de profissionais não correspondeu um acréscimo significativo de absorção em instituições, fato decorrente da recessão pela qual passa o país nos últimos anos.

Nota-se, então, o paradoxo de que o consultório, na atualidade, abriga tanto a pequena parcela dos mais altos rendimentos, como o grande contingente de subempregados, resultado verificado na amostra da cidade do Rio de Janeiro, onde aproximadamente a metade dos profissionais exclusivamente liberais está nesta última condição**.

Cont.

- Figueira, S.A. - Modernização da família e desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil. In: Figueira, S.A. (org.) - Cultura da Psicanálise. Editora Brasiliense, S.P., 1985.

- Nicolaci-da-Costa, A.M. - Mal estar em Família: descontinuidade e conflito entre sistemas simbólicos. In: Figueira, S.A. (org.) - Cultura da Psicanálise. Editora Brasiliense, S.P., 1985.

Nota-se, então, o paradoxo de que o consultório, na atualidade, abriga tanto a pequena parcela dos mais altos rendimentos, como o grande contin

- Figueira, S.A. (org.) - Uma Nova Família? - O moderno e arcaico na família de classe média brasileira. Zahar, Rio, 1986

* O Brasil coloca-se progressivamente entre os maiores consumidores mundiais de serviços psicoterápicos, acompanhando os Estados Unidos no seu alto ritmo de oferta-procura. Concordamos com Eduardo Mascarenhas ao afirmar que "em poucos lugares do mundo pratica-se tanta psicoterapia e graduam-se tantos profissionais ligados à saúde mental". In Kalina, E. e Kovadeoff, S.: As Ciladas da Cidade. Brasiliense, S.P., 1978.

** Considerou-se subempregado na investigação original do CRP 05 os sujeitos que ganhavam até 4 salários mínimos e/ou trabalhassem até 16 horas semanais. O índice de subemprego no Estado chegou a aproximadamente 1/3 desta amostra (29,2%).

Desde o ingresso do aluno na faculdade de psicologia, a mensagem da formação complementar lhe é passada - para além dos muros universitários deverá debruçar-se, caso pretenda uma consistência maior do seu saber e alguma garantia para sua futura prática. Nesse sentido, a Universidade torna-se ao mesmo tempo esvaziada - já que percebida como uma efêmera passagem, com o objetivo precípua de titulação e preservada - desde que não há compromisso com a "real" formação do estudante. Ao se formarem, inseguros e ansiosos pelo confronto com a dura realidade do mercado existente e por sua percepção da precariedade do preparo recebido, tornam-se crescentemente impelidos a desenvolver algum tipo de formação.

Para o exercício da clínica é necessário, tanto para os estudantes quanto para os recém-formados e até para os antigos profissionais, seguir um ritual que incluirá: grupos de estudo Freud e Lacan "sinc qua non"; estágios - sem remuneração, já que estão formados, restando o consolo da gratificação por conta da aprendizagem e do seu uso futuro -; supervisões - individuais e em grupos; além de seminários, encontros, jornadas, maratonas, congressos em número nunca dantes existente - oportunidades pouco exigentes (a não ser financeiramente) de se obter contatos profissionais e de se mostrar atualização.

Por outro lado, este ciclo é realimentado pelos psicólogos considerados mais bem sucedidos, os quais garantem, através da divulgação de seus conhecimentos - teóricos e práticos -, além de uma forma de legitimação, uma alternativa para viabilizar um novo e rendoso mercado de trabalho.

Como parte do ritual à inserção e desenvolvimento de uma profissionalização em nível clínico, coloca-se, em lugar de destaque, a psicoterapia do próprio profissional*.

No Estado do Rio de Janeiro, a grande maioria dos psicólogos da amostra submete-se e/ou submeteu-se a algum tipo de tratamento psicológico (79,5%), sobretudo nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, respectivamente 80% e 86,5%.

A realização de psicoterapias tornou-se, portanto, um fato natural e cotidiano na vida do psicólogo: quase 80% da amostra já teve alguma experiência neste sentido e mais de 40% da mesma estava, na época da coleta dos dados, engajada num tratamento desta natureza.

* Voltamos a mencionar a inexistência de dados relativos às psicoterapias de profissionais de outros Estados em virtude do questionário original da pesquisa realizada a nível nacional não incluir este tópico. Por este motivo, não nos foi possível traçar algum tipo de comparação do que ocorre no Estado do Rio de Janeiro, especialmente na Capital, com os demais. Supomos que existam certas semelhanças, embora relativizadas pela orientação acadêmica e por aspectos históricos e culturais locais.

Considerando-se os altos custos de que, em geral, se fazem acompanhar as psicoterapias, chega a surpreender o percentual dos profissionais que, mesmo não empregados e subempregados, seguem tratando-se (20 e 50% respectivamente).

Estar desempregado ou subempregado em psicologia torna-se extremamente difícil no sentido das expectativas pessoais, familiares e sociais. Não está em jogo isoladamente um desempenho profissional, como nas demais profissões, mas toda a pessoa. Parece que as psicoterapias funcionam como uma promessa para uma mais exitosa inserção, quando o psicólogo ficar "bem": isto na medida em que o "fracasso" é atribuído, muitas vezes, à dificuldades de caráter emocional, já que é consensual que sua personalidade é o seu instrumento de trabalho.

A grande maioria dos psicólogos tem, no atendimento individual, sua escolha preferencial. O atendimento em grupo fica em segundo plano. Tal ocorrência pode ser atribuída à estereotipia do grupo como teoricamente questionável, como um recurso de 2º categoria, utilizado para dar conta dos impedimentos financeiros.

Quanto ao tempo de terapia, a maior parte no Estado localiza-se na faixa de 1 a 5 anos. Destacamos, por outro lado, o índice elevado de terapias de longa duração (30,2% da amostra estadual realizou seu tratamento por um período superior a 5 anos). Se considerarmos que quase 1/3 da amostra total tem menos de 30 anos, o que, em princípio, dificultaria a já existência de uma terapia longa, este dado revela-se muito significativo.

A orientação teórica predominante nos tratamentos é a psicanalítica, especialmente na cidade do Rio de Janeiro (70,7%). Os outros enfoques, individualmente, não chegam a alcançar 10% da amostra do Estado.

Muitos psicólogos passam, ao longo dos anos, por tratamentos diversos, numa procura de modelo e legitimação de sua prática clínica. Fica

* Maciel, C. L. desenvolveu a este respeito um trabalho bastante elucidativo em relação ao contexto brasileiro: *Imagens do psicólogo entre profissionais liberais*. In *Caderno de Psicologia, Revista do Centro Rogeriano de Psicologia Clínica*, ano 1, vol. 1, nº 1, Recife, dez. 1974.

** Está em torno de 63,8 o número de sujeitos que realizam ou realizaram um atendimento exclusivamente individual no estado, chegando a 85% se incluirmos os que se referiram aos dois tipos de atendimento. Por sua vez, temos apenas 14,5% da amostra utilizando o grupo como única modalidade, chegando a 35,8% quando este tratamento aparece combinado.

*** Lima e Silva, P.S. examinou o papel dos processos terapêuticos na profissionalização dos psicólogos em: *Anos de análise*. In Birman, J. & Nicéias, C.A. (orgs.): *Análise com ou sem fim?* Ed. Campus, 1987.

visível como a terapia torna-se, cada vez mais, uma exigência curricular para diferentes níveis da profissionalização: seleção para estágios e trabalhos em clínica, admissão em cursos de especialização, além de, principalmente, ingresso em escolas de formação. Esta exigência muitas vezes não é assumida clara e oficialmente nas universidades, pois isto implicaria em alterações substanciais na política de ensino: Como formalizar um processo terapêutico no interior de um Departamento de Psicologia?

O ciclo da complementação não se esgota nos elementos descritos até aqui, com ênfase no papel das psicoterapias. Todos os itens arrolados parecem precursores do ponto desejável do percurso: a formação psicoterápica.

Por sua vez, a formação psicanalítica é o modelo hegemônico no Estado. Por este motivo, marca todo o aprendizado complementar.

Em formação psicoterápica estão ou estiveram mais de 1/3 da amostra estadual (33,2%), fato bastante significativo dado que, até 1980, as poucas sociedades psicanalíticas tradicionais não aceitavam o ingresso de psicólogo, tendo tal abertura ocorrido concomitante e conseqüentemente ao surgimento recente de outras escolas, muitas delas fundadas por psicólogos.

Uma reflexão que nos parece crucial a propósito da formação psicoterápica — especialmente a psicanalítica — relaciona-se ao não-reconhecimento, em âmbito universitário, desta mesma formação, tanto que, dentro do quadro acadêmico, os títulos obtidos nesta trajetória paralela não são validados para a ascensão na carreira docente.

Ora, se a Universidade ignora este tipo de aprendizado paralelo e se existe uma demanda que justifica um número crescente de escolas formadoras, é de se deduzir que este desdobramento será incorporado brevemente como um patamar natural da profissionalização.

Neste caso, ou a Universidade assimilará tal aprendizado teórico-prático, oficializando-o curricularmente, ou os cursos de graduação serão cada vez mais inexpressivos ou pelos menos preliminares de uma seqüência a ser realizada paralela e posteriormente à Universidade. Esta segunda alternativa poderá conduzir a uma elitização ainda maior da profissão ou a uma

* Algumas escolas definem como regra o candidato submeter-se ao processo de análise com didata da mesma instituição, dentro de rigoroso esquema de tempo ininterrupto e de alta frequência de sessões (4 a 5 vezes por semana)

** Uma análise da trajetória da busca de formação psicanalítica por parte dos psicólogos pode-se encontrar em Figueiredo, A.C., op. cit. e: Figueiredo, A.C.: A difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro e seus efeitos sobre a formação profissional. In Novaes, M.H. (org.): Psicologia clínica: pós graduação e pesquisa, ano I, no 1, PUC/RJ, agosto 86.

busca direta a estes aparelhos formadores paralelos, dispensando a graduação em Psicologia. A rigor, esta situação já se delinea atualmente em algumas escolas de formação.

A possibilidade de adquirir conhecimentos de caráter genérico sobre diferentes enfoques teóricos e práticas deles decorrentes tornam a Universidade, a nosso ver, potencialmente o espaço mais recomendável para uma formação não necessariamente sectária. Esta é uma questão complexa, pois abriga conflitos diversos, entre os quais, preponderância conferida aos campos teórico x prático, hierarquia entre diferentes orientações teóricas, política para alocação de recursos etc. De qualquer modo, a situação merece um cuidadoso exame que extrapola o tema ora enfocado.

Na atualidade, em termos de formação complementar, o que temos no interior das Universidades, fundamentalmente, são os cursos de mestrado e doutorado, iniciativas de grande envergadura e esforço. Este último, em decorrência da recente implantação no país, apresenta um número reduzido de titulados, sendo a metade destes obtido título no exterior. É de se esperar que esta procura, a partir da própria pressão do meio universitário, intensifique-se. Supomos que as principais finalidades destes cursos ainda estão alheias a um aprofundamento de conhecimentos, ficando mais circunscritas a pressões para exercer a docência, a possibilidade de uma fonte de renda através das bolsas de estudo, a esperança de valorização profissional que facilite a inserção no mercado de trabalho, a manutenção de um vínculo profissional com uma instituição e até a obtenção de um dado curricular para o ingresso em sociedades de formação psicanalítica, pelo menos no Rio de Janeiro.

Nas Universidades encontramos também os cursos de especialização, que, embora procurados com relativa freqüência, até por suas características mais marcadamente técnicas do que os cursos de mestrado e doutorado, não conseguem substituir as organizações a elas externas. Referimo-nos

* Tentativas de historiar e analisar cursos de psicologia, encontram-se em Langenbach, M. & Boschi, S. et alii: História do IPA: Algumas reflexões sobre a formação da Psicologia no Rio de Janeiro. In Langenbach (org.) — SPA da PUC/RJ: Uma prática em Debate. PUC/RJ, nº 10 — DIE, 1982;

Langenbach, M. & Negreiros, T.C.G.M. — Relação do Curso de Psicologia da PUC/RJ com o Desdobramento Profissional do Psicólogo no Rio de Janeiro. In Langenbach, M. & Negreiros, TCGM — A Psicologia no Rio de Janeiro — Versões e Reflexões. Série Psicologia Aplicada: Uma prática em debate, nº 1, Rio, 1987;

Giusta, A; Mata Machado, M.; Campos, R.H. — Notas sobre a formação do psicólogo na Universidade Federal de Minas Gerais. Cadernos de Psicologia/UFMG, Belo Horizonte, Junho/86.

basicamente aos cursos de especialização em clínica, cujo índice é maior dentre as outras grandes áreas — trabalho e educação. No caso do Rio de Janeiro, tais cursos, com duração de 2 anos assumem, em sua maioria, um caráter preparatório para a formação terapêutica propriamente dita.

Em geral, o tipo de formação complementar oferecida no interior das Universidades padece de problemas estruturais vários que, afinal, vão desembocar num prolongamento da situação precária do curso de graduação.

Quanto ao âmbito externo às Universidades, o que se observa atualmente é a proliferação de inúmeros núcleos formativos em clínica, das mais diferentes tendências. Alguns deles, por sua novidade e recente instalação, poucos requisitos apresentam para o ingresso de alunos. Os agrupamentos mais antigos, em sua maioria, colocam exigências onerosas e pesadas para os que neles queiram ingressar. São, por outro lado, vistos como os que conferem maior prestígio e clientela**. Em comum, existe a expectativa de um espaço protetor, pela pertinência a um grupo que legitime o exercício profissional. Pertencer à uma organização com características corporativas remete a segurança em vários pontos a saber: um respaldo teórico com uma abordagem já procurada por identificação; o compartilhar angústias profissionais vividas a um nível técnico, através de supervisões: expectativa de reconhecimento profissional por certos pares especiais (terapeuta, supervisor, coordenador), o que poderá significar encaminhamento de clientela etc.

Ainda um denominador comum a todas essas organizações é a perpétua aquisição de saber realizada de um modo assimétrico. Quase não se configuram grupos de colegas para estudo, supervisão e discussões gerais: torna-se sempre necessária a figura de um saber-poder maior que orientará ou, no mínimo, coordenará os trabalhos desenvolvidos. Frequentemente esta figura vem do exterior, exportando uma realidade alienada a nossa, na qual se inclui a própria cobrança de seus honorários — muitas vezes em dólares.

Tal situação mantém a categoria presa a um compromisso elitista, na medida em que está sempre com os olhos voltados para um alvo distante de sua realidade, podendo usufruir pouco de uma reflexão com seus pares e desvalorizando um discurso mais próximo e a criação de um saber local.

* Em todo o território nacional, a especialização em clínica, "latu sensu" obteve um percentual de 51,4%, enquanto que a área do trabalho ficou com uma estimativa de 24,4%, a de educação de 10,3% e todas as demais conjuntamente, incluindo-se algumas fora do âmbito da psicologia, de 13,9%.

** Observa-se um fenômeno interessante a respeito da hierarquia entre as escolas formadoras — após a formação de uma escola considerada mais "fraca", vários profissionais pleiteiam e conseguem o ingresso em outra mais valorizada. Fica claro que esta trajetória prolonga e onera ainda mais a profissionalização.

Entre os subempregados e até entre os que não exercem a profissão isto fica ainda nítido, configurando-se um estado em que, de potencial produtor, o psicólogo passa a ser constante consumidor de serviços psicológicos. Até que ponto essas exigências são uma forma de manter um "exército de reserva" sob controle, sem que pressione ou se organize de uma forma mais substantiva, na medida em que considera estas circunstâncias naturais? Sem percebê-lo, o psicólogo configura um mercado de trabalho em boa parte autofágico. Vários deles mantêm a convicção de que precisam se preparar indefinidamente e não localizam as causas de seu desemprego nas dificuldades inerentes ao mercado de trabalho em si, atribuindo-as à questões pessoais ou a sua formação original deficiente que necessita de uma eterna complementação.

Como ilustração desta situação, observa-se que quase a metade dos sujeitos considerados subempregados, na cidade do Rio de Janeiro, cursavam ou haviam cursado algum tipo de formação complementar: mestrado (12,4%); especialização (20,7%) e formação psicoterápica (16,5%). Ressalte-se que 85% de tais sujeitos já haviam realizado ou estavam fazendo algum tipo de tratamento pessoal. Em confronto com a contribuição desses mesmos sujeitos ao orçamento familiar, observou-se que mais da metade (51,7%) não tinha qualquer participação nelc. Assim, pautado na dependência da rede familiar, este grupo vai se equilibrando, sendo evidente que a formação complementar à qual se dedicam é basicamente mantida pela família. O provável fator responsável por tal situação é a constituição maciçamente feminina da categoria, para a qual a dependência financeira ainda é uma pauta de conduta socialmente aceita.

Resta saber se, sob o pretexto de uma postura de aperfeiçoamento, revisão e atualização de conhecimentos, perpetua-se uma atitude de permanente infantilização e submissão, mantedora da situação tal como está.

Esta questão necessita de um exame cuidadoso, não somente a nível das Universidades, como pelos órgãos de classe. Nitidamente a categoria coloca, na atualidade, sua energia de organização dentro e a serviço dos múltiplos agrupamentos a que se percebem pertinentes, ficando as Instituições formalmente representativas — Departamentos de Psicologia, CRP, Sindicatos —, pouco expressivas.

Aliás, a própria identidade dos profissionais a partir da formação modifica-se: de psicólogos passam a denominar-se, por exemplo, de terapeutas corporais ou psicanalistas. No caso dos últimos, dada a já citada hegemonia da orientação teórica psicanalítica, podemos até supor, pelo menos na cidade do Rio de Janeiro, o embrião de uma nova categoria profissional.

Estas informações estão subsidiadas nos dados da pesquisa, posto que 49,6% dos psicólogos clínicos que seguem a orientação psicanalítica responderam que se percebem como psicanalistas, ao serem inquiridos sobre a questão da identidade. Muitos deles, embora não se identifiquem como psicanalistas, neste momento, fazem desta identidade seu projeto futuro, tornando possível a partir do término de sua formação.

Ainda em relação à identidade, pode-se perceber uma nítida diferença entre os clínicos e não-clínicos. Conforme mencionado de início, a "complementação" configura uma realidade específica do clínico. Entre os que não têm vínculo com o trabalho terapêutico, toda uma postura profissional modifica-se: não se nota o engajamento descrito anteriormente na aquisição do saber, nem a busca prolongada de psicoterapia. Aliás, poucos grupos formativos existem fora dos universitários, com alguma proposta de aprendizado nas áreas de educação e trabalho, apenas para citar os principais.

"Last but no least" — situáramos os efeitos que o panorama apresentado traz para a clientela, ou seja, a repercussão, a nível social, da difusão da formação psicoterápica.

O que busca o sujeito ao ingressar em todo o circuito da complementação? Certamente há um ideal presente desde o início da procura pela psicologia: tornar-se um profissional liberal. Este ideal decorre principalmente de dois tipos de hierarquia implícitas em nossa sociedade: a primeira diz respeito aos diferentes profissionais da área "psi" que se agrupam em desiguais níveis de prestígio, a partir de sua titulação, a saber: psicanalista, psiquiatra, psicólogo, assistente social, psicopedagogo, terapeuta ocupacional, auxiliar psiquiátrico, musicoterapeuta etc. A segunda refere-se a divisão entre assalariados e liberais, onde os últimos são considerados os mais valiosos — especialmente por sua autonomia e possibilidade de altos rendimentos.

Atualmente existe entre os psicólogos uma tendência ao assalariamento. A conjuntura brasileira crítica introduziu, porém, um elemento com-

* O mais alto percentual de ausência de qualquer tipo de tratamento encontrou-se em todo o Estado do Rio de Janeiro, entre os psicólogos que não exercem a clínica (31,2%). A duração das terapias também mostrou-se inferior à dos clínicos, pois as de tempo superior a 2 anos apenas alcançaram um índice de 20,6%, enquanto que as terapias com duração de até 2 anos foram as que obtiveram maior percentual entre os não-clínicos: 48,2%.

** Estas ordenações derivam de diversos fatores que não cabem no escopo do presente capítulo analisar. Vejam-se, entre outros fatores: Langenbach, M.: A psicologia aplicada no Rio de Janeiro: início de uma profissão (1938-1962). Dissertação de Mestrado — Departamento de Psicologia: PUC/RJ, 1982, e Santos da Rocha, G.: Psicanálise e Psiquiatria — uma introdução epistemológica ao surgimento da psicanálise no Brasil. Tese de mestrado. Departamento de Filosofia, PUC/RJ, 1983

plicador a esta tendência — a insuficiente criação de postos de trabalho, principalmente em relação a expansão, em progressão quase geométrica, da categoria*.

Nota-se, nesta conjuntura, uma precária participação do Estado como empregador, proporcionando escasso acesso para a população como um todo aos serviços psicológicos. Fica flagrante como a concentração dos estudos nas formações em geral — inclusive na universitária — voltam-se para um atendimento especialíssimo a nível individual, estando a realidade institucional e suas vicissitudes, até o presente momento, relegadas a um segundo plano.

Por tudo isto, o exercício liberal não representa somente um ideal perseguido como também a única saída, conforme já mencionado. Também, de acordo com material discutido anteriormente, a formação psicoterápica assume ser uma instância viabilizadora para esse exercício.

A busca incessante do aperfeiçoamento para esta "única" e "ideal" saída, acoplada à precariedade e instabilidade do sucesso da mesma, vai configurando, para muitos, um quadro desesperador — o profissional tentando manter, a qualquer custo, uma forma de exercício em progressivo declínio. Suas lutas cotidianas dentro desta perspectiva refletir-se-ão na sociedade a que se propõem prestar seus serviços — a clientela.

Como é feito este repasse para a clientela? Poderíamos analisá-lo sob várias formas e diversos ângulos. Aqui destacaremos a questão financeira, por se tratar de fator emergente de um diálogo cada vez mais difícil e ambíguo entre terapeuta e paciente; no qual as necessidades do primeiro são repassadas para o segundo, desde a definição do contrato terapêutico.

Para manter todo o peso de sua formação e as incertezas inerentes ao exercício liberal, sem garantias trabalhistas (aposentadorias, férias, 13º salário, auxílio-doença etc.) sente-se o profissional autorizado e legitimado a cobrar altos honorários, reajustáveis de modo a acompanhar vantajosamente o ritmo inflacionário do país. A maioria dos psicoterapeutas propõe aumentos trimestrais e alguns até mensais, muitos dos quais desproporcionais à disponibilidade econômica do cliente.

Outro aspecto problemático observável desde o estabelecimento do contrato é a prática da redução de honorários em troca da não declaração dos serviços ao Imposto de Renda. Embora esta prática seja generalizada

* No Estado do Rio de Janeiro registrou-se apenas um pequeno predomínio do assalariamento (65,5%: soma dos assalariados puros, acrescidos dos que têm uma atividade também liberal) para os liberais (60% soma dos puros e mistos, i.e., que combinam o exercício liberal com o assalariamento). Além disso, se pensarmos na presença de credenciamento entre autônomos, ou de vinculação à clínicas, deduz-se que a autonomia e o acesso direto à clientela começam a se perder progressivamente.

também entre outras categorias de profissionais liberais — médicos, dentistas, advogados etc, ela tem conotações específicas em se tratando de uma psicoterapia, podendo constituir-se num fator comprometedor da confiança desejável na relação terapeuta — cliente.

Em torno da questão financeira, outros arranjos têm sido feitos quer clara ou sutilmente, a exemplo da redução de 5 a 20 minutos no tempo de atendimento clássico e da solicitação da assinatura, por parte dos credenciados, de mais guias de convênio do que as efetivamente utilizadas.

Dado que a clientela, em sua maioria, pertence a uma classe média em progressivo processo de assalariamento, sofrendo as conseqüências de uma política econômica de recessão — salários congelados e defasados do ritmo inflacionário — desenvolve-se um conflito.

As respostas a esse conflito, encaminhadas pelo profissional, circunscrevem-se, freqüentemente, às peculiaridades da esfera interna do seu cliente, com especial ênfase às suas dificuldades — "restênciã", "baixa auto-estima", "dependência", "regressão", "desvalorização pessoal e profissional etc.". Deste modo, ao excluir questões mais amplas do descompasso social, estimulam ideologicamente valores tais como: esforço, sucesso pela competência, competição, enfim, todos aqueles relacionados às necessidades de dinheiro, posse e poder .

Portanto, a formação tem-se tornado um dos mais poderosos instrumentos socializadores do profissional "psi", implicando numa adesão à valores, processo ora clara, ora sutilmente violento, repassado a seus interlocutores — os clientes. Assim, de um agente de transformação que muitos pretendem ser, caracteriza-se, de fato, um reforçador do atual "malestar da civilização". Indaga-se, por isso, até que ponto o atendimento terapêutico torna-se um foco a mais de "stress" para alguns pacientes, também engajados em esforços extremados para conseguir manter financeiramente aquele espaço almejado e supostamente aliviador de seus sofrimentos.

Em verdade, todo este capítulo pretendeu uma reflexão ainda pouco tematizada pela categoria. Acreditamos que os aspectos aqui descritos, comprometem severamente a qualidade do trabalho profissional — questão complexa e delicada, que poderá ser melhor avaliada no futuro.

No presente, a pesquisa, insuficiente em relação a estes problemas, talvez decorra do fato de que descortinar os aspectos sombrios do nosso labor, nestes árduos tempos, implica em sofrimentos e ameaças, na revisão de valores e investimentos a serem feitos, no questionamento a um "modus vivendi" adotado, no desafio a buscar novos caminhos. De qualquer modo, encarando mais ou menos de frente este panorama, uma coisa é certa: a situação do país não permitirá a "recompensa merecida" pela "eterna formação".

* Saidon abordou esta temática ao referir-se à classificação das necessidades, segundo Marx, no capítulo: O grupo operativo de Pichon Riviere — Guia Terminológico para a construção de uma teoria crítica dos Grupos Operativos. In Baremlitt, G. (org.) — Grupos: Teoria e técnica. Graal, Rio, 1982.

CAPÍTULO 6

PRODUÇÃO E FORMAÇÃO CIENTÍFICA EM PSICOLOGIA

Maria Amélia Matos*

Justificativa

Pedi-me o Conselho Federal de Psicologia que falasse sobre a "formação técnica e metodológica do pesquisador em Psicologia, produção, produtividade, recursos, qualidades de produção e tecnologias geradas". A preocupação do Conselho em que se abordem todos esses tópicos, choca-se com a constatação de que nossa produção científica é tão pouca que não haveria como falar sobre todos. E o material que me foi fornecido pelo CFP como subsídio, reflete a dificuldade dos psicólogos brasileiros em até mesmo levantar dados sobre o pesquisador. Versava este material sobre local de formação, característica do primeiro emprego, atividades desenvolvidas no emprego, áreas de atuação profissional", etc, etc.

Formação

A formação científica que se fornece aos alunos nos cursos de graduação é mínima, praticamente restrita a alguns exercícios de laboratório nas disciplinas de Psicologia Experimental, e algumas informações sobre lógica e estatística nas disciplinas de Metodologia (estas, quando há). Contudo a informação teórica é ampla, constante e onipresente, praticamente em todas as disciplinas do curso. Um grande número de aulas na graduação é dedicado a contrastar a opinião de diferentes autores sobre diferentes "escolas", "sistemas", e "teorias" psicológicas. De fato, é importante que o estudioso aborde

* Instituto de Psicologia : Universidade de São Paulo.

seu problema de interesse a partir de um foco conceitual, mas é igualmente importante que ele domine o mecanismo de construção, de crítica e de validação das teorias, isto é, a pesquisa, seus instrumentos e seu corpo de dados. Os currículos de algumas poucas escolas contemplam a formação do pesquisador através da disciplina Metodologia Científica, mas quase nenhuma abre espaço para a atividade de treino em pesquisa e/ou iniciação científica. Nas disciplinas de metodologia a formação é tradicional (delineamento e controle estatístico), voltada principalmente para trabalhos de campo (onde, algumas técnicas de survey), e, descritivo (no máximo com o uso do método diferencial). Algumas disciplinas (por exemplo: Psicologia Social, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Comparativa e Animal) mencionam, e até treinam alunos em algumas técnicas de observação. Mas de modo geral, as disciplinas do curso de Psicologia são discursivas, "teóricas", não exigindo nem sequer as atividades de ler e analisar relatos originais de pesquisa. As atividades práticas que os alunos de graduação têm, são aquelas previstas nos estágios supervisionados, onde o interesse único é a aquisição de técnicas de aplicação do conhecimento científico.

Isto se dá, provavelmente, tanto pelo encantamento dos alunos voltados para o mercado de trabalho, como pelas condições estabelecidas pelo currículo mínimo federal, que aloca espaço considerável no curso básico de formação para estágios profissionais (ao invés de fazê-lo na residência ou especialização), e nenhum à pesquisa. A partir daí, forma-se o círculo vicioso com a ausência de orientadores de pesquisa e, principalmente com a ausência de pesquisa em andamento nas quais os alunos possam se engajar (não me refiro aqui a estudos curtos, aperiódicos e assistemáticos, e sim a projetos de média e longa duração). Algumas poucas "ilhas de competência" há, e sua manutenção e sobrevivência tem limites perigosos com o tópico "financiamento".

A formação a nível de pós-graduação, até mesmo pelo seu objetivo precípuo, foi, e deveria sempre ser, dirigida à pesquisa. Aliás, segundo Cordona, Gusso e Luna (1986) 69% dos alunos de pós-graduação declaram que sua opção de continuar seus estudos deve-se a "sua vocação declarada para a pesquisa". Em contraste, o MEC/CAPES/CAA (1983) relata que na área de humanidades (na qual a Psicologia é inserida por aqueles órgãos), apenas 22% dos alunos estão envolvidos em projetos de pesquisa de docentes, enquanto esta porcentagem sobe para 50% e até 77% nas demais áreas. Compreensivelmente, a participação dos docentes de pós-graduação nas atividades de pesquisa e de docência revelou que na área de humanidades as proporções são de 58% e 91%, respectivamente para participação em pesquisa e docência, enquanto, nas demais áreas as proporções são de 82% e 64%, respectivamente (MEC/CAPES/CAA, 1983). E mais, nos últimos oito anos, vem-se observando uma progressiva profissionalização da pós-graduação em Psicologia (Matos, 1983, relata que em 1978, 11,4% das opções, em termos de cursos de pós-graduação eram em áreas profissionais; em 1981,

26,5%), e embora nestes casos o aluno leia mais pesquisas no original, ele praticamente só se envolve com sua própria "pesquisa de tese" (e mesmo esta não é diferente, em suas características, daquela abordada nos cursos de graduação — trabalho de campo, descritivo, com apoio estatístico). Como conseqüência, freqüentemente, tais cursos, dominados pelo interesse em promover "aperfeiçoamento profissional", se constituem em prolongamentos de cursos de graduação, apresentando pouca titulação (em geral com teses do tipo "revisão de área" ou "aferição de testes e medidas". Quando envolvem pesquisa geradora de dado novo, esta é baseada em instrumentos tais como entrevistas livres e/ou questionários abertos). É fato porém que, com o advento da pós-graduação, aumentou o número de laboratórios de Psicologia, principalmente nas áreas de Análise Experimental do Comportamento, Psicologia Cognitiva, Senso-Percepção, Psicofarmacologia, Interação Social e Psicobiologia.

A conseqüência geral deste quadro é que a formação dos alunos de Psicologia é passiva: na graduação, ele escuta o que o professor leu nos livros, e na pós-graduação, lê o que pesquisadores estrangeiros escreveram nas revistas científicas. O envolvimento profissional com a atividade de pesquisa em Psicologia no Brasil é mínimo. Do total dos psicólogos entrevistados pelo Conselho Federal de Psicologia, durante o levantamento de informações que subsidiou a elaboração de outros capítulos da presente obra, apenas 5,1%, em algum momento ou outro de suas vidas, atuou em pesquisa. Não de estranhar, a produção científica em Psicologia no Brasil é...

Produção

...é mínima. Até meados de 1960 era isolada e esporádica, relacionada principalmente a relatos de atividades clínicas e à aferição de testes e escalas. Era vinculada aos remanescentes da leva de intelectuais europeus que, fugindo do flagelo nazista, se radicaram no Brasil. A partir de 1970 aumenta a produção e, a partir de 1980, esta torna-se mais estável o que, apesar de tudo, é, a meu ver, uma decorrência da criação formal dos cursos de pós-graduação, com o parecer 77/69 do CEF. Uma pós-graduação sadia depende da qualidade da pesquisa que aí se realiza, enquanto a pesquisa, por sua vez, sempre se beneficia da existência de bons cursos de pós-graduação. A formalização da pós-graduação teve um efeito impulsionador sobre todas as áreas de investigação científica no país e, em termos regionais, foi a região sudeste a que mais se beneficiou disto. Em 1963 nela se situavam 56,9% dos cursos de pós-graduação do país; em 1982, 75,0% (MEC/SESU/CAPES, 1983). Fenômeno semelhante ocorre em Psicologia: em 1980, das opções existentes a nível de pós-graduação, 79,4% localizam-se na região sudeste e, não estranhamente, 70,2% da produção científica (livros, artigos e comunicações em congressos nacionais) provinha dos cursos de pós-graduação desta região (Matos, 1983).

Tabela 1

Crescimento da pós-graduação em psicologia no Brasil de 1976 a 1981
(Fonte - Matos, 1981).

Nível do Curso	Número de Cursos	Corpo Discente	Corpo Docente	Produção Científica		
				Artigos	Livros	Teses
Mestrado	+ 160%	+ 95%	+ 42%	-	-	-
Doutorado	+ 250%	+ 259%	+ 133%	-	-	-
M. e D.	-	--	-	-22%	-20%	+ 184%

A pesquisa nunca foi prioridade na maioria das instituições de ensino superior no Brasil, mesmo nas escolas oficiais. Contudo, a criação dos cursos de pós-graduação obrigou-as a repensarem a vocação e responsabilidade primeira da universidade brasileira: a pesquisa (a esse respeito vale a pena repetir que, se as empresas produzem conhecimento e tecnologia, o fazem para uso interno, divulgado através de relatórios secretos e documentos sigilosos. Em países do terceiro mundo, só a universidade tem condições de desenvolver tecnologias para o bem comum e de manter pesquisas a longo prazo). Contudo, é preocupante o peso que a pós-graduação tem sobre a produção científica em Psicologia no Brasil, dadas algumas características destes cursos: instabilidade, endogenia e crescimento acelerado. Instabilidade: apenas 54,0% dos cursos de pós-graduação existentes em Psicologia em 1976 continuaram a existir em 1981; 46,0% haviam sido extintos, subdivididos ou reagrupados (Matos, 1983), embora continuassem as mesmas, as instituições envolvidas. Endogenia: em 1981 mais da metade das instituições que mantinham cursos de pós-graduação em Psicologia o faziam com um corpo docente constituído essencialmente (de 70% a 90%) de professores titulados no país (lembrando que naquela época, como hoje, apenas a FGV-RJ, a PUC-SP e a USP, ofereciam cursos a nível de doutorado). (Matos, 1983). Crescimento acelerado: ver Tabela 1.

Analiseemos contudo essa produção. Dada a exigüidade de tempo e dos dados disponíveis para a realização do presente trabalho, vários cortes importantes foram feitos: a) o acesso a teses e dissertações era impossível sem viagens; b) o acesso a revistas brasileiras é prejudicado pela própria aperiodicidade e *time lag* com que as mesmas são publicadas, e o acesso a revistas estrangeiras, impossível sem uma equipe auxiliar; c) o acesso a livros era inviável econômica e temporariamente. Preferi estes cortes a uma análise meramente volumétrica, que não considerasse características substantivas da produção (às quais só se tem acesso pela leitura da produção) tais como: natureza do trabalho, área da Psicologia envolvida, população, e instrumen-

Tabela 2

Comunicações apresentadas na seção G2 - Psicologia, e nas subseções G2.1 - Psicobiologia e G2.2 - Análise do comportamento, em 1982, 1983 e 1984 nas reuniões anuais da SBPC.

Trabalhos Inscritos	1982 - Campinas			1983 - Belem				1984 - São Paulo				1985
	Tot.	G2	G2.1	Tot.	G2	G2.1	G2.2	Tot.	G2	G2.1	G2.2	
Tot.Insc.	141	61	80	137	74	38	25	177	73	66	38	108
Não Psicol.	25	4	21	6	0	0	0	19	0	10	1	64
Não Brasil	7	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0
Tot.Cor.	115	56	59	131	74	32	25	158	73	46	38	104

tos utilizados. Posto isso, a análise das comunicações de pesquisa apresentadas em congressos se impunha. Optei pela análise dos RESUMOS que contém os resumos das comunicações científicas apresentadas nas Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em parte, porque parte do levantamento dos dados necessários (1982 e 1983) já havia sido feito para a IIIa. Reunião da ANPEPP (Matos, 1984) e, em parte, porque as reuniões da SBPC, além de congregarem uma variedade maior de pessoas quanto à sua origem regional, nelas, até 1985, não havia sido instituída a análise e seleção prévia dos trabalhos inscritos (o que, se por um lado deve ser um mecanismo eficaz para a melhoria da qualidade dessas comunicações, por outro, atende menos aos objetivos deste "retrato"). Reconheço antecipadamente que uma análise completa da produção apresentada em congressos, deveria incluir a análise dos ANAIS das Reuniões Anuais de Ribeirão Preto. Contudo, isso implicaria em uma análise comparativa trabalho-a-trabalho, pois ocorrem inúmeros casos do mesmo estudo ser apresentado nos dois eventos.

Como se pode ver na Tabela 2, nossa análise se restringiu aos resumos apresentados na Seção G.2-Psicologia, nos anos de 1982, 1983 e 1984, já que, a partir desta data, as subseções de Psicanálise e Psicobiologia separaram-se, constituindo-se em seções distintas, G.3 e G.4, respectivamente, dentro da SBPC. A subseção G2.2 só foi criada a partir de 1983.

O número total de trabalhos inscritos não é indicador confiável, já que um certo número de trabalhos não é propriamente de natureza psicológica (isso ocorre principalmente na subseção G2.1 - Psicobiologia, onde 26%, 16%, 29% e 84% dos trabalhos, respectivamente para os anos analisados,

diziam respeito à anatomia do sistema nervoso de diversos animais, à dose letal de diversas drogas, níveis de glicemia atingidos com certas dietas ou drogas, pressão arterial e substâncias químicas etc). Por esta razão, um indicador mais confiável da produção em Psicologia seria um total corrigido. Este, por sua vez, indica um crescimento pequeno, porém constante, de 82 a 84 (+14% e +21%, respectivamente, em 83 e 84), seguido de uma queda abrupta em 85 (-34%). É de se supor que a subsecção G2.1, embora responsável por um grande número de trabalhos de natureza não-psicológica (o que sem dúvida justifica sua transformação em uma secção independente), também era responsável por um número considerável de trabalhos em Psicologia. Em outras análises seria pois necessário ler também os resumos daquela secção (e também, possivelmente, os de Ergonomia, Educação, Enfermagem, Saúde, e outras áreas de interpenetração). De qualquer modo, 115, 131 e 158 trabalhos são totais expressivamente reduzidos para uma produção nacional em um país com cursos de pós-graduação em 18 áreas e com cursos de graduação em mais de 80 instituições de ensino superior. Schwartzman (1985) relata uma média anual de 3,2 artigos publicados em revistas científicas, por unidade de pesquisa, no Brasil.

Resumindo, enquanto o número de trabalhos apresentados em G2 oscilam entre 49% e 46% do total geral corrigido, passando por 56%, os de G2.1 caem de 51% para 24% e 29%, e os de G2.2, ausentes em 1982, sobem de 19% a 24% em 83 e 84. Na verdade, o critério de inscrição dos autores nos pareceu confuso. Assim como inúmeros trabalhos de G2.1 não caberiam sequer em Psicologia, outros caberiam mais propriamente em G2.2; do mesmo modo, alguns poucos trabalhos inscritos em G2.2 não cabem legitimamente nesta subsecção; enquanto vários inscritos em G2 caberiam melhor em G2.2. Não alteramos a classificação dos autores, embora as sociedades científicas que trabalham com a SBPC pudessem esclarecer melhor seus associados sobre como proceder. (Os trabalhos inscritos na área de conhecimento "Psicanálise" não foram incluídos nos dados da Tabela 2, porém acrescentamos que este número é de 7, 4, 5, e 3, respectivamente, para os anos analisados.)

Instituições

Quais são as instituições que, ao realizarem pesquisa em Psicologia no Brasil, a comunicam nas Reuniões Anuais da SBPC? A Tabela 3 nos ajuda a responder a esta questão. Vale esclarecer que, na elaboração desta tabela foi computada apenas a afiliação profissional do primeiro autor. Outrossim, na Tabela 3 não estão incluídas as instituições que compareceram a apenas uma reunião, ou que, tendo comparecido a mais de uma reunião, não apresentaram, no total delas, pelo menos três trabalhos. As instituições que, pelas razões apresentadas, ficaram excluídas são: Centro de Educação Especial do Pará, Fundação Universitária do Amazonas, Faculdade de Filosofia do Recife, PUC-Pe, Universidade Regional do Nordeste, UFCE, UFSe, UFU

(Uberlândia - MG), Universidade Católica de Goiás, UDF, UFRJ, UERJ, PUCAMP, Faculdade de Educação São Marcos (SP), Fundação Carlos Chagas (SP), Hospital Psiquiátrico de São Paulo, Sedes Sapientae (SP), Instituto de Pesquisas Espaciais (SP), Faculdades Objetivo (SP), Instituto Metodista de São Bernardo do Campo (SP), Centro de Educação Especial de São Paulo, Associação Brasileira de Superdotados (SP), Faculdades Braz Cubas (SP), UEM (Maringá - Pr) e UNISINOS (RS). Alguns poucos trabalhos foram inscritos sem indicação da origem institucional (N = 4). Seria ainda necessário lembrar que os dados relativos à Universidade de São Paulo foram separados em termos de seus dois *campi* que produzem trabalhos em Psicologia, o de São Paulo (o qual apresentou trabalhos oriundos de sete diferentes unidades) e o de Ribeirão Preto (com trabalhos de três unidades). Por outro lado, os quatro *campi* da UNESP que produziram trabalhos (Araraquara, Assis, Marília e Botucatu) foram agrupados sob aquela sigla. Das siglas empregadas na Tabela 3 provavelmente as menos conhecidas são: IOC-RJ (Instituto Oswaldo Cruz, HPIJ-SP (Hospital Psiquiátrico do Juqueri), OSEC-SP (Organização Santoamarense de Educação e Cultura), EPM-SP (Escola Paulista de Medicina), UEL-Pr (Universidade Estadual de Londrina), UFSM-RS (Universidade Federal de Santa Maria).

O número de Instituições que apresentaram trabalhos científicos de pesquisa é razoável: 48 Instituições em três anos. Porém nem todas comparecem todos os anos. Em 1982 compareceram apenas 23 instituições, em 1983 compareceram 36, e em 1984, 42. Em geral, entre as que compareceram assystematicamente, a produção é muito baixa, ao longo dos três anos analisados: 25 instituições compareceram apenas uma vez com um ou dois trabalhos, ou compareceram duas vezes com um trabalho em cada vez. Menos da metade das instituições produtivas (N = 18), compareceu a todas as três reuniões analisadas.

O número médio de trabalhos por instituição é aparentemente bom: em 1982 foi de 5,0, em 1983 de 3,6, e em 1984 foi 4,9. Contudo estes valores não são representativos, pois sua faixa de variação pode ir de 1,0 trabalhos a 46,0 trabalhos. A USP-SP é a que maior produção relatou, seguida de longe pela UNESP, UNB e USP-RP, e de mais longe ainda pela UFPe, UFRN, PUC-SP, UFSCar e UFRS. Mais da metade da produção apresentada nas reuniões da SBPC nestes três anos (61,4%) provem de instituições que se localizam no Estado de São Paulo, o que poderia ser causa ou efeito do local de realização destas reuniões (ver Tabela 1).

Financiamento

As principais agências de financiamento de projetos científicos e tecnológicos, em termos de volume de verbas recebidas do Governo Federal para alocação, são, nesta ordem: EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias), CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento

Tabela 3

Total de Comunicações, por instituição, em 1982, 1983 e 1984 (ver texto).

Instituição	1982	1983	1984	Total
UFPa	1	6	2	9
UFPe	2	10	4	16
UFRN	3	1	12	16
UFBa	3	2	1	6
UFMG	2	5	2	9
UFES	0	3	1	4
UFF-RJ	0	1	2	3
IOC	2	0	3	5
UNB	14	14	6	34
UFMS	1	1	1	3
HiPJ-SP	2	0	1	3
USP-SP	35	30	46	111
USP-RP	10	6	16	32
UNESP	15	8	13	36
UNICAMP	3	1	4	8
OSEC	2	0	3	5
PUC-SP	3	1	11	15
UFSCar	5	4	4	13
EPM-SP	4	1	4	9
UEL-Pr	1	0	3	4
UFSM-RS	0	3	2	5
UFRS	2	2	6	10

Científico e Tecnológico), EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão ao Ensino Rural), FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento e Formação de Pessoal para o Ensino Superior). Porém em termos da Psicologia, e consultando a Tabela 4, a imagem que temos é outra.

As principais agências financiadoras em Psicologia (ou pelo menos quanto ao número de financiamentos, já que não dispomos de dados sobre o montante dos financiamentos), foram: CNPq (37,2%), FAPESP (26,8%), CAPES (9,2%), e FINEP (9,2%). Várias universidades federais financiam um ou outro estudo em suas diferentes unidades. É inexpressiva a contribuição de várias agências e programas, extremamente significativas em outras áreas, como a FIPE e o INEPE, ou de várias fundações de amparo à pesquisa.

Tabela 4

Total de financiamentos, por agência financiadora, aos trabalhos apresentados na secção G2 e subsecções G2.1 G2.2 nas reuniões de 1982, 1983 e 1984 da SBPC.

Agência	G2	G2.1	G2.2	Total	Tot. %
CNPq	19	59	15	93	37.2
CAPES	7	8	8	23	9.2
FINEP	0	23	0	23	9.2
FIPE-BB	0	2	9	2	0.8
INEPE	2	0	0	2	0.8
FAPESP-SP	19	36	12	67	26.8
FADEPA-PA	0	4	0	4	1.6
FADERGS-RS	0	1	0	1	0.4
UF de origem	2	13	3	18	7.2
UE de origem	1	0	0	1	0.4
Proj.Rondon	4	0	0	4	1.6
Outros, Ce	1	0	0	1	0.4
Outros, MG	0	3	0	3	1.2
Outros, Pa	0	1	0	1	0.4
Outros, SP	1	0	0	1	0.4
Ent. Estrang.	1	3	0	4	1.6
Indústrias	0	2	0	2	0.8
Total	57	155	38	250	100.0

Quatro entidades estrangeiras (Ford-USA, KFA-DR, NSF-USA, e NIMH-USA) e duas indústrias paulistas financiaram projetos, quase exclusivamente na área de Psicofarmacologia. A conclusão mais formidável, em termos de agência de fomento, é a de que, enquanto as várias agências do Governo Federal financiam pouco mais da metade das pesquisas apresentadas na SBPC, o Governo do Estado de São Paulo financia um quarto desta pesquisa.

Os 404 trabalhos apresentados nestes três anos receberam 250 financiamentos, o que indicaria uma boa média de 0,62 financiamentos por trabalho apresentado. Contudo, vários trabalhos, especialmente na subsecção G2.1, receberam dois e até três financiamentos simultaneamente, o que reduz bastante o significado daquela média. A subsecção G2.1 foi a que mais finan-

ciamentos recebeu, tanto em termos absolutos (155), quanto relativamente ao número de trabalhos apresentados (1,13). A secção G2 (aliás apenas na Psicologia são inscritos trabalhos sob o *caput* geral do nome da área/secção) recebeu em média 0,28 financiamento por trabalho apresentado e a subsecção G2.2, 0,60. Na verdade estes números não são confiáveis. Parece não haver o hábito, entre os psicólogos, de informarem sobre as fontes de financiamento de seus trabalhos. Isto indica um baixo grau de profissionalização dos pesquisadores em Psicologia no Brasil, já que ter um trabalho financiado, não só é uma garantia de melhores condições para a sua realização, como também é um indício forte da qualidade do trabalho que assim fez por merecer tal financiamento. Nesse sentido, uma análise da produtividade (total de comunicações/total de financiamentos) fica prejudicada, e qualquer outra (levando em conta o mérito do trabalho ou seu impacto na área, por exemplo) foge ao alcance deste trabalho, devendo antes ser realizada pelos pares, e não por pessoa isolada.

Em termos institucionais, a USP-SP é a que mais recebe financiamentos (29,6% do total de financiamento), seguida pela UFRN (14,0%), USP-RP (10,8%), UFSCar (6,4%), UFPa (4,4%) e pela UNESP (4,0%). Uma análise deste dado face às diferenças no volume de trabalhos apresentados caberia aqui. Contudo, evitaremos tirar conclusões, pois, como já dissemos acima, trata-se de um dado subinformado e que, além disso, não expressa o montante dos financiamentos.

Como um exemplo das dificuldades de se analisar os recursos (bem como o destino real dado a estes recursos) destinados ao ensino e à pesquisa neste país, apresentamos aqui a informação de que, em 1981 o orçamento da União destinou o montante de 43 bilhões de cruzeiros para serem aplicados à ciência e tecnologia no país. Contudo, apenas cerca de 10,2% deste montante foi destinado ao Ministério de Educação e Cultura (com seus vários programas da CAPES, INEPE, CEBRACE, subvenção às Universidades Federais) e 14% ao CNPq (na alínea "Presidência da República"). Entre parênteses, este valor atribuído ao CNPq representa na verdade uma reclassificação, feita em 1980/1981, dos programas de trabalho de várias secretarias ministeriais, de vez que uma série de projetos não eram classificados como ciência e tecnologia, e passaram a ser enquadrados como tal. (Preferimos analisar o orçamento da União em 1981, porque este teria sido implementado em 1982, e teria tido seu impacto nas pesquisas relatadas em 1983 e 1984, provavelmente). (Agenda, 1978).

Finalmente, verificamos que em 1981 a pesquisa aplicada, ou tecnológica, recebeu quatro vezes mais fundos do que a pesquisa fundamental, ou

* Identificamos trabalhos, que sabemos financiados, e nos quais, não obstante, falta menção a esse fato.

científica, no país. Para o orçamento de 1982 estava previsto um percentual de 43% do orçamento da União para pesquisa aplicada ou tecnológica, e 11% para pesquisa fundamental. Para divulgação científica e tecnológica, foi designado um percentual equivalente ao destinado para a produção de pesquisa fundamental, 10%. (Agenda, 1978.). Não concordamos pois com Motoyama (1984) quando afirma que "a ciência e a tecnologia nunca foram prioridades reais dos políticos deste país"; a tecnologia é.

De qualquer modo, face ao montante de verbas disponíveis para as agências federais, só nos resta reafirmar, diante da Tabela 4, uma evidência já sobejamente conhecida da comunidade científica: a FAPESP é, das agências de fomento de pesquisa, a mais eficiente.

Cremos que, à semelhança do que ocorre na FAPESP, uma maior parcela da comunidade científica deveria participar dos processos de decisão e de administração de entidades como CAPES, CNPq, FINEP, e não apenas de seus quadros consultivos. Esta sugestão é no sentido de fazer com que um maior percentual do orçamento destes órgãos chegue até a ciência do país através de bolsas de estudo e de viagem, auxílio à pesquisa, realização de congressos, e contratação de professores. Como exemplo citamos os 35% do orçamento do CNPq efetivamente empregado para essa finalidade em 1979/1980 (CNPq, 1980 e 1981), em contraste com os 80% do orçamento da FAPESP empregados para a mesma finalidade e no mesmo período (FAPESP, 1981).

Estes dados não são fatos isolados. Schwartzman (1985) comenta que em 1982, 47,1% das verbas do CNPq foram gastas com despesas administrativas, 34,2% das verbas da EMBRAPA foram consumidas com a administração e pesquisas de seus próprios núcleos, enquanto o FNDCT apóia ampla e fortemente institutos não universitários de pesquisa. Estes critérios deveriam ser também revistos, pois a pesquisa universitária é a que dá, no Brasil, maior espaço à iniciativa e lideranças genuinamente científicas, e a que mostra maior ligação entre o desempenho científico do beneficiado e sua competência profissional. Afinal, apesar de tudo, é a universidade o repositório de maior competência profissional no Brasil e a única que tem cumprido com seus objetivos.

Qualificação da Produção

Pedi-me o CFP que falasse sobre "a qualidade da produção". Contudo, como esta palavra mais freqüentemente é entendida em seu segundo significado, e não propriamente em seu primeiro e precedente analítico, o de propriedade ou atributo (Novo Dicionário Aurélio, 1a. edição, 1975, p.1175), preferi a expressão acima, "qualificação".

Num primeiro momento acreditamos importante identificar em que áreas de Psicologia se desenvolve a pesquisa relatada, isto é, o que o psicólogo

estuda. No Quadro I (inserido no final do capítulo) temos a proposta de classificação das áreas de trabalho (acadêmico, científico e profissional) em Psicologia (a qual foi elaborada para utilização em trabalho anterior; Matos, 1984).

Num segundo momento, acreditamos que seria importante identificar também características do trabalho quanto a sua natureza, isto é, como o psicólogo estuda aquilo que estuda: a) Trata-se de um levantamento de dados e informações (LEV.)? ou de um estudo de processos básicos (como aprendizagem, percepção, memória, motivação etc.) e/ou princípios básicos que descrevam tais processos (P.BAS.)? ou será um trabalho de cunho metodológico, preocupado com a validação de instrumentos ou com o desenvolvimento de técnicas e de medidas (D.MET.)? ou será um trabalho que visa a aplicação de princípios para desenvolver técnicas de intervenção, e/ou a adaptação de técnicas já desenvolvidas, no intuito de resolver problemas (APLIC.)?; b) O estudo é de natureza empírica (EMP.)? histórica (HIST.) ou teórico/conceitual (CONC.)?; c) Pode ser considerado descritivo sem manipulação de variáveis, porém com controles, como no método diferencial (DESC.)? ou seria experimental, com manipulação de variáveis e visando demonstração de relações (EXP.)?; d) Estes estudos se realizam em laboratórios ou ambientes controlados e semi-estruturados (LAB.) ou são realizados no campo, em ambiente natural (CAMP.)?

Com o quê o psicólogo trabalha (pareceu-nos outra pergunta importante), isto é, de que instrumentos, técnicas ou recursos ele se vale em seu trabalho de pesquisa? Usa ele questionários (QUEST.); roteiros de entrevista (ENT.); protocolos de observação (OBS.); escalas, testes, inventários (INV.); recorre ele a aparelhagem eletro-mecânica-eletrônica para registrar seus dados e/ou apresentar as variáveis ou situações-problema (EQP); desenvolve um sistema de categorias comportamentais (CAT); ou utiliza recursos variados para preparar e administrar substâncias químicas (DRG)?

E finalmente, com quem trabalha? Comportamento ou psiquismo de quem, a Psicologia estuda?

Na verdade, como se verá a seguir, uma grande (freqüente) e constante característica dos relatos analisados foi "sem informação", ou "informação insuficiente, contraditória ou ambígua", e portanto, onde os critérios de análise não se aplicam (NSA).

Neste trabalho procuramos analisar a qualificação dos trabalhos considerando sua inscrição, pelos autores, nas diferentes seções e subseções. Conseqüentemente, eliminamos os dados referentes ao ano de 1982, durante o qual a sub-seção de G2.2 ainda era incluída em G2.

* Incluímos aqui, talvez inadequadamente, os exercícios operatórios usados em estudos com o método clínico piagetiano.

A) Áreas

Inicialmente procuramos classificar os trabalhos apresentados, nas várias subáreas do Quadro I, de acordo com a variável de interesse ou problema sendo investigado. Nem sempre isso era possível, quer porque as categorias de subárea não o permitissem (caso em que o trabalho era tão somente classificado na área; ex.: A) quer porque a descrição do problema ou variável, e portanto dos objetivos do trabalho, não estavam claramente explicitados (o que freqüentemente ocorria, *au lieu de*, era a descrição das atividades desenvolvidas. Por exemplo, estudar características de determinados processos sociais em população carente ou estudar as características de uma população carente usando como referencial ou instrumento determinadas técnicas que descrevem processos sociais). Paralelamente, a maioria dos estudos se dirigiam a vários problemas e envolviam várias áreas e subáreas, simultaneamente (ex.: F1 e F3, E1 e F2, F1 e G etc.). Optamos sempre pela multiclassificação: pela VI, pela VD e por tantas áreas e subáreas quanto parecesse implícito. Conseqüentemente, algumas categorias podem estar inflacionadas, quer pela multiplicidade de interpretações de uma determinada descrição (resumo), quer pela ambição dos autores, quer pela inabilidade desta escrevinhadora. Na contagem final, lançamos o total obtido apenas na área (já que a análise pelas subáreas, além de pulverizada, nos parecia, pelas razões acima, mais sujeita a equívocos). Conseqüentemente, pareceu-nos mais adequado um tratamento em termos de freqüência relativa dos dados.

Da tabela 5 podemos concluir que a pesquisa psicológica brasileira em 1983 e 1984 dirige-se a P. Desenvolvimento, P. Social, e aquilo que denominamos Fundamentos e Medidas (onde se destacam A3 e A2). Surpreendentemente, considerando-se o impacto da pós-graduação na pesquisa, e o grande número de cursos de pós-graduação em P. Clínica e P. Escolar/Educacional/Psicopedagogia, a freqüência de trabalhos de pesquisa relatados nestas áreas é baixo (11,3% e 6,7% respectivamente). Os pesquisadores brasileiros que relatam seus trabalhos na SBPC, não se interessam por P. do Trabalho, e apenas poucos estudos são relatados em P. Cognitiva e P. Comparativa.

Na secção G2, mantém-se a preferência por P. Social, P. do Desenvolvimento e Fundamentos mas, agora, estudos em P. Clínica aumentam (15,3%). Não existem trabalhos em P. Fisiológica, P. Comparada, e muito poucos em P. do Trabalho. Há um grande número de estudos (4,6%) em relação aos quais não foi possível uma classificação. Na secção G2.1-Psicobiologia há uma enorme e constante preferência por P. Fisiológica e, especialmente em 1984, por P. Comparativa. Com exceção de alguns estudos de processos básicos (especialmente em 1983, e que melhor estariam se inscritos em G2.2) e de alguns trabalhos de terapêutica farmacológica (cuja freqüência cai em 1984 e que foram classificados por nós em Psicologia Clínica), o interesse em G2.1 pelas demais áreas da Psicologia é desprezível.

Quanto a G2.2, esta subsecção repete basicamente a preferência da secção G2 por P. do Desenvolvimento, Fundamentos e Medidas e, principalmente em 1984, por P. Social. Contudo, a preferência de G2 por Clínica é substituída aqui por Processos Básicos. Também as áreas preferidas em G2 são repetidas aqui: poucos ou nenhum estudo em P. Fisiológica, P. Comparativa, e P. do Trabalho. Os estudos em P. do Ensino porém, são mais freqüentes do que em G2.

B) Características

Antes de mais nada, alguns esclarecimentos quanto à aplicação da categorização proposta:

– LEV – Incluímos aqui desde levantamentos genéricos, preliminares e imprecisos quanto a seus instrumentos, até estudos com categorias comportamentais testadas e inventários validados, desde que o interesse fosse a distribuição populacional do fenômeno estudado. Esta categoria foi incluída após uma análise preliminar dos resumos.

– P. BAS – Vários estudos da subsecção G2.1, com drogas e técnicas comportamentais, apresentaram problemas de classificação: se interessados em descrever processos comportamentais incluímo-los em P. BAS; porém, se interessados em descrever mecanismos de ação de drogas, incluímo-los em APLIC.

– HIST – Embora a SBPC refira-se a resumos de comunicações científicas, vários resumos referem-se a trabalhos de revisão da literatura. Antes que eliminá-los, classificamo-los em HIST.

– CONC – Estritamente falando, um trabalho teórico-conceitual deveria ser objeto de uma exposição e análise mais longas, como em conferências ou simpósios. Contudo, identificamos vários trabalhos desta natureza nos resumos analisados, pelo que acrescentamos esta categoria de análise. Nela foram incluídos também trabalhos de "reflexão" e trabalhos de natureza semi-histórica/semiconceitual, atendendo às declarações freqüentes dos autores sobre seu caráter de "contribuição teórica".

À semelhança do que ocorreu com o item *Áreas*, as multiclassificações são freqüentes: trabalhos de levantamento que pretendem desenvolver técnicas, estudos com fases descritivas e experimentais, trabalhos de observação em laboratórios (ou ambientes semi-estruturados) e em ambientes naturais. Conseqüentemente, a análise também foi feita em termos relativos (freqüência porcentual).

Analisando a Tabela 6, podemos concluir que a pesquisa psicológica realizada no Brasil em 1983 e 1984 é essencialmente voltada para as questões empíricas, é predominantemente descritiva, é conduzida no ambiente cotidiano dos sujeitos estudados, e está preocupada com o levantamento de informações e dados preliminares. Apenas um quarto dos trabalhos são de

cunho experimental, envolvem o estudo de processos básicos e se desenvolvem no laboratório.

A secção G2 é frequentemente empírica (mas nem sempre, mostrando o peso das subsecções G2.1 e G2.2 neste item), é bastante descritiva, com mais da metade de seus trabalhos voltados para levantamentos (em geral de atitudes e expectativas) em ambiente natural ou desconhecido (NSA = 19,7%). Aliás, a secção G2 apresenta níveis absolutamente inaceitáveis de trabalhos com "informação ausente" ou "informação ambígua e insuficiente", em todas as categorias analisadas (embora esta característica tenha diminuído em 1984).

A subsecção G2.1 é quase exclusivamente empírica, basicamente experimental, realizando seus estudos em laboratório. Seus interesses se dirigem tanto para o estudo do efeito de drogas (APLIC), como para estudos de certos processos básicos (B1 e B2) e para levantamento de repertórios comportamentais, em estudos de cunho etológico ou em estudos do efeito de drogas.

A subsecção G2.2 é quase exclusivamente empírica, basicamente descritiva, e realiza estudos tanto no laboratório, quanto em ambiente natural. Volta-se para o levantamento de repertórios comportamentais (em geral em situação social e com crianças), bem como para o estudo de processos básicos (A2).

Em geral estas freqüências se mantêm de 1983 para 1984, especialmente para G2 (que em 84 apresenta mais estudos de desenvolvimento metodológico, particularmente de validação de escalas e testes) e para G2.1 (que em 84 apresenta menos estudos de laboratório e, conseqüentemente, mais estudos realizados em ambiente natural). A subsecção G2.2 é a que mais mudanças apresentou em 1984 (fruto, talvez, de sua ainda recente criação): mais estudos de repertórios comportamentais, menos estudos de processos básicos, mais estudos descritivos (e conseqüentemente menos estudos experimentais manipulativos) e menos estudos de laboratórios.

C) Instrumentos

Vários estudos, principalmente em G2.1 usam reagentes, vidraria e aparelhos para medir, preparar e administrar drogas a seus sujeitos. Todos estes recursos foram classificados em DROGA. Computadores foram usados para processamento de dados. Embora reflitam o grau de afluência da equipe de pesquisa, não necessariamente refletem seu grau de sofisticação na coleta de dados; foram incluídos em NSA. No futuro, quando usados *on line*, deverão ser incluídos em EQP.

Em geral as distinções entre secções e subsecções, quanto ao uso de instrumentos, são claras e dispensam tabelas, razão pela qual preferimos uma análise por área estudada. Em G2 usam-se, principalmente, entrevistas (ou relatos de história de vida), questionários e observação (embora não neces

Tabela 7

Frequência relativa com que os varios instrumentos de pesquisa são usados nas diferentes areas estudadas (ver texto)

Area	QUEST	ENT	OBS	INV	FOP	CAT	DRG	NSA	Total
Fund. Med.	4,5	4,5	22,4	44,8	8,9	3,0	0,0	11,9	100,0
Proc. Bas.	2,8	0,0	16,7	25,0	41,7	0	8,3	5,5	100,0
P. Fisiol.	0,0	1,5	38,2	2,9	11,8	0	41,2	4,4	100,0
P. Comp.	0,0	0,0	88,0	0,0	8,0	0	0,0	4,0	100,0
P. Social	16,8	22,1	11,6	21,1	6,3	9,5	0,0	12,6	100,0
P. Desenv.	6,8	8,7	29,1	28,1	5,8	10,7	0,0	10,7	100,0
P. Cogn.	0,0	5,9	35,3	52,9	0,0	0,0	0,0	5,9	100,0
P. Ensino	15,1	21,1	30,3	15,1	3,0	6,1	0,0	9,1	100,0
P. Clinica	13,3	26,7	11,1	8,9	2,2	0,0	0,0	37,8	100,0
P. Trabalho	25,0	0,0	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	50,0	100,0
NSA	27,3	18,2	9,1	18,2	0,0	0,0	0,0	27,3	100,0
Total	8,3	11,1	26,2	22,0	8,9	4,8	6,1	12,5	100,0

sariamente com elaboração de categorias), mas, sobretudo, usam-se escalas, testes e inventários. Na subsecção G2.1, nos trabalhos de campo, emprega-se a observação e há uma certa preocupação com categorias (P. Comparativa); enquanto nos trabalhos de laboratório usa-se muita droga e bastante observação, sem a preocupação de definir categorias comportamentais bem explicitadas, tanto no laboratório como no campo. Na subsecção G2.1 trabalha-se muito com observação e categorias comportamentais bem explicitadas, tanto em laboratório como no campo.

Na tabela 7 pode-se ver que instrumentos de trabalho são usados nos estudos apresentados na SBPC. Aqui também, casos de multiclassificação são frequentes (usam-se questionários e inventários, entrevistas e observação etc.) e, portanto, novamente, preferimos a análise de dados relativizados.

Os instrumentos mais frequentemente usados nos estudos analisados são: protocolos de observação, escalas, testes, inventários, e entrevistas. São inúmeros os trabalhos onde não se especificam os instrumentos utilizados, e embora isso ocorra em todas as áreas, ocorre principalmente em P. Clínica (e em dois dos quatro estudos em P. do Trabalho) e, com menos frequência, em P. Social, P. do Desenvolvimento e, surpreendentemente, em Fundamentos e Medidas.

A área de Fundamentos e Medidas trabalha principalmente com testes, escalas e inventários, no sentido de validá-los e/ou padronizá-los. Em Processos Básicos trabalha-se principalmente com equipamentos eletromecânicos e eletrônicos, embora também se usem escalas e inventários. P. Fisiológica trabalha basicamente com drogas e vidraria variada, usando observação. P. Comparativa usa quase exclusivamente observação. P. Social e P. do Desenvolvimento usam uma variedade de instrumentos, mas, enquanto a primeira trabalha com escalas, inventários, entrevistas e questionários, a segunda trabalha com escalas, testes e observação. P. Cognitiva usa predominantemente exercícios operatórios, porém, emprega também muita observação. Juntamente com a P. Comparativa, P. Cognitiva usa o menor número de recursos. A área de P. do Ensino e Aprendizagem usa bastante observação, porém, também emprega entrevistas, questionários e inventários, testes e escalas. A área de P. Clínica, como já dissemos, não especifica seus instrumentos em um grande número de estudos (37,8%) porém, quando os especifica, estes são basicamente entrevistas livres e questionários abertos. A área de Trabalho e Organização, pelo seu pequeno número de estudos, impede uma análise de tendências.

D) Sujeitos

Noventa e sete por cento dos estudos são realizados com seres humanos; em 70,2% dos casos não se especifica o sexo dos mesmos, e em 17,0% dos estudos inferimos que estudavam ambos os sexos. A população estudada se

constitui basicamente de crianças e jovens adultos universitários; menos de 10% dos sujeitos são adolescentes e menos de 1,0% tem mais de 40 anos de idade.

O nível sócio-econômico dos sujeitos é desconhecido em mais da metade dos estudos; naqueles onde esta variável é mencionada não parece haver uma incidência maior ou menor de uma determinada classe sócio-econômica.

Estes seres humanos são estudados em locais desconhecidos (33,7%), em suas escolas (39,3%), e numa variedade de outros lugares, tais como em suas casas, em clínicas, no seu bairro, em instituições etc.

E) Concluindo

Assim, portanto, os estudos analisados parecem não só padecer de um certo grau de imprecisão (NSA altíssimos), como de ambição e/ou indecisão (a multiclassificação é uma constante). A Psicologia estuda a criança e o universitário, porém não o trabalhador adulto, e menos ainda o idoso. Preocupa-se com problemas de desenvolvimento ("características de") e socialização ("processos sociais"). Interessa-se pouco por processos básicos e fisiológicos, menos ainda por ensino e cognição e, quase nada, por problemas institucionais, organizacionais ou por qualquer coisa que se refira a desempenho de trabalho. É empírica, descritiva e trabalha na escola das pessoas (embora não com problemas de ensino). Usa uma infinidade de instrumentos (em geral escalas, testes, inventários, questionários e entrevistas, elaborados para aquele estudo particular) e observa seus sujeitos (porém nem sempre descreve categorias, usadas antes ou derivadas depois). Há diferenças pequenas entre os trabalhos inscritos em G2 e G2.2 (em geral há um grande número de estudos em Análise do Comportamento inscritos em G2), mas as diferenças entre G2.1 e as duas primeiras são grandes.

Tecnologias geradas

A nosso ver, o melhor da Psicologia, em termos tecnológicos, seria o trabalho de assessoria em equipes multidisciplinares. O melhor desempenho tecnológico do psicólogo é no papel de intermediador entre diferentes técnicos, cientistas e profissionais. No Brasil porém, essa vocação ainda está por se realizar. Na verdade não há o mínimo interesse por uma psicologia do trabalho e por problemas organizacionais.

Por outro lado, indicadores de produtividade tecnológica que não se traduzem em Cz\$ (ou será OTN?), como é o caso na Psicologia, são difíceis de avaliar. As poucas técnicas desenvolvidas adaptadas no país, ou são voltadas para a própria Psicologia, como as técnicas de diagnóstico clínico e intervenção terapêutica; ou são refutadas por razões extra-acadêmicas, como as técnicas de programação de ensino.

Em outro contexto, Schwartzman (1985), avaliando a produção universitária, estima que o número de patentes produzidas no país é, em média, anualmente, 0,06 patentes por equipe de pesquisa. Se essa produção é medida na segunda decimal para todas as equipes, incluindo as de ciências exatas, ciências médicas etc, e as de unidades tecnológicas propriamente ditas, como medir a produção tecnológica nas ciências humanas? na Psicologia?

Aliás, esta preocupação ESGuerriana dos órgãos governamentais com ciência e tecnologia (e que originou vários programas de fomento de "C & T") deveria ser repensada em termos de pesquisa e desenvolvimento.

Finalizando

Que papel o CFP poderia desempenhar no sentido de fazer com que a comunidade acadêmica e científica assumisse sua responsabilidade e compromisso para com a pesquisa e no sentido de facilitar a aceitação, por parte da comunidade mais ampla, desta função essencial da universidade - a institucionalização da pesquisa?

Quadro I

Classificação das áreas da Psicologia

(Adaptado do Psychological Abstracts)

-
- A. *Fundamentos e Medidas*
 - A.1. História, teorias e sistemas
 - A.2. Metodologia, instrumentação e equipamento
 - A.3. Construção e validação de testes, escalas e outras medidas
 - A.4. Técnicas de processamento estatístico, matemático e computacional

 - B. *Processos Básicos*
 - B.1. Processos perceptuais e motores
 - B.2. Processos de aprendizagem, memória e motivação
 - B.3. Processos cognitivos e atencionais
 - B.4. Estados subjetivos e emoção

 - C. *Psicologia Fisiológica*
 - C.1. Neurologia e eletrofisiologia do comportamento
 - C.2. Processos psico-fisiológicos
 - C.3. Estimulação elétrica ou com drogas

 - D. *Psicologia Comparativa*
 - D.1. Estudos naturalísticos do comportamento animal
 - D.2. Mecanismos instintivos e processos sociais em animais

- E. *Psicologia Social*
 - E.1. Relações interpessoais
 - E.2. Processos grupais e de comunicação
 - E.3. Papéis e estruturas sociais

 - F. *Psicologia do Desenvolvimento Humano*
 - F.1. Processos perceptuais e cognitivos
 - F.2. Desenvolvimento social e da personalidade
 - F.3. Desenvolvimento da linguagem

 - G. *Psicologia Cognitiva*

 - H. *Psicologia do Ensino e da Aprendizagem*
 - H.1. Planejamento institucional
 - H.2. Programação de condições de ensino
 - H.3. Treinamento de pessoal
 - H.4. Aprendizagem e desempenho acadêmicos
 - H.5. Ensino e aprendizagem na sala de aula
 - H.6. Educação especial

 - I. *Psicologia Clínica*
 - I.1. Intervenção terapêutica
 - I.2. Programas de atendimento comunitário
 - I.3. Treinamento e reabilitação
 - I.4. Comportamento desviante
 - I.5. Distúrbios da linguagem
 - I.6. Distúrbios psicossomáticos
 - I.7. Procedimentos de diagnose

 - J. *Psicologia do Trabalho e da Organização*
 - J.1. Análise institucional
 - J.2. Recrutamento e seleção de pessoal
 - J.3. Treinamento e avaliação
 - J.4. Fatores humanos no trabalho
 - J.5. Planejamento ambiental e comportamento humano
-

REFERÊNCIAS

- Agenda CNPq (1978) *Informativo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*. Brasília: CNPq, ano IV, 18, p.3.
- CNPq (1980) Relatório Anual - 1979. Brasília: CNPq.
- CNPq (1981) Relatório Anual - 1980. Brasília: CNPq.
- Cordova, R.A.; Gusso, D.A. e Luna, S.V. (1986) *A Pós-Graduação na América Latina: o Caso Brasileiro*. Brasília: MEC/CAPES/UNESCO/CRESALC.

- FAPESP (1981) *Relatório Anual aos Conselheiros - 1980*. São Paulo: FAPESP.
- Matos, M.A. (1982) Ensino e Pesquisa em Psicologia no Brasil: o caso da pós graduação. *Anais da XII Reunião Anual de Psicologia*. Ribeirão Preto: SPRP, p. 20-41.
- Matos, M.A. (1983) Avaliação e Perspectivas em Psicologia. Em SEPLA /CNPq (orgs.) *Avaliação e Perspectivas - 1982*, Brasília: CEB, cap.55.
- Matos, M.A. (1984) "A produção científica em Psicologia no Brasil vista através da análise de resumos e anais de congressos científicos." Palestra apresentada na III Reunião Anual da ANPEPP, Rio de Janeiro.
- MEC/CAPES/CAA (1983) *Memória da Pós-Graduação Brasileira-Relatório*. Brasília: MEC/CAPES.
- MEC/SESU/CAPES (1983) *A Situação da Pós-Graduação em 1982*. Brasília: MEC/CAPES
- Motoyama, S. (1984) Ciência, tecnologia e a história da dependência do Brasil. *Revista Brasileira de Tecnologia*, 15(3), p.5-17.
- Schwartzman, S. (1985) Desempenho das unidades de pesquisa: ponto para as universidades *Revista Brasileira de Tecnologia*, 16(2), p.54-60.

CAPÍTULO 7

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO PSICOLÓGICO FORA DO ESPAÇO ACADÊMICO

Moysés C. de Aguiar Netto*

O presente estudo tem como pressuposto que existe uma parte do conhecimento psicológico que é produzido e divulgado por instituições não vinculadas ao sistema universitário.

Tais instituições concretizam o desejo de segmentos profissionais específicos. De modo geral, seu propósito seria estabelecer mútua colaboração, no sentido de trocarem entre si informações que lhes permitissem um maior domínio do campo em que atuam. Além disso, seria sua intenção desenvolver pesquisas voltadas para o aperfeiçoamento técnico, para o aprofundamento teórico e para a produção de novos conhecimentos, assim como, em muitos casos, propiciar a formação de novos especialistas na área. Embora tais finalidades não possam ser constatadas em todas as entidades a que nos estamos referindo, a tendência geral seria essa.

Para penetrarmos esse universo, levantamos de início algumas alternativas de ordem prática.

1. Identificar os encontros programados por essas organizações, nos quais se discutem os temas de interesse comum. São congressos, seminários, jornadas e assemelhados, onde os conhecimentos são divulgados através de

* Psicólogo Clínico - Psicodramatista (São Paulo).

curios, mesas-redondas, painéis, apresentação de trabalhos, conferências etc. O material produzido nessas ocasiões poderia ser coligido e analisado.

2. Examinar os jornais e revistas publicados por essas entidades. Em tese, estas últimas seriam de maior interesse, em razão do fato de que os jornais tendem a incluir matérias de natureza noticiosa, crítica e política, reservando espaço limitado, quando isso acontece, à divulgação de conhecimentos propriamente ditos.

Em função dessas alternativas, o Conselho Federal de Psicologia enviou correspondência a todas as organizações que constam do seu cadastro, solicitando os informes e o material necessário. Como resposta, obteve um volume de informações insuficiente para qualquer tratamento que permitisse uma caracterização significativa, tanto no caso dos congressos e congêneres, como também no dos jornais.

As revistas, como se imaginava inicialmente, surgiram como o principal veículo de apresentação da atividade científica em pauta. Disso as instituições parecem ter ampla consciência, tanto que, nesse aspecto, responderam com razoável presteza à correspondência acima citada.

Para localizar as publicações e proceder à caracterização pretendida, foram adotadas as seguintes providências, além da solicitação direta às entidades, via correspondência:

a) pesquisa em bibliotecas, diretamente e através do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que possui um cadastro centralizado das publicações que fazem parte do acervo das bibliotecas a ele vinculadas;

b) levantamento informal e assistemático em livrarias que comercializam revistas científicas.

O relatório do IBICT apresentou 28 referências sob o título geral "Periódicos Nacionais em Psicologia", indicando como fonte o catálogo das bibliotecas e como data-base o ano de 1986. Dessas 28, duas apontam periódicos cujos títulos foram mudados; os novos aparecem logo em seguida. Sete delas, embora catalogadas como periódicos de Psicologia referem-se a outras áreas do conhecimento que mantêm algum parentesco com o campo psicológico. Oito são publicações acadêmicas, e uma não é exatamente um periódico, mas publicação avulsa que registra anais de congresso. Restaram, para efeito de consulta, dez publicações; duas delas não foram localizadas nas bibliotecas pesquisadas, o que significou uma redução de disponibilidade a apenas oito títulos.

Não foi mais produtiva a pesquisa, junto à mesma fonte, quando se tentou investigar através de eventual classificação em área assemelhada: psicologia médica, psicanálise, saúde mental, medicina psicossomática, recursos humanos e psicologia educacional. Foram levantadas 51 referências, sob esses títulos, das quais 41 não poderiam ser consideradas publicações de Psicologia; das outras 10, três são periódicos vinculados a instituições acadêmicas, restan-

do portanto sete. Destas, três não foram localizadas, o que determinou um saldo de 4 publicações de interesse para o nosso propósito.

A incursão feita nessa fonte de material apresentou uma outra inconveniência: os exemplares dispostos nas estantes das bibliotecas são geralmente antigos: os mais recentes são datados de cerca de 10 anos atrás. Muito embora pudessem até vir a servir de base para a caracterização pretendida, se não existisse outra fonte disponível, representam um viés difícil de ser controlado, que é exatamente a sua desatualização.

Optamos, em razão disso, pelo exame dos exemplares que nos foram enviados pelas organizações consultadas e por aqueles encontrados à disposição no comércio especializado. Conseguimos, dessa forma, um total de 17 revistas.

Delas, 13 haviam sido encontradas nas bibliotecas consultadas. No entanto, apenas sete são cadastradas como publicação científica nas instituições bibliográficas oficiais. Vale registrar que esse cadastramento pressupõe que as edições ocorram com regularidade, na periodicidade a que nominalmente se propõem. A indexação, por outro lado, implica a inclusão do material publicado nos "abstracts" produzidos pela instituição cadastradora.

Para aferir a regularidade da publicação dessas revistas, tomamos para comparação duas ordens de dados. Uma delas é a periodicidade indicada na própria publicação; outra é a data da última edição disponível à época do levantamento: setembro de 1987. (Tabela 1 e 2)

Quanto à data da publicação, optamos por desconsiderar aquela cuja última edição tivesse ocorrido há mais de cinco anos. Uma única exceção foi aberta para uma delas, cuja entidade responsável tinha informado que existia uma edição mais recente (1986), com o compromisso de enviar um exemplar. Como a promessa não foi cumprida a tempo, optamos por incluir na análise a última edição disponível (1981), o que, em tese, não chega a comprometer a amostra, uma vez que as publicações descartadas são sempre anteriores a essa data.

As revistas foram classificadas de acordo com as orientações teóricas adotadas pelas instituições que as publicam. Dez delas estão vinculadas a escolas psicanalíticas, quer as de orientação comumente designada como "clássica" (4 publicações), assim como as de segmentos específicos: lacaniano (4 publicações), junguiano (uma publicação) e a trilogia analítica (uma publicação). As demais se afiliam à análise experimental do comportamento (três publicações) e ao psicodrama (uma), sendo que três delas são ecléticas, ou seja, acolhem trabalhos das diferentes escolas.

Procuramos verificar a vitalidade das publicações pela última edição vinda a lume. Nesse aspecto, encontramos uma preponderância das escolas psicanalítica "clássica" e laciana: da primeira, apenas uma publicação teve seu último número publicado em 1984; todas as outras são datadas de 1987. O segundo lugar em regularidade fica ainda com as escolas da área psicanalítica, a junguiana e a trilogica, cujas últimas edições são datadas de 1986

Tabela 1

Periodicidade	
	n =
Trimestral	3
Quadrimestral	2
Semestral	3
Anual	1
Não declarada	8

N = 17

Tabela 2

Última Edição

Ano	n =
1987	8
1986	3
1985	2
1984	3
1983	0
1982	0
1981	1

N = 17

Tabela 3

Artigos Publicados: Distribuição de Frequência Relativa por Orientação Teórica

Escola	
Psicanalítica "clássica"	31%
Lacanianiana	22%
Psicodramática	12%
Comportamental	8%
Trilógica	4%
Junguiana	3%
Outras	19%

(esta última se define como anual; a primeira não declina sua periodicidade mas anunciou o lançamento de um novo número, em 1987, após o levantamento). Uma das três publicações ecléticas mantém a frequência a que se propõe. São irregulares todas as demais.

Conteúdo

Para proceder à análise do conteúdo, listamos inicialmente todos os artigos publicados, excluindo as matérias de natureza noticiosa e os artigos em língua estrangeira ou traduzidos. Obtivemos um total de 186 títulos, o que nos fornece uma média de 11 por revista.

Esses artigos são 51% escritos por autores do sexo feminino e 5% em co-autoria envolvendo ambos os sexos.

A orientação teórica das matérias publicadas foi classificada pelo mesmo critério que as revistas como um todo. As matérias das publicações consideradas ecléticas puderam ser enquadradas nas outras categorias, adotando-se, ademais, uma nova categoria para nela incluir os textos não enquadráveis nas anteriores.

Observa-se que a grande maioria dos artigos publicados representa produção oriunda de entidades que cultivam a orientação psicanalítica. Se somarmos os percentuais dessas escolas, chegaremos à cifra de 60%, restando às linhas psicodramática e comportamental 20% e o restante para as demais.

Procuramos, em seguida, caracterizar os tipos de artigos publicados, tendo, para tanto, adotado sete categorias: 1) Conceituação e reflexão (discussão de conceitos teóricos, reflexão sobre a prática, articulação dos instrumentos conceituais); 2) Metodologia e aplicações (discussão de instrumentos metodológicos, sua utilização na prática do trabalho, discussão de alternativas operacionais, campos de aplicação); 3) Pesquisa (apresentação de resultados); 4) Estudos de caso (apresentação e discussão de casos práticos); 5) Entrevistas e discursos; 6) Resenhas de livros; e 7) Outros (literatura e crítica literária, histórico, reportagem, biografia, relatórios diversos). A distribuição de frequência relativa é apresentada na Tabela 4.

Como se pode observar, os artigos publicados denotam uma significativa preponderância das preocupações relacionadas com conceitos, sua clarificação e detalhamento, além da reflexão sobre os vários aspectos da ciência e da profissão psicológicas. Logo em seguida, vêm as preocupações com os métodos de trabalho e suas aplicações práticas. Apresentar resultados de pesquisas ocupa um discreto terceiro lugar.

Outra caracterização realizada foi a área de interesse a que se refere o material publicado. Para tanto utilizamos categorias cumulativas, ou seja, uma mesma matéria poderia abranger mais de uma área de interesse, até o máximo de três. A tabela 5, abaixo, é auto-explicativa.

Tabela 4

Tipos de Artigos

Categoria	Perc.
Conceituação e reflexão	44%
Metodologia e aplicações	13%
Pesquisa	11%
Estudo de caso	10%
Entrevista e discurso	8%
Resenha bibliográfica	5%
Outros	8%

Tabela 5

Área de Interesse

Categoria	Perc.
Clínica	40%
Psicologia social	20%
Infância e adolescência	11%
Psicologia educacional	10%
Psicologia como profissão	9%
Aprendizagem	8%
Psiquiatria	5%
Filosofia	4%
Psicologia como ciência	3%
Psicodiagnóstico	3%

Tabela 6

Temas Abordados

Categoria	Perc.
Técnicas de trabalho	12.5%
Processos psíquicos	7.6%
Semiologia	7.1%
Psicopatologia	7.1%
Psicologia e Medicina	7.1%
Formação profissional	6.5%
Desenvolvimento psicológico	6.0%
Interação	6.0%
Mulher	6.0%
Praxis	6.0%
Papéis	4.9%
Questões sociais	4.9%
Epistemologia	4.9%
Simbologia	3.8%
Instituições de Psicologia	3.3%
Psicologia de crianças	2.7%
Grupos	2.2%
Modificação do comportamento	2.2%
Psicanálise e Psiquiatria	2.2%
Civilização e cultura	1.6%
Correntes psicológicas	1.1%

Por fim, procuramos ir à especificidade dos temas abordados, classificando-os em 21 categorias, também cumulativas, adotando o mesmo critério de admitir até três enquadramentos para cada matéria. Os resultados estão na Tabela 6.

Para obtermos uma visão melhor do significado desses dados, elaboramos algumas tabelas de dupla entrada, de forma a correlacionar as diferentes categorias. (Ver Tab. 7)

Vale notar que as preocupações com conceituação e reflexão teórica são preponderantes em todas as linhas, com exceção da comportamental, que publica principalmente resultados de pesquisas.

Tabela 7

Linhas teóricas: distribuição percentual por tipo de matérias publicadas

	Lacan	Escolas		Trilogia	Psicodrama	Comportamental
		Psicanálise	Jung			
Tipos Pesquisa	-	-	-	12	9	47
Metodologia e aplicações	3	12	-	12	23	27
Conceituação e reflexão	58	43	100	38	36	13
Resenha	3	12	-	-	-	-
Estudo de caso	12	12	-	-	23	-
Entrevistas e discursos	20	9	-	-	4	-
Outros	4	12	-	38	4	13

Por outro lado, enquanto a escola junguiana caracteriza seus trabalhos publicados pela exclusividade conferida a essa preocupação com conceituação teórica, outras escolas conseguem abrir espaço para outras formas: a orientação lacaniana privilegia entrevistas e discursos; o psicodrama revela preocupações também com o método e suas aplicações, além de estudos de caso; a comportamental inclui a discussão de metodologia e aplicações práticas. (Ver Tab. 8)

A maioria das escolas evidencia interesse preponderante pela área clínica; as exceções ficam por conta da trilogia analítica, que carrega mais nas preocupações de ordem social, enquanto que a análise experimental do comportamento privilegia as questões relacionadas com a aprendizagem.

Tabela 8

Correlação entre escolas e áreas de interesse (frequência relativa)

	Lacan	Escolas			Psico- drama	Compor- tamental	Outras
		Psica- nálise	Jung	Trilo- gia			
Áreas							
Clínica	13	11	2	>1	7	>1	2
Infância e adolescência	2	2	-	-	2	>1	2
Social	>1	6	-	3	2	>1	3
Educacional	-	>1	>1	>1	>1	2	2
Aprendizagem	>1	-	-	-	-	5	1
Psicologia- profissão	1	3	-	-	1	>1	>1
Psicologia- ciência	-	2	-	-	-	-	-
Psico- diagnóstico	-	>1	-	-	>1	-	-
Filosofia	2	2	-	-	-	-	-
Psiquiatria	-	-	-	-	-	-	-

As orientações teóricas minoritárias, incluídas na categoria "outras", em função tanto de sua inespecificidade quanto de sua baixa frequência, abrem maior espaço para a caracterização e o tratamento de doenças mentais, superpondo-se à área psiquiátrica.

No material publicado pela psicanálise "clássica", ganha uma certa significação a frequência de temas que foram incluídos na categoria de "social", mas também a aspectos sociológicos, antropológicos e culturais, além de políticos e econômicos. (Ver Tabela 9)

Esta tabela permite-nos verificar que a preponderância das matérias de reflexão teórica se combina com o interesse clínico, abrangendo, em níveis bem mais baixos, porém ainda significativos, a área social e a psicologia, como profissão. Por outro lado, a área clínica é responsável pelos trabalhos que, extrapolando a reflexão teórico-conceitual, exploram metodologia e aplicações e estudos de caso.

Tabela 9

Correlação entre tipo de matéria e área de interesse (frequência relativa)

Áreas	T i p o		Conceituação e Reflexão	Estudo de Caso
	Pesquisa	Metodologia e Aplicação		
Clínica	1	5	23	9
Infância e adolescência	3	1	2	4
Social	2	4	7	2
Educacional	3	3	3	-
Aprendizagem	4	1	2	-
Psicologia-profissão	> 1	-	5	-
Psicologia-ciência	-	> 1	2	-
Psico diagnóstico	> 1	1	1	> 1
Filosofia	-	-	4	-
Psiquiatria	2	> 1	3	-

Comentários

Um dos pontos interessantes para discussão, a partir dos resultados deste levantamento, é a questão da preponderância dos escritos psicanalíticos na produção extra-acadêmica da psicologia brasileira.

A compreensão desse fenômeno não pode prescindir de um dado relevante, que é o fato de que a psicanálise conta com o lastro de vários decênios de introdução no Brasil. Durante eles, as gerações têm podido integrar-se a um fato histórico de inegável importância, que é o significado de suas descobertas para o pensar do homem de nosso século.

Curiosamente, entretanto, não é exatamente na Universidade que a psicanálise tem o seu "locus" de desenvolvimento e de divulgação. É verdade que sua presença se faz sentir na orientação teórica que se confere, via de regra, aos cursos de psicologia clínica. Mas a parte mais significativa do seu acervo de conhecimentos é cultivada nas associações que congregam psicanalistas.

São elas que se encarregam da especialização de seus profissionais. A formação básica em medicina ou psicologia, hoje uma exigência generalizada, é apenas um pré-requisito. É sob os auspícios das sociedades que ocorre a análise didática, a apropriação dos informes técnicos e teóricos, a supervisão do trabalho dos principiantes e o próprio "controle".

Toda essa atividade quase artesanal de preparação dos novos analistas e de apoio ao seu ingresso no mercado de trabalho não tem podido ser desenvolvida no espaço acadêmico. Este propicia no máximo uma visão genérica, introdutória.

O caráter matricial das entidades acaba por conferir-lhes um fortalecimento que se expressa não apenas na viabilização humana e material de seus objetivos, como também em sua capacidade de conferir prestígio e validar a atividade de seus associados.

É dentro desse contexto que se dá a divulgação dos conhecimentos que conseguem produzir. Inclusive porque elas podem enfrentar com sucesso um dos maiores obstáculos à editoração de periódicos: os recursos financeiros.

Os dados apresentados na primeira parte deste trabalho colocam em evidência o pequeno número de periódicos disponíveis. O critério de considerar como significativas as revistas cujo último número tenha sido editado nos últimos cinco anos é bastante complacente, se se trata de aferir a regularidade dessas publicações. Mesmo assim, pode-se constatar que um significativo número de títulos teve que ser descartado.

Dados os limites dos propósitos do levantamento, não se procedeu a uma quantificação desse descarte. Mesmo porque pesquisá-lo demandaria procedimentos diferentes daqueles que foram aqui adotados. Fica, no entanto, aberta essa via para se aprofundar a exploração do assunto, ou seja, a identificação e análise das revistas de vida curta.

O principal obstáculo à sobrevivência e à regularidade das publicações parece ser o econômico. Não só porque é oneroso produzi-las, mas também porque não há um bom mercado. Ou seja, parece não haver uma tradição na cultura acadêmica e profissional, principalmente profissional brasileira, de se recorrer a revistas para buscar atualização de conhecimentos e proceder à pesquisa bibliográfica.

Essa hipótese seria melhor pesquisada se se fizessem: uma quantificação comparativa dos livros e das revistas de psicologia colocados no mercado; um levantamento das referências bibliográficas nos textos produzidos dentro e fora do espaço acadêmico, comparando-se a utilização de livros com a utilização de artigos de revistas; um levantamento da tiragem e dos enca-

lhes tanto de livros quanto de revistas; um levantamento dos textos indicados nos vários cursos de psicologia, desde os de graduação universitária até os de alta especialização e assim por diante.

Um outro ponto interessante de ser discutido é a prevalência de matérias relacionadas com a área clínica. Temos um fato básico, que caracteriza a psicologia brasileira, que é a ênfase que a essa aplicação é dada nos cursos de formação de psicólogos.

Esse "privilegiamento" parece responder a peculiaridades de mercado tanto de candidatas a alunos dos cursos de terceiro grau quanto de serviços profissionais.

Sabe-se que a grande maioria dos alunos dos cursos de formação, quando ingressa na Universidade, procura capacitação específica para o exercício da clínica psicológica. É bem verdade que sua idéia a respeito do que seja essa atividade parece impregnada de conteúdos distorcidos, que compartilha com a própria comunidade. Tais conteúdos incluiriam uma concepção abstrata de prestígio social, de rentabilidade econômica, de potencial de serviço, de equilíbrio emocional e de fluidez nas relações interpessoais. Mesmo o contato com outras alternativas, durante o ciclo acadêmico, parece insuficiente para modificar significativamente os projetos de atuação nessa área.

Apesar de a imagem do psicólogo permanecer vinculada culturalmente à atividade clínica, mormente psicoterápica, a realidade do mercado parece apontar para uma saturação da oferta de serviços.

Aliando-se esse fato à deficiente preparação oferecida pela Universidade para o imediato desempenho dessas funções profissionais, alguns efeitos podem ser notados.

O primeiro é o encaminhamento do psicólogo recém-formado para algum tipo de atividade provisória, dentro ou fora da Psicologia, atividade essa a ser desempenhada paralelamente aos investimentos adicionais a serem feitos em capacitação profissional e em captura de espaço próprio no mercado.

Essa disposição de investir num futuro consultório particular tende a fortalecer as instituições que propiciam formação especializada em áreas específicas. Não só porque oferecem aumento da competitividade em função da maior competência técnica com que municiam seus alunos, como também porque há uma prática corporativista que presta inestimável auxílio na conquista de clientela.

Ademais, como as próprias entidades costumam incluir, entre as exigências curriculares, que seus alunos se submetam, eles mesmos, à psicoterapia, os profissionais de maior prestígio tornam-se terapeutas desses alunos, liberando para eles uma parcela virtual da demanda leiga.

A essa situação se acrescenta a especificidade da preparação do psicólogo clínico. Em outras modalidades de atuação profissional, o principiante assume o trabalho, apesar de sua inexperiência, e nele vai-se desenvolvendo, de forma autodidática, buscando, por conta própria, supervisões, cursos de

complementação técnico-teórica, contatos com colegas etc.. Tudo isso sem a mediação e o suporte de instituições.

Já no campo clínico, a existência dessas instituições tem uma tradição que facilita o acesso aos recursos necessários ao desenvolvimento profissional. Além disso, elas desqualificam, com relevante eficácia social, os que a elas não recorrem para complementar sua formação acadêmica.

O profissional que se está especializando fora da Universidade evidentemente contribui para o fortalecimento de instituições extra-universitárias. É, pois, nestas que se concentra a contribuição oriunda da própria vivência prática, assim como é a elas que se dirigem as indagações rastreadas nessa mesma prática. A institucionalização acaba por prover recursos para a implementação de alguns projetos pelos quais as instituições foram instituídas, inclusive a divulgação dos conhecimentos produzidos.

Mas se, como dissemos, o privilegiamento da clínica no mercado e na Universidade se combinam para fortalecer a própria clínica cada vez mais, esse fortalecimento ultrapassa as fronteiras do pioneirismo psicanalítico.

Os dados levantados mostram, por exemplo, como a ênfase clínica é detectada nos escritos psicodramáticos. A estrutura teórica desta corrente tem, na clínica, apenas uma de suas derivações práticas, com um espectro de aplicações que inclui desde o uso pedagógico, passando pelo estético e alcançando a pesquisa e o desenvolvimento comunitário. No entanto, uma revista especializada em psicodrama apresenta trabalhos na área clínica que tornam quantitativamente irrelevantes os de outras áreas.

É curioso notar que a análise experimental do comportamento mantém, mesmo fora dos círculos acadêmicos, sua tradição de pesquisa e sua preocupação com os processos de aprendizagem. As demais correntes parecem encerrar a produção do conhecimento por uma ótica diferente, na medida em que estimulam as formulações teórico-conceituais e não consideram a validação de seus achados como dependente do rigor metodológico de experimentação behaviorista.

Talvez porque o modelo comportamental encontre na Universidade um espaço compatível com suas propostas, as entidades que congregam seus adeptos e que vicejam fora dela não alcancem a força das organizações psicanalíticas — e mesmo as psicodramáticas que, a rigor, se pautam pelo modelo psicanalítico de associação e formação profissional. A divulgação dos achados comportamentais deve encontrar, em contrapartida, maiores oportunidades nas publicações acadêmicas, talvez minimizando a necessidade de outros espaços próprios.

Dentro do universo pesquisado, aparece de maneira surpreendente a corrente que se intitula psicanálise integral ou trilogia analítica. Aparentemente, pelo menos, trata-se de um segmento numericamente pequeno. Embora se constitua numa derivação da psicanálise, que incorpora preocupações de ordem religiosa, não evidencia a mesma ênfase na área clínica que as demais correntes. Suas posições se situam mais na área do social. Mais

concretamente, na linha das transformações que poderiam ser concretizadas a partir da aplicação de suas teses.

Não pode ser desconsiderado, ainda, o fenômeno constatado a respeito do tipo de artigos que integram as revistas: a reflexão teórico-metodológica. Tudo indica que a psicologia, no Brasil, vive um momento histórico peculiar. Os escritos examinados revelam pouco interesse pelas questões ligadas ao psicodiagnóstico, ao exame psicológico e aos testes, um conjunto de práticas que, num dado momento, chegou a ser o símbolo do que a psicologia tinha a apresentar.

Daí que, além do aspecto de validação do conhecimento que ocorre de forma alternativa à do método experimental, a investigação conceitual reflete uma crise e a busca de instrumentos tanto de tratamento dos fenômenos psíquicos em si quanto de comunicação científica.

Esse fato se faz evidente quando se constata a incidência de textos que se referem à formação profissional, ao exercício da profissão e às instituições da psicologia, como objeto de reflexão. Na mesma linha, esse é o tratamento preferencial para os temas que foram classificados como de natureza social.

Uma palavra sobre a inserção, nos periódicos consultados, de traduções e de textos em língua estrangeira.

Embora tenhamos adotado como critério excluir os da análise de conteúdo por estarmos interessados na produção científica nativa, sua presença tem um relevo não desprezível. Assim, se pudemos examinar 186 trabalhos nossos, 20 outros foram deixados de lado. Desses, 16 estão em revistas de orientação lacaniana; três nas da linha psicanalítica "clássica", sendo dois publicados na língua original e um na jinguiana.

Nossa hipótese, acoplada à anterior, de que há uma transformação em curso na psicologia brasileira, é de que as propostas de Lacan, que são relativamente novas, ainda carecem de um contato maior com o próprio proponente e com os seus cultores mundo afora. Até que a produção nacional alcance autonomia que dispense a estratégia, ora necessária, de divulgação dessas contribuições.

Como comentário final, a constatação de que a maioria feminina, entre os autores dos artigos, é insuficiente para fazer jus à superioridade das mulheres psicólogas no Brasil. No entanto, ela é coerente com o processo histórico de crescente superação das condições que têm tradicionalmente favorecido o segmento masculino, antes detentor de posições privilegiadas, inclusive na produção do saber. É bastante provável que, com o decorrer do tempo, a maioria ora observada tenda a se ampliar.

Conclusão

Não são apenas as entidades que publicam revistas que promovem a produção e a divulgação do conhecimento fora da Universidade.

O material colhido para esta pesquisa incluiu anais de congressos, substanciais relatórios impressos de encontros, grupos de estudos e pesquisas. O não aproveitamento se deve ao fato de ser escasso para o tipo de tratamento pretendido.

O mesmo se pode dizer a respeito de duas publicações em "off-set", com textos e títulos datilografados, com formato e encadernação semelhantes a revistas.

São indícios de um outro tipo de material que circula entre os profissionais da psicologia. Um sem número de entidades parece desenvolver atividade séria, não possuindo entretanto recursos para promover a divulgação de seus produtos além de um círculo relativamente restrito. O acesso a eles implica uma pesquisa mais sofisticada, técnica e economicamente.

Parece-nos, contudo, que o que chega a ser publicado pode constituir-se em valiosa pista para a compreensão do que está ocorrendo.

CAPÍTULO 8

EMPREGO E DESEMPREGO

Maria Alice D'Amorim*

Este capítulo aborda a situação de trabalho do psicólogo no Brasil na segunda parte da década de oitenta; ele inclui dados sobre o desempenho profissional, o não-exercício da profissão e o seu abandono, depois de um período de atividade. Além de um conjunto de dados objetivos acerca da vida profissional presente e passada, o capítulo inclui uma série de informações de caráter avaliativo, ao indagar dos respondentes, os motivos que os teriam levado a aceitar ou abandonar empregos.

Em relação as suas atividades, os psicólogos da amostra (N=2447) deveriam responder inicialmente duas perguntas, cujas respostas eram mutuamente exclusivas. A primeira dizia respeito ao passado do respondente e dirigia-se apenas aos psicólogos que não estivessem trabalhando no momento. A segunda, referente ao presente, era reservada aos profissionais que se encontrassem em atividade, trabalhando ou não na área da Psicologia. Apesar da clareza das instruções, trinta e uma pessoas responderam a ambas as questões, elevando o total de respostas a 2478, número que servirá de base ao cálculo das percentagens na análise dos dados obtidos através dessas duas perguntas.

A pergunta acerca da atividade profissional atual continha duas opções que delimitavam a situação de trabalho: "Trabalha Atualmente como Psicó-

* Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. Universidade de Brasília.

Tabela 1

Exercício Profissional
(N = 2478)

Situação	Percentagens
1. Trabalha atualmente como Psicólogo	45,8
2. Trabalha atualmente como Psicólogo e em outras atividades	25,0
Total	70,8

Tabela 2

O exercício profissional por região (N = 2478)

Situação	Percentagens por Região [*]							
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a
Trabalho em Psicologia	43,9	58,9	54,0	43,0	57,0	32,6	57,4	45,7
Trabalha em Psicologia e outras atividades	40,9	9,9	33,3	33,2	16,6	28,4	18,5	34,9
Total	84,8	68,8	87,3	76,2	75,6	61,0	75,9	80,6

^{*} Unidades da Federação integrantes de Cada Região

1^a = DF, GO, PA, AP, AM, RR, AC, RO; 2^a = MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL; 3^a = SE, BA; 4^a = MG, ES; 5^a = RJ; 6^a = SP, MS, MT; 7^a SC, RS; 8^a PR.

Tabela 3

O não-exercício profissional (N = 2478)

Situação	Percentagens
Nunca trabalhou	1,9
Já trabalhou porém não em Psicologia	4,2
Trabalha atualmente porém não em Psicologia	11,7
Total	17,8

logo?" e "Trabalha Atualmente como Psicólogo e em Outras Atividades?". A soma das respostas a estas duas questões servirá de base à análise do exercício profissional.

Considerando como exercício profissional o trabalho realizado, total ou parcialmente, na área da Psicologia, pode-se afirmar que, dentre os psicólogos inscritos nos respectivos Conselhos Regionais, 70,8% exercem a profissão, embora 25% destes só atuem em tempo parcial. Ao compararmos as características demográficas do grupo de psicólogos em atividade com as encontradas na amostra geral, verifica-se uma grande correspondência entre as duas distribuições, para as variáveis sexo, idade e estado civil.

A maioria dos respondentes teve apenas um ou dois empregos antes do atual (67,9%), sendo muito raros aqueles com mais de cinco empregos no passado (3,3%); foi verificado que 28,6% dos psicólogos em atividade já tinham vivenciado de três a cinco empregos.

A atividade exercida pelos respondentes estava concentrada nas áreas clínica (63,3%), organizacional (36,3%) e escolar (33,5%); estas porcentagens são independentes já que a pergunta pedia todas as áreas de atuação do psicólogo.

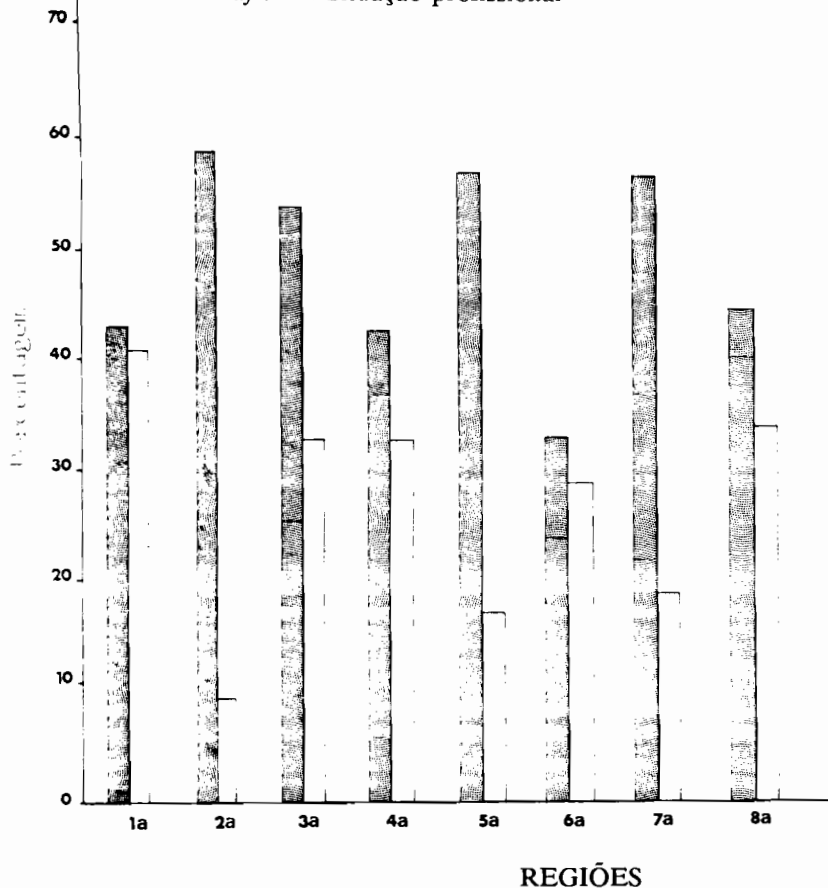
A distribuição do exercício profissional por área administrativa abrangida pelos oito Conselhos Regionais pode ser vista na tabela 2.

Como pode ser observado, a sexta região (São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), apresenta uma percentagem de exercício profissional (61,0%) muito inferior à obtida para a amostra geral (70,8%); este resultado tornou-se ainda mais importante quando se considera que o peso da subamostra da sexta região ($n^{\circ} = 881$), em relação à amostra total ($n^{\circ} = 2478$) deve ter reduzido substancialmente a percentagem geral, que permanece abaixo dos resultados de seis das oito regiões. Uma interpretação dos dados obtidos na sexta região poderia ser a de saturação do mercado de trabalho tradicional da Psicologia, devido ao número de cursos de graduação existentes no Estado de São Paulo, e o nível de preparo profissional dos Psicólogos lançados no mercado de trabalho. Os capítulos de avaliação da formação e do desempenho profissional poderão verificar esta interpretação dos dados da sexta região. Quanto às demais regiões, encontram-se níveis mais altos de atuação profissional na primeira e terceira regiões, nas quais parece predominar a atividade na área organizacional, onde as oportunidades de trabalhos são maiores.

Uma imagem mais clara da situação do exercício profissional do psicólogo no Brasil pode ser obtida com a transcrição dos dados da tabela 2 para um gráfico.

Observa-se que na primeira região (DF, Goiás e Região Norte), as atividades do psicólogo em tempo integral e em tempo parcial alcançam níveis quase equivalentes, situação que não se repete em nenhuma das outras regiões; uma interpretação possível seria o grande número de psicólogos do Distrito Federal trabalhando em órgãos públicos, especialmente nos Depar-

Gráfico 1. Situação profissional



- Trabalha como psicólogo
- Trabalha como psicólogo e em outras atividades

tamentos de Recursos Humanos; a este tipo de atividade muitos acrescentam algumas horas de clínica particular e consideram esta última atuação como sua atividade principal, incluindo-se assim entre aqueles cuja atividade psicológica mais relevante é de tempo parcial.

O não-exercício profissional

A pergunta acerca das atividades atuais dos respondentes incluía uma opção acerca do trabalho em outras áreas: "Trabalha Atualmente, porém não em Psicologia". Além disso a questão sobre a situação passada apresentava como alternativas possíveis, as respostas: "Nunca trabalhou" e "Já trabalhou,

Tabela 4

O não-exercício profissional por região (N = 2478)

Situação	Percentagens por Região*							
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Nunca trabalhou	0,0	1,3	0,7	2,1	1,6	2,3	2,1	2,7
Já trabalhou porém não em Psicologia	1,5	3,0	0,0	2,1	1,6	8,6	0,8	2,7
Trabalha atualmente porém não em psicologia	10,6	11,2	5,2	8,6	15,4	14,7	3,4	7,5
Total	12,1	15,5	5,9	12,8	18,6	25,6	6,3	12,9

* Unidades da Federação integrantes de cada região

1ª = DF, GO, PA, AP, AM, RR, AC, RO; 2ª = MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL; 3ª = SE, BA; 4ª = MG, ES; 5ª = RJ; 6ª = SP, MS, MT; 7ª = SC, RS; 8ª = PR.

Tabela 5

O abandono da profissão (N = 2478)

Situação	Percentagens
Já trabalhou em Psicologia	6,6
Já trabalhou em Psicologia e outras atividades	4,8
Total	11,4

Tabela 6

O abandono da profissão por região (N = 2478)

Situação	Percentagens por Região*							
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Já trabalhou em Psicologia	--	9,9	4,4	4,9	5,4	6,1	14,3	3,7
Já trabalhou em Psicologia e outras atividades	3,0	5,7	0,7	6,1	2,4	7,2	3,4	2,7
Total	3,0	15,6	5,1	11,0	7,8	13,3	17,7	6,4

* Unidades da Federação integrantes de cada região

1ª = DF, GO, PA, AP, AM, RR, AC, ROA; 2ª = MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL; 3ª = SE, BA; 4ª = MG, ES; 5ª = RJ; 6ª = SP, MS, MT; 7ª = SC, RS; 8ª = PR.

momento do estudo, não se encontrassem trabalhando. As somas das respostas a estas três alternativas forneceram os dados acerca do não exercício profissional que podem ser vistos na tabela 3.

Ao analisar estes dados não se deve esquecer que pouco mais da metade dos formados em psicologia no Brasil estão inscritos nos respectivos Conselhos Regionais. Assim, os dados referentes ao não-exercício e do abandono da profissão não representam um retrato completo da situação, em termos de mercado de trabalho para a Psicologia.

Observando-se a tabela 3 pode-se constatar que cerca de 18% dos psicólogos nunca atuaram na profissão, ou por não terem experiência de trabalho (1,9%), ou por terem preferido outro tipo de atividade, quer no passado, quer no momento da pesquisa (15,9%). Estes dados indicam que os psicólogos estão encontrando dificuldade em atuar nas atividades para as quais foram preparados na graduação. Deve-se notar que, ao responderem acerca das dificuldades encontradas no exercício profissional, os respondentes apontaram como principal impedimento à sua atuação, o desconhecimento por parte dos outros profissionais, do que a Psicologia pode oferecer, tendo esta afirmação sido endossada por psicólogos de todas as regiões atuando nos mais diversos campos da Psicologia.

A distribuição do não-exercício profissional segundo as regiões pode ser vista na tabela 4.

A observação dos dados da tabela 4 deixa perceber que os índices de não-exercício são mais altos em São Paulo (25,6%) e no Rio de Janeiro (18,6%), o que parece confirmar uma interpretação baseada na saturação do mercado para o tipo de profissional que está sendo formado, pois estas regiões têm o maior número de cursos de graduação.

De um modo geral, o perfil dos psicólogos que não exercem a profissão é semelhante ao daqueles que atuam profissionalmente; dentro das características demográficas básicas da amostra não existem diferenças importantes para este grupo, na distribuição por sexo, idade e estado civil. Mantém-se a preferência pelas escolas particulares para a formação, que continua a ser predominantemente custeada pela família. Dos psicólogos que não se encontram trabalhando no momento, 90,9% afirmam não ter recebido remuneração por atividades ocasionais anteriores.

Abandono da profissão

O abandono da profissão foi avaliado através de questões que falam de uma atividade anterior em psicologia: "Já trabalhou em Psicologia" e "Já trabalhou em Psicologia e outras atividades"; perguntas estas a serem respondidas por pessoas que não se encontrassem em atividade no momento.

Na amostra estudada, o número de pessoas que já trabalhou em Psicologia com atuação exclusiva ou parcial alcança 11,4%. Como no caso dos demais grupos, os psicólogos que deixaram a profissão obedecem as caracte-

Tabela 7

Motivos de aceitação de emprego - Percentagens*

Motivos	Primeiro Emprego (N = 2716)	Principal emprego atual (N = 2086)
Salário	12,3	17,8
Realização Pessoal	49,6	57,6
Influência da Formação	22,8	18,4
Falta de outra opção	15,3	6,2
Total	100,0	100,0

* As percentagens têm como base o número de respostas obtidas para as quatro opções acima.

Tabela 8

Motivos de aceitação do primeiro emprego por região

Motivo	Percentagens por Região*							
	1ª N = 88	2ª N = 280	3ª N = 167	4ª N = 279	5ª N = 579	6ª N = 876	7ª N = 237	8ª N = 210
Salário	17,0	10,0	13,8	11,5	11,7	12,9	13,9	10,9
Realização Pessoal	45,4	52,1	34,1	51,3	50,5	52,0	45,2	50,9
Influência da Formação	26,1	27,8	28,2	22,9	20,9	21,3	22,3	22,9
Falta de outra opção	11,5	10,1	23,9	14,3	16,9	13,8	18,6	15,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* As percentagens têm como base o número de respostas obtidas para as quatro opções acima.

Tabela 9

Motivos de aceitação do principal trabalho atual por região

Motivo	Percentagem por Região							
	1ª N = 90	2ª N = 232	3ª N = 143	4ª N = 191	5ª N = 499	6ª N = 515	7ª N = 197	8ª N = 219
Salário	20,0	12,9	19,6	20,4	16,4	19,0	18,3	18,7
Realização Pessoal	52,2	57,8	51,0	56,0	57,7	58,8	59,9	59,8
Influência da formação	22,2	23,2	19,6	18,8	17,0	17,4	19,3	14,6
Falta de opção	5,6	6,1	9,8	4,8	8,9	4,9	2,5	6,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* As percentagens têm como base o número de respostas obtidas para as quatro opções acima.

terísticas da amostra geral quanto ao sexo, idade e estado civil; variáveis estas que não parecem discriminar entre os psicólogos atuantes e não atuantes.

Uma análise por região mostra variações acentuadas na percentagem de abandono sendo esta mais alta da segunda, sexta e sétima regiões, ficando bem acima do nível obtido para a amostra total. Este resultado não é fácil de interpretar dada a diversidade das condições sócio-econômicas do nordeste em relação a sexta e sétima regiões.

Motivo de aceitação de empregos

Além das duas perguntas diretamente ligadas ao exercício profissional, foram solicitadas dos respondentes informações acerca das razões que os tinham levado a aceitar o primeiro emprego como Psicólogos, e o principal emprego atual. Para estas duas perguntas as percentagens foram calculadas com base no número de respostas obtidas nas quatro opções de maior freqüência. As distribuições encontradas para os motivos de aceitação do primeiro emprego e do principal emprego atual podem ser vistas na tabela 7.

Uma análise da motivação para aceitar empregos por região não produziu diferenças significativas para o salário, influência da formação ou falta de opção, tanto no caso do primeiro emprego quanto com referência ao emprego atual.

O fator decisivo na aceitação de empregos parece ser a necessidade de realização pessoal. No caso do primeiro emprego esta motivação é significativamente inferior na terceira região (Bahia; Sergipe) em relação a maioria das demais regiões, com exceção da primeira e sétima. A redução da importância da realização pessoal como determinante da aceitação do primeiro emprego, na terceira região, pode ter origem na inadequação do tipo de formação oferecida às necessidades do mercado de trabalho regional. Pode-se notar que é na terceira região que a percentagem de resposta ligada à falta de opção como razão de aceitação do primeiro emprego atinge o seu nível mais alto.

Entre os motivos de aceitação do principal emprego atual predomina ainda a necessidade de realização pessoal, embora neste caso as diferenças regionais não sejam significativas.

Esta permanência da realização pessoal como motivação profissional básica dos psicólogos pode ser relacionada a sua profunda convicção acerca da relevância da atividade psicológica para a comunidade, posição esta encontrada de um modo geral na amostra abrangendo todas as áreas de atuação do psicólogo.

Abandono dos empregados

O abandono quer do primeiro, quer de outros empregos como psicólogos, parece devida principalmente às condições de trabalho consideradas insatisfatórias, vindo a seguir as razões pessoais e finalmente às ligadas à formação.

Tabela 10

Razões de abandono de emprego - Percentagens *

Razões	Primeiro Emprego N = 1414	Outros empregos N = 920
Pessoais	18,8	15,4
Ligadas às condições de trabalho	71,1	71,0
Ligadas à Formação	10,1	13,6
Total	100,0	100,0

* As percentagens têm como base o número de respostas obtidas para as três opções acima.

Tabela 11

Razões de abandono do primeiro emprego por região

Razões	Percentagens por Região *							
	1ª N = 36	2ª N = 96	3ª N = 92	4ª N = 147	5ª N = 233	6ª N = 576	7ª N = 124	8ª N = 110
Pessoais	33,3	16,6	17,4	20,4	13,3	19,0	22,5	21,7
Ligadas às condições de trabalho	58,3	74,9	70,6	74,1	77,2	70,6	64,6	63,7
Ligadas à formação	8,4	8,5	12,0	5,5	9,5	10,4	12,9	14,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* As percentagens têm como base o número de respostas obtidas para as três opções acima.

Tabela 12

Razões de abandono de outros empregos por região

Razões	Percentagens por Região *							
	1ª N = 24	2ª N = 69	3ª N = 75	4ª N = 80	5ª N = 182	6ª N = 319	7ª N = 91	8ª N = 74
Pessoais	20,8	13,0	18,7	14,9	10,9	16,6	20,6	12,2
Ligadas às condições de trabalho	58,4	73,9	58,5	72,9	74,8	72,7	61,8	77,0
Ligadas à formação	20,8	13,1	22,8	12,6	14,3	10,7	17,6	10,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* As percentagens têm como base o número de respostas obtidas para as três opções acima.

Para estas perguntas, como para as duas anteriores, as percentagens apresentadas têm por base o número de respostas obtido com as alternativas de maior frequência.

Entre as razões ligadas ao trabalho predominam a insatisfação com o salário (22,3% para o primeiro emprego, 18,8% para os demais) e com as condições de trabalho (20,7% para o primeiro emprego e 24,9% para os demais). A obtenção de um melhor emprego é uma razão que diminui de importância com o tempo, provocando o abandono do primeiro emprego em 20,6% dos casos e dos posteriores em 17,9% das vezes.

Uma análise dos resultados por região mostra que, entre as razões de abandono do primeiro emprego ligadas às condições de trabalho predomina a insatisfação com o salário, na segunda, quinta e sexta regiões (de 24 a 25%), enquanto na primeira, terceira, quarta, sétima e oitava predomina a obtenção de um emprego melhor (de 19 a 23%). Embora estas duas razões possam ser vistas como as duas faces de uma mesma moeda, é interessante notar que em termos de motivação a obtenção de um emprego melhor é mais ampla já que não está especificado se a melhoria se refere apenas ao aspecto financeiro ou a outro tipo de satisfação.

Quanto às razões pessoais, predomina em geral a de mudança de cidade, especialmente alta na primeira região (25,0%). As razões ligadas à formação dividem-se entre o desejo de voltar a estudar e a inclinação a mudar de área dentro da Psicologia, predominando esta última em todas as regiões, e sendo especialmente alta na terceira (9,8%), sétima (10,5%) e oitava (12,7%), o que parece demonstrar uma insatisfação com a formação nestas regiões.

Considerando outros empregos que não o primeiro, as razões de abandono apresentam um padrão geral semelhante ao constatado no caso anterior. Entre os motivos ligados às condições de trabalho predomina agora a insatisfação com as condições de trabalho sobre o problema específico do salário, com percentagens entre 21 e 29%; a terceira região é a única em que predomina ainda a insatisfação salarial (18,6).

As razões pessoais continuam ligadas à mudança de cidade, especialmente na primeira região (16,6%) e à maternidade na segunda e quarta regiões (10,2 e 6,2 respectivamente).

Nas razões ligadas à formação continua a predominar o desejo de mudar de área de atuação na Psicologia, desejo este, especialmente forte na terceira (20,0%) e na primeira (16,6%) regiões. É interessante notar que, na segunda região, onde este desejo é bem menor (7,3%) aparece bastante intensa a vontade de voltar a estudar (5,8%). A associação entre as duas opções parece não ter ficado clara para os respondentes, sendo a decisão de voltar a estudar vista, provavelmente, como um abandono temporário da atividade profissional e um engajamento em um curso formal de pós-graduação.

As insatisfações ligadas às condições de trabalho não parecem ter como resultado o abandono da profissão. Ao avaliar o desempenho profissional, os psicólogos afirmam o desejo de mudar de emprego ou mesmo de área dentro da Psicologia, mas têm intenção de permanecer na profissão.

Conclusões

Do ponto de vista demográfico, os psicólogos em atividade não se distinguem daqueles que não exercem a profissão ou que a abandonaram após um período de trabalho. O exercício profissional tem um índice relativamente baixo, especialmente quando se considera que um quarto da amostra estudada exerce a profissão apenas em tempo parcial. Além disto, o fato de boa parte dos formados em Psicologia não se terem inscritos nos respectivos Conselhos Regionais, o que os eliminou automaticamente da amostra, torna extremamente preocupante os dados obtidos.

Os capítulos acerca da avaliação da formação e da atividade profissional poderão oferecer dados mais precisos acerca dos problemas ligados à atuação profissional dos psicólogos.

CAPÍTULO 9

CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PSICÓLOGO

Luiz Pasquali*

De um ponto de vista nacional, o índice de emprego dos psicólogos não pode ser considerado baixo, pois 77% trabalham, enquanto apenas cerca de 55% das pessoas de mais de 10 anos de idade são economicamente ativas no País (IBGE, 1985). É importante, porém, a análise das condições gerais do trabalho do psicólogo, tais como: formas de admissão no emprego, relações empregatícias, carga horária, remuneração, etc..

1 - Formas de admissão

A Tabela 1 e a Figura 1 detalham a maneira pela qual os psicólogos conseguem inserir-se no mercado de trabalho nas diferentes regiões do País. Para se visualizar esta questão, é preciso distinguir a admissão no mercado de trabalho ocorrida no primeiro emprego e a admissão em empregos ulteriores ou atuais.

Com referência ao primeiro emprego, as formas preferenciais de ingresso no mercado de trabalho variam de acordo com cada região. Sendo assim, a seleção por concurso público tem dominância somente na 1ª região, enquanto que o uso de recursos próprios para abrir espaço no mercado de trabalho aparece como meio primordial nas regiões 04, 06 e 08. Já as regiões 02, 05 e 07 apresentam uma predominância das relações pessoais na forma de admissão, e na região 03, a causa principal de admissão é o estágio.

* Instituto de Psicologia - Universidade de Brasília.

Tabela 1

Formas de admissão dos psicólogos no mercado de trabalho por região administrativa

Formas de admissão N (Z) *	Trabalho		Região Administrativa (RA)																	
			01		02		03		04		05		06		07		08		total**	
	10	atual	10	atual	10	atual	10	atual	10	atual	10	atual	10	atual	10	atual	10	atual	10	atual
a. Concurso/seleção	26	24	41	46	18	28	13	40	62	77	173	133	38	44	26	11	47	43	(17,1)	(18,5)
	(37,1)	(29,3)	(17,5)	(18,9)	(13,5)	(17,0)	(13,0)	(15,6)	(13,8)	(15,8)	(24,5)	(20,4)	(19,1)	(17,2)	(13,1)	(5,3)				
b. Recursos próprios	10	24	46	64	21	51	78	87	105	216	201	293	36	85	50	88	56	157	(1,8)	(16,4)
	(14,3)	(29,3)	(19,7)	(26,2)	(15,8)	(30,9)	(30,9)	(34,0)	(29,6)	(44,9)	(25,0)	(35,8)	(18,1)	(33,2)	(25,3)	(43,5)				
c. Relações pessoais	11	12	79	70	29	33	41	35	122	98	151	98	41	15	35	20	509	396	(71,8)	(16,3)
	(15,7)	(14,6)	(33,8)	(28,7)	(21,8)	(20,0)	(16,1)	(13,7)	(27,2)	(20,3)	(18,8)	(14,3)	(20,6)	(13,7)	(17,7)	(10,5)				
d. Estagiário	12	7	28	20	41	22	43	12	104	24	106	28	35	10	50	10	397	133	(16,3)	(5,1)
	(17,1)	(8,5)	(11,1)	(8,2)	(30,8)	(13,3)	(16,9)	(4,7)	(79,2)	(4,9)	(13,2)	(4,3)	(17,6)	(3,9)	(15,2)	(5,2)				
e. Curriculum Vitae	1	3	14	17	11	7	16	29	31	20	74	66	18	22	20	16	185	172	(1,4)	(7,3)
	(1,4)	(3,7)	(6,0)	(7,0)	(8,3)	(4,2)	(6,3)	(9,0)	(6,9)	(4,1)	(9,2)	(8,6)	(9,0)	(8,6)	(10,1)	(8,4)				
f. Convite	10	12	28	27	13	24	43	59	24	52	98	101	31	60	37	51	289	386	(14,9)	(15,8)
	(14,9)	(14,5)	(12,0)	(10,8)	(9,8)	(14,5)	(16,8)	(29,0)	(5,4)	(10,7)	(12,2)	(15,5)	(15,6)	(29,4)	(18,7)	(26,7)				

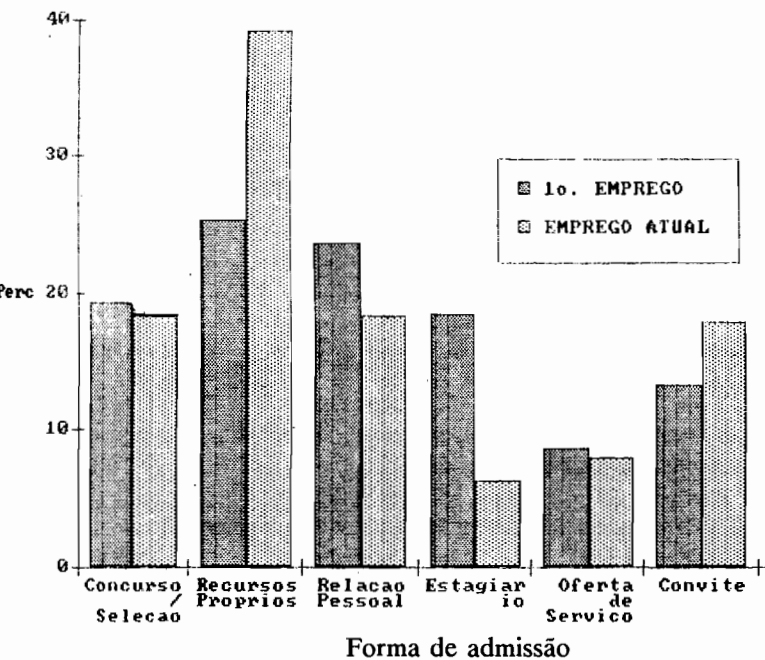


Figura 1. Formas de admissão do psicólogo no mercado de trabalho

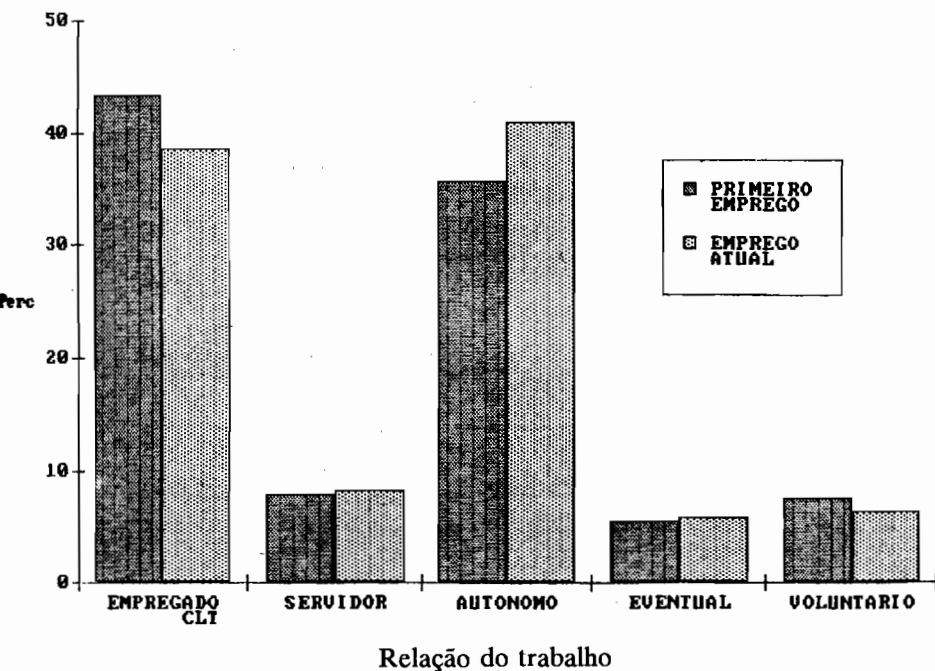


Figura 2 Relações de trabalho dos psicólogos

A nível nacional, as formas mais comuns de entrada no primeiro emprego são, em ordem decrescente, recursos próprios, relações pessoais, concurso e estágio. Note-se que o convite também representa uma forma razoavelmente importante de acesso ao primeiro emprego (15%), sendo o envio do Curriculum Vitae bem pouco expressivo (8%).

A diversidade verificada nas formas de ingresso ao primeiro emprego merece um estudo específico, o qual iria extrapolar a presente monografia, uma vez que tal diferenciação envolve fatores de ordem econômica, social, cultural e política. Tomando-se a cidade de Brasília como exemplo, torna-se fácil entender o porquê da utilização do concurso público como mecanismo principal de ingresso ao primeiro emprego, por ser Brasília uma cidade eminentemente administrativa. Já no caso de Recife (2ª região), as tradições sócio-político-culturais irão determinar as relações pessoais como a principal forma de admissão ao primeiro emprego.

As diferenças encontradas nas regiões no tocante à forma de admissão ao emprego são também verificadas em relação ao emprego atual, muito embora exista uma diferenciação entre as formas de admissão no emprego atual e aquelas utilizadas para obtenção do primeiro emprego. Com efeito, de um modo geral, o concurso público, os recursos próprios, os quais se tornam a forma mais típica de obtenção de trabalho, fato que ocorre praticamente em todas as regiões, à exceção da região CRP 02, onde as relações pessoais ainda predominam.

Além disso, no CRP 01 o concurso público continua sendo uma forma importante de admissão, enquanto que o Curriculum Vitae passa a assumir essa importância nas regiões 04, 07 e 08. Observa-se que neste contexto as relações pessoais e o envio do Curriculum Vitae representam fator de certa relevância, responsáveis por cerca de 15% cada na obtenção de emprego, sendo, obviamente, quase irrelevante o estágio.

Sendo assim, a profissão do psicólogo inicia-se como atividade liberal, tendendo a crescer significativamente nessa direção com o passar dos anos. Concluindo, o psicólogo abre espaço no mercado de trabalho investindo recursos próprios e independentizando-se.

2. Relações de trabalho e carga horária

2.1 - Relações de trabalho

A Tabela 2 e a Figura 2 mostram a porcentagem de distribuição dos psicólogos do país, para o primeiro e atual empregos, nos vários tipos de relação de trabalho. De modo geral, as duas grandes categorias de relações de trabalho são a de empregados e a de autônomo.

No tocante à categoria de empregado, a combinação empregado/servidor representa em todas as regiões a forma mais comum de relação. Isto também é verdade para a situação do conjunto de todas as profissões do

Tabela 2

Relações no trabalho em % por região - 1º emprego e (atual)

Relação de trabalho	Brasil	Região Administrativa (CR)									total**
		01	02	03	04	05	06	07	08		
Empregado (CLI)	74,5	61,90 (50,00)	53,47 (48,32)	61,07 (49,07)	35,51 (32,81)	34,97 (33,81)	41,46 (36,76)	47,18 (40,06)	45,11 (40,94)	42,33 (37,87)	
Servidor (Estatutário)	-	7,94 (6,00)	7,42 (9,40)	6,11 (7,48)	11,68 (10,42)	7,46 (7,53)	6,89 (8,00)	13,85 (10,64)	4,35 (5,04)	7,85 (8,15)	
Eventual	-	4,76 (5,00)	5,45 (5,32)	6,87 (5,61)	7,01 (8,02)	6,29 (4,69)	4,90 (6,24)	5,13 (4,20)	4,89 (6,71)	5,47 (5,90)	
Autônomo	23,6	20,63 (32,00)	31,19 (34,73)	22,90 (34,11)	40,65 (42,97)	35,66 (42,90)	39,21 (42,57)	31,28 (41,76)	38,59 (42,28)	36,32 (41,32)	
Voluntário	1,9	4,76 (7,00)	2,48 (2,68)	3,05 (3,74)	5,14 (5,74)	15,62 (11,08)	7,55 (6,42)	2,56 (2,39)	7,07 (5,04)	8,02 (6,72)	

todos os trabalhadores, ao passo que em relação aos psicólogos ela constitui apenas 50% dos casos. Entre a classe dos psicólogos a forma de trabalho autônomo é muito relevante, pois 36% deles mantêm esta relação de trabalho, contra apenas 24% da situação dos trabalhadores brasileiros.

Nota-se igualmente que a forma de empregado e servidor entre os psicólogos é a mais acentuada nas regiões 01, 02, 03 e 07, sendo ela menos acentuada nas regiões 04, 05 e 06. A diminuição da situação de empregado se faz em favor da relação de trabalhador autônomo.

Outra tendência sistemática, em todas as regiões, é a diminuição da relação de empregado em favor de autônomo, quando o psicólogo passa do seu primeiro emprego para empregos posteriores atuais. Isto é, o recém-formado entra no mercado de trabalho de preferência como empregado, passando aos poucos para a condição de autônomo, tendência essa já observada na pesquisa de São Paulo, (Sindicato e CRP 06, 1971). Deve-se notar entretanto, que excetuadas as regras observadas nos CRPs 01 e 03, em todos os outros Regionais mais de 30% dos psicólogos já iniciaram sua carreira como autônomos. Essa porcentagem chega a quase 40% para as regiões 06 e 08, caracterizando a profissão do psicólogo como liberal.

No quadro nacional, a profissão do psicólogo é, portanto, uma profissão liberal.

Observa-se, ainda, que a atividade de voluntário, exercida por cerca de 7% dos psicólogos situa-se bem acima da média nacional, que não chega a ser exercida nem por 2% dos profissionais do País. No caso dos psicólogos, ela aparece em maior índice nas regiões 05, 06 e 08.

2.2 - Carga horária

Uma comparação da distribuição da carga horária dos psicólogos com a das outras profissões do País é de difícil verificação, pois os dados coletados pelo IBGE (1985), pertinentes a todo o País, apresentam uma estruturação demonstrativa diferente da forma de coleta feita na pesquisa sobre os psicólogos. Entretanto, alguns aspectos podem ser analisados. A Tabela 3 sumariza os dados do IBGE e a Tabela 4 e Figura 3 apresentam os dados da pesquisa da profissão dos psicólogos.

Verifica-se, então, que no país, a média de horário semanal de trabalho é superior a 40 horas, 50% dos trabalhadores atuando durante 40 a 48 horas por semana e cerca de 30% até mais de 48 horas, caindo para 20% ou menos aqueles que trabalham menos de 40 horas.

No caso dos psicólogos, a carga horária semanal média (mediana) mais elevada, que ocorre com trabalhadores empregados e servidores estatutários, não chega a 34 horas semanais; aliás a nível nacional, esta média entre psicólogos é de cerca de 24 horas/semana. No caso das outras categorias de relação de trabalho, a carga horária semanal média cai para cerca de 14 horas (autônomo) e 10 horas (voluntários).

Tabela 3

Horas de trabalho semanal no país (%)

Região \ Horas	Até 39	40 a 48	49 ou mais
Brasil	20,0	50,4	30,4
Norte	18,3	53,2	28,2
Nordeste	25,6	49,9	24,6
Sudeste	16,1	53,9	29,8
Sul	17,3	43,2	39,4
Centro-oeste	15,7	48,1	35,8

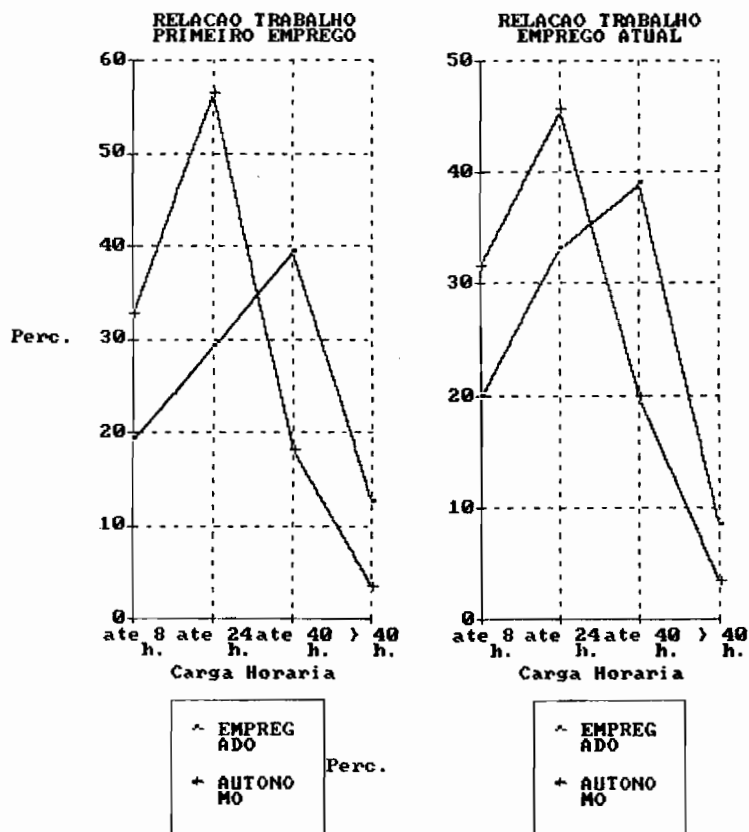


Figura 3. Carga horária do psicólogo empregado e autônomo

Tabela 4

Carga horária do psicólogo por relação de trabalho e região administrativa

Relação de trabalho	Carga horária semanal (σε X horas)	pelo estatuto (total)																total	
		1		2		3		4		5		6		7		8			
		1º	atual	1º	atual	1º	atual	1º	atual	1º	atual	1º	atual	1º	atual	1º	atual	1º	atual
a. Empresa do (CIT)	8	0	7	17	27	5	7	15	29	27	38	82	116	19	28	14	16	181	269
	16	0	1	3	7	3	6	7	17	17	41	25	51	9	19	7	14	71	157
	24	3	6	34	42	23	29	18	27	21	47	46	60	31	50	20	29	203	289
	32	5	6	16	24	5	8	4	7	10	22	26	39	5	10	5	6	76	122
	40	22	29	27	37	34	50	21	35	56	72	87	103	17	34	29	45	293	404
	+40	2	1	11	7	3	5	11	11	17	16	47	49	11	13	8	12	117	114
Md	33,64	33,38	24,00	23,24	32,94	32,40	23,11	21,04	30,40	22,47	25,08	21,60	20,65	20,80	23,20	26,67	26,14	22,84	
b. Servidor (Estatutário)	8	0	0	2	3	1	1	1	4	2	2	7	10	0	0	1	2	14	22
	16	0	0	2	2	1	2	1	3	8	16	0	3	1	3	1	2	12	31
	24	2	2	2	6	4	7	9	14	17	27	9	17	14	20	3	5	63	98
	32	1	1	2	6	1	3	3	4	3	5	6	13	3	5	2	2	21	41
	40	2	3	6	9	1	3	9	12	1	3	23	44	4	9	1	4	47	87
	+40	0	0	0	0	0	0	2	3	1	7	7	4	5	3	0	0	15	10
Md	28,00	32,00	26,00	27,00	27,00	21,71	28,00	21,71	18,82	18,57	33,19	32,45	23,14	22,80	21,33	21,60	27,14	22,84	
c. Eventual	8	1	3	3	8	1	3	3	12	7	11	12	27	4	6	2	9	33	84
	16	1	1	6	6	0	3	2	4	7	8	7	15	2	4	3	6	28	45
	24	1	1	0	6	0	4	5	8	6	8	8	17	3	3	2	4	32	47
	32	0	1	1	1	0	0	0	13	6	6	4	4	0	3	0	0	9	71
	40	0	0	1	1	0	3	2	2	2	2	2	5	1	2	1	1	12	15
	+40	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	3
Md	12,00	6,40	11,33	8,00	21,00	19,20	18,50	15,00	15,43	11,57	15,41	12,53	12,00	12,00	13,33	9,33	15,11	11,30	
d. Autônomo	8	2	11	21	36	5	12	26	32	3	106	108	151	19	51	21	34	252	452
	16	1	4	26	43	7	15	19	36	43	82	50	91	18	42	17	35	181	344
	24	5	9	7	12	12	28	21	34	14	49	71	114	13	33	19	32	177	310
	32	1	2	5	3	5	10	11	24	17	41	30	62	4	14	5	10	78	172
	40	3	4	3	3	1	4	9	14	7	19	24	43	5	14	8	11	59	111
	+40	1	2	1	1	0	4	1	5	1	6	13	23	2	3	1	4	26	47
Md	21,60	16,40	11,23	10,00	18,00	18,71	15,37	14,78	17,89	12,37	14,40	16,00	13,11	13,24	14,82	14,63	14,40	14,70	
e. Voluntário	8	2	3	2	1	0	3	7	15	4	16	19	10	2	5	6	7	65	102
	16	1	1	0	1	3	3	1	4	8	29	13	16	1	1	2	3	50	58
	24	0	1	3	6	1	2	2	2	0	11	13	17	1	1	0	5	34	43
	32	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	3	3	0	1	0	0	4	7
	40	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	6	6	1	1	0	0	8	9
	+40	0	0	0	0	0	0	0	0	1	7	3	1	0	0	0	0	4	1
Md	6,00	12,00	17,33	16,00	11,33	10,47	5,20	5,97	10,66	8,67	13,55	11,24	12,00	7,70	9,33	9,11	11,77	10,26	
N	63	106	202	297	310	214	214	184	214	264	264	1.117	125	376	184	298	2.171	3.564	

Estes dados médios podem dar a ilusão de que a profissão é de tempo parcial. Na verdade, no caso dos empregados servidores, a situação é a seguinte: 50% deles trabalham em tempo integral (40 horas) e outra metade divide-se igualmente entre horistas (até 8 horas) e tempo parcial (24 horas). No caso dos autônomos, a carga é muito variada, sendo mais acentuada nas faixas de até 8, 16 e 24 horas semanais (vide Figura 3). De fato, mais de 40% dos autônomos atuam em tempo parcial e cerca de 40% dos assalariados, em tempo integral.

Conclui-se, então, que a carga horária semanal média de trabalho do psicólogo é visivelmente inferior à da média das profissões em geral do País.

Ademais, a carga horária semanal média varia bastante entre as diversas regiões de abrangências. No caso dos psicólogos empregados, esta carga é mais elevada na região 01, 03 e 06 (para servidores) e também 08, caindo bastante nas regiões 02, 04, 05 e 07. Entre os autônomos, é nas regiões 01 e 03 que a carga semanal é maior (cerca de 18 horas), caindo para cerca de 10 horas na região 02 e para 12 na região 05.

No tocante à carga horária semanal, a diferença entre o primeiro emprego e o emprego atual não é geralmente marcante, exceto em algumas regiões: autônomos na 1ª Região, no geral da 4ª e 5ª regiões e os empregados da 6ª região: As diferenças apontam para, no caso de empregados, diminuição de carga horária e, no caso dos autônomos, diminuição na 1ª região e aumento na 6ª região.

Em termos gerais, confirmam-se os dados da pesquisa em São Paulo (Sindicato e CRP 06, 1971), que apontam para três faixas de carga horária entre os psicólogos: tempo integral (40 hs/semana) para assalariados; tempo parcial (até 24 hs/ semana) para autônomos e cerca de 10 hs/ semana para o restante.

2.3 - Forma de trabalho

A forma de trabalho dos psicólogos, individual ou em equipe, varia muito de região para região. De modo geral, excetuando-se o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde predomina o trabalho em equipe multidisciplinar, a forma comum de trabalho do psicólogo é a individual, sendo que esta se torna, com o tempo, a mais procurada pelos profissionais psicólogos, particularmente nas regiões 03, 04, 05 e 06. (Isto ocorre em detrimento das formas de trabalho em equipe.) Apenas as regiões 01 e 02 fazem exceção a esta regra (Tabela 5, Figura 4). Parece interessante anotar que a forma menos procurada de trabalho é a de equipe de psicólogos, sendo que esta ocorre mais entre recém-formados, os quais vão abandonando-a em favor da atuação individual. Quanto ao trabalho em equipe multidisciplinar, observa-se uma procura maior do que o da equipe de psicólogos.

Ressalta-se, também, que a equipe multidisciplinar, ao contrário do que acontece com a equipe de psicólogos, tende a manter-se com menos perdas para a forma individual.

Tabla 5

Forma de trabalho dos psicólogos por região administrativa

forma de trabalho (f %)	1		2		3		4		5		6		7		8		TOTAL	
	1*	atual	1*	atual	1*	atual	1*	atual	1*	atual	1*	atual	1*	atual	1*	atual	1*	atual
a. Individual	(41,3)	(38,4)	(44,1)	(41,1)	(31,2)	(48,6)	(37,6)	(45,3)	(40,8)	(58,3)	(42,6)	(47,4)	(34,0)	(39,1)	(41,7)	(43,1)	(41,0)	(47,8)
b. Equipe de Psicólogos	(29,3)	(31,4)	(23,2)	(20,2)	(29,7)	(20,8)	70 (27,5)	49 (18,8)	(21,0)	(13,3)	(24,8)	(20,8)	(21,8)	(22,5)	(27,5)	(26,1)	(24,5)	(20,0)
c. Equipe multi-disciplinar	(29,3)	(30,2)	(32,7)	(38,8)	(39,1)	(30,6)	89 (34,9)	85 (34,7)	(38,1)	(28,5)	(32,6)	(31,7)	(44,2)	(38,4)	(30,9)	(39,8)	(34,4)	(32,1)
N	75	86	220	258	138	173	255	245	480	520	801	662	206	271	204	253	2.381	2.470

Tabela 6

Porcentagem de rendimento mensal - salários mínimos de trabalhadores brasileiros: Brasil, São Paulo - Capital, e Recife

Salário Mínimo	Brasil	São Paulo	Recife
Sem resposta	04,	0,4	1,4
Até 1/2	13,7	3,4	15,6
1/2 a 1	22,9	12,5	21,1
1 a 2	25,0	22,9	26,7
2 a 3	13,0	18,2	12,9
3 a 5	11,7	18,8	11,0
5 a 10	8,5	14,8	6,7
+ de 10	4,9	9,1	4,6
Mediana (SM)	2,0	3,1	2,0

Fonte: Ministério do Trabalho. 1987.

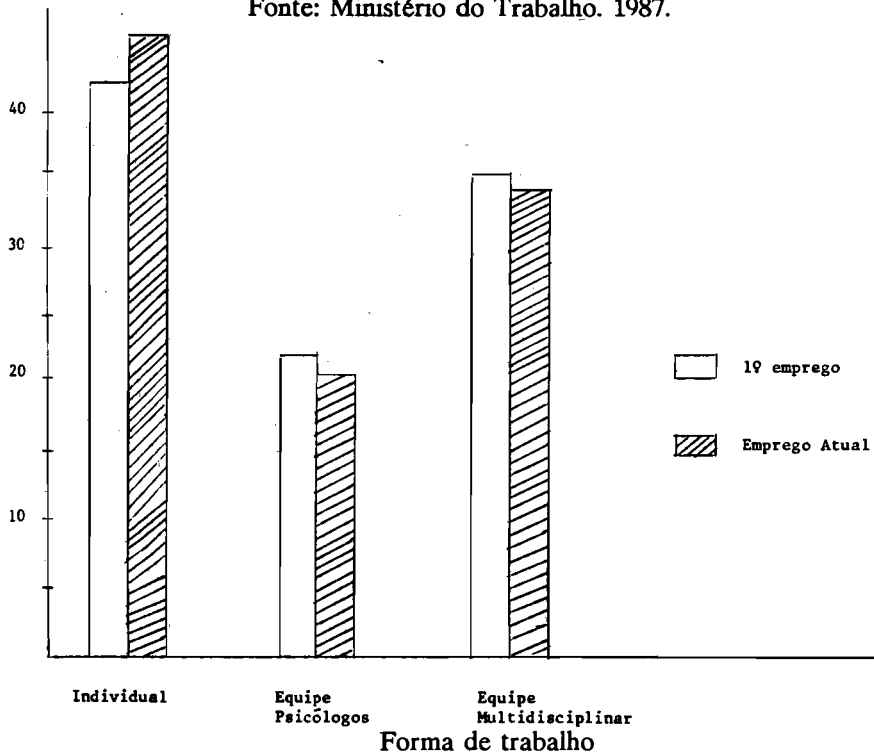


Figura 4. Formas de trabalho do psicólogo

Tabela 7

Remuneração mensal, em salários mínimos, do psicólogos por região administrativa

SALÁRIO MÍNIMO	REGIÃO ADMINISTRATIVAS								total	
	01	02	03	04	05	06	07	08	f	%
nenhum	11,4	25,0	10,4	21,9	22,9	28,5	11,8	17,1	510	23,8
- 2 SM	7,1	14,4	1,5	12,0	11,4	3,9	7,4	12,8	189	7,7
2 - 4	7,1	13,5	13,4	17,8	14,1	6,0	9,3	18,2	260	10,2
4 - 8	18,6	24,5	20,1	15,3	18,1	11,6	23,5	24,1	396	15,9
8 - 12	24,3	9,1	21,6	7,0	13,5	11,0	20,1	11,8	298	12,4
12 - 16	10,0	5,8	15,7	7,9	4,8	10,3	8,3	7,0	191	8,5
16 - 20	8,6	3,8	10,4	5,8	5,3	7,7	11,8	4,3	158	6,9
+ de 20	12,9	3,8	6,7	12,4	9,9	20,8	7,8	4,8	287	14,5
X*	10,47(51,96)	6,19(49,25)	10,43(49,72)	6,50(48,69)	6,56(42,09)	11,11(45,37)	10,11(47,83)	6,36(47,30)	10,87	45,99
N	74	208	134	242	475	764	204	187	2.284	-

* Média dos que ganham. Entre parênteses, a contribuição percentual do salário como psicólogo na renda familiar.

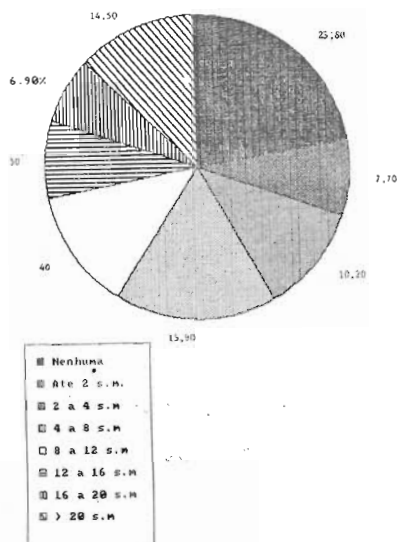
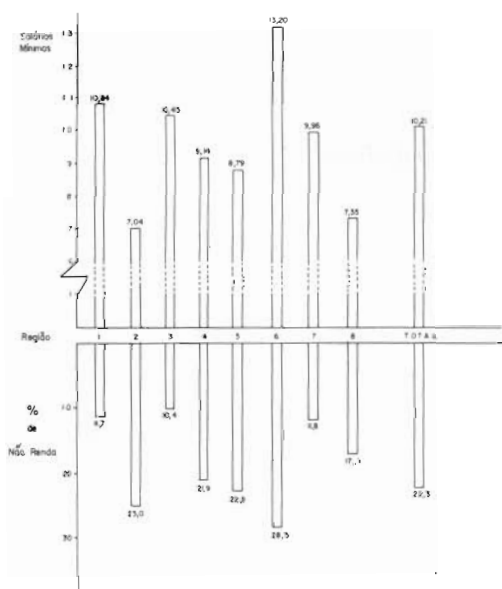


Figura 6. Rendimentos mensais em SM dos psicólogos brasileiros



Remuneração mensal do psicólogo, em salários mínimos e percentagens dos psicólogos sem renda região administrativa

Uma nota de destaque cabe às regiões 01 e 02, pois as tendências geralmente observadas entre psicólogos a nível nacional, isto é, diminuição do trabalho de equipe e aumento do trabalho individual com o passar do tempo, são o inverso nestas duas regiões.

3 - Remuneração do psicólogo

Os salários médios nacionais, segundo o Ministério do Trabalho (1987), aparecem sumarizados na Tabela 6.

A situação salarial dos psicólogos está detalhada na Tabela 7 e Figuras 5 e 6. O salário mensal, expresso em salários mínimos, para a atuação do psicólogo, como psicólogo, varia bastante de região para região administrativa, bem como com relação à média nacional das profissões. Com efeito, a média salarial nacional varia entre 2 salários mínimos (Recife) a mais de 3 SM (São Paulo). Para o psicólogo, a média nacional é de quase 11 SM; entretanto, ela varia de 6 SM (região 2) até mais de 11 SM (São Paulo).

Em termos nacionais pode-se, portanto, afirmar que a classe de psicólogos recebe remuneração razoável, particularmente em se tratando de profissão na área social que, em geral, recebe um salário bem abaixo da média nacional de profissões. Deve-se, entretanto, recordar que a profissão do psicólogo caracteriza-se fundamentalmente como profissão liberal, donde se esperaria melhor remuneração. Observa-se, igualmente, que o salário do psicólogo contribui em cerca de 50% de receita familiar em todas as regiões administrativas.

Referências Bibliográficas

IBGE (1985) - *Anuário Estatístico do Brasil* - Rio de Janeiro

Ministério do Trabalho (1987) *O Mercado de Trabalho Brasileiro - Estrutura e Conjuntura*. Brasília: MTb

Sindicato e CRP 06 (1984). *O Perfil do Psicólogo no Estado de São Paulo*. São Paulo: Cortez.

CAPÍTULO 10

ÁREAS DE ATUAÇÃO - EM QUESTÃO O NOSSO MODELO DE PROFISSIONAL

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos*

I. Introdução

O exercício profissional da Psicologia, entre nós, caracteriza-se por inúmeros problemas, cuja compreensão tem despertado interesse de pesquisadores, entidades representativas em menor intensidade, dos próprios profissionais envolvidos diretamente com a prestação de serviços psicológicos. Tais problemas, talvez com risco de simplificação, podem ser resumidos a uma grande questão: o modelo hegemônico de atuação psicológica, forjado ao longo dos anos, especialmente após a regulamentação da profissão e conseqüente estabelecimento de padrões para a formação dos novos profissionais. Não seria errôneo afirmar que nos debatemos, hoje, em uma profunda crise (ou hoje, temos dela maior consciência?). Por um lado, cresce a insatisfação quanto ao tipo de serviços que prestamos e quanto a quem deles tem se beneficiado; por outro lado, faltam-nos respostas alternativas suficientemente claras e abrangentes; falta-nos, sobretudo, as necessárias condições de construí-las.

Esta crise é, sem dúvida, de proporções maiores do que as normalmente vividas em outros campos profissionais e oriundas do avanço dos conhecimentos e tecnologias geradas pelas ciências que os fundamentam. Discute-se,

* Professor do Departamento de Psicologia UFBA/CFP.

hoje, a própria constituição da Psicologia enquanto campo profissional delimitado, com funções privativas para quem possui formação legalmente reconhecida; a natureza básica dos conhecimentos psicológicos justificaria a sua livre utilização pelos demais profissionais? A fluidez de limites entre os campos estariam levando a uma implosão da Psicologia enquanto profissão? (Seminário, 1987).

Questiona-se, no nosso caso, o modelo como um todo, especialmente no que tange à sua adequação à realidade social ou às possibilidades de contribuir na superação dos cruciais problemas que o homem brasileiro vive. Não é difícil encontrar os vínculos que ligam este modelo dominante de atuação psicológica ao contexto histórico-social em que a profissão surgiu e se desenvolveu. Ao modelo social excludente que acompanha a tumultuada realidade econômica e política do país pode ser creditada a restrita penetração dos serviços psicológicos entre os segmentos majoritários da população.

À origem social dos próprios profissionais também pode ser atribuída parcela da responsabilidade pela manutenção deste modelo; é um dado histórico que, majoritariamente, os segmentos médios da nossa sociedade não se comprometem com as aspirações e carências das classes populares. Como vimos no Capítulo 2, somos uma categoria oriunda de segmentos mais privilegiados da sociedade, dado congruente com os encontrados por RIBEIRO e KLEIN (1982). Num outro plano, é evidente o papel das instituições formadoras na reprodução deste modelo hegemônico - a real sintonia, mesmo que não planejada ou conscientemente aceita, com a realidade do mercado real e conseqüente pouca ousadia em repensar os rumos da profissão e arriscar um "novo produto". MELLO (1975) e, posteriormente, CARVALHO (1982) analisam o conjunto de fatores (pessoais, do curso, do mercado, das demandas sociais) que interagem na manutenção do modelo em questão.

Um componente essencial neste modelo de atuação psicológica relaciona-se ao conceito de *área de atuação* e, mais precisamente significa o predomínio da área clínica sobre as demais. A hegemonia da clínica espelha-se não apenas no elevado contingente de psicólogos que a esta área se dedica, mas no predomínio de alunos que a ela pretende se dedicar ou ainda na "representação social" dominante na Psicologia entre a população geral (LEME e outros, 1987).

Em que consiste este conceito de área de atuação? Embora de largo uso na literatura, não é fácil a tarefa de delimitá-lo. Em primeiro lugar, deve ser ressaltado que a legislação que regulamenta a profissão não se refere a *área de atuação* ou especialização, como bem assinala YAMAMOTO (1987) e sim a *atividades*. Quando da regulamentação da profissão, a Psicologia aplicada já detinha uma história que marca, inevitavelmente, os novos cursos e a nova profissão (MELLO, 1975). Assim, a legislação definiu para o profissional duas grandes funções: a de ensinar Psicologia e o exercício da profissão de psicólogo cujas atividades privativas, como enunciadas, demarcaram três grandes áreas de atuação além do ensino: *a clínica, a escolar e a industrial*.

Que critérios definem, dentro do campo profissional, tais áreas de atuação? A fluidez dos seus limites já fora apontado por MELLO (1975). Entretanto, tradicionalmente, estas áreas foram associadas a um conjunto de atividades e objetivos que as definiram para o grande público assim como para os próprios psicólogos.

CLÍNICA - decorrente da atividade privativa de "solução dos problemas de ajustamento"; prevista em lei, esta área ficou identificada com a prática da psicoterapia (independentemente de orientações teóricas), e com as atividades de psicodiagnóstico para fins de intervenção terapêutica. Um trabalho curativo, desenvolvido predominantemente em consultórios particulares (trabalho autônomo).

ESCOLAR - baseada na legislação que prevê como privativa do psicólogo o uso de instrumentos psicológicos para fins de orientação psicopedagógica, esta área envolvia, predominantemente, o trabalho junto a crianças com problemas de aprendizagem, a aplicação de testes para sondar aptidões e interesses, daí decorrendo programas de orientação vocacional.

INDUSTRIAL - esta área teve como núcleo definidor básico os trabalhos de seleção de pessoal, mais precisamente, o uso de instrumentos psicológicos para avaliar o potencial de ajustamento do indivíduo às tarefas que deveria executar. Possui a especificidade de ter, comparativamente às demais áreas, o predomínio do trabalho assalariado e de permitir um contato maior com o mundo da produção.

Como podemos ver no Capítulo 12, embora as atividades predominantemente desenvolvidas pelos psicólogos, hoje, ainda sejam aquelas mais tradicionais e que definem a essência do conceito das áreas que apresentamos acima, o quadro atual, quando nos referimos a *área de atuação* é bastante diverso. Não podemos negar uma efetiva ampliação do leque de atividades, objetivos e locais de inserção do psicólogo, neste gradativo e lento processo de construir a profissão. Os rótulos se alteraram: Clínica ou Saúde? Escolar ou Educacional? Industrial, Organizacional ou do Trabalho? É interessante como os novos nomes associam-se a um conceito ampliado de atuação psicológica e trazem, em comum, o rompimento com uma intervenção apenas a nível individual; rompe-se, também, a noção restrita do psicólogo como mero aplicador de instrumentos de mensuração. Inserindo-se em equipes multiprofissionais de saúde, com intervenção a nível primário, secundário e terciário, ou trabalhando junto a outros profissionais da área de recursos humanos nas organizações, com a possibilidade, inclusive, de participar da definição de políticas para esses setores, tem-se um perfil do profissional que não cabe nas definições restritas das áreas que apresentamos anteriormente.

Mais do que esse alargamento das áreas tradicionais, novas áreas surgem e começam a se definir com uma especificidade dentro do nosso campo profissional. É o caso, por exemplo, da Psicologia Comunitária (não entremos aqui nas controvérsias de ordem ideológica que o termo "comunitária" suscita e que leva alguns profissionais a denominarem-na de psicologia social)

cuja marca seria a intervenção em problemas sociais mais amplos, significando uma extensão do trabalho do psicólogo a segmentos sociais marginalizados. Aí são normalmente incluídos os trabalhos junto a favelas, associações de bairros etc., que podem expressar um compromisso de transformação das condições de vida como também uma intenção de amortecer os conflitos sociais. Como esta, inúmeros outros conjuntos de ações dos psicólogos têm sido considerados como novas áreas de atuação: a Psicologia Institucional, a Psicologia Hospitalar, a Psicologia do Esporte, a Psicologia Jurídica, a Psicologia do Trânsito são algumas delas. PFROMM NETO (1985) cita ainda como áreas emergentes de aplicação: Comunicação de Massa e Lazer, Psicologia Política, Psicologia Médica e Reabilitação etc.

Tal fragmentação de áreas, remete, novamente ao problema de se definir uma área de atuação na Psicologia. Que critérios normalmente são utilizados nesta definição? Um primeiro, mais simples e mais usado, restringe-se ao local de trabalho; quem está no consultório faz clínica; quem está na empresa faz organizacional e assim por diante. Os conceitos de área e local são, portanto, confundidos. Apesar da associação inevitável entre eles, fica patente a insuficiência deste critério para definir uma área. O exemplo mais claro é encontrado na área escolar onde, mesmo inseridos em uma instituição de ensino, muitos psicólogos fazem um trabalho clínico, no sentido mais restrito do termo. Outros critérios, portanto, devem ser necessariamente, utilizados nesta tarefa, tais como: os objetivos do trabalho, o tipo de problemas com que lida, o vínculo empregatício e sua relação com o cliente e possível instituição, os alvos da intervenção, os procedimentos implementados. Nenhum deles seria suficiente para estabelecer limites precisos (talvez nem sejam atingidos com a utilização de todos os critérios possíveis). Se há dificuldades em delimitarmos tais áreas, mesmo lançando-se mão de critérios variados e centrados no "fazer psicológico", significa assumirmos que existe uma identidade básica do profissional, independente de área de atuação?

Há controvérsias quanto à existência desta identidade como, por exemplo, defende PATTO (1984). Tal posição se respaldaria na existência de um instrumental básico de intervenção e em objetivos gerais mais ou menos comuns, independente de contexto (por exemplo, a promoção da saúde das pessoas, dos grupos, das organizações). PFROMM NETO (1985) mesmo reconhecendo que muitas áreas da investigação psicológica têm tido um desenvolvimento tão grande que se justificaria falar em *Psicologias* e não *Psicologia*, afirma a necessária integração de todo esse corpo de conhecimento diversificado, quando se trata de aplicação. Assim ele justifica sua posição: "as pessoas que se dedicam à aplicação da psicologia em diferentes setores clínicos, escolar, industrial/organizacional, médico, militar, jurídico etc., lidam com o ser humano em sua inteireza, com a totalidade de um indivíduo, na maioria dos casos" (p.1-3).

A unidade dar-se-ia, assim, não tanto pela tecnologia, mas pelo objeto de intervenção. Levada ao extremo, o argumento da unidade do profissional

poderia considerar supérfluo o conceito de área de atuação; a análise do exercício profissional poderia ser feita satisfatoriamente a nível das atividades desempenhadas. No outro polo, teríamos a posição que, negando esta unidade básica, tomaria cada área como bastante diferenciada, podendo funcionar como embriões de novos campos do saber e, conseqüentemente, novos modelos profissionais. O conceito de área teria a utilidade de sintetizar conjuntos de ações próprios e seria útil enquanto não se constituíssem em campos profissionais autônomos (por exemplo, o psicopedagogo ou o profissional de recursos humanos).

Não creio que a solução esteja entre estas posições extremas. Se há diferenças bem nítidas entre psicólogos de algumas áreas distintas (por exemplo o clínico e o organizacional) não se pode negar a existência de preocupações comuns, recursos técnicos similares e, sobretudo, alguns requisitos pessoais indispensáveis à sua ação, independente de áreas. Tais considerações nos levam a acreditar que, mais do que técnico, é sociológico o critério que devemos utilizar para demarcar o conceitos das áreas.

Essas áreas devem ser vistas como contextos diversos que criam círculos de relações, padrões de referência e avaliação do trabalho distintos; tais diferenças, por seu lado, se apoiam e geram valores diversificados, moldam padrões de relação entre profissionais e destes com a sua clientela específica. Aceito tal pressuposto, o conceito área de atuação pode se revelar bastante útil para investigar de que forma aspectos do indivíduo e do contexto de trabalho interagem na determinação de padrões de conduta profissionais próprios.

Assim demarcado, pode-se entender área de atuação profissional como espaços do campo profissional cujos limites vão além das características técnicas da intervenção psicológica propriamente dita e englobam um conjunto de relações sociais, valores e papéis, dentro do ambiente de trabalho, que se traduzem em cultura própria.

Existiriam, portanto, características pessoais similares, a nível de valores, visão do mundo, concepção de homem etc., que levariam o psicólogo a dedicar-se a uma determinada área.

Nesta direção, a análise da distribuição de psicólogos pelas áreas de atuação enseja reflexões mais amplas acerca da cultura que envolve o exercício profissional. Tais aspectos, entretanto, ficam mais nitidamente visíveis quando, extrapolando-se uma visão estática, analisa-se a realidade do exercício profissional nos seus aspectos dinâmicos.

OLIVEIRA (1985) conceitua carreira como uma trajetória social, ou um "conjunto de ações contínuas que visam fazer e transformar o indivíduo, sua profissão, a organização e a sociedade onde se insere" (p.21). Como um "caminho a ser percorrido, se torna possível analisar, a partir da perspectiva de cada indivíduo, imagens, modelos, percepções e expectativas em torno das quais se constroem mitos, clichês, pontos de referências e indicadores sobre a própria carreira" (p.21-22). Entendido como um caminho efetivamente per-

corrido pelo indivíduo, torna-se possível identificar suas "determinações, coerções e culturas próprias (...) suas tradições e regras de ação" (p.22).

Os resultados da pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia não permitem, certamente, uma análise mais minuciosa de como o psicólogo define sua área de atuação; não permite ainda, uma discussão profunda sobre os aspectos da cultura associada ao exercício profissional nas diversas áreas. As informações coletadas acerca da distribuição dos psicólogos por área de atuação e sobre a carreira profissional são pontos de partida para a análise das questões tratadas até aqui, especialmente por descreverem, com bastante clareza, o que vimos denominando "modelo hegemônico de profissional".

O presente capítulo assim, tomando como base os dados de área de atuação em Psicologia, objetiva caracterizar o movimento interno dentro da profissão, na perspectiva de contribuir para melhor elucidar a força do modelo de atuação profissional dominante. Embora apresentemos alguns dados relativos à carreira do psicólogo, não há, propriamente, um estudo da carreira de cada profissional, o que teria demandado a coleta de todas as informações do ciclo de vida profissional de cada sujeito entrevistado, o que não ocorreu. Trabalhamos, assim, com dois momentos desse ciclo de vida: o primeiro trabalho (a sua inserção no mercado) e o momento atual. Assumimos o pressuposto de que a inserção no mercado sofre um efeito mais forte de forças extrínsecas (o campo efetivamente disponível, as oportunidades a que teve acesso) enquanto os trabalhos atuais significam a possibilidade de realização mais clara de interesses e expectativas pessoais. Assumimos, assim, que as mudanças de áreas ao longo da carreira podem nos fornecer informações não só das condições de trabalho associadas a cada uma dessas áreas, como também do processo de concretização do ideal de atuação psicológica acalentado pelo psicólogo.

II. Inserção no mercado de trabalho e alguns dados da carreira.

Aquisição do primeiro trabalho

Como tivemos a oportunidade de ver nos Capítulos 2 e 4, é muito grande o contingente de psicólogos graduados que não se inscrevem na vida profissional enquanto psicólogos. O número de psicólogos inscritos nos Conselhos Regionais (pré-requisito para desempenhar as tarefas privativas do psicólogo), em 1985, era apenas ligeiramente superior a 50% do número de diplomados em Psicologia. Deve-se tal fato a variáveis do mercado de trabalho? Estaria ele saturado a ponto de não absorver tamanho contingente de profissionais? Ou tal defasagem pode ser melhor compreendida à luz dos motivos que levam as pessoas a fazerem Psicologia? Assim, a realização do curso não estaria necessariamente associada à expectativa de profissionalização?

Tabela 1

Percentagens de psicólogos por tempo de aquisição do 1º emprego em Psicologia nas diversas regiões e no país como um todo.

Período	CRPs								Brasil
	01	02	03	04	05	06	07	08	
Nenhum	27,0	41,0	56,8	53,4	53,7	42,7	45,3	40,1	46,4
1 ano	38,1	39,0	29,5	27,6	25,3	37,7	45,3	45,2	35,0
1 a 2 anos	22,2	12,2	7,6	13,6	15,6	11,8	7,5	7,9	12,1
2 a 3 anos	9,5	4,4	2,3	3,2	2,5	5,3	1,0	2,8	3,7
3 ou mais	3,2	3,4	3,8	2,3	2,9	2,5	1,0	4,0	2,7

Tabela 2

Distribuição de psicólogos por área de atuação no 1º emprego nas diversas regiões.

Áreas	CRPs								Brasil
	01	02	03	04	05	06	07	08	
Clínica	36,0	52,6	41,5	49,1	49,9	45,4	35,1	48,7	46,1
Escolar	6,7	12,9	16,3	15,1	15,3	13,6	21,8	12,8	14,7
Organização	40,0	21,1	32,5	19,8	21,0	21,1	26,7	27,6	23,3
Docência	11,0	9,8	2,4	4,7	7,4	6,9	10,4	5,8	7,2
Pesquisa	1,7	1,5	0,8	1,4	1,9	0,9	1,5	1,3	1,3
Comunitária	1,7	1,5	3,3	5,7	3,1	5,3	3,0	1,9	3,8
Outras	1,7	0,5	3,3	4,2	1,4	6,7	1,5	1,9	3,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº de casos	60,0	149,0	123,0	212,0	419,0	676,0	202,0	156,0	2042,0

* Exclui os não inseridos no mercado e os não informantes.

Tabela 3

Percentuais de psicólogos por número de trabalhos ao longo da carreira nas diversas regiões e no país como um todo.

Número Trabalhos	Conselhos Regionais de Psicologia								Brasil
	01	02	03	04	05	06	07	08	
Só o atual	13,3	6,9	38,8	48,5	4,9	13,9	0,7	2,4	7,3
1	40,0	51,3	28,5	26,7	41,8	32,7	39,4	38,6	39,4
2	15,6	21,3	21,4	13,9	28,1	27,9	24,6	24,4	26,2
3	11,1	11,3	6,1	7,3	14,7	14,9	21,8	25,5	15,7
4	8,9	4,4	5,1	1,2	4,6	5,7	5,6	9,4	5,9
5	6,7	3,1	1,0	0,6	2,9	2,0	4,2	2,4	2,7
+ de 5	4,4	1,9	1,0	1,8	2,9	2,9	3,5	2,4	2,8

Tabela 4

Distribuição de psicólogos por área em que já atuaram ao longo da carreira, nas diversas regiões.

Área	01	02	03	04	05	06	07	08	Brasil
Clínica	37,7	66,7	65,9	71,3	64,4	63,8	55,7	66,0	63,3
Escolar	19,7	27,3	37,5	39,7	30,4	31,2	39,7	35,8	32,6
Organização	34,4	44,4	63,6	29,4	33,7	29,0	48,9	36,8	33,9
Docência	19,7	31,3	17,0	23,7	17,8	21,3	32,1	36,8	23,4
Pesquisa	4,9	3,0	6,8	8,1	7,6	9,0	10,7	8,5	8,1
Comunitária	8,2	8,1	11,4	13,3	4,3	11,3	11,5	15,1	10,1
Outras	2,7	3,0	3,4	5,2	3,3	12,0	4,6	1,9	6,7

Embora não se possa considerar fácil o processo de obtenção de emprego (especialmente o primeiro), na condição de crise econômica que vive o país, os dados acerca do tempo decorrido entre a graduação e o primeiro trabalho, não se mostram tão graves, como se vê na TABELA 1. No geral, quase a metade dos psicólogos entrevistados, obteve seu trabalho tão logo concluíram o curso e mais de 2/3 da amostra conseguiu trabalho em menos de um ano de formado. É menor que 10% o número de sujeitos que esperaram três ou mais anos para ter seu primeiro emprego como psicólogo. Tal realidade não parece diferir significativamente nas diversas regiões do país. No CRP 03 (BA/SE) observa-se o maior índice de aquisição contingente à graduação, o que pode ser explicado pelo restrito número de psicólogos na região, ampliando, assim, a demanda; próximos ao CRP 03 encontram-se o CRP 05 (RJ) e 04 (MG/ES), quanto ao número de profissionais logo absorvidos pelo mercado. Quando se considera entretanto, todas as faixas de tempo de aquisição do emprego, verificamos que o CRP 07 (RS/SC) apresenta uma situação ligeiramente mais positiva que as regiões já citadas pois cerca de 90% dos psicólogos se empregam com menos de 1 ano de formado. No sudeste (CRPs 05,06 e 04), região que concentra o maior número de psicólogos e de instituições de ensino, já se verifica um aumento do percentual de casos que esperam até dois anos pela obtenção do primeiro trabalho; em São Paulo, encontrou-se 5,3% de casos que esperaram entre dois e três anos; tais índices já revelam dificuldades que podem ser creditadas ao elevado contingente de novos profissionais que pressionam o mercado a cada semestre. A situação do nordeste (CRP 02), aproxima-se a do sudeste, embora forme um menor número de profissionais a cada ano: as dificuldades, aqui, podem ser atribuídas a restrições mais nítidas do mercado, produto de uma realidade sócio-econômica claramente mais difícil. Curiosamente, no que tange ao tempo para aquisição do primeiro trabalho, a situação mais difícil é a do CRP 01 (DF/GO). Nesta região, encontramos menor índice de absorção imediata (27%) ou de profissionais que esperam até um ano (65%) para ingressar no mercado de psicólogos atuando na área organizacional, sendo o governo e empresas públicas as maiores fontes empregadoras; residiria, neste particular, as razões da maior dificuldade? É importante lembrar, todavia, que o tempo de aquisição do emprego não é a única variável que pode retratar as dificuldades desse processo de inserção; o tipo de emprego e a remuneração são outros indicadores, já discutidos em outros capítulos anteriores.

Área do primeiro trabalho

De início, é importante informar que os dados relativos à área de atuação foram coletados fornecendo-se ao psicólogo as cinco áreas mais conhecidas e citadas pela literatura, cabendo a ele, classificar o seu trabalho em uma delas ou informar uma outra área em que melhor se inserisse a sua prática profissional. Os resultados expressos na TABELA 2, indicam que quase a

totalidade dos respondentes conseguiu incluir o seu trabalho dentro das áreas oferecidas (apenas 3,5% de outras respostas), o que pode indicar ter o psicólogo um conceito suficientemente abrangente destas áreas que descrevem sumariamente a variabilidade de atividades desenvolvidas, pelo menos no primeiro trabalho. Em São Paulo e Minas Gerais/Espírito Santo encontramos os maiores índices de outras áreas (institucional, trânsito, gestantes, hospitalar, social são alguns nomes que aparecem com maior frequência).

O peso com que cada uma das áreas mais conhecidas aparece na distribuição geral não apresenta um quadro diverso do já conhecido. Na área clínica ingressam quase a metade dos psicólogos (46,1%) no seu início de carreira; esta tendência majoritária aparece nas diversas regiões com pequenas variações que merecem destaque. No Nordeste, o percentual atinge 52,6%, sendo mais elevado que a média nacional também no Rio de Janeiro, Minas/Espírito Santo. Em contrapartida no DF/GO (36%) e no Sul (RS/SC) encontramos as menores participações da área clínica. No primeiro caso, tal queda deve-se à maior participação da área organizacional (40%), num índice bem acima da média nacional, que ficou em torno de 23% dos psicólogos. Esta área, a segunda em absorção do psicólogo no seu ingresso na profissão também apresenta, nas diversas regiões, percentuais próximos; além do DF/GO, apenas na BA/SE encontramos um contingente significativamente mais elevado de psicólogos atuando em organizações no seu primeiro trabalho. A terceira área em absorção de profissionais é a escolar (14,7%); em duas regiões encontramos variações significativas desta média nacional: DF/GO (apenas 6,7% onde, como vimos, há um peso maior da área organizacional, que chega a superar a clínica) e RS/SC, que, com 21,8% dos primeiros trabalhos na área escolar, impõe-se como a região que mais oferece esta alternativa de trabalho para o psicólogo iniciante.

As três áreas mais tradicionais absorvem cerca de 85% dos primeiros trabalhos dos psicólogos. A quarta, em termos de opção, é a docência, com índice de 7,4%. É compreensível que esta área seja uma opção para poucos psicólogos no início de suas carreiras; o ensino no 2º grau ainda é um espaço a ser conquistado e o campo encontra-se ocupado pelos egressos dos cursos de Pedagogia. O ensino superior é restrito (em menor grau do sudeste) e, em tese, não deveria absorver recém-graduados. Mais restritas ainda são as chances de ingresso nas áreas comunitárias e de pesquisa, que absorvem, respectivamente, apenas 3,8 e 1,3% dos psicólogos iniciantes; a área comunitária aparece com maior peso em São Paulo e Minas Gerais; quanto à pesquisa, não há variações significativas diante de percentual geral tão reduzido.

Como pudemos observar, não existe uma variação regional que modifique profundamente o quadro dos psicólogos por área de atuação no primeiro emprego. No RS/SC há uma distribuição mais equitativa das quatro principais áreas, reduzindo um pouco a hegemonia da clínica; no DF/GO e BA/SE aparece um peso maior da área organizacional. Excluindo-se tais variações,

percebe-se um padrão mais ou menos homogêneo de participação das diversas áreas, nas distintas regiões do país. As diferenças sócio-econômicas que distanciam as regiões no país não chegam a determinar um perfil diferenciado de inserção do psicólogo no mercado (vide a participação da área organizacional não ser mais elevada, por exemplo, nas regiões de maior industrialização e desenvolvimento). Em certo sentido, os dados de motivos para aceitação do emprego, que vimos no Capítulo 8, fortalecem a hipótese de que o emprego realiza um ideal de atuação previamente definido. Fica patente, já aqui, o peso da clínica — a maior "porta de entrada", que podemos atribuir, tanto ao desejo do profissional (fatores intrínsecos) como à maior facilidade de "montar o seu próprio negócio".

Embora não seja fácil fazer comparações com outros estudos (as categorias de áreas apresentam algumas variações), o quadro aqui delineado, não muda radicalmente quando comparamos com pesquisas mais antigas e de abrangência mais restrita. Localizadas na cidade e no Estado de São Paulo, os trabalhos de MELLO (1975) e do Sindicato e Conselho de Psicologia (1984) apresentam a mesma ordem agora encontrada entre as áreas de atuação no primeiro emprego. A maior participação relativa da área organizacional na Bahia e no DF é congruente com os estudos de CAVALCANTE (1984) e BORGES-ANDRADE e outros (1983) realizados respectivamente nestas regiões.

Número de trabalhos ao longo da carreira

A profissão de psicólogo, além de recente, experimentou um crescimento muito rápido a partir da década de 70. Tal quadro implica em carreiras profissionais não muito ricas em termos de números de empregos, como se observa na TABELA 3.

O maior contingente de psicólogos teve apenas um emprego além do(s) trabalho(s) atual(is); aproximadamente 2/3 da amostra teve um ou dois trabalhos na sua carreira, também excluindo-se os atuais. Psicólogos com mais de cinco empregos aparecem com percentual reduzido (5,5%). Na Tabela 3 pode-se observar, ainda, a distribuição de psicólogos por número de trabalhos, nas diversas regiões do país, que apresentam algumas diferenças importantes. Em MG/ES e na BA/SE, por exemplo, encontramos respectivamente 48,5 e 38,8% de casos que nunca mudaram de emprego, quando nas demais regiões os percentuais nesta categoria não ultrapassam 14%. Nos estados do sul (CRs 07 e 08) é onde encontramos maior número de psicólogos com mudança mais freqüente de empregos (mais de 1/3 da amostra já tinha tido três ou mais empregos, antes do atual); São Paulo e Rio de Janeiro vêm a seguir, com aproximadamente 1/4 da amostra nesta condição.

Além de ser uma profissão jovem e com acentuado crescimento em períodos mais recentes, um outro fator pode contribuir para esse reduzido número de emprego. O predomínio da clínica, já no primeiro trabalho, carac-

terizado por ser, na sua maioria, um trabalho autônomo em que são investidos recursos próprios, pode ser um fator que diminui a possibilidade de mudança; essa mudança torna-se mais difícil ainda, quando, na clínica, o psicólogo encontra a possibilidade de realizar seu ideal de atuação profissional.

Área de atuação ao longo da carreira

Outro aspecto utilizado para caracterizarmos a carreira do psicólogo foi a área em que já atuou, entre aqueles que tiveram mais de um trabalho. Os dados constantes na TABELA 4, revelam a clínica como a área pela qual já passou ou se encontram maior número de profissionais; no geral 63,3% dos psicólogos já tiveram algum trabalho em clínica (este percentual é um pouco superior em MG/ES e bastante inferior no DF. Aproximadamente 1/3 da amostra já teve alguma experiência nas áreas escolar e organizacional. Os psicólogos da Bahia e Sergipe diferenciam-se dos demais ao verificarmos que 63,6% já tiveram algum emprego na área organizacional (índice praticamente idêntico ao observado na clínica); na área escolar, distancia-se a realidade do DF/GO, que apresenta o menor número de profissionais (19,7%) com alguma experiência nesta área. O percentual de profissionais com algum emprego na área de ensino ao longo da sua carreira aproxima-se de 1/4 da amostra e é particularmente mais elevado nos estados do sul e no nordeste. Com índices mais reduzidos aparecem as áreas comunitárias e pesquisa; na primeira, MG/ES e PR destacam-se pelo maior número de psicólogos; na segunda, os maiores índices ficam com o RS/SC e São Paulo.

Tais resultados tornam nítido o nível em que os limites entre as diversas áreas de atuação estariam sendo percebidos como tênues o suficiente para permitirem ao psicólogo experiências em várias delas durante a sua vida profissional. Tal resultado poderia ser compreendido sob dois pontos de vista: o primeiro fortalece a idéia de que existe uma unidade/identidade básica, que permitiria ao psicólogo transitar pelos diferentes contextos sem problema de afetar a qualidade de seu trabalho. Tal interpretação reduz a importância do conceito de área de atuação e reforça a necessidade de uma formação generalista para o psicólogo. Uma segunda interpretação, menos otimista e, talvez, mais realista, acredita esta diversidade de atuações e conseqüente impossibilidade de maior especialização, à instabilidade do mercado ou às condições precárias de muitos empregos. Não podemos esquecer, entretanto, os resultados encontrados por CARVALHO (1982). Ao escolher uma área de atuação, o psicólogo revela-se dividido entre a que mais o realiza pessoal e profissionalmente (a clínica), a que melhor remunera (a organizacional) e a que confere maior significado social ao seu trabalho (escolar e comunitária). Nesta divisão residiria a necessidade de experienciar trabalhos em diferentes áreas? É possível que fatores destas duas ordens interatuem explicando esta experiência diversificada ao longo da carreira.

Tabela 5

Distribuição de todos os empregos atuais e do emprego principal por área de atuação.

Área	Todos os Empregos	Emprego Principal
Clínica	43,4	55,3
Escolar	14,3	11,7
Organizacional	18,8	19,2
Docência	11,5	6,6
Pesquisa	2,7	1,3
Comunitária	4,6	2,8
Outros	4,7	3,0
Total	100,0	100,0
Nº de casos	(3.627)	(1.862)

Tabela 6

Distribuição de psicólogos por área de atuação no trabalho atual.

Uma só Área (73%)	Duas Área (22%)	Três Áreas (5%)
Clínica 39,3	Cli + Doc 5,7	Cli + Esc + Doc 1,0
Escolar 7,1	Cli + Esc 4,6	Cli + Org + Doc 0,7
Organizacional 17,6	Cli + Org 2,8	Cli + Doc + Out 0,6
Docência 4,3	Cli + Outra 1,7	Cli + Doc + Com 0,5
Pesquisa 0,4	Cli + Com 1,6	Cli + Doc + Pesq 0,5
Comunitária 1,9	Org + Doc 1,3	Cli + Esc + Com 0,5
Outra 2,3	Esc + Doc 0,8	Cli + Esc + Org 0,3
	Doc + Pesq 0,7	Div. Combinações 0,9
	Esc + Org 0,6	
	Cli + Pesq 0,5	
	Div. Combin. 1,8	

Nº de casos (1.862)

Tabela 7

Percentuais de psicólogos que atuam nas diversas áreas, por região.

Área	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	Brazil
Clínica	46,9	55,9	52,2	64,1	64,4	60,9	61,6	65,9	60,7
Escolar	9,4	12,4	21,3	22,5	13,5	16,5	16,7	19,7	16,5
Organizacional	42,2	30,5	36,4	19,5	18,5	20,7	27,6	21,9	23,6
Docência	12,5	16,4	12,3	17,4	16,0	14,6	21,2	23,8	16,3
Pesquisa	6,3	1,7	2,4	1,5	1,1	4,9	3,2	1,2	3,0
Comunitária	3,1	5,6	4,9	10,2	1,9	2,0	5,4	5,5	5,6
Outras	3,1	0,5	4,9	3,6	2,5	10,2	3,8	1,2	5,0
Nº Casos	64	179	122	197	362	589	185	164	1862

* Exclui: não inseridos/desempregados/empregados fora de Psicologia/não informantes.

Área de atuação - trabalhos atuais

O quadro delineado quando da aquisição do primeiro trabalho, no que se refere à áreas de atuação, não sofre mudanças radicais quando comparado com a realidade atual. Ao coletarmos os dados acerca da situação atual, o psicólogo pode informar sobre até três trabalhos; consideramos, para efeito de apresentação dos resultados, o *trabalho A* como o principal. Assim, num primeiro momento, vemos na TABELA 5 a participação das diversas áreas no total de empregos e no total de empregos principais. A clínica mantém-se no patamar de 43,4% dos empregados, distante das três áreas mais tradicionais que aparecem na mesma ordem que observamos no primeiro emprego (organizacional, escolar e docência); o percentual de empregos na área de ensino cresce, o mesmo ocorrendo nas áreas comunitária e pesquisa, embora ambas permaneçam com índices bem reduzidos. Quando observamos, entretanto, a distribuição por área do emprego principal, constatamos que cresce a participação da clínica e organizacional, enquanto as demais decrescem, revelando o caráter complementar que os trabalhos nas demais áreas apresentam mais fortemente. Embora não constem numa tabela, esse caráter complementar, especialmente da docência e pesquisa, fica explícito quando verificamos que cerca de 80% dos trabalhos nas áreas clínica e organizacional foram incluídos como emprego principal; esse índice cai para 63% na área escolar, 59% na comunitária e um pouco acima de 40% na docência e pesquisa.

Tomando-se, agora, o psicólogo como unidade de análise, podemos ver, na TABELA 6, como se distribuem as áreas, inclusive as suas combinações mais freqüentes.

Embora não haja, no curso de graduação, qualquer propósito e, inclusive, condições de especializar o psicólogo em uma determinada área, verificamos que 73% dos profissionais entrevistados se dedicam, exclusivamente, a uma área, enquanto 22% combinam duas áreas e apenas 5% combinam três áreas. No primeiro grupo, observa-se o predomínio da clínica (39,3%) e da área organizacional (17,6%); as demais áreas apresentam percentuais reduzidos atestando, uma vez mais, que poucos profissionais a elas se dedicam exclusivamente (inclusive a área escolar). No grupo que combina duas áreas destaca-se a presença da clínica como uma das áreas, entre as alternativas mais freqüentes; verificamos, por exemplo que o percentual de psicólogos que trabalham em clínica e docência é superior, inclusive, aos que se dedicam exclusivamente ao ensino; a combinação clínica-escolar alcança um número próximo ao da área escolar, exclusivamente. A combinação de três áreas é menos freqüente, destacando-se, neste grupo, a combinação clínica-escolar-docência na qual se encontra 1% dos psicólogos.

A freqüência com que a área clínica aparece associada a outra área já é um indicador de que o número de psicólogos atuando nesta área (exclusivamente ou não) é bem superior aos índices que vimos apresentando de

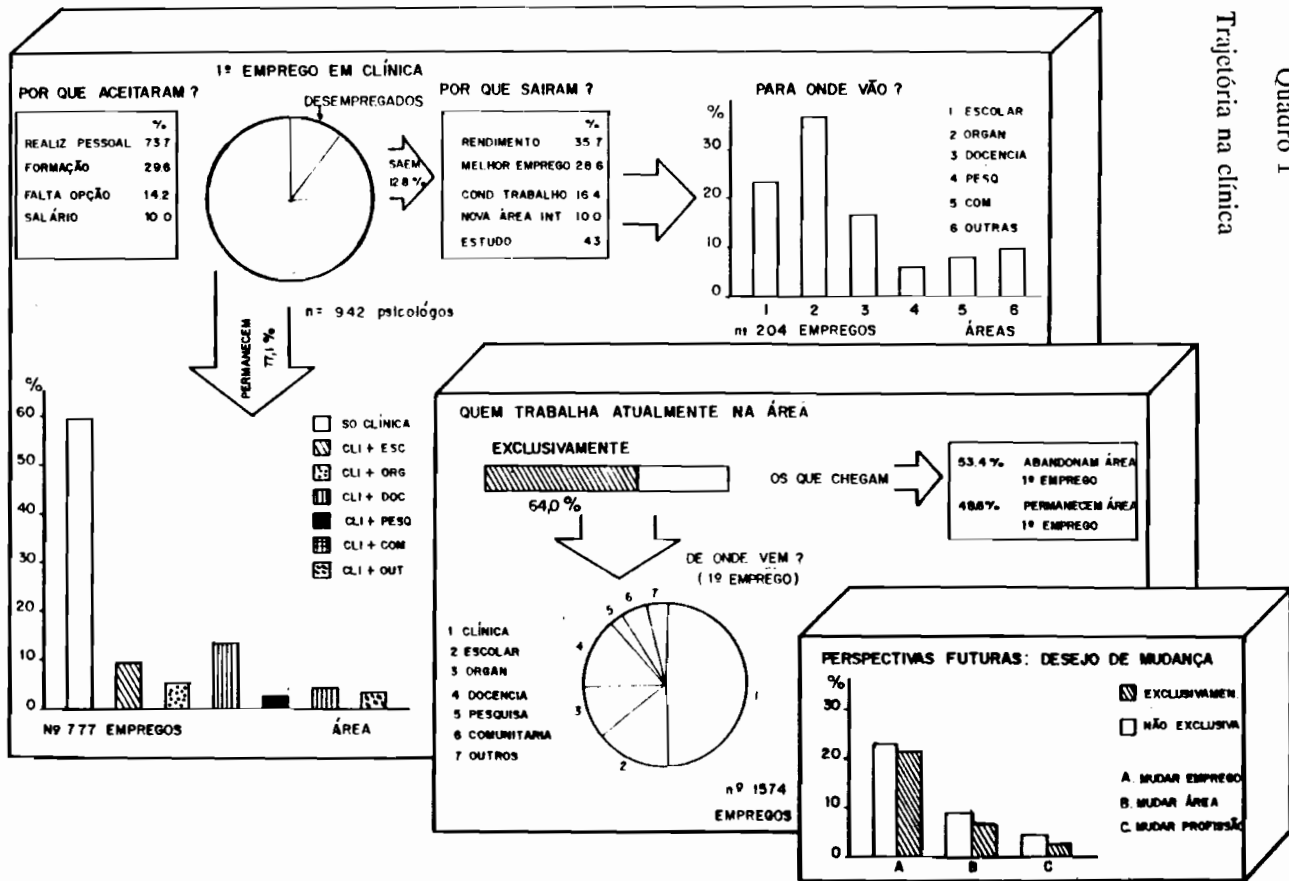
distribuição de empregos por áreas. Podemos observar esses dados na TABELA 7, que apresenta, discriminados por região do país, o contingente de profissionais com algum trabalho em cada uma das áreas. Vemos, agora, que 60,7% dos psicólogos do Brasil têm, pelo menos um trabalho em clínica; este percentual revela-se menor no CRP 01 e 03, tendência já observada no primeiro emprego, embora se observe um crescimento desta área na situação atual; tais resultados são coerentes como os achados por BORGES-ANDRADE (1983) e CAVALCANTE (1984) em estudos conduzidos nestas duas regiões. Por outro lado, o predomínio da clínica revela-se mais acentuado no Paraná, Rio de Janeiro e Minas/Espírito Santo. As diferenças apontadas, todavia, não chegam a modificar o largo predomínio da opção pela clínica feita pelo psicólogo brasileiro. Com pouco mais de 1/3 do total que se dedica à clínica, encontramos a segunda área em opção: a organizacional, absorvendo 23,6% dos profissionais, mostra-se mais forte exatamente naquelas regiões citadas em que o peso da clínica é um pouco menor: DF/GO e BA/SE. As áreas escolar e docência aparecem com percentuais iguais de 16,5%; no sul encontramos a maior participação relativa da área de ensino, com percentagens que superam os 20%, em oposição à Bahia que apresenta menor campo de trabalho para a docência (apenas um curso de nível superior e mínimas oportunidade de trabalho no segundo grau). Em MG/ES e BA/SE encontramos a maior participação da área escolar.

A área de pesquisa envolve apenas 3% dos psicólogos, sendo a metade das indicações encontradas em São Paulo; a área comunitária (5,6%) mostra-se mais forte no CRP 04, onde atingiu 10,2% dos casos. Finalmente, o grupo que reúne outras áreas de atuação (áreas mais recentes ou mesmo atividades que não chegam a constituir uma área, mas assim foram entendidas pelos respondentes) é composto, na sua maioria, por profissionais do CRP 06; isso pode indicar tanto uma insatisfação maior dos psicólogos desta região com os rótulos utilizados, como uma maior incidência de trabalhos alternativos, inovadores, difíceis de serem enquadrados numa das seis áreas oferecidas no questionário.

Todos esses dados sobre a situação atual, o que nos dizem? Fica patente, de início, que o quadro delineado no primeiro emprego não sofre alterações profundas (o peso das diversas áreas mantém a mesma ordem); as mudanças observadas, entretanto, apenas aprofundam o espaço da clínica, como a área de fato hegemônica no exercício da profissão. Se vemos um crescimento acentuado da docência (algo compreensível, pressupondo, uma maior qualificação e experiência) o seu caráter de área complementar, na sua maioria associada à clínica, não relativiza o peso da clínica. Esta, de fato, deve continuar definindo a face da profissão para o público externo e sendo um polo forte de atração para os profissionais da Psicologia, como veremos no próximo segmento.

III. Trajetória - O poder de atração da clínica

A análise da trajetória do psicólogo em termos de área de atuação foi realizado em três momentos. Num primeiro analisamos o movimento da-



queles que ingressaram na vida profissional em cada área; tal movimento consistiu em verificarmos a taxa dos que nela permaneceram ou a abandonaram, assim como o destino destes (a área no emprego atual); para compreensão deste momento, incluímos dados dos motivos de aceitação e abandono do primeiro emprego. Num segundo momento tomamos todos aqueles que hoje atuam em cada área e identificamos a sua origem ou área do primeiro trabalho em Psicologia; identificamos, também a taxa de dedicação exclusiva à área como possível indicador de estabilidade ou manutenção do profissional nela atuando. Finalmente, num terceiro momento, analisamos os níveis de satisfação com a sua atuação no momento presente, tomando tal dado como indicador de movimentos futuros na profissão (saída ou permanência na área em que atua).

Tais análises foram sintetizadas em quadros que apresentam a trajetória de cada área. Excluímos desta análise a área de pesquisa, que embora constando no questionário, apresentou número bastante reduzido de casos no primeiro emprego e empregos atuais, inviabilizando a análise que foi feita nas demais áreas; também não fizemos a análise com a categoria residual — outras áreas, por ser o agrupamento de muitos casos distintos, inexistindo uma unidade que permitisse a interpretação dos resultados.

A. Clínica

O QUADRO 1 sintetiza as informações sobre a trajetória na clínica, como vimos, área que absorve maior contingente de psicólogos desde o seu primeiro emprego.

O primeiro emprego em clínica

Quem ingressa no mercado na área clínica, na sua grande maioria, atribui sua escolha à busca de realização pessoal ou à formação que recebeu. Desses sujeitos, 12,8% abandonam a área, enquanto 77,1% nela permanecem (encontramos 10,1% de desempregados). Os que deixam a clínica o fazem basicamente por condições de trabalho deficientes (baixo rendimento) e o surgimento de um melhor emprego; o peso de variáveis pessoais é reduzido (apenas 10% apontaram uma nova área de interesse). Eles vão, na sua maioria, para a área organizacional (36,8%), vindo a seguir as áreas escolar (23,5%) e docência (17,1%). O peso com que a área organizacional aparece é congruente com os motivos apontados: nesta área encontramos as melhores remunerações dos serviços. Dado mais significativo, entretanto, é que mais de 70% dos psicólogos que ingressaram na clínica nela permanecem atualmente. Deste contingente, todavia, apenas 59,6% permanecem exclusivamente na área clínica; o restante agrega novas áreas, aparecendo com maior peso a docência (13,4%) e a escolar (9,4%).

Quem trabalha atualmente na área

No segundo momento de análise, cujos dados encontramos também no QUADRO 1, um primeiro resultado refere-se à taxa de psicólogos que se dedicam exclusivamente à clínica, que fica em torno de 64% dos casos, elevando um pouco o índice encontrados entre aqueles que atuam na área desde o seu primeiro emprego; este pequeno acréscimo deve-se ao fato de que um percentual ligeiramente mais elevado dos que chegam à clínica abandonam a área do seu primeiro trabalho.

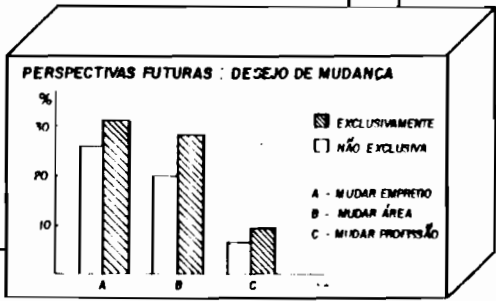
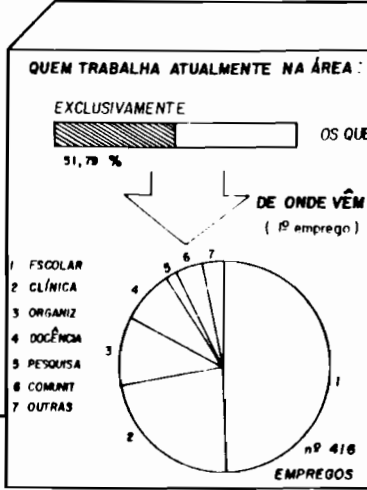
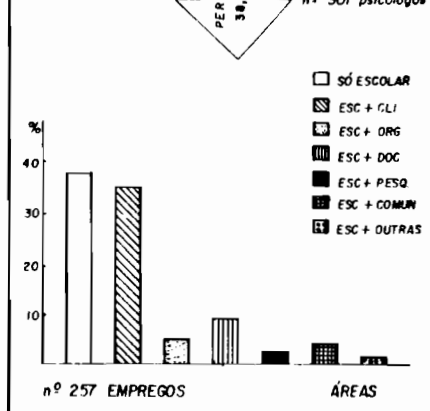
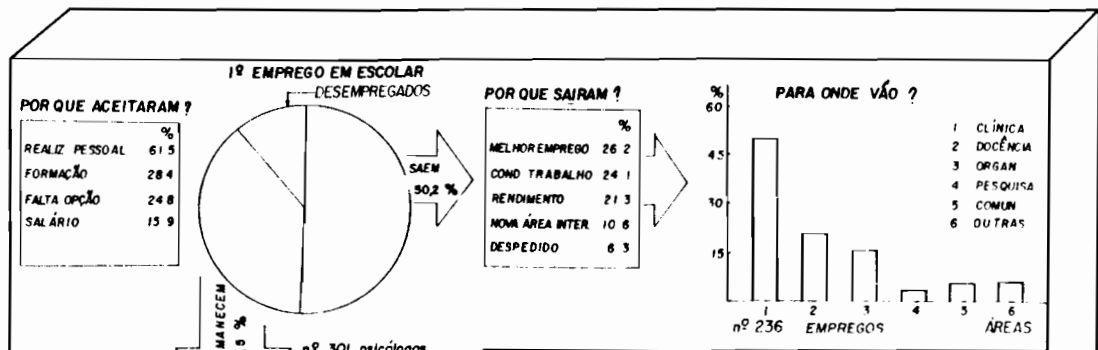
Quando analisamos a origem dos que hoje trabalham em clínica, encontramos que 48,9% já atuam na área desde o primeiro emprego; os que chegam representam um quantitativo importante (51,1%), vindo por ordem de importância a escolar (15,1%), docência (13,6%) e a organizacional (10,3%).

Embora aproximadamente 70% dos que iniciam sua vida profissional na área clínica permaneçam nesta área, nos trabalhos atuais verificamos que este contingente representa apenas 48,9% dos que hoje atuam em clínica. Isto significa que a clínica absorve um maior número de profissionais à medida em que suas carreiras se desenvolvem. Tal resultado não surpreende; a preferência pela clínica, largamente visível já entre os estudantes, faz com que o trabalhar em clínica seja uma meta para um grande contingente de profissionais que ainda não se inseriram na área; isso, por exemplo, foi encontrado por CAVALCANTE (1984) ao questionar, aos psicólogos baianos, em que áreas gostariam de atuar no futuro. Não é incomum que empregos em uma outra área sejam mantidos como propiciadores de condições para uma futura dedicação à clínica, como salienta BASTOS (1987), no caso específico do trabalho em organizacional.

Quando observamos os dados acerca dos empregos na área clínica, encontramos um elevado índice de "trabalhos precários" (carga horária excessivamente reduzida, baixa remuneração etc.) ou, como diz YAMAMOTO (1987) "as clínicas de um cliente só" (p. 37) que têm a função de manter o psicólogo vinculado (até com um caráter de aprendizagem, com a supervisão de outro colega mais experiente) à área preferida de atuação, embora possua outro emprego (às vezes fora da Psicologia) para a sua manutenção pessoal.

Perspectivas futuras

Finalmente, no terceiro momento da análise, comparamos os níveis de satisfação com a profissão entre os que atuam em clínica, comparando-os com o subgrupo que trabalha exclusivamente na área. Esse foi um recurso encontrado para discutirmos as possibilidades de alteração futura no quadro que delineamos anteriormente, já que não inquirimos diretamente o psicólogo sobre a área a que ele gostaria de se dedicar no futuro, e não podemos



discriminar entre os que atuam em várias áreas, com qual delas se encontra mais satisfeito.

No caso da clínica, observa-se, de início, uma maior insatisfação com o emprego do que com a área ou a profissão; a insatisfação com o emprego atinge aproximadamente 1/4 da amostra, sendo ligeiramente mais baixa entre os que só trabalham em clínica (dado congruente com as precárias condições de trabalho que atingem parcela ponderável dos psicólogos clínicos, referidas anteriormente). É bem menos expressivo o número dos que se dizem insatisfeitos com a área (algo em torno de 10%) ou com a profissão (menos que 5%). O dado importante, entretanto, é que os índices de insatisfação, nas três condições, revelam-se mais reduzidos entre o que só atuam na área, indicador de uma menor tendência de abandoná-la. Em síntese, podemos dizer que aqueles que conseguem trabalhar, exclusivamente em clínica, estão menos propensos a deixar esta condição e, maciçamente revelam-se satisfeitos com a área e a Psicologia como profissão.

B. Escolar

Os resultados referentes à trajetória na área escolar, estão organizados de forma idêntica ao que observamos na clínica, como vemos no Quadro 2.

O primeiro emprego em escolar

Esta área foi escolhida, também na sua maioria, pela busca de realização pessoal (61,5%); já aparecem, entretanto, com percentuais mais elevados do que na clínica, uma escolha determinada por salário (15,9%) ou pela falta de opção (24,8%), que poderiam se traduzir em chances mais reduzidas de permanência na área. Isso fica evidente, logo a seguir, quando observamos que um pouco mais da metade dos que iniciam sua vida profissional nesta área, a abandona, na sua maioria motivado por um melhor emprego, melhores condições de trabalho e rendimento. De início, tais dados mostram precárias condições de trabalho para quem atua em escolar, especialmente no primeiro emprego. Os que deixam a área, mais da metade (56,7%) se dirigem para a clínica; 19,9% vão para a docência e 12,7% vão para a organizacional.

Entre os que permanecem atuando em escolar, observamos um quadro bem distinto do encontrado na clínica: apenas 39,3% permanecem exclusivamente na área, sendo quase igual (36,6%) o número dos que a combinam com a clínica; de significativo há, ainda, um percentual de 9,9% que agrega à escolar, a docência.

Tais dados são reveladores de um reduzido potencial de fixação dos que se inserem na área em análise, conferindo a ela um papel de área de atuação complementar ou secundária.

Quem trabalha atualmente na área

O caráter "complementar" ou "secundário" a que nos referimos acima fica mais explícito ao observarmos que apenas a metade dos que atuam nesta área, a ela se dedicam exclusivamente; os que a ela chegam, em significativa proporção (47,6%), permanecem na área do primeiro emprego.

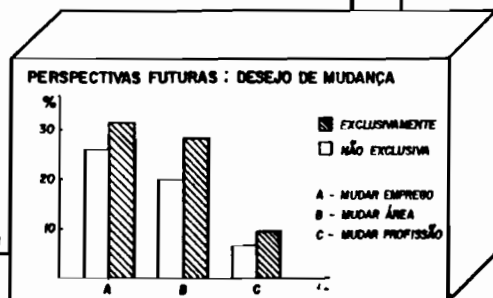
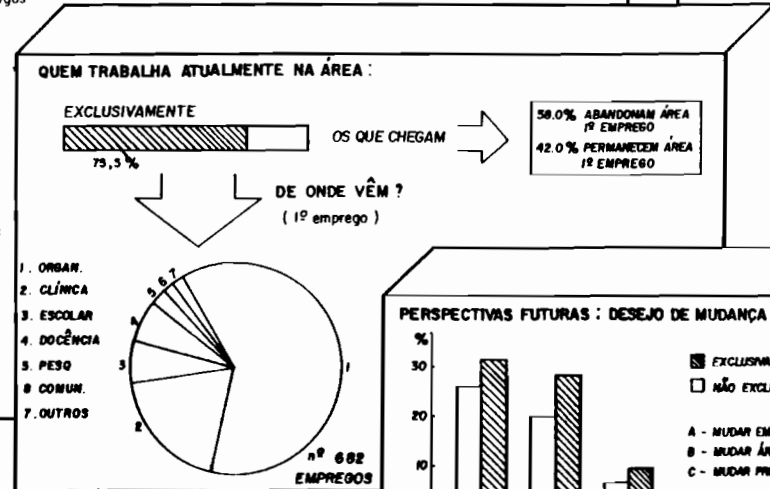
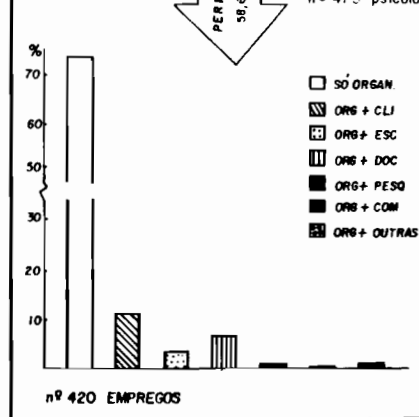
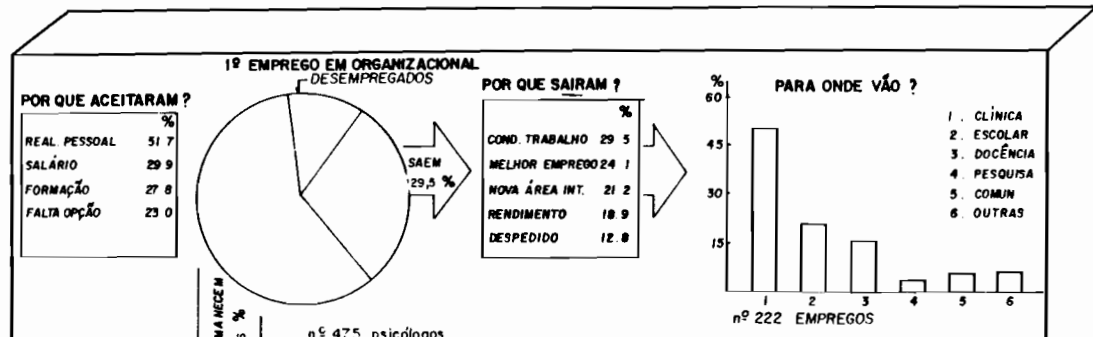
A origem dos que hoje trabalham em escolar nos mostra que aproximadamente 50% deles vêm de um primeiro emprego nesta mesma área. É importante lembrar que este contingente representava 38% dos que ingressaram na área no primeiro emprego, significando que o fluxo de profissionais para ela é menor do que o número dos que a abandonam após o primeiro trabalho. Os que chegam vêm, na sua maioria, das áreas clínica (23,3%), seguida da organizacional (10,8%) e docência (8,3%).

Estes resultados mostram o trabalho em escolar com um reduzido poder de atrair novos profissionais ao longo de suas carreiras, o que podemos creditar, por um lado, às precárias condições de trabalho na área (vide os motivos apontados pelos que a abandonam), ou a ausência de um campo ou mercado claramente conquistado. Temos que ter em mente, como pode ser visto no Capítulo 12, que as atividades desempenhadas nesta área não confirmam um padrão definido de atuação — em muitos casos ela se confunde com o trabalho pedagógico ou se trata de uma atuação clínica no contexto escolar.

Perspectivas futuras

Aqui já observamos níveis de insatisfação maiores, tanto em relação ao emprego, como à área ou à profissão. Cerca de 1/5 da amostra está insatisfeita com o seu emprego, e este índice cresce para 29,6%, quando consideramos os que só trabalham em escolar. A mesma relação encontramos no que se refere à satisfação com a área de atuação (neste caso os percentuais são, respectivamente 14,2 e 22,6%) e com a profissão (4,8 e 7,7%). Tais resultados indicam a possibilidade de mudança de área em maior frequência do que a que observamos na clínica.

Assim, o trabalho em escolar que, em grande escala, é exercido conjuntamente a trabalho em outras áreas, apresenta tendência de manter-se nesta condição — uma área de "passagem" para outras mais atraentes. Apesar de uma área tradicional que lida com uma gama de problemas diversificados e importantes, a presença do psicólogo ainda não se faz sentir de forma marcante. Se ela já absorve um pequeno contingente de profissionais no seu início de carreira (considerando-se o potencial deste campo) é preocupante o fato de que o movimento interno dentro da profissão conduz o psicólogo a afastar-se desta área conferindo-lhe um caráter cada vez mais suplementar. Mais do que a um problema de interesse pessoal, atribuímos tal quadro a dificuldades das condições de trabalho, reconhecidamente deficientes não só para o psicólogo mas para todos os profissionais de educação. O crescimento



futuro da área depende, certamente, da abertura de campo de trabalho na rede de ensino público, cujas portas se encontram praticamente fechadas ao psicólogo.

C. Organizacional

No QUADRO 3 encontramos os resultados da trajetória na área organizacional.

O primeiro emprego em organizacional

A escolha desta área no primeiro emprego se dá, menos do que nas anteriores, determinada pela realização pessoal (51,7%) tendo maiores pesos o salário (29,9%), a formação e a falta de opções. Tal quadro, como na área escolar, prenuncia o abandono da área por um número significativo de profissionais, que atinge 29,5% (índice inferior ao encontrado na área escolar, porém, mais do que o dobro do existente na clínica). Entre os motivos apontados para o abandono, também aparecem com maior frequência as condições de trabalho e o surgimento de um melhor emprego; no entanto, já se faz notar com maior força o motivo "uma nova área de interesse", dado congruente com o fato de muitos empregos terem sido aceitos pela falta de outras alternativas ou um salário compensador.

O movimento dos que deixam esta área, como na escolar, caracteriza-se pela escolha maciça da clínica (50,9%), vindo a seguir, com frequências significativas, a escolar (18%) e a docência (15,8%). Os que permanecem na área (54,7%), na sua grande maioria (74,3%), continuam atuando exclusivamente nela, sendo bem reduzidos os percentuais dos que a combinam com a clínica (11,9%) e a docência (6,9%). A atuação na área organizacional não permite, como nas demais, combinação de muitos trabalhos (na sua maioria são de trabalhos assalariados, com jornada de 40 horas).

Quem trabalha atualmente na área

Entre os que atuam, hoje, em organizacional, encontramos a mais elevada taxa de "dedicação exclusiva" – 75,5%, mantendo a tendência observada entre os que ingressaram nesta área e nela permaneceram. Verificamos que, dentre os que chegam para a área, há um predomínio daqueles que abandonam a primeira área de atuação, o que faz com que cresça o percentual de trabalho exclusivo nesta área.

A área organizacional também não revela poder de atrair muitos profissionais ao longo das suas carreiras; os que, desde o primeiro emprego trabalham em organizacional (58,6%) representam 61,6% dos que hoje atuam na área; ou seja, os que chegam são em número ligeiramente inferior ao dos que

deixaram a área. Quanto à origem dos que chegam, também encontramos uma participação maior da clínica (19,2%), da escolar e docência (6,5%).

Delinca-se, aqui, um perfil de área que difere das anteriores: comparada à escolar, ela não expulsa tantos profissionais (são reconhecidas as melhores condições de trabalho, especialmente salariais), nem se constitui de trabalhos complementares ou secundários; comparada à clínica, verificamos um maior índice de dedicação exclusiva, embora não possua o poder de atrair tantos profissionais como aquela.

Perspectivas futuras

Os motivos que levam os psicólogos a atuarem em organizacional, em proporção significativa, são extrínsecos ao trabalho propriamente dito. Isto traz como consequência os mais elevados índices de insatisfação que não prenunciam um crescimento da área, no futuro, se dependesse apenas do interesse pessoal do psicólogo.

Aproxima-se de 30% o percentual de insatisfeitos com o emprego, índice que cresce para 31,6% no grupo que atua exclusivamente na área. Encontramos aqui, também, os mais elevados percentuais de insatisfação com a área, sobretudo se o psicólogo trabalha apenas em organizacional (28,6%) e chega a quase 10% os insatisfeitos com a profissão, neste grupo de dedicação exclusiva.

Temos, de fato, uma realidade diferente das áreas anteriores. Há uma maior rejeição à área e um movimento mais nítido na direção de abandoná-la comparado àquele que observamos na escolar, por exemplo. A pouca possibilidade de combinação de áreas expresso no maior índice de dedicação exclusiva, tornam-na o espaço mais demarcado, mais definido do nosso campo profissional.

D. Docência

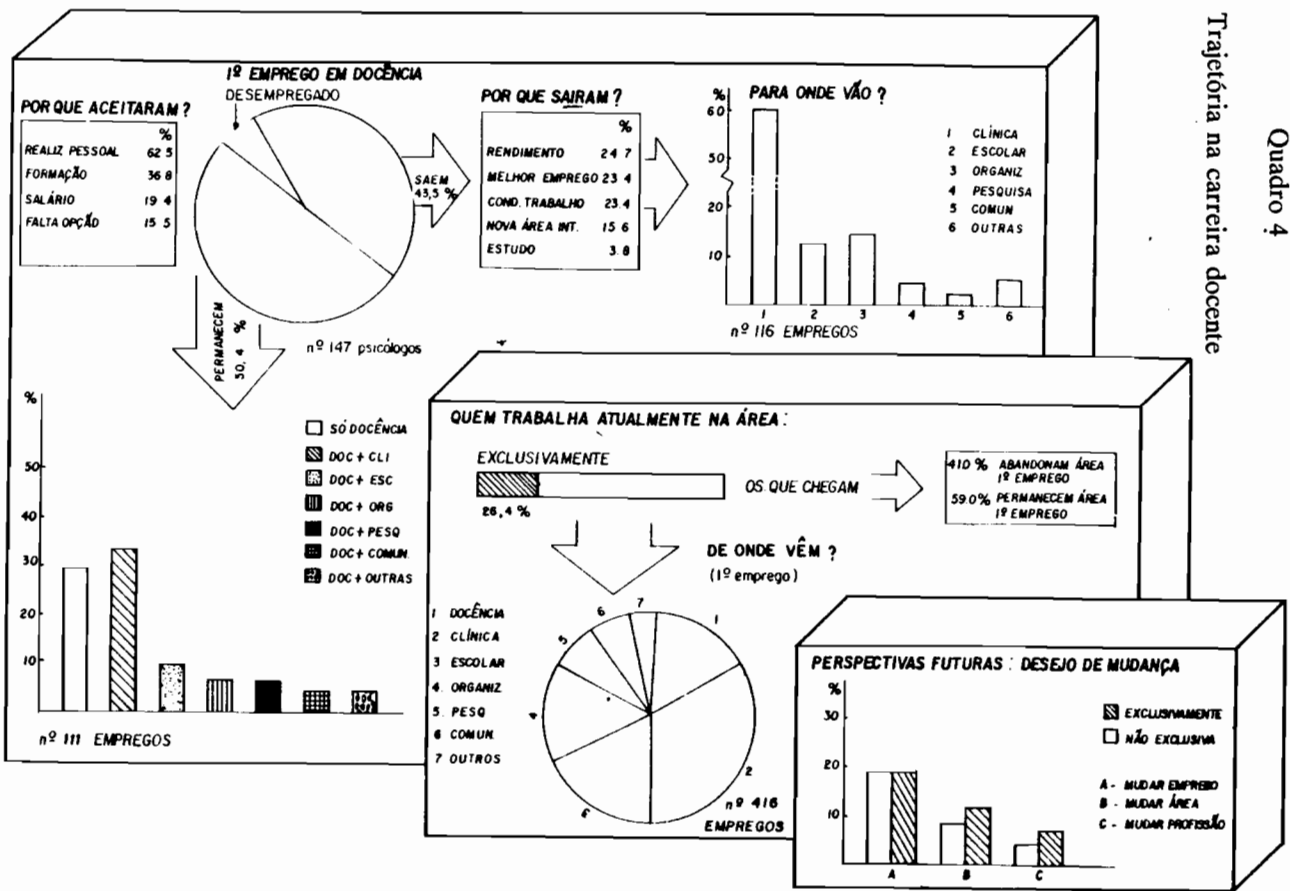
A análise da trajetória nesta área de atuação encontra-se sumarizada no QUADRO 4.

O primeiro emprego em docência

O ensino de Psicologia, uma das competências do psicólogo fixadas em lei, é a área que apresenta maior acréscimo no número de trabalhos entre o primeiro emprego e empregos atuais, como vimos anteriormente. A escolha desta área, no início de carreira, é atribuída, preponderantemente à busca de realização pessoal (62,5%) ou à influência da formação (36,8%), índices próximos ao da área escolar. Tais índices, entretanto, não fazem com que o psicólogo nela permaneça; 43,5% deixam a docência atribuindo o motivo do abandono a rendimento (24,7%), condições de trabalho e surgimento de me-

Quadro 4

Trajéória na carreira docente



lhor emprego (23,4%). O destino dos que deixam a área é similar ao que vimos na escolar e organizacional: na sua maioria (60,3%) o psicólogo vai para a clínica, vindo a seguir a organizacional (14,7%) e escolar (12,9%).

Os que permanecem atuando nesta área (50,4%), na sua grande maioria, combina a docência com outras áreas de atuação; apenas 29,7% permanecem exclusivamente na docência; é um pouco maior (33,3%) o número dos que combinam a docência com a clínica; a associação com escolar e pesquisa aparecem com índices próximos a 10%.

Verificamos, aqui, na trajetória de quem se inicia pela área docente, um quadro aprofundado do que acontece na área escolar e oposto ao que acontece na área organizacional; os que permanecem, buscam novas áreas de atuação conjunta, na sua maioria.

Quem trabalha atualmente na área

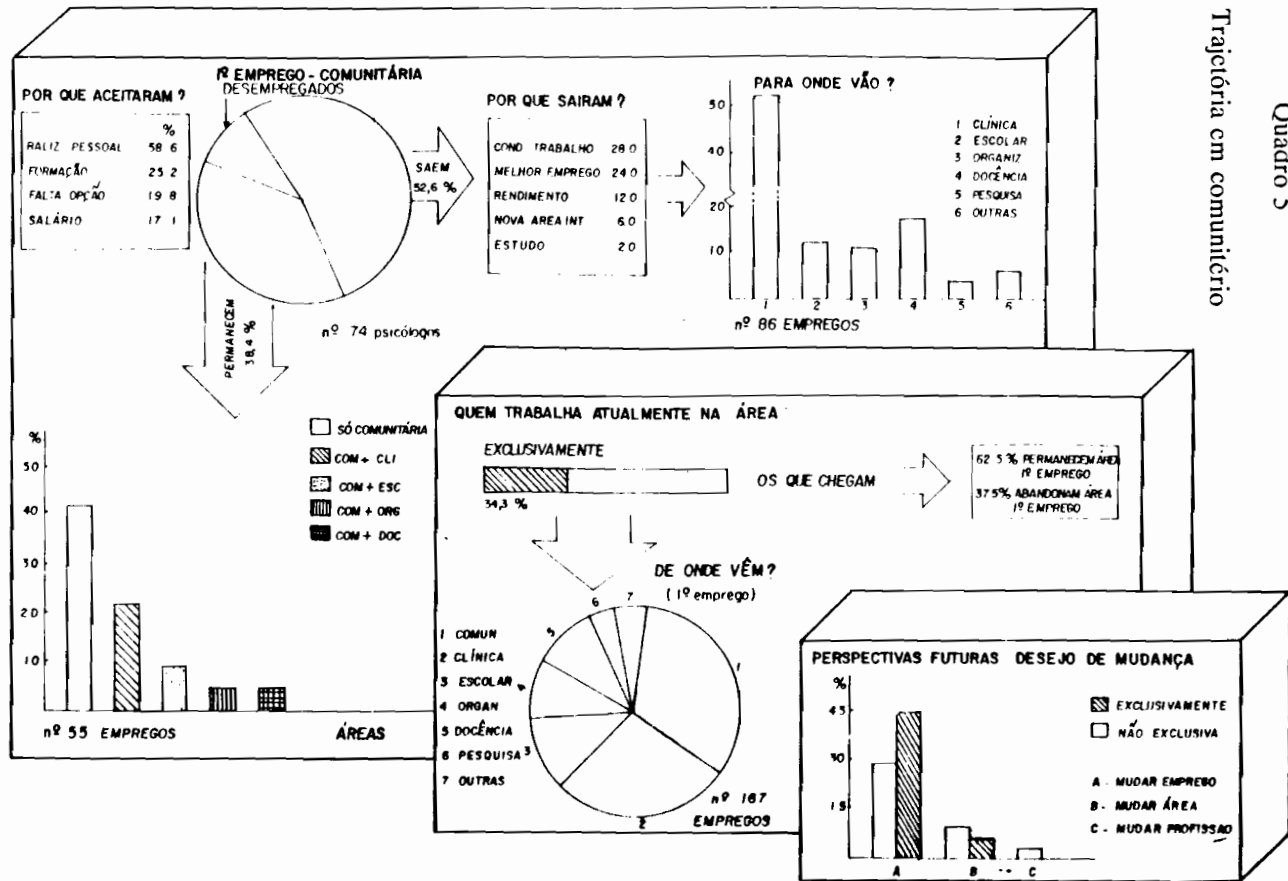
Como delineado anteriormente, nesta área encontramos o menor índice de profissionais que a ela se dedicam exclusivamente (26,4%); tal dado não surpreende quando levamos em consideração que estamos analisando uma amostra de psicólogos inscritos nos Conselhos; como a docência não vem sendo considerada atividade privativa do psicólogo, muitos professores de Psicologia não são inscritos nos Conselhos, especialmente aqueles que são exclusivamente docentes. Analogamente ao que acontece com os que permanecem nesta área desde o primeiro emprego, os que chegam para a área, também na sua maioria, não abandonam sua primeira área de atuação.

No gráfico que descreve a origem dos que vêm para a área, em análise, podemos verificar quão elevada é a escolha do ensino como uma área de atuação na situação atual. Os que iniciaram nesta área e nela permaneceram (50,4%) representam apenas 15,6% dos que hoje atuam. Na realidade, 84% chegam de outras áreas, vindo por ordem de importância: clínica (33,4%), escolar (17,5%) e organizacional (15,4%).

Estamos diante de um fato interessante. A docência revela um elevado poder de atração. No entanto, diferentemente da clínica, a atuação na área tem, nitidamente, um caráter complementar.

Perspectivas futuras

A realidade encontrada na área do ensino, não deve se alterar significativamente se considerarmos os níveis de satisfação revelados pelos que nela atuam. Aproximadamente 1/5 da amostra encontra-se insatisfeita com o emprego que possui, não se observando diferença quando se compara os subgrupos de dedicação exclusiva ou não. A insatisfação com a área é mais reduzida (8,3%) mas é ligeiramente maior entre os de dedicação exclusiva; neste grupo encontramos também mais casos (7%) de insatisfação com a profissão.



Há, assim, um conjunto de determinantes que devem manter a docência como atividade complementar, realidade que extrapola o exercício da Psicologia e se estende a outras profissões.

E. Comunitária

Embora contando com um número mais reduzido de profissionais atuando, a análise do movimento interno nesta área foi realizado, por nela aparecer a maioria de atividades e trabalhos que buscam uma aproximação da Psicologia com as camadas populares. Os resultados encontram-se no QUADRO 5.

O primeiro emprego em Comunitária

Os que ingressam no mercado pela área comunitária justificam sua opção pela busca de realização pessoal e influência da formação, prioritariamente. Como na docência e escolar, tal motivação não se traduz em permanência na área; pelo contrário, 52,6% destes profissionais a deixam, pelas precárias condições de trabalho ou surgimento de um emprego mais atraente. É bastante reduzido o número dos que abandonam a área pelo interesse por uma nova área de atuação. Na sua maioria, estes psicólogos passam a atuar na clínica (52,3%), vindo a seguir a docência (16,3%), a escolar (11,6%) e a organizacional (10,5%).

Os que permanecem atuando (apenas 38,4%), na sua maioria não trabalham apenas em comunitária (57,8%), destacando-se a associação desta área com a clínica (22,2%) e escolar (8,8%).

Tais dados sugerem a inexistência de um perfil definido de quem é o psicólogo comunitário; o fato de muitos abandonarem a área após o seu primeiro emprego e dos que ficaram, agregarem outras áreas, pode-se dever às precárias condições de trabalho (nesta área encontramos o maior índice de trabalho voluntário, sem remuneração).

Quem trabalha atualmente na área

Apenas 34,3% dos que atuam na área comunitária a ela se dedicam exclusivamente, índice próximo ao da docência, o que fortalece a noção de uma área complementar; entre os que chegam, quase 2/3 permanecem na área do seu primeiro emprego. A maioria dos que hoje atuam na área vêm de um primeiro emprego nesta própria área de atuação (33%) ou da clínica (28,1%); as demais participam com percentuais menores, destacando-se a escolar (10,8%), docência (10,2%) e organizacional (9%).

Perspectivas futuras

Os níveis de insatisfação com o emprego são os maiores dentre as diversas áreas; cerca de 30% dos psicólogos querem mudar de emprego e este percentual cresce para 45% entre os que só trabalham em comunitária. A insatisfação com a área de atuação, entretanto, é bem mais reduzida (9%) e decresce no grupo de dedicação exclusiva (5%); o nível de insatisfação com a profissão é insignificante (3%) e não foi encontrado qualquer caso no subgrupo que trabalha apenas na área.

Tais dados reforçam a interpretação de que as condições de trabalho são os determinantes mais importantes do quadro apresentado. O psicólogo parece querer continuar atuando na área, embora espere um emprego que lhe proporcione maior estabilidade, melhor remuneração etc. Tais fatores, certamente, estão por trás do caráter secundário que o trabalho nesta área possui e pelo reduzido poder de atrair novos profissionais ao longo de suas carreiras.

Não podemos negar o crescimento que esta área tem experimentado nos últimos tempos, apesar de, mais do que as outras, não ter uma delimitação clara em termos de objetivos, estratégias e procedimentos de intervenção (vide trabalho de FREITAS, 1986). Se nos faltam, ainda, esta definição e a construção de modelos de intervenção junto a segmentos não tradicionalmente atendidos pelo psicólogo, temos que reconhecer que o "mercado potencial" não se transformou, ainda, em demanda efetiva. Neste particular, dependemos, sobremaneira de uma política social efetiva, que torne os serviços psicológicos acessíveis às camadas populares.

IV. Algumas implicações

Aceitando o pressuposto de que o conceito *área de atuação* é útil, como o fizemos no início deste capítulo, cabe-nos, à guisa de conclusão, levantar algumas questões que surgem do quadro delineado até aqui, especialmente no que se refere ao movimento interno dentro destas áreas. Tais implicações podem ser buscadas em dois planos: ao nível de análise do contexto de trabalho e a nível do processo de formação do psicólogo. No primeiro plano, tivemos a oportunidade de verificar que grande parte do movimento entre áreas, decorre das condições precárias em que trabalham muitos psicólogos; mesmo a clínica, com maior poder de atração desde o primeiro emprego, caracteriza-se por perder muitos psicólogos motivados por um emprego mais compensador; apenas o movimento de saída da área organizacional foge, um pouco, a esta característica geral — existe aí, como vimos, uma maior insatisfação com a própria área ou a natureza do seu trabalho. Feita esta consideração básica, podemos ressaltar que o movimento para a clínica é tônico maior dos resultados; esse movimento que se inicia desde a aquisição do primeiro trabalho, fica nítido ao longo das carreiras: os que deixam as demais

áreas, na sua maioria, vão para a clínica; os que permanecem, em grande parte, agregam a clínica à sua área inicial de trabalho. Esse é um dado que muito informa sobre a cultura ou conjunto de valores dominantes na profissão, a ser perseguido num estudo de carreira, como salienta OLIVEIRA (1985).

Há de fato um modelo hegemônico de profissional e esse modelo confunde-se com a clínica. O crescimento de áreas novas não chega, ainda, a ameaçar o poder que a clínica exerce sobre o psicólogo. Talvez não seja exagero creditarmos a esse fascínio pela clínica (em grande parte responsabilidade do processo de formação), as dificuldades que o profissional enfrenta nas demais áreas. Os dados da trajetória e, em especial, os níveis de satisfação indicam ser a clínica a área em que se realiza mais plenamente o ideal de atuação psicológica.

Os resultados aqui encontrados, nas suas linhas gerais, são similares àqueles obtidos por CAVALCANTE (1984) ao analisar, numa amostra de psicólogos baianos, a trajetória na profissão. A autora verificou, por exemplo, que 100% dos que atuavam em clínica, nela gostariam de permanecer; nas demais áreas, quem desejava sair, em sua maioria, preferia ir para a clínica, não se encontrando qualquer caso de desejo de vir a atuar na área organizacional.

Esses resultados nada teriam de preocupante se, como pode ser visto no próximo capítulo, ao predomínio da clínica não estivesse associado um modelo altamente excludente da maioria da população: o trabalho em consultórios particulares. A crescente inserção do psicólogo nos serviços públicos de saúde é um caminho na mudança desta realidade.

Ainda no plano do exercício profissional, não podemos deixar de destacar o fato de que as áreas escolar e organizacional sofrem uma efetiva restrição entre o primeiro e os trabalhos atuais. A magnitude dos problemas educacionais e do mundo do trabalho, por si só, já deveria absorver um quantitativo bem maior de psicólogos; além de menos expressivo, há uma queda proporcional destas duas áreas nos empregos atuais. É bem verdade que esta queda se deve ao acréscimo bastante elevado da área de ensino, que nos empregos atuais, atinge o mesmo nível da escolar.

Tais ponderações nos remetem ao segundo plano a que nos referimos anteriormente: o da formação. Como salienta CARVALHO (1983), a ampliação da atuação do psicólogo não implica, apenas, em a sociedade abrir espaços para a Psicologia; o próprio profissional deve ampliar o conceito de atuação psicológica, cabendo, nesta tarefa, parcela de responsabilidade das instituições formadoras. Estamos convencidos de ser este o elo a ser manipulado em qualquer processo que vise tornar mais equânimes as contribuições dos psicólogos nas diversas áreas. Os resultados da trajetória colocam uma grande interrogação cuja discussão foge ao escopo deste trabalho: em que medida os cursos deveriam oferecer alternativas mais concretas de especialização para o psicólogo? Devemos formar um profissional generalis-

ta para que possa atuar em vários campos ou devemos forçar algum nível de especialização? Onde encontrar o ponto de equilíbrio de forma a garantirmos uma qualidade maior dos serviços que ele presta à população? Mais do isso, o que os cursos podem fazer para aumentar consideravelmente o movimento dos psicólogos em direção a um trabalho não elitista e mais comprometido com as necessidades populares?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, A.V.B. O psicólogo organizacional - características do seu exercício profissional. Trabalho apresentado na mesa redonda "Formação e atuação do psicólogo organizacional". XVII reunião anual da SPRP, 1987.

BORGES-ANDRADE, J.E.; CUNHA, M.H.B.; COSTA, M.T.P.M. Descrição do psicólogo no Distrito Federal: perfil social e econômico e formação profissional. Arquivos Brasileiros de Psicologia aplicada, R.J., 35 (4): 85-117, out/dez, 1983.

CARVALHO, A.M.A. A profissão em perspectiva. *Psicologia*, 8(2), 1982(a).

CARVALHO, A.M.A.; KAVANO E.A. Justificativas de opção por área de trabalho em Psicologia: uma análise da imagem da profissão em psicólogos recém-formados. *Psicologia*, 8(3), 1982(b).

CARVALHO, A.M.A. *Modalidades alternativas de trabalho para psicólogos recém-formados*. São Paulo, IPUSP, dat., 1983.

CAVALCANTE, M.L.P. O psicólogo egresso da UFBA - subsídios para análise da força de trabalho em Psicologia na Grande Salvador. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Educação, UFBA, 1984.

FREITAS, M.F.Q. de. Fatores responsáveis pela inserção do psicólogo na comunidade. Resumos da XVII Reunião Anual da SPRP. Ribeirão Preto, 1987.

MELLO, S.L. de. *Psicologia e Profissão em São Paulo*. São Paulo, Ática, 1980.

OLIVEIRA, J.B.A. *Ilhas de competência: carreiras científicas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense; Brasília, CNPq, 1985.

PATTO, M.H.S. *Psicologia e Ideologia - uma introdução crítica à Psicologia Escolar*. São Paulo, T.A. Quiciroz, 1984.

PFROMM NETO, S. *Psicologia - introdução e guia de estudo*. São Paulo, EDU/EDUSP/CNPq, 1985.

- RIBEIRO, S.C. KLEIN, R. A divisão interna da Universidade: posição social das carreiras. Educação e Seleção. F. Carlos Chagas, nº 5, jan-jun, 1982, p. 29-43.
- SEMINÉRIO, F.P. e outros. Currículo de graduação em Psicologia - reforma ou implosão? Uma polêmica atual. Cadernos do ISOP, 9. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, CRP
06 *O perfil do psicólogo no Estado de São Paulo*. S.P., Cortez editores, 1984.
- YAMAMOTO, O.H. *A crise e as alternativas da Psicologia*. S.P., EDICON, 1987.

CAPÍTULO 11

O CAMPO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO, ESSE CONFESSOR MODERNO

Odair Sass*

Neste capítulo é analisada a inserção profissional do psicólogo no Brasil, sendo, para isso, considerado o primeiro trabalho e os empregos atuais em relação às instituições empregadoras e sua natureza legal.

A) Pressupostos para o entendimento da situação do campo profissional

Na análise que se segue ao longo deste estudo, admitem-se três pressupostos básicos, sem os quais não é possível compreender nenhuma das modernas profissões.

O primeiro, de caráter econômico-político, afirma que o campo profissional da Psicologia é determinado pela divisão social do trabalho, na sociedade industrial.

A "racionalização" do trabalho na sociedade capitalista impulsiona o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos e áreas científicas e, em contrapartida, exigiu a conversão técnica desses conhecimentos para complexificar a organização do trabalho ou, como insistem muitos, para "racionalizá-lo".

* Psicólogo, Mestre em Psicologia Social pela PUC/SP, trabalha na área Educacional.

Não custa lembrar que dos primeiros estudos experimentais da Psicologia emergente no século XIX, fazem parte aqueles que analisam os efeitos da fadiga e da atenção sobre o trabalho, sem esquecer, obviamente, o surgimento, no final do mesmo século, da administração científica de Frederick Winslow Taylor, criada para adequar homem e máquina.

O segundo, de caráter epistemológico, afirma que a constituição da Psicologia enquanto área do conhecimento científico deve-se à sua emancipação da Filosofia.

Essa emancipação, embora ainda em processo, deve ser diferenciada daquelas deformações infelizes que configuram mais um divórcio rancoroso ou genioso e uma pretensa autonomia dessa filha ingrata da Filosofia: a Psicologia. Presunçosa autonomia porque, a pretexto de ser pragmática, confronta-se inconveniente e inconsistentemente com a mãe legítima.

Há um grau elevado de consenso quanto ao fato de a Psicologia ter dado um passo importante para a obtenção do estatuto científico quando, junto com outras áreas das Ciências, tornou-se uma ciência empírica e apropriou-se da experimentação científica.

Vale ressaltar que tornar-se ciência empírica e trabalhar metodologicamente com a experimentação, não representa, como ainda insistem muitos psicólogos, necessária e inexoravelmente jogar a Psicologia nos braços do Positivismo, posto que, nem a experimentação científica, nem a consciência teórica de formular explicações do real, fundadas na empiria, são procedimentos essencialmente positivos.

O terceiro, quase que um corolário dos anteriores, afirma que a Psicologia só poderá ser adequadamente compreendida, em suas múltiplas facetas, dentro da história do seu desenvolvimento.

O estatuto de ciência empírica e a sua emancipação da Filosofia, trajetória já esboçada em meados do século XIX e acelerada no último quartel do mesmo século, colocam a Psicologia em disponibilidade para essa redundância denominada "aplicações práticas".

Os temas e problemas levantados, os procedimentos adotados para investigá-los, as conclusões obtidas, indicam que a Psicologia, desde o nascedouro, estava impregnada das condições histórico-sociais que a inventaram (1).

(1) Sem compartilharmos da concepção da História apresentada por WERTHEIMER, M. Pequena História da Psicologia. São Paulo, Editora Nacional (1976), é interessante o argumento do autor na defesa da história da Psicologia, ou melhor, da Psicologia na História. Diz ele: "A psicologia de hoje é filha da psicologia de ontem; a psicologia de hoje faz mais sentido se compreendermos como chegou a ser como é. A História determina, até certo ponto, os problemas estudados, a maneira de estudá-los e, até mesmo, a linguagem a ser usada para falar a respeito dos problemas.

Portanto, o estudo da história pode oferecer perspectivas, indicar diretrizes, mostrar a origem das idéias, ajudar a evitar enganos já cometidos anteriormente por outros e mostrar de que maneira coisas variadas ajustam-se entre si". (P. 10)

B) Ciência e profissão

Evitando muitas das armadilhas presentes nas discussões teórico-metodológicas, ideológicas e mesmo práticas, necessário é distinguir uma obviedade, qual seja: a Psicologia enquanto ciência deve ser diferenciada da Psicologia enquanto atividade profissional.

A distinção aqui admitida não é a da mixórdia que afirma que a teoria na prática é outra, nem a afirmação de que o conhecimento produzido por uma ciência é neutro em relação às suas aplicações; engodo já exaustivamente desmascarado pela história (2).

Admite-se aqui a diferenciação, como dois momentos de uma relação tensionada, por vezes antagônica, que produz contradições entre a ciência e a atividade profissional.

Sob essa óptica é possível compreender as variadas tendências que partidarizam a Psicologia e desembocam em debates sobre Psicologia, ideologia e alienação, ciência de elite, entre outros, que podem ser assim resumidos:

1) Os conhecimentos produzidos na Psicologia não são aplicados em larga escala, embora em si mesmos sejam adequados, porque os profissionais encontram obstáculos de caráter político-ideológico, nas instituições públicas ou privadas, de sorte que fica inviável a disponibilidade dessa ciência para promover a emancipação humana. Assim, o psicólogo e a Psicologia são isentados e os obstáculos são atribuídos aos grilhões da sociedade ou aos do capital.

2) Os conhecimentos produzidos na Psicologia já são em si mesmos inadequados e elitistas e muito distanciados daqueles de verdadeiro interesse da população; contribuindo assim a Psicologia, esta "terrível arma", para o controle ideológico das massas e portanto, para a manutenção dos "status quo" social.

São aqui incluídos aqueles que afirmam ser a Psicologia mais apropriadamente uma ideologia do que uma ciência (3).

Aqui é sobre a Psicologia e os produtores desse conhecimento que recaem os obstáculos para ação transformadora dos psicólogos.

3) Os grandes obstáculos não se encontram nem nos conhecimentos

(2) Por exemplo, JAPIASSU, H. O Mito da Neutralidade Científica. Rio de Janeiro, Imago, 1975.

(3) Para essa discussão ver HEARTHER, N. Perspectivas Radicais em Psicologia. Rio de Janeiro, Zahar Ed. 1977.

produzidos na Psicologia, posto que universais; nem na rigidez das instituições sociais, posto que contingentes, mas no viés da ação profissional de muitos dos psicólogos que insistem em trabalhar com os indivíduos isoladamente.

Este isolamento é produzido pela opção pessoal ou pela (de)formação proporcionada nos cursos de Psicologia.

Em linhas gerais, então, os termos elite, etilista e elitismo são aplicados ora à Psicologia, ora aos psicólogos, ora aos destinatários das aplicações de tal ciência.

Esses debates acerca do psicólogo e da Psicologia são algumas vezes articulados em conjunto para o exercício da crítica e, outras vezes, são contrapostos uns aos outros, isoladamente.

Essas quase caricaturas evidenciam aquela diferenciação que vimos buscando nesta breve exposição; qual seja: a óbvia distinção entre a Psicologia enquanto Ciência e enquanto atividade profissional. Obviamente esta, no mais das vezes esquecida, principalmente no calor das discussões apaixonadas e que se escondem em falas do tipo: "tais instituições vão mal porque ali faltam os psicólogos"; "se por circunstâncias tivéssemos um psicólogo, as coisas seriam diferentes", e por aí afora.

A oscilação entre o papel de herói e vilão de uma mesma história é, de resto, alimentada por um aparente poder que pretende ser um poder de modificação da história (individual e/ou coletiva) mas que não passa, por contradição, do desejo de modificar, seja o indivíduo, seja a estrutura social, pelo "poder mental".

C) O campo de ação da Psicologia

Tendo como referência a história, a divisão social do trabalho e os momentos teórico-práticos, revela-se com maior nitidez a divisão dos cursos de Psicologia em termos das áreas tradicionais de atuação (Indústria, Escola e Clínica), assim como as configurações estruturais e conjunturais do campo profissional do psicólogo.

Datam de fins do século XIX e início do século XX os primórdios das aplicações da Psicologia. Na organização do trabalho destaca-se, por exemplo, a engenharia psicológica de Taylor; na atividade clínica temos a primeira clínica psicológica criada em 1898 nos Estados Unidos, assim como é imprescindível mencionar a importância de Sigmund Freud; e por causa do sistema escolar francês temos o desenvolvimento dos testes de inteligência por Alfred Binet.

No Brasil, apesar das recentes tentativas, em andamento ou já consolidadas de diversificar os cursos de formação de psicólogos — através de

Quadro A

Distribuição do primeiro trabalho dos psicólogos no Brasil, por natureza legal da instituição segundo o local de trabalho - 1986.

Locais de trabalho	Natureza legal							Porcentagem
	Particular	Municipal	Estadual	Federal	Fundação	Outra	Brasil	
Empresa/Indústria/Comércio	283	9	48	40	7	17	404	17,4
Escola (Pré, 1º e 2º Graus)	146	38	51	1	7	1	244	10,5
Creche/Equivalente	28	13	10	0	6	8	65	2,8
Órgão de Administração	9	11	52	8	2	1	83	3,6
Clínica/Consultório psicológico	669	4	13	3	6	7	702	30,3
Hospital/Ambulatório/Posto de Saúde	77	16	48	22	5	12	180	7,8
Penitenciária	2	1	23	1	0	2	29	1,3
Instituição de ensino e/ou pesquisa	100	5	23	32	39	2	201	8,7
Centro psicotécnico	44	0	17	1	3	0	65	2,8
Empresa de prestação de serviços (agência de publicidade, bancos, entidades comunitárias etc.)	43	3	4	6	7	12	75	3,2
Orfanato	6	0	9	0	3	2	20	0,9
Instituição de atendimento psicológico (escolar, organizacional, reabilitação etc.)	68	9	27	15	11	15	145	6,3
Serviços de Psicologia em instituições universitárias	26	0	2	6	5	1	40	1,7
Outros:	25	7	10	5	2	14	63	2,7
Total	1526	116	337	140	103	94	2316	100,0

inclusão nos currículos de disciplinas tais como: Psicologia Comunitária, Psicologia das Instituições etc., e ao nível de pós-graduação serem criadas as especializações de Psicologia Clínica, Escolar e Social — eles permanecem estruturados pela divisão convencional em áreas profissionais: Indústria, Clínica e Escolar (ou Educacional).

(4) Todas comportando certas variantes ou especificações regionais.

Os dados empíricos a serem apresentados mais adiante, confirmam que essa tendência é, ainda hoje, dominante no Brasil.

D) Alguns resultados da pesquisa do CFP

Como já foi mencionado de início, neste capítulo são analisadas as declarações de uma amostra de psicólogos brasileiros, acerca do primeiro trabalho profissional, trabalhos atuais, local de trabalho e natureza legal da instituição onde trabalham.

Os quadros inseridos nesta seção foram construídos com base na amostra de psicólogos, distribuídos pelas oito regiões que congregam os Conselhos Regionais de Psicologia e descrita no início deste livro.

D.1 Primeiro trabalho

A distribuição do primeiro trabalho profissional do psicólogo no Brasil pode ser observada no Quadro A, que contém o cruzamento do Local de Trabalho e na Natureza Legal da Instituição.

Destacam-se desse quadro as seguintes conclusões:

a) A clínica ou consultório psicológico absorve 30,3% do primeiro trabalho profissional do psicólogo.

b) A seguir, os maiores índices de absorção do primeiro trabalho verificam-se nas Empresas (incluindo indústria e comércio) e nas Escolas (Pré, 1º e 2º graus), respectivamente, com 17,4% e 10,5% dos declarantes.

c) Assinalam-se, também, os índices de absorção das instituições de ensino e/ou pesquisa, que significam basicamente o ensino de Psicologia nos cursos de graduação, com 8,7%; dos hospitais, ambulatórios e postos de saúde, com 7,8%; e as instituições de atendimento psicológico (escolar, organizacional, reabilitação), com 6,3%.

(4) WERTHEIMER, M. em sua Pequena História da Psicologia (citado) escreve: "pela época em que chegava ao fim a era das escolas (de psicologia), (meados do século XX), desenvolve-se uma acitação generalizada do método empírico que açambarcou quase todos os campos da Psicologia e que teve orientação quantitativa crescente. Ao mesmo tempo, a Psicologia deixou a universidade para ingressar no campo dos negócios públicos e os psicólogos passaram a dedicar-se, em grande número, à prática clínica e a outros serviços." (P. 127)

Quadro B

Distribuição do primeiro trabalho dos psicólogos no Brasil, por natureza legal da instituição segundo o local de trabalho - 1986.

Local de trabalho	Natureza legal																							
	Particular			Municipal			Estadual			Federal			Fundação			Outra			Brasil			Porcentagem		
	Trabalhos assis			Trabalhos assis			Trabalhos assis			Trabalhos assis			Trabalhos assis			Trabalhos assis			Trabalhos assis			Trabalhos assis		
	a	b	c	a	b	c	a	b	c	a	b	c	a	b	c	a	b	c	a	b	c	a	b	
Empresas/Indústria/Comércio	330	24	4	17	5	2	56	6	3	56	2	2	9	0	0	17	2	2	305	39	13	17,1	6,4	
Escola (Pré, 1ª e 2ª Grãos)	302	33	9	48	4	0	86	14	1	3	0	7	0	0	0	1	0	336	55	30	19,0	9,0		
Córculo Esportivo	40	5	3	16	4	0	16	2	0	1	0	1	8	0	2	3	1	84	12	7	2,8	2,0		
Órgão de administração	1	6	8	21	4	1	71	11	3	12	5	0	3	1	0	1	0	129	27	13	4,4	4,6		
Clínica/Consultório psicológico	1057	136	30	6	5	3	15	1	5	4	0	1	8	6	1	6	2	1096	150	42	37,2	24,7		
Hospital/Ambulatório/Posto de Saúde	90	19	3	24	6	2	61	18	5	27	5	2	11	10	0	7	4	230	62	12	7,5	10,2		
Pensionaria	2	1	0	1	0	0	7	4	1	2	2	0	0	1	0	0	0	12	7	2	0,4	3,2		
Instituição de ensino e/ou pesquisa	63	81	23	4	4	0	17	20	7	33	21	11	15	8	6	1	5	133	139	48	4,5	22,9		
Centro psicodéxico	30	4	2	1	1	0	19	0	1	2	1	0	4	1	1	0	2	36	9	5	2,6	1,5		
Empresa de prestação de serviços (agência de publicidade, bancos, entidades comunitárias etc)	29	12	5	1	1	0	3	4	0	1	2	1	1	0	2	2	1	27	20	8	0,9	3,3		
Clínicas	6	0	0	0	1	1	10	0	0	0	0	0	6	1	0	0	0	22	2	1	0,7	0,3		
Instituição de atendimento psicológico (escolar, organizacional, reabilitação etc.)	88	14	11	4	0	34	5	1	22	1	3	12	4	2	6	0	173	28	20	5,9	4,6			
Serviços em Psicologia em instituições universitárias	31	10	6	0	1	0	7	5	5	10	6	3	8	5	4	1	57	30	18	1,9	4,9			
Outros	32	17	5	10	1	0	18	3	5	8	1	0	6	2	1	16	4	90	28	11	3,1	4,6		
Total	2051	362	109	160	41	9	400	93	37	181	49	24	98	38	20	60	25	11	2930	608	218	100,0	100,0	100,0

d) Os demais locais de trabalho absorvem bem menos o trabalho do psicólogo iniciante.

Em termos gerais, a absorção do primeiro trabalho de psicólogo no Brasil segue aquela tendência já conhecida pelos estudos regionalizados e a divisão convencional dos cursos de psicologia anteriormente mencionados; as atividades dos psicólogos são alocadas, nesta ordem: na clínica e consultórios, na empresa, na escola básica e no ensino superior.

Observe-se, também, que essa tendência é marcada pela natureza legal particular do local de trabalho, fato que será analisado mais acuradamente no item D.4.

D.2 Trabalhos atuais

A pergunta formulada para caracterizar os trabalhos atuais dos declarantes possibilitava-lhes assinalar até três das suas atividades profissionais, abreviadas por *a*, *b* e *c*.

É razoável admitir, para efeitos da análise seqüencial, que a atividade assinalada pelo declarante por *a*, isto é, em primeiro lugar, é a sua principal atividade profissional.

Isso posto, passemos à descrição do Quadro B que resume a distribuição do cruzamento entre trabalhos atuais (*a*, *b* e *c*) e a natureza legal da instituição pelo local de trabalho.

As clínicas e consultórios psicológicos absorvem 37,2% das atividades principais dos declarantes (trabalho *a*). A seguir, encontram-se as Empresas com 17,1%; as Escolas com 11,0%; os Hospitais, Ambulatórios e Postos de Saúde com 7,5%.

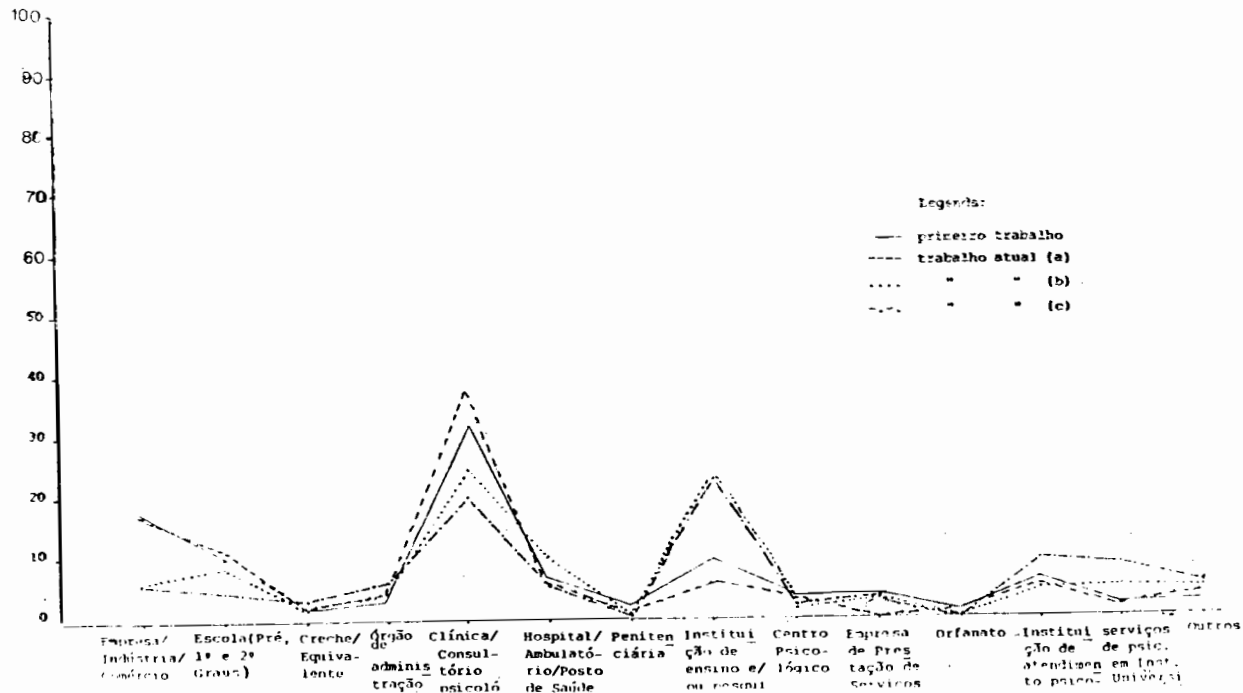
Esses índices são semelhantes àqueles do primeiro trabalho, especificados no item anterior, ressaltando-se o aumento do local de trabalho clínico, que é de 30,3% como primeiro trabalho e 37,2% como trabalho atual e a diminuição dos índices nas instituições de ensino e/ou pesquisa que passa de 8,7% como primeiro trabalho para 4,5% como trabalho atual *a*.

A tendência do trabalho clínico do psicólogo pode ser observada, também pelos altos índices de trabalhos *b* e *c*, pela hipótese inicial, considerados como atividade complementares ou não principais nas clínicas (*b* = 24,7% e *c* = 20,0%) e nos hospitais, ambulatórios e postos de saúde (*b* = 10,2% e *c* = 5,7%).

É sobre as instituições de ensino e/ou pesquisa, ou melhor, preferencialmente sobre o ensino de Psicologia, que recaem os segundos maiores índices de trabalho *b* e *c* (atividades complementares); ambos com 22,9%.

Figura 1. Índice (porcentagem) da atividade profissional do psicólogo (primeiro trabalho e trabalhos atuais) no Brasil no local de trabalho.

Porcentagem



Destacam-se, também, como atividades complementares, as instituições de atendimento psicológico ($b = 4,6\%$ e $c = 9,5\%$) e os serviços de Psicologia em instituições universitárias ($b = 4,9\%$ e $c = 8,6\%$).

As combinações dos locais de trabalho indicam a forte tendência de o trabalho principal alocar-se nas clínicas e mesmo como a principal fonte dos trabalhos complementares b e c .

D.3 As relações entre primeiro trabalho e trabalhos atuais (a , b e c)

A figura 1 dispõe graficamente a distribuição do primeiro trabalho e os trabalhos atuais a , b e c .

Observe-se que um fator importante para a consistência da distribuição é o tempo de formação, fator este que foi controlado na composição da amostra de psicólogos; logo, ela contém representantes com diversos anos de exercício profissional, o que permite afirmar que a distribuição não é circunstancial e sim indicativa da estrutura ocupacional da atividade profissional do psicólogo.

A tendência revelada entre primeiro trabalho e trabalho principal pode ser assim resumida: a absorção da mão-de-obra do psicólogo no Brasil, em termos de local de trabalho, é estável e estruturalmente semelhante, independente do tempo de exercício da profissão (5).

Ao lado da forte semelhança entre as distribuições referentes ao primeiro trabalho e trabalho atual a , destaca-se na Figura 1 o incremento que a clínica ou consultório psicológico apresentam como trabalho atual a e os índices decrescentes nas penitenciárias, instituições de ensino e/ou pesquisa e nas empresas de prestação de serviços.

Além disso, observa-se também que, a menos de algumas variações destacáveis, a distribuição ocupacional do psicólogo por local de trabalho permanece estruturalmente semelhante no que tange aos trabalhos atuais b e c , aqui considerados como atividades complementares.

As variações acima mencionadas que merecem destaque são as seguintes:

(5) Essa mesma conclusão já foi enunciada na pesquisa realizada pelo Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e CRP 06 concluída em 1984, com os psicólogos daquele Estado: "Os resultados sugerem que, aparentemente, a distribuição dos psicólogos pelas diferentes áreas da Psicologia é afetada em pequena medida pelo tempo de exercício da profissão. O que se observa é uma distribuição razoavelmente estável entre as diversas áreas, ao longo dos diversos períodos correspondentes ao tempo de exercício profissional". (O perfil do psicólogo no Estado de São Paulo, Cortez, 1984, p. 49.)

Quadro C

Distribuição absoluta e percentual da época de trabalho e índice de variação
segundo natureza legal do local de trabalho, no Brasil - 1986

Natureza legal	Época de trabalho		Índice de variação(%) ²
	Primeiro trabalho	Trabalhos atuais ¹	
Particular	1526(65,9)*3	2522 (66,9)	1,57
Municipal	116 (5,0)	210 (5,6)	11,26
Estadual	337 (14,6)	530 (14,1)	-3,34
Federal	140 (6,0)	254 (6,7)	11,51
Fundação	103 (4,4)	156 (4,1)	-6,91
Outra	94 (4,1)	96 (2,6)	-37,23
Total	2316 (100,0)	3786 (100,0)	

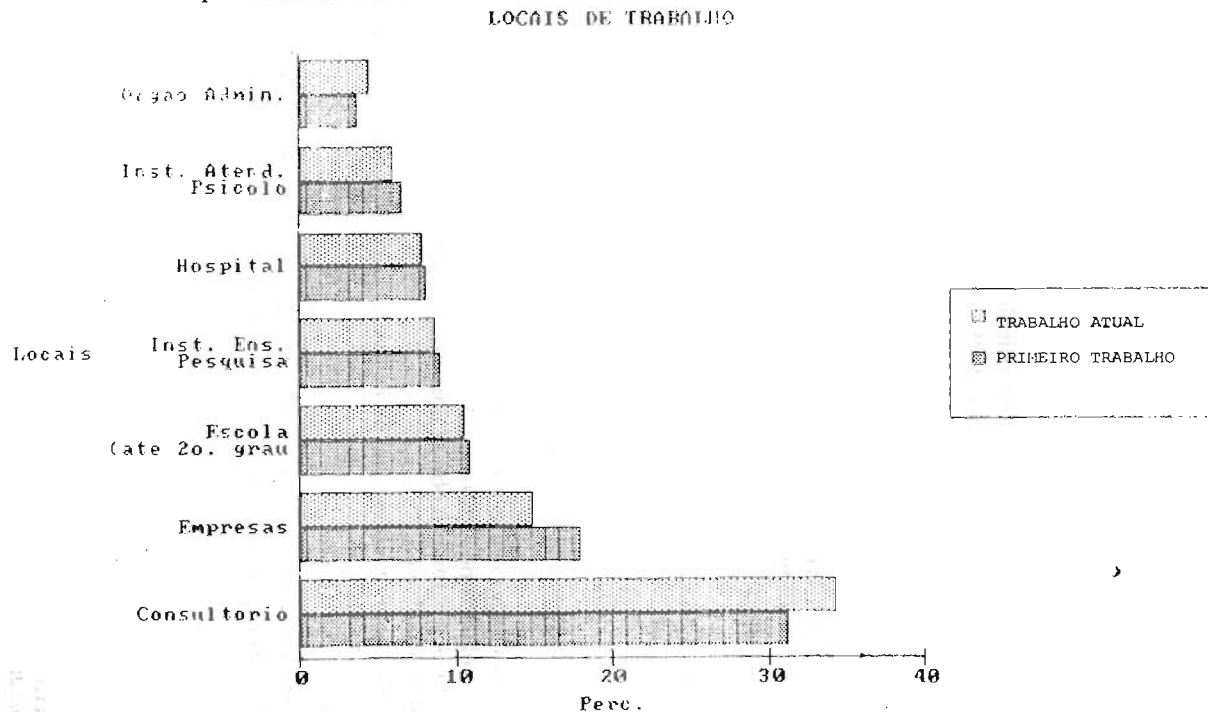
¹ Inclui as três declarações possíveis de trabalhos atuais

² Índice de Variação =
$$\frac{N \text{ primeiro trabalho} \times n \text{ trabalhos atuais}}{N \text{ trabalhos atuais} \times n \text{ primeiro trabalho}} - 1 \times 100$$

³ Indica porcentagem em relação ao Total

³ Indica porcentagem em relação ao Total

Figura 2. Distribuição percentual do primeiro trabalho e trabalho atual por local de trabalho



Obs.: Incluir percentagem dos outros locais de trabalho especificados na pesquisa.

a) São bastante reduzidos, nas empresas, os índices das atividades complementares (trabalhos atuais *b* e *c*), respectivamente 6,4% e 6,2%, quando comparados com o índice de atividade principal (trabalho atual *a*): 17,1%.

b) A dedicação às instituições de ensino e/ou pesquisa, que manifesta um índice de 8,7% como primeiro trabalho e de 4,5% como atividade principal (trabalho atual *a*), torna a crescer acentuadamente como atividade complementar com um índice igual a 22,9% para os trabalhos *b* e *c*.

c) As clínicas e consultórios psicológicos são, indiscutivelmente, os locais onde mais se concentram o trabalho do psicólogo, quer como primeiro trabalho (30,3%), quer como atividade principal *a* (37,2%), quer como atividade complementar *b* (24,7%) e *c* (20,0%). Esses destaques permitem formular a seguinte conclusão: para as clínicas convergem a maioria dos profissionais de Psicologia, seja para ali desenvolverem suas atividades principais (37,2%), seja para ali manterem atividades complementares, deslocando-se das empresas, instituições de ensino e/ou pesquisa, instituições de atendimento psicológico etc. Somados os índices dos três trabalhos atuais, temos que 81,9% dos profissionais atuam prioritariamente ou secundariamente nas clínicas e consultórios psicológicos os quais, veremos adiante, são na maior parte, de caráter privado.

D.4 Clínica, mais do que um local de trabalho: um estado de espírito

A discussão acerca dos locais de trabalho que absorvem a mão-de-obra dos psicólogos, repõe, entre outras, a questão mais geral sobre o papel deste profissional, a formação obtida nos cursos, o modelo médico/clínico versus o modelo psicológico.

Temas mais presentes no final da década de 70 e início dos anos 80 (6).

Estudos anteriores, sobejamente conhecidos e os dados coligados da presente pesquisa do CFP, reiteram o consultório de psicologia como o local predileto para o exercício profissional, como pode ser observado na Fig. 2.

As principais informações contidas neste gráfico podem ser assim resumidas:

(6) Esses temas abordados, por exemplo, em MELLO PEREIRA, S. L. *Psicologia e Profissão em São Paulo*. São Paulo, Ática, 1975. MELLO PEREIRA, S. L. "A formação Profissional dos Psicólogos: Apontamentos para um estudo" (in) *Psicologia*. São Paulo, Hucitec, nº 1, maio de 1975, p. 15-20; O Perfil do Psicólogo no Estado de São Paulo (citado), principalmente, cap. VI; HEARTHER, N. *Perspectivas Radicais em Psicologia*. (citado), especialmente p. 126-30. A origem médica da Psicologia no Brasil foi descrita por PESSOTTI, I. "Dados para uma história da psicologia no Brasil" (in) *Psicologia* (citada), p. 1-14.

1. O consultório constitui-se, de longe, no principal local de trabalho do psicólogo; fato já evidenciado anteriormente.

2. A exceção dos consultórios e dos órgãos administrativos, os locais de trabalho, em geral, configuram-se mais como "fontes de primeiro trabalho" para o psicólogo do que locais de atuação permanente. Isto porque apenas os dois primeiramente citados apresentam índices maiores de absorção como trabalho atual do que primeiro trabalho. Todos os demais apresentam índices menores como trabalho atual.

3. Se forem adicionados os índices dos consultórios, dos hospitais, das instituições de atendimentos psicológicos e, por que não, das escolas, conjugando-os com as expectativas que essas instituições têm com relação ao psicólogo, é possível afirmar-se que a grande maioria está voltada, essencialmente, para atividades de caráter psicoterapêutico.

Portanto, a questão vai para além de onde é alocado o trabalho do psicólogo, pois, mesmo em locais como as escolas, as creches e as empresas, a perspectiva de atuação (da instituição e da maioria dos profissionais) é a perspectiva clínica.

É fundamental fazer a diferença entre esta prática legítima e importante dos psicólogos e desenvolvida pela Psicologia: a psicoterapia (método de investigação e procedimento técnico, para chegar ao entendimento da vida humana) e este pernicioso "estado de espírito clínico" que mais prejudica o próprio desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência e obstaculiza seu conhecimento enquanto profissão.

Não estamos aqui interessados nem nas disputas internas quanto às teorias psicoterapêuticas mais adequadas, nem no questionamento, como já foi dito acima, da legitimidade do trabalho clínico. Apenas está sendo afirmado que os "modelos" daí decorrentes são inadequados, para dizer o mínimo, ao desenvolvimento da Psicologia em outras dimensões da atividade social.

Para esclarecer o campo de discussão, talvez seja adequado pensar, digamos, numa instituição complexa tal como a penitenciária, que apresenta índice negativo da absorção do profissional de Psicologia (29 = primeiro trabalho e 12 = trabalho atual a ; cf. Quadro A, B e Figura 1).

Qual é o problema? As penitenciárias, ou melhor dizendo, os penitentes não necessitam dos conhecimentos desse confessor moderno? A

* Termo aqui definido pela ação do psicólogo sobre os indivíduos isolando-os do contexto social imediato e imediato, atribuindo aos mesmos os desvios de conduta, as dificuldades de inserção social e, obviamente, recorrendo a procedimentos técnicos e explicativos originários das teorias médicas de explicação do indivíduo.

Quadro D

Distribuição da situação ocupacional dos psicólogos por regiões administrativas e momento do exercício profissional (primeiro trabalho e trabalho atual a), segundo local de trabalho.

Locais de trabalho	Região																Total	Total
	1ª		2ª		3ª		4ª		5ª		6ª		7ª		8ª			
	1º trabalho	trabalho atual a	1º trabalho	trabalho atual a	1º trabalho	trabalho atual a	1º trabalho	trabalho atual a	1º trabalho	trabalho atual a	1º trabalho	trabalho atual a	1º trabalho	trabalho atual a	1º trabalho	trabalho atual a		
Empresa/Indústria/Comércio	20	22	39	49	32	42	39	46	76	95	137	168	38	52	23	31	494	505
Escola (Pvt, 1ª e 2ª Grãos)	5	6	19	29	7	10	27	39	62	81	75	94	31	43	20	26	244	256
Circo/Esportivo	1	1	3	6	4	7	9	9	15	17	24	31	6	9	3	4	65	84
Órgão de administração	4	8	15	20	7	12	11	23	7	10	19	30	10	16	8	10	83	129
Clínica/Consultório psicológico	13	24	66	94	25	47	77	115	141	239	274	393	41	93	65	95	762	1098
Hospital/Ambulatório/Posto de saúde	5	5	12	16	7	9	13	15	48	62	72	83	11	14	12	16	180	230
Fundação	0	0	4	3	2	1	4	1	5	2	3	2	9	3	2	0	29	12
Instituição de ensino e/ou pesquisa	4	7	23	13	8	8	16	13	33	50	77	26	11	17	27	19	201	135
Centro psicológico	1	2	1	1	7	8	7	9	2	3	31	35	6	7	10	11	65	76
Empresas de prestação de serviços	0	0	0	0	4	4	4	2	7	10	7	6	1	1	2	2	20	22
Ofícios	5	6	17	25	20	23	13	18	7	8	30	52	15	19	18	22	145	173
Instituição de atendimento psicológico	1	1	6	8	2	2	1	2	7	10	15	19	5	9	3	6	40	57
Serviços de psicologia em instituições universitárias	0	2	2	4	2	2	2	4	17	24	34	46	4	6	2	2	63	90
Outros																		
Total	63	85	213	266	127	177	224	197	442	592	849	993	196	295	202	245	2316	2950

Psicologia tem propostas razoáveis e dispõe de quadros competentes para oferecer aos sistemas penitenciários? E os impedimentos para demonstrar sua eficiência estão apenas na política repressiva do Estado, ou não dispõe de propostas, nem de quadros competentes para tal empreendimento?

Está óbvio que daqui não poderiam resultar nem sugestões ingênuas para formarem psicólogos especialistas em cuidar de detentos nas penitenciárias, nem o suposto de que à Psicologia compete fazer sozinha a crítica da política do Estado; o que resulta é, isto sim, o alerta para as necessárias reflexões sobre as potencialidade da Psicologia e as contradições outras da sociedade.

Para permanecer na metáfora da penitenciária, o dilema dos psicólogos e da Psicologia é o seguinte: ou eles se refazem para se fazerem necessários ou perdem o direito de falar, abstratamente, sobre os manicomios, as prisões e os conventos.

Neste ponto, necessário é relembrar o que foi exposto no tópico C, acerca das discussões apaixonadas sobre o papel do psicólogo e da Psicologia.

Quais são os fatores que determinam, afinal, a intrincada relação entre a formação do psicólogo e sua atividade profissional?

Como já foi citado, os debates giram em torno da identificação da Psicologia como ideologia, a serviço do poder; da falta de consciência e competência do psicólogo para analisar e intervir em situações sociais complexas; das estruturas arcaicas da Universidade e, ainda, das orientações inadequadas dos currículos de Psicologia (7).

Pois bem, esses argumentos ganham significados explicativos apenas se forem articulados; carecem de sentido se referidos isoladamente.

É necessário explicar: o descompasso entre possibilidades de ampliação no mercado de trabalho e a formação do psicólogo; a contradição entre as estruturas arcaicas da Universidade (voltada para o passado), as expectativas pessoais e a ordem social existente; a inadequação entre modelos apreendidos no decorrer dos cursos e os problemas efetivamente enfrentados; todos eles são antagonismos postos pela divisão social do trabalho, sempre colada às necessidades do capital.

(7) MELLO PEREIRA, S. L. no seu artigo "A Formação Profissional dos Psicólogos..." (citado) conclui que: "Os alunos não são treinados, durante o curso, a praticarem uma psicologia popular. O programa não prevê o futuro. Ele está preso no presente e às formas tradicionais de utilização da Psicologia. Os alunos, de modo confuso, e às vezes desastrado, estão voltados para o futuro, o seu, o da profissão e, não raramente, o do seu país. É fácil entender porque se impacientam... Também é fácil entender que certas estruturas arcaicas da universidade dificultam sobremodo muitas modificações que poderiam trazer uma vantajosa flexibilidade à formação dos profissionais." (P. 20)

Isso equivale a dizer que diante dessas contradições, inadequações, descompassos e toda sorte de antagonismos, a categoria profissional pode e deve intervir para alterá-los, levando em conta que essas alterações não serão produtos de volição de cada um ou de genialidades individuais, mas da produção científica elevada e da capacidade profissional para elaborar análises e executar intervenções relevantes que o psicólogo, como qualquer outro profissional, deve demonstrar.

Alguns trechos da mesa redonda para debater os resultados da pesquisa sobre o Perfil do Psicólogo no Estado de São Paulo (citado) caminham no mesmo sentido:

"... foi este modelo (médico) que vingou não só no Brasil mas na maioria dos países capitalistas. Um tipo de abordagem do fenômeno psicológico que determinou uma prática remediativa, ou seja, cuida do sujeito depois que ele "pirou" E cuida geralmente buscando nele mesmo as causas..." (P. 105)

"Aí você vê o mercado até com possibilidades de se abrir, mas o psicólogo com despreparo total para assumi-lo. Por exemplo: as possibilidades em postos de saúde, centros de saúde etc.." (P. 107)

D.5 A situação ocupacional do psicólogo quanto à natureza legal da instituição onde trabalha

Um outro aspecto importante para dimensionar a situação ocupacional do psicólogo no Brasil, é o caráter civil da instituição que o absorve profissionalmente.

Os dados empíricos dispostos nos quadros anteriores, especialmente A e B, já revelam uma alta concentração da atividade profissional do psicólogo nas instituições particulares.

O Quadro C detalha essa tendência privatista das atividades psicológicas.

A leitura do quadro permite concluir que a situação ocupacional do psicólogo é invariante quanto à época do exercício profissional (primeiro trabalho e trabalho atual), segundo o caráter civil das instituições.

Além disso, observa-se no Quadro C que, no Brasil, 1526 em 2316 declarantes, ou 65,9%, iniciaram suas carreiras profissionais em instituições particulares e, 2522 em 3768 respostas, ou 66,9%, mantém suas atividades profissionais nessas instituições.

Observa-se ali, também, a semelhança das porcentagens entre o primeiro trabalho e os trabalhos atuais, para as demais instituições arroladas no Quadro C.

Dois comentários sobre o referido quadro ainda são pertinentes.

O primeiro é em relação aos baixos índices de absorção do profissional em Psicologia pelos poderes públicos.

As instituições municipais absorvem no início da carreira profissional apenas 5,0% dos psicólogos pesquisados. Este índice passa para 5,6% dos trabalhos atuais declarados. Bastante próximo desses índices estão aqueles referente à esfera pública federal, com 6,0% (primeiro trabalho) e 6,7% (trabalhos atuais). É no plano estadual que os psicólogos encontram o maior acesso profissional; 14,6% (primeiro trabalho) e 14,1% (trabalhos atuais). Em conjunto, o poder público (municipal, estadual e federal) mantém apenas cerca de 26% dos psicólogos que declararam atuar profissionalmente.

De passagem, vale lembrar que as atividades desenvolvidas por esses profissionais concentram-se nas universidades (docência), na prestação de serviços de psicologia nos centros clínicos das universidades, nas escolas de 1º e 2º graus (Estado) e nas creches (Municípios).

O segundo comentário é quanto às tendências de absorção do psicólogo em cada tipo de instituição.

Esse índice que oferece uma noção do deslocamento dos trabalhos atuais em relação ao primeiro trabalho, no que se refere à natureza civil das instituições, revela que as instituições municipais e federais tendem a ampliar a absorção do psicólogo. As primeiras e as segundas são as que apresentam os maiores índices de variação, respectivamente, 11,26% e 11,51%. As instituições estaduais apresentam um índice de variação negativo e igual a -3,34%.

Esses resultados importam porque indicam em potência um campo de ação profissional, junto aos setores públicos, ainda pouco acessível ao psicólogo, como foi assinalado anteriormente.

Destaca-se aí, o papel a ser desempenhado pelas entidades profissionais, universidades e pelos próprios profissionais na elaboração de propostas competentes que ampliem o raio de ação profissional.

É salutar, entretanto, não esquecer que esse campo de ação será mais fértil quanto mais competentes forem as propostas elaboradas. De nada adianta, a partir do diagnóstico, reduzir as perspectivas do quadro atual da profissão com uma campanha junto aos órgãos públicos do tipo "adote um psicólogo".

D.6 Especificação de alguns dados por regiões dos Conselhos Regionais de Psicologia

Até aqui foram apresentados e discutidos os resultados da pesquisa em termos globais, válidos para o país.

Quadro E

Distribuição percentual do primeiro trabalho e do principal trabalho atual do psicólogo no Brasil, por natureza legal da instituição, em relação às regiões brasileiras.

Primeiro Trabalho

Região	Natureza Legal						Total
	Particular	Municipal	Estadual	Federal	Fundação	Outra	N
1ª	38,1	1,6	17,5	19,0	17,5	6,3	63
2ª	69,0	2,3	17,8	8,0	1,4	1,4	213
3ª	56,7	0,8	22,8	10,2	3,1	6,3	127
4ª	62,9	5,8	15,6	8,9	3,6	3,1	224
5ª	61,3	7,0	10,4	11,5	3,8	5,9	442
6ª	71,8	6,6	10,8	2,1	4,5	4,1	849
7ª	64,8	2,0	25,0	2,6	3,6	2,0	196
8ª	66,3	2,5	18,3	2,0	7,4	3,5	202
Brasil	65,9 N = 1576	5,0 N = 116	14,6 N = 337	6,0 N = 140	4,4 N = 102	4,1 n = 94	N = 2316

Quadro E

Distribuição percentual do primeiro trabalho e do principal atual do psicólogo no Brasil, por natureza legal da instituição, em relação às regiões brasileiras.

Trabalho atual *

1ª	44,7	1,2	17,6	17,6	15,3	3,5	85
2ª	66,9	3,4	18,4	9,4	0,4	1,5	266
3ª	58,8	2,2	22,0	9,0	4,0	4,0	177
4ª	69,0	7,0	14,1	6,4	2,0	1,3	297
5ª	65,9	7,3	8,6	11,5	4,2	2,5	592
6ª	75,9	6,7	10,9	1,9	2,3	2,2	993
7ª	72,2	1,7	17,6	4,0	3,0	1,4	295
8ª	69,0	3,7	18,4	2,9	5,7	0,4	245
Brasil	69,5 N = 2051	5,4 N = 159	13,6 N = 401	6,1 N = 181	3,3 N = 98	2,0 N = 60	N = 2950

Para finalizar este capítulo, foram inseridas, nesta seção, algumas especificações importantes sobre a situação ocupacional do psicólogo por regiões do país, adotando-se a divisão exposta na Lei 5.766/71 e especificada na introdução desta publicação (8).

Do Quadro D, onde está contido o cruzamento das regiões dos CRPs e época do exercício profissional (primeiro trabalho e principal atividade atual) segundo local de trabalho, depreende-se que:

a) Em todas as regiões e na maioria das instituições verifica-se um aumento do número atual de profissionais, se comparando com o do primeiro trabalho. Destacam-se, nesse sentido, em primeiro lugar as clínicas e consultórios de Psicologia que apresentam o maior aumento em todas as regiões. Em segundo lugar aparecem as empresas com aumento do número absoluto de profissionais, menos acentuado do que a clínica;

Em terceiro lugar surge a atuação em pré-escolas e escolas de 1^o e 2^o graus. Os hospitais, os consultórios e postos de saúde são os locais de trabalho que concentram a atuação do psicólogo em quarto lugar;

b) A região norte do País (1^a região), que é das mais extensas geograficamente, é a que contém o menor número absoluto de psicólogos e a que apresenta menor variação do trabalho atual *a* em relação ao primeiro trabalho, com exceção feita à clínica que passa de 13 para 24 profissionais.

As demais regiões apresentam maior variação;

c) No sentido decrescente, destacam-se, em primeiro lugar, a penitenciária como local de trabalho em todas as regiões.

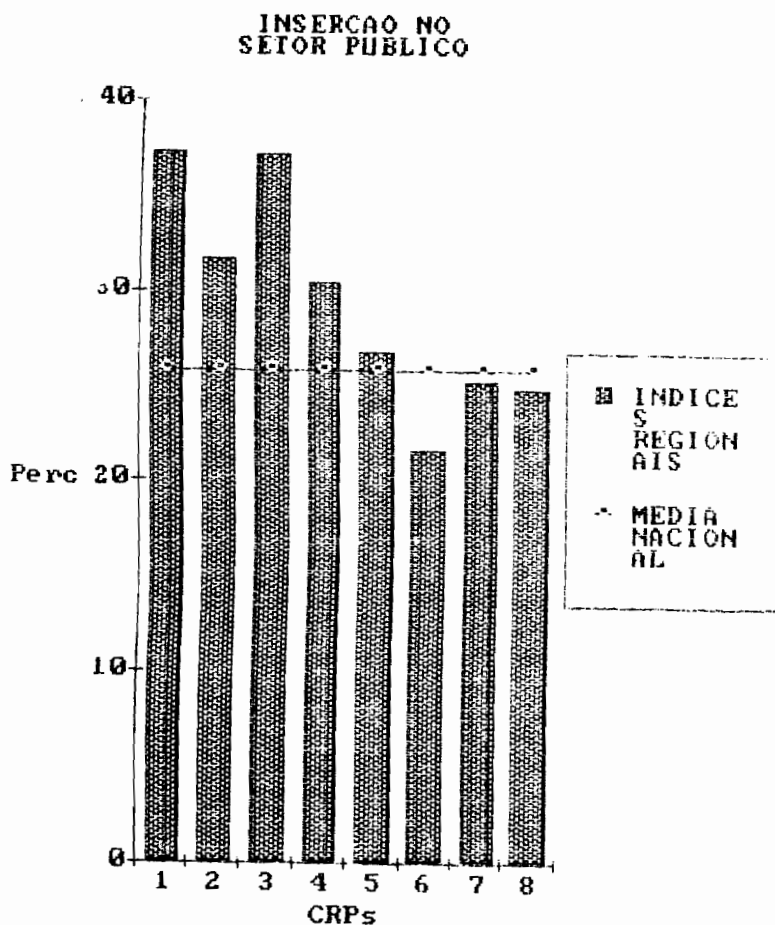
Em segundo lugar, as instituições de ensino e/ou pesquisa, que diminuem acentuadamente em algumas regiões (2^a: passa de 23 para 13 profissionais; 6^a passa de 77 para 26 profissionais), mais discretamente em outras (4^a: passa de 16 para 13 profissionais; 5^a: passa de 33 para 30 profissionais e 8^a: passa de 27 para 19 profissionais) e mantêm ou aumentam o número de profissionais nas demais regiões: 3a. mantêm e a 7^a aumenta de 11 para 17 o número de profissionais.

Em terceiro lugar, é sistemático o decréscimo do trabalho do psicólogo nas empresas de prestação de serviço (agência de publicidade, bancos, entidades comunitárias, etc.) pelas regiões dos CRPs, com exceção da 1^a região que mantém atualmente apenas 1 (um) profissional e a 3^a região que mantém 4 (quatro) profissionais.

Afora os destaques descritos acima, não há diferenças substantivas

(8) Cf. Psicólogo: Informação sobre o exercício da profissão/Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo. 4^a, São Paulo, Cortez, 1987.

Figura 3. Distribuição percentual da inserção do psicólogo no setor público por região (CRPs), com indicação do índice médio nacional.



pelas regiões administrativas e pelos locais de trabalho no país. Na verdade, exceptuadas as diferenças muito específicas, observam-se em cada uma das regiões as tendências já analisadas anteriormente nos seus aspectos gerais.

Finalmente, tentamos extrair algumas conclusões sobre a situação ocupacional do psicólogo, pela natureza legal das instituições e regiões dos CRPs, exposta no Quadro E.

Ali constata-se, em termos gerais através da comparação dos percentuais, que o maior fluxo na alocação da mão-de-obra do psicólogo, no sentido do primeiro trabalho para a principal atividade atual, encontra-se nas instituições privadas, particularmente, como já foi demonstrado, nas clínicas.

Merece menção a 2ª região, a única cuja porcentagem é decrescente embora timidamente, nas instituições privadas, passando de 69,0% a 66,9%, no fluxo do primeiro trabalho para a principal atividade atual.

Entretanto, essa diminuição é compensada pelo aumento da absorção profissional pelas instituições públicas.

Ainda em termos gerais, observa-se em todas as regiões a tendência, já analisada anteriormente, quanto à forte marca privatista no trabalho profissional do psicólogo e os baixos índices de absorção deste profissional pelo poder público, agora as exceções já referidas. Ainda sobre a inserção no setor público, a Figura 3 acrescenta alguns detalhes.

Nota-se, na referida figura que, nas regiões brasileiras denominadas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª que abrangem o Norte, o Nordeste, Sudeste até Rio de Janeiro, é onde se concentra maior atuação do psicólogo junto ao setor público, destacando-se, principalmente, as regiões 1ª (Norte) e 3ª (Bahia e Sergipe). As demais regiões (6ª, 7ª e 8ª) apresentam índices abaixo do índice médio nacional que é cerca de 26%.

Conclusão

Ao longo desse estudo descrevemos, com algum detalhamento, a conhecida tendência hegemônica da atuação profissional do psicólogo no sentido privatista, clínico e individualizante.

A par do entendimento das determinações históricas que impulsionam a Psicologia, necessário é organizar a vontade política de seus profissionais para reverter essa tendência acima referida.

Essa é a forma da Psicologia superar o isolamento por ela mesma engendrado.

BIBLIOGRAFIA

- HEATHER, N. *Perspectivas radicais em Psicologia*; tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- JAPIASSU, H. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro, Imago, 1975.
- MELLO PEREIRA, S. L. *Psicologia e Profissão em São Paulo*. São Paulo, Ática, 1975.
- MELLO PEREIRA, S. L. "A formação profissional dos psicólogos: Apontamentos para um estudo". *Psicologia*. São Paulo, Hucitec, nº 1, maio de 1975.
- Sindicato dos psicólogos no Estado de São Paulo São Paulo/ *O perfil do psicólogo no Estado de São Paulo*. Cortez, 1984.
- PESSOTTI, I. "Dados para uma história da psicologia no Brasil". *Psicologia*, São Paulo, Hucitec, nº 1, maio de 1975.
- Psicólogo: informações sobre o exercício da profissão/Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo. 4a., São Paulo, Cortez, 1987.
- WERTHEIMER, M. *Pequena história da psicologia*; tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, Nacional, 1976.

CAPÍTULO 12

ATUAÇÃO PSICOLÓGICA: UMA ANÁLISE DAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELOS PSICÓLOGOS

Ana Maria Almcida Carvalho*

Esta análise se baseou nas respostas de cerca de 2200 psicólogos a uma questão na qual se solicitava que assinalassem, entre 47 atividades listadas, quais as que tinham desenvolvido ou desenvolviam em seu primeiro trabalho e em seu trabalho atual. O objetivo da questão era obter uma descrição aproximada das formas de atuação que estão sendo utilizadas pelos profissionais.

Uma primeira caracterização: diversificação de atividades

O Quadro 1 agrupa as atividades, segundo a frequência com que foram assinaladas, em sete blocos: atividades citadas por mais de 50% dos entrevistados, por 40 a 50%, 30 a 40% etc. No conjunto da amostra, todas as atividades foram citadas pelo menos uma vez.

Em relação ao primeiro trabalho, observa-se que apenas cinco das 47 atividades foram citadas por pelo menos 30% dos entrevistados; 12 foram citadas por pelo menos 15%; e 27, ou seja, mais da metade, foram referidas por menos de 10% da amostra.

* Departamento de Psicologia Experimental do Instituto de Psicologia - USP.

Quadro 1

Hierarquização das atividades segundo a frequência de citações no conjunto de amostra para o primeiro trabalho e o trabalho atual.

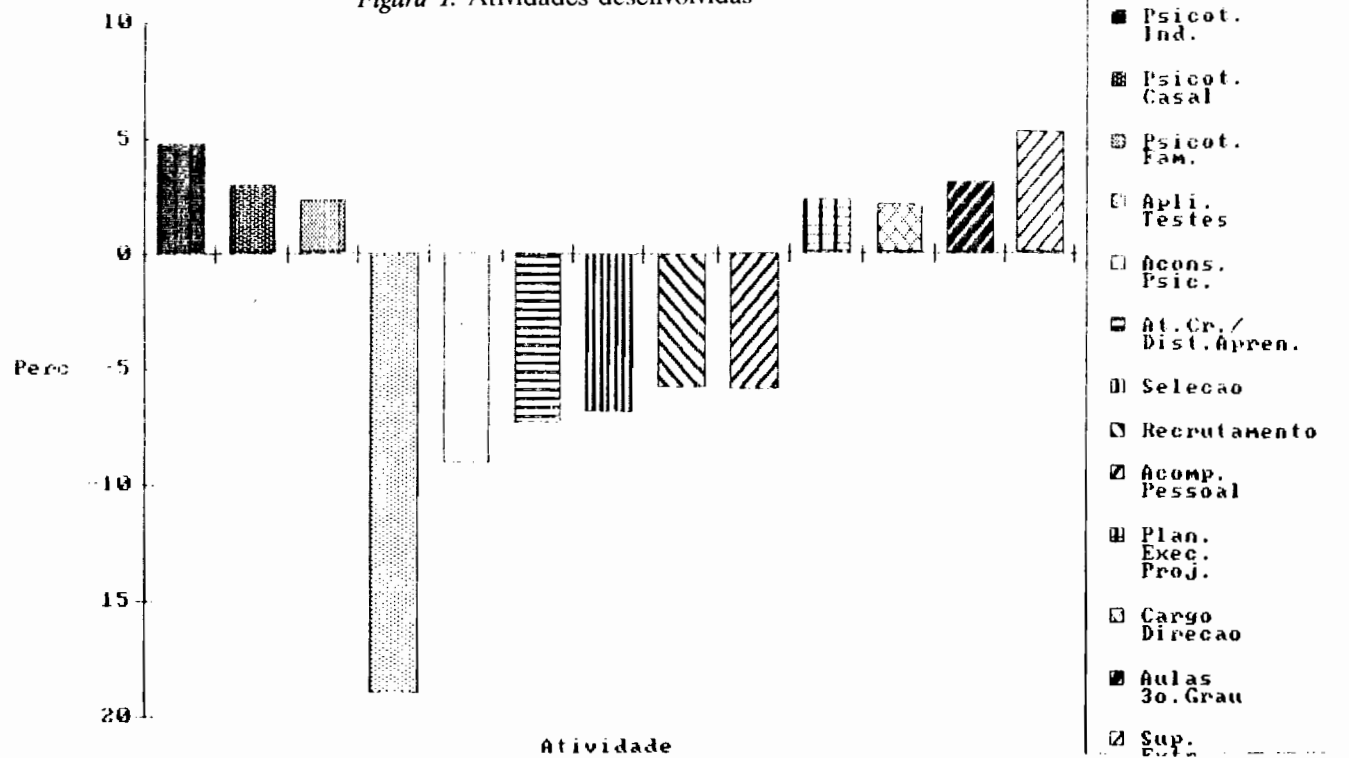
%	Primeiro Trabalho	Trabalho Atual
+ de 50%	Aplicação de Testes	nenhum
+ de 40% 30-40%	nenhum Terapia Individual Aconselhamento Psic. Psicodiagnóstico Orientação de Pais	Terapia Individual Aplicação de Testes
20-30%	Atend. Distur. Aprend. Seleção Acomp. de Pessoal	Psicodiagnóstico Orientação de Pais Aconselhamento Psicológico
15-20%	Recrutamento Orientação Vocacional Orient. Psicopedag. Triagem	Atend. de Disturb. Aprendiz. Seleção Acompanhamento de Pessoal
10-15%	Treinamento Avaliação de Desemp. Análise Função/Ocup. Educ./Reeduc.Psicom. Psicoterapia Grupo Plan./Exec. Projetos Orient./Trein. Para prof. Assist. Matern.-Infant.	Orientação Psicopedagógica Treinamento Orientação Vocacional Planej./Execução de Projetos Psicoterapia de Grupo Recrutamento Superv. de Estágios Acadêm. Avaliação de Desempenho Triagem Diagnóstico Situacional Análise de Função/Ocupação Aulas para 3º Grau
	Orientação Sexual	Psicoterapia de Casal
5-10%	Diagnóst. Situac. Superv. Estág. Acad. Avaliação Curricular Orientação Sexual Assess. a Organiz.	Orient./Treinam. de Paraprofis. Supervisão Extra-Acadêmica Educ./Reeducação Psicomotora Avaliação Curricular Assessoria a Organizações

	Análise Carg./Salários Desenvolv. Organiz. Psicoterapia de Casal Aulas para 3º Grau Pesquisa Científica Cargo Administrativo Psicoterapia Familiar Assist. Pac. Clin./Cir. Parcc./Laudos Justiça Estimulação Precoce Orientação Gestantes	Psicoterapia Familiar Cargo Administrativo Desenvolvimento Organizacional Pesquisa Científica Assist. Materno-Infantil Assist. Pacientes Clin./Cirurg. Consultoria Pareceres/laudos p/justiça Análise de Cargos/Salários Orientação de Gestantes
- de 5%	Sup. Extra-Acadêmica Aula para 2º Grau Pesquisa de Mercado Segur./Hig. Trabalho Consultoria Reabilitação Profissional Planej. Polit. Educ. Assis. Geriátrica Ergonomia Aulas p/ Pós-Grad. Criação Public.	Estimulação Precoce Reabilitação Profissional Aulas para 2º Grau Pesquisa de Mercado Segurança/Higiene Trabalho Planej. Política Educacional Aulas p/ Pós-Graduação Assistência Geriátrica Ergonomia Criação Publicitária

Quando se comparam as respostas relativas ao primeiro trabalho e ao trabalho atual, nota-se uma tendência a uma redução ainda maior na diversificação de atividades desse ponto de vista quantitativo: apenas duas atividades ocupam mais de 30% dos psicólogos; oito ocupam mais de 15%; e ainda mais da metade ocorrem em menos de 10% da amostra.

Se considerarmos, portanto, para a caracterização da atuação profissional, este critério, quantitativo, ou seja, o fato das atividades serem desempenhadas por um número expressivo de profissionais, podemos dizer que a atuação dos psicólogos se caracteriza como pouco diversificada, e tende a se tornar ainda mais restrita no decorrer da carreira individual. Este último fato pode estar indicando, por um lado, que há uma tendência à *especialização* do profissional em torno de uma ou poucas atividades que concentram sua preferência, ou são mais valorizadas por qualquer motivo; por outro lado, pode estar refletindo a tendência à concentração dos profissionais na área clínica, com abandono de trabalhos em outras áreas aceitos

Figura 1. Atividades desenvolvidas



no início da carreira. Quando se analisa quais as atividades cuja frequência se reduz mais do primeiro trabalho para o trabalho atual, e quais as que aumentam de frequência, as duas interpretações se sustentam: das doze atividades referidas por mais de 15% dos entrevistados em relação ao 1º trabalho — número que se reduz para oito no trabalho atual — , algumas podem ser consideradas como diversificações de trabalho clínico (Psicodiagnóstico, Atendimento de dis-túrbios de aprendizagem, Orientação, etc.), enquanto outras são características da área Organizacional (Seleção, Acompanhamento de pessoal etc.). O que se observa na coluna da direita (trabalho atual) é que, por um lado, a atuação se concentra mais na área clínica; e que, mesmo dentro dessa área, se torna menos diversificada, e tende a se centrar em Terapia Individual. Estas questões poderão ser retomadas adiante, numa análise mais direta da atuação por área.

Há uma outra faceta da questão da diversificação de atividades que deve ser considerada: embora em termos quantitativos a atuação profissional se apresente pouco diversificada, é preciso levar em conta o fato de que 47 atividades diferentes foram referidas, ainda que com pouca frequência; além disso, há cerca de 10% de referências a Outras Atividades, que não foram categorizadas para esta análise, mas que representam, de qualquer forma, uma possibilidade de abertura para a diversificação da atuação. Este ângulo de análise apresenta alguns aspectos interessantes quando se focaliza como a diversificação de atividades aparece ao longo da história da profissão.

A trajetória da profissão: 1952 a 1985

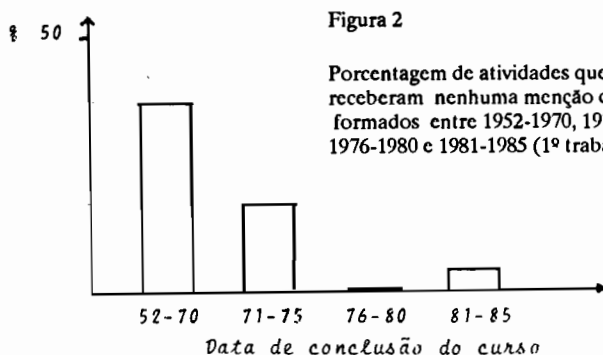
Os psicólogos entrevistados formaram-se em diferentes momentos ao longo das duas décadas e meia de existência legal da profissão. Esses momentos estão diferentemente representados na amostra, em decorrência da expansão da profissão, em termos de oferta de profissionais, a partir de meados da década de 70. Para realizar esta análise, agrupamos os psicólogos em função do ano de conclusão do curso de graduação, em quatro categorias: formados entre 1952 e 1970, que representam cerca de 5% dos que responderam à questão analisada neste capítulo; formados entre 1971 e 1975, correspondendo a 8,5%; entre 1976 e 1980, representando 45,5% dos entrevistados; e entre 1981 e 1985, representando 41%. Apesar dessa disparidade de representação, que limita a segurança da análise, algumas tendências podem ser identificadas.

Em primeiro lugar, o número de atividades citadas por mais de 30% dos respondentes varia muito pouco ao longo desse período: 5 a 7 atividades (Quadro 2); e, principalmente, são basicamente as mesmas as atividades citadas com essa incidência: - Aplicação de testes, Psicodiagnóstico e Acon

Quadro II

Atividades citadas por mais de 30% dos respondentes formados entre 1952-1970, 1971-1975, 1976-1980 e 1981-1985 (dados relativos ao 1º trabalho).

1952-1970	Aplicação de Testes Educação/Reeducação Psicomotora Atendimento a Distúrbios de Aprendizagem Aconselhamento Psicológico Acompanhamento de Pessoal Orientação de Pais Psicodiagnóstico
1971-1975	Aplicação de Testes Psicodiagnóstico Seleção Aconselhamento Psicológico Acompanhamento de Pessoal
1976-1980	Aplicação de Testes Aconselhamento Psicológico Psicodiagnóstico Psicoterapia Individual Orientação de Pais Seleção Atendimento a Distúrbios de Aprendizagem
1981-1985	Aplicação de Testes Psicoterapia Individual Aconselhamento Psicológico Psicodiagnóstico Orientação de Pais



selhamento psicológico estão entre as mais citadas nas quatro fases em que subdividimos a trajetória da profissão; Orientação de pais aparece em três das quatro fases.

– Educação e Receducação Psicomotora aparece entre as mais citadas até 1970; a partir de 1975, Psicoterapia Individual passa a aparecer com incidência maior do que 30%.

– Acompanhamento de Pessoal tem incidência alta até 1975, decrescendo depois; Seleção também decresce depois de 1980.

– Atendimento a crianças com Distúrbios de Aprendizagem tem uma incidência irregular ao longo do período descrito.

Pode-se dizer que essas atividades caracterizam a atuação "clássica" ou tradicional do psicólogo ao longo desses 25 anos. Por outro lado, encontramos, nesse período, uma série de atividades que não são citadas nas primeiras fases, e passam a sê-lo em fases mais recentes, e que podem ser consideradas, nesse sentido, como representantes de tendências "modernas" de atuação profissional. Deve-se lembrar, como restrição ou cautela em relação a esta descrição, que as fases de 1952 a 1970, e 1971 a 1975, estão muito menos representadas na amostra, e que isso pode ser um determinante de um menor número de atividades citadas. Com esta ressalva, podem ser apontados dois aspectos de interesse.

A Figura 2 apresenta a porcentagem de atividades que não receberam nenhuma referência nas quatro fases consideradas. Verifica-se que esse número decresce substancialmente, ou seja, há uma tendência consistente ao aumento de diversificação nas atividades mencionadas.

Em segundo lugar, embora não haja nenhum caso de atividade que desaparece da amostra nas fases mais recentes, há um certo número de casos que passam a ocorrer a partir de 1971, e um subconjunto menor que passa a ocorrer a partir de 1976 (Quadro 3). Alguns pontos que chamam a atenção neste quadro são uma aparente tendência à ampliação da prática clínica, tanto no sentido de diversificação de alvos e técnicas de atendimento (Psicoterapia de casal, de família, Assistência geriátrica, Assistência a pacientes clínicos e cirúrgicos, Reabilitação profissional), como no sentido de atuação preventiva (Orientação sexual, Orientação a gestantes); e também uma tendência ao surgimento de novos campos de atuação (Ergonomia, Criação publicitária, Estimulação precoce, Pesquisa de mercado), e de atuações no âmbito de planejamento, consultoria, supervisão e Ensino superior.

* A palavra "moderna" é empregada aqui em sentido descritivo, e não valorativo.

Atividades que só ocorrem na amostra a partir de 1971 e de 1975.

1971	1975
Assistência Geriátrica	Criação Publicitária
Assistência a Pacientes Clínicos e Cirúrgicos	Estimulação Precoce
Consultoria	Planejamento polít. Educacional
Diagnóstico Situacional	Supervisão Extra-Acadêmica
Aulas para 3º Grau	
Orientação Sexual	
Orientação de Gestantes	
Pesquisa de Mercado	
Psicoterapia de Casal	
Psicoterapia de Família	
Reabilitação Profissional	
Triagem	

Assim, embora ainda de forma quantitativamente inexpressiva (nenhuma dessas modalidades ocorreu com frequência superior a 15%, e a maioria foi citada por menos de 10% dos entrevistados), pode-se vislumbrar, de certa forma, uma perspectiva de ampliação da atuação profissional em termos de diversificação de atividades.

Uma caracterização por área de atuação: Clínica, Organizacional e Escolar

A Figura 3 hierarquiza as atividades citadas por psicólogos que, atualmente, trabalham apenas na área Clínica.

Observa-se, inicialmente, que as cinco atividades citadas com frequência mais significativa (30% ou mais) são as mesmas que ocorreram com maior incidência na amostra global. Isto reflete simplesmente a maior incidência de trabalho nessa área no conjunto da amostra (cf. cap. 8).

Quinze atividades diferentes foram citadas por pelo menos 10% destes entrevistados. Destas 15, 10 podem ser consideradas atividades tradicionais da Psicologia, pelo critério adotado no item anterior (ocorrência de referências ao longo de todo o período analisado); das cinco que podem ser consideradas como representantes de tendências "modernas" de atuação, uma (Psicoterapia de casal) aparece com incidência um pouco maior (16,3%); as quatro restantes (Psicoterapia de família, Orientação sexual, Supervisão extra-acadêmica, e Assistência a pacientes clínicos e cirúrgicos)

Figura 3. Hierarquização das atividades sitadas por mais de 10% dos psicólogos que só trabalham na área Clínica.

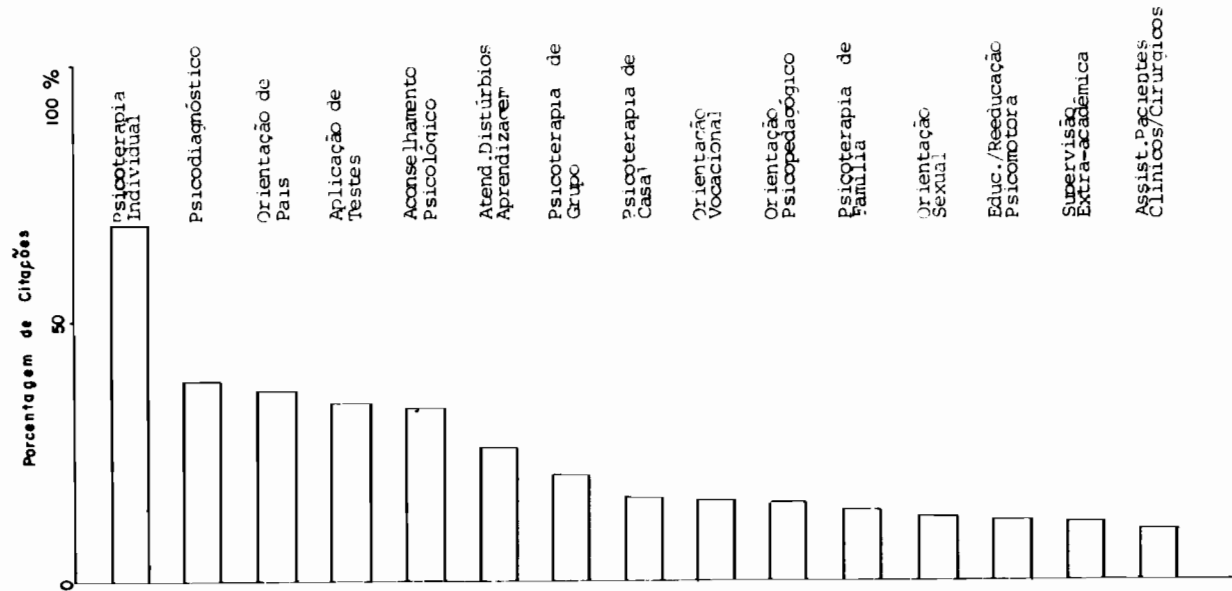


Figura 4. Hierarquização das atividades sitadas por mais de 10% dos psicólogos que só trabalham na área Organizacional.

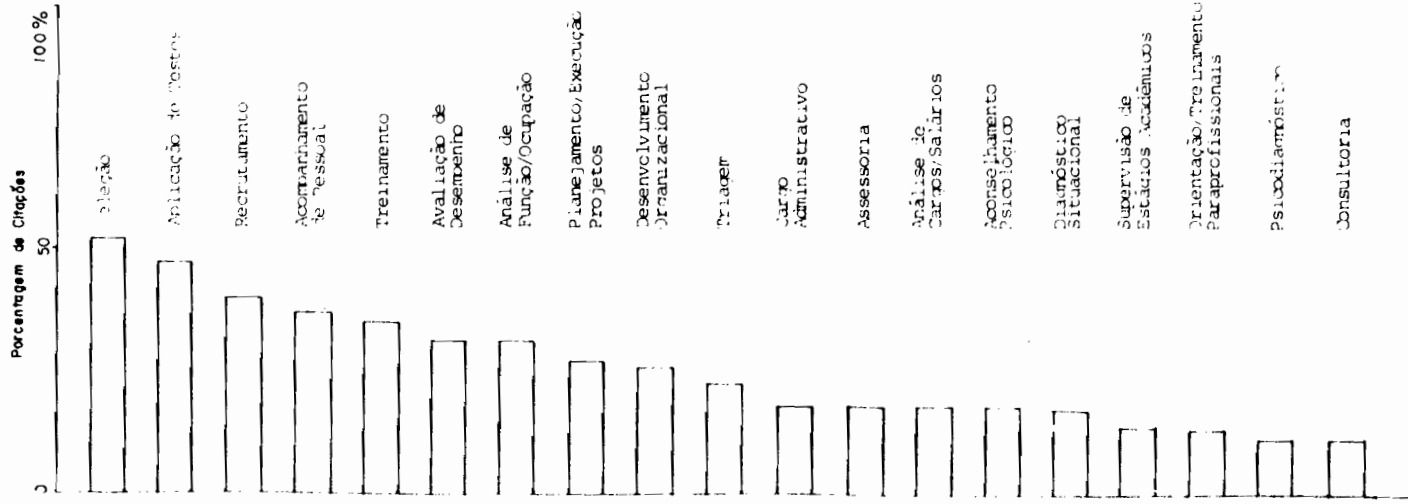
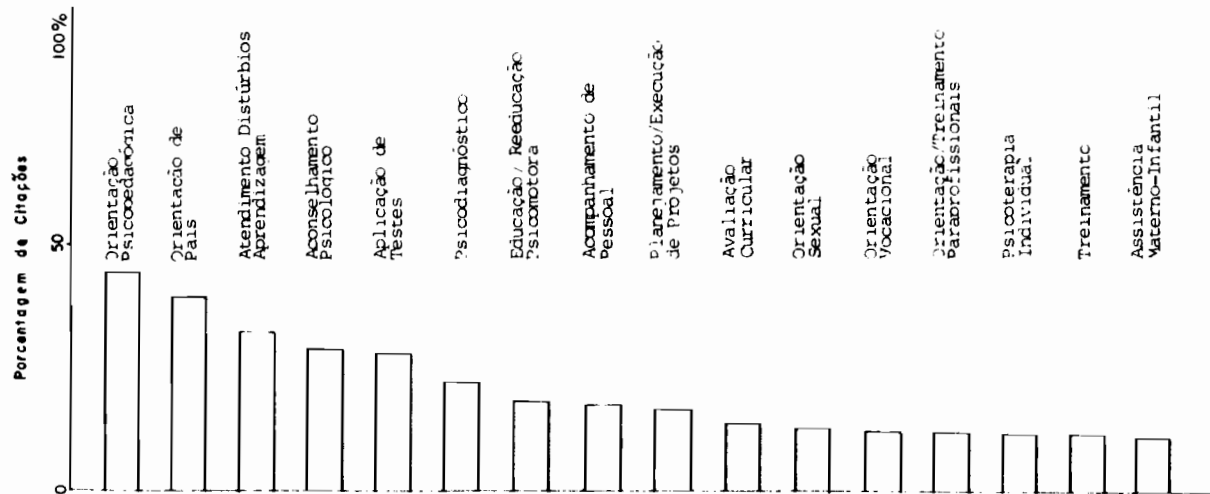


Figura 5. Hierarquização das atividades sitadas por mais de 10% dos psicólogos que só trabalham na área Escolar.



foram citadas por 10 a 15% dos psicólogos que atuam na área Clínica. Em termos de incidência, a atuação nesta área se caracteriza basicamente pela atividade Psicoterapia individual (quase 70% de menções), seguida por Psicodiagnóstico (Testes), Orientação de pais e Aconselhamento.

A Figura 4 hierarquiza as atividades citadas por psicólogos que, atualmente, trabalham apenas na área Organizacional. Foram citadas, por um mínimo de 10% dos respondentes, 19 atividades diferentes. A grande maioria (16) fica na categoria de atividades tradicionais; três atividades (Planejamento e Execução de projetos, Diagnóstico situacional e Consultoria) representam as tendências "modernas", sendo que as duas primeiras ocorreram com incidência comparativamente alta (27,4% e 17,8%, respectivamente).

Em termos de incidência, a atuação na área Organizacional se caracteriza por atividades relacionadas a Recrutamento e Seleção, seguidas por atividades relacionadas a Acompanhamento de pessoal, Treinamento e Análise de função; Atividades de planejamento, Gerenciamento e outras têm incidência inferior a 30%.

A Figura 5 apresenta as atividades citadas por psicólogos que só trabalham atualmente na área Escolar. Dezesseis diferentes atividades foram citadas por pelo menos 10% dos entrevistados, sendo que duas delas pertencem ao grupo que representa tendências "modernas" (Planejamento e Execução de projetos, e Orientação sexual).

É interessante notar que, entre as dezesseis atividades citadas nesta área, 10 aparecem também entre as mais citadas pelos profissionais da área Clínica (inclusive Psicoterapia individual), e quatro entre as mais citadas pelos profissionais da área Organizacional; apenas duas atividades, portanto, apareceram como exclusivas da área Escolar (Avaliação curricular, e Assistência materno-infantil, ambas com frequência inferior a 15%). Embora, em si mesmo, este fato não seja surpreendente, uma vez que, evidentemente, o psicólogo pode desenvolver atividades semelhantes em diferentes situações de atuação, a natureza das atividades citadas sugere que, como já apontava Mello, em 1970, a atuação do psicólogo na área Escolar continua se caracterizando basicamente por um modelo clínico, e ainda não adquiriu uma identidade ou definição própria.

A trajetória na carreira, por área

Dispondo de uma caracterização da atuação por área, podemos retomar alguns pontos levantados na caracterização geral, buscando indicadores sobre a trajetória da atuação na carreira individual dos psicólogos (primeiro trabalho *versus* trabalho atual). Embora estas indicações sejam

aproximativas, uma vez que os dados disponíveis para a comparação entre primeiro trabalho e trabalho atual não estão discriminados por área, algumas sugestões interessantes podem ser levantadas.

Esta análise utilizou o seguinte raciocínio: entre as atividades que caracterizam a atuação em cada área, algumas foram mais frequentemente referidas em relação ao trabalho atual, enquanto outras diminuíram de frequência do primeiro trabalho para o atual; a natureza das atividades que aumentam ou diminuem de frequência pode dar pistas sobre a direção em que a atuação dos psicólogos tende a se modificar no decorrer da carreira.

Nas três áreas consideradas, há um número maior de atividades que diminuem de frequência do que de atividades cuja frequência aumenta do primeiro trabalho para o atual; ou seja, nas três áreas há tendência para a redução na diversificação de atividades.

Tomando-se as atividades que caracterizam a atuação clínica, segundo a análise do item anterior, encontramos, comparando as respostas relativas ao primeiro trabalho e trabalho atual, aumento de incidência, ainda que pequeno, em sete atividades: Psicoterapia individual, Psicoterapia de casal, Orientação sexual, Supervisão extra-acadêmica, e ainda Psicoterapia de grupo, Psicoterapia da família, e Assistência a pacientes clínicos e cirúrgicos; as demais atividades diminuem de frequência em graus variáveis.

Estes dados sugerem que a carreira na área Clínica se caracteriza pela redução, ao longo do tempo, de atuação voltada para diagnóstico (Aplicação de testes, Psicodiagnóstico), compensada pela tendência à concentração e especialização em termos de atuação terapêutica; além disso, também tendem a se reduzir algumas atividades que podem ser consideradas limítrofes com a área Escolar (Atendimento a distúrbios de aprendizagem, Orientação vocacional e psicopedagógica, Reeducação psicomotora), o que sugere que os objetivos terapêuticos também se tornam mais específicos. Finalmente, cresce a incidência de atividades de supervisão.

Na área Organizacional, a evolução da carreira, segundo estes critérios, se apresenta de forma bem diferente: do primeiro trabalho para o trabalho atual, cai a frequência de atividades propriamente técnicas (Recrutamento, Seleção, Aplicação de testes, Acompanhamento de pessoal, Análise de função, Treinamento, etc.), e aumenta a incidência de atividades administrativas, de planejamento, consultoria, assessoria e supervisão (neste caso, de estágios acadêmicos). Esta evolução possivelmente reflete uma característica da carreira em empresas, independentemente da especialização profissional: da atuação técnica para a atuação em chefias de diversos níveis.

Na área Escolar, esta análise é prejudicada pelo fato de haver poucas atividades específicas da área; os aumentos de frequência observados ocorreram separadamente.

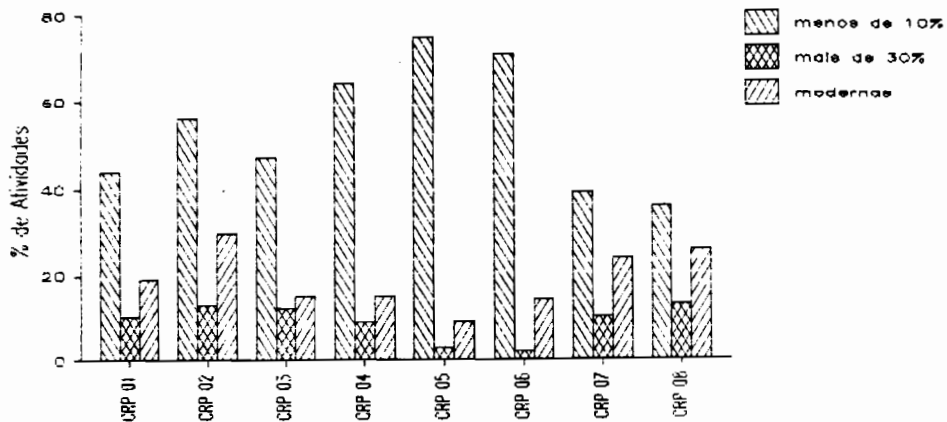


Figura 6. Porcentagem de atividades citadas e incidência de situações por região (dados relativos à trabalho atual).

Diferenças regionais

Haverá variações importantes no quadro descrito até agora quando se considera a distribuição de respostas separadamente para cada região do Brasil? Nesta análise, foram considerados três aspectos: a incidência de menções às atividades, a proporção de atividades "modernas" entre as atividades citadas por mais de 10% dos entrevistados, e a natureza das atividades citadas por mais de 30%.

A Figura 6 sintetiza os resultados relativos a estes três aspectos. Com relação ao número de atividades mencionadas por menos de 10% dos psicólogos e por mais de 30% deles, podem ser identificados alguns padrões, que correspondem a graus crescentes de diversificação de atividades. As regiões 5 e 6 apresentam os histogramas mais altos, correspondendo a uma menor diversificação das atividades mencionadas (grande número de atividades citadas por uma pequena porcentagem de respondentes, e vice-versa). As regiões 2 e 3 apresentam, um grau um pouco maior de diversificação: esta tendência se accentua nas regiões 4 e 1, e se apresenta de forma mais marcante nas regiões 7 e 8, nas quais é mais equilibrada a proporção de atividades citadas com os vários níveis de freqüência.

A proporção de atividades "modernas" é menos diferenciada entre as regiões: com exceção da região 5, que apresenta uma proporção um pouco inferior, e das regiões 7 e 8, que apresentam uma proporção mais alta, as demais regiões mostram resultados semelhantes neste aspecto.

Nove diferentes atividades foram citadas por mais de 30% dos entrevistados em cada região; a variação qualitativa é portanto pequena. Psicoterapia individual é a mais citada por este critério, ocorrendo nas oito regiões com freqüência superior a 30%; Aplicação de testes e Aconselhamento psicológico vêm em segundo lugar, ocorrendo em seis regiões com essa freqüência (excluem-se as regiões 5 e 6). Psicodiagnóstico aparece em mais de 30% das respostas das regiões 3, 4, 7 e 8; Orientação de pais, nas regiões 2, 7 e 8; Seleção, nas regiões 1 e 3; Acompanhamento de pessoal, nas regiões 2 e 3; Orientação vocacional e Atendimento a crianças com distúrbios de aprendizagem ocorrem em mais de 30% das respostas em apenas uma região (regiões 1, e 8, respectivamente).

Essas diferenças regionais — basicamente quantitativas, como se verificou pela análise anterior — podem estar relacionadas com diversos fatores, entre os quais parecem mais sugestivos: a) as diferenças relativas à distribuição dos profissionais em termos de áreas de atuação (cf. cap. 10); b) as diferenças relativas à orientação teórico-metodológica predominante (cf. cap. 13); e c) diferenças relacionadas com a história e desenvolvimento da profissão em cada região: por exemplo, as regiões 5 e 6, que se carac-

Tabela 1

Síntese da descrição da atuação do psicólogo na classificação brasileira de ocupações (Ministério do Trabalho, 1977).

Nº de frases com referência a:	Geral	Trab.	Educac.	Clínico	Outros	Total
Pesquisa/Estudo	2		2		3	7
Aplicação de Técnicas de Avaliação: Testes	5	1	1			7
Outras	3	2	1			6
Orientação/Recrutamento/Seleção/Treinamento	3	2				5
Avaliação de Desempenho		2				2
Anal. Função/Ocupação	1	2				3
Orientação Profissional	1		1			2
Planejamento de Currículos/Técnicas de Ensino	1		2			3
Reeducação de Desajustamentos			2			2
Promoção do Desenvolvimento		1				1
Diagnóstico de Distúrbios	4	1	1	2		8
Terapia/Correção de Distúrbios	3			2		5
Atuação em Propaganda	1					1
Adaptação Ferramentas/Máquinas		1				1
Prevenção de Acidentes					1	1
Reabilitação Acidentados					1	1

lcrizaram, na descrição acima, por uma atuação menos diversificada, são aquelas em que a profissão é mais antiga; provavelmente, isso resulta em uma maior representação, na amostra, de psicólogos formados há mais tempo, o que tende a se relacionar com atuação menos diversificada como foi visto acima. Por outro lado, é interessante notar que a região 6, que é a mais representada na amostra em números absolutos, devido à maior concentração de profissionais, embora quantitativamente apresente atuação pouco diversificada, não se diferencia das demais regiões nos aspectos qualitativos.

Convém apontar, ainda, que as regiões 2 e 5 apresentaram uma incidência significativamente mais alta do que as demais regiões de respostas "Outras atividades", o que pode estar representando uma modalidade de diversificação que não é possível analisar mais detalhadamente com os dados aqui disponíveis.

O conceito "legal" de atuação psicológica e o quadro descrito

A CBO (Classificação Brasileira de Ocupações, Ministério do Trabalho, 1977) alista uma série de atribuições do psicólogo, agrupadas em cinco

tópicos: Psicólogos em geral, Psicólogo do trabalho, Psicólogo educacional, Psicólogo clínico, e Outros psicólogos. Numa tentativa de sintetizar essa descrição, foi feita uma categorização dos conteúdos referidos e foi tabulado o número de frases que fazem referência a cada um deles. Esse procedimento, evidentemente, é bastante simplificado, e visou apenas possibilitar uma comparação, nos aspectos mais gerais, entre o conceito "legal" de atuação psicológica e a atuação retratada nos itens anteriores.

Das 27 frases que compõem a descrição das atribuições do psicólogo na CBO, 13 fazem referência à *aplicação de testes ou outras técnicas de avaliação*, sendo que sete delas usam especificamente a palavra "testes"; oito frases se referem a *diagnóstico* de vários tipos de distúrbios e desajustamentos; sete se referem a *estudos e pesquisa*; cinco a *terapia, tratamento ou correção de distúrbios*, e cinco a *orientação, recrutamento, seleção e treinamento* na situação de trabalho. Os demais conteúdos são menos referidos (Tabela 1).

A definição do psicólogo "em geral" enfatiza duas modalidades de atuação: elaboração e aplicação de técnicas de avaliação, e diagnóstico de distúrbios; em seguida, são enfatizados alguns itens relativos à área de trabalho (orientação, recrutamento, seleção e treinamento), e a terapia.

Na descrição das ocupações específicas as várias "modalidades" de psicólogos, há alguns pontos interessantes. A descrição da atuação na área Clínica é a mais enxuta: as referências se limitam a diagnóstico e terapia; é interessante notar que neste caso há ênfase em técnicas de tratamento, e não de avaliação. Na área de trabalho, as referências se distribuem em quatro tópicos: além de avaliação, e de orientação/recrutamento /seleção /treinamento (citados em conjunto), surgem as tarefas de avaliação de desempenho e análise ocupacional; marginalmente, são referidas tarefas de diagnóstico e de adaptação de ferramentas/máquinas. Finalmente, a área Educacional é descrita de forma mais diluída: das áreas aplicadas, é a única em que há referência a estudo/pesquisa de forma explícita; as tarefas específicas são orientação profissional, estudo e planejamento de currículo e técnicas de ensino, psicodiagnóstico e "reeducação" em casos de desajustamento, e promoção do desenvolvimento.

As três referências a estudo/pesquisa na categoria "Outros psicólogos" parecem corresponder mais propriamente à atuação em Pesquisa Científica, tal como foi listada no questionário desta pesquisa; estas referências são a "formulação de hipóteses e sua comprovação experimental", "Estudo da personalidade como expressão da inter-reação do indivíduo e seu meio social e cultural", e "pesquisa, análise e comprovação de fenômenos sobrenaturais provavelmente procedentes de faculdades humanas".

Outras referências periféricas ocorreram em relação à atuação em propaganda, prevenção de acidentes, e reabilitação de acidentados.

Comparando-se esta descrição da atuação psicológica à que foi retratada pelos dados desta pesquisa, pode-se dizer que o conceito "legal" de atuação psicológica é, qualitativamente, mais restrito do que o que se verifica na prática, embora, do ponto de vista quantitativo, a atuação dos psicólogos se caracterize basicamente pelas mesmas e poucas modalidades enfatizadas na CBO — as modalidades mais tradicionais ou clássicas de atuação.

Atuação psicológica: uma reflexão final

Convém salientar, neste momento, algumas das limitações principais desta análise. Em primeiro lugar, esta descrição se baseou em uma faceta particular da questão da atuação profissional: a das atividades citadas pelos entrevistados. Outros aspectos dessa questão são considerados em outros capítulos deste livro. Além disso, a descrição de atividades foi limitada à listagem prévia oferecida aos entrevistados, uma vez que os 10% de referência a Outras atividades não foram categorizados. Essa listagem, como não poderia deixar de ser, reflete, ela própria, um conceito estabelecido que pode ser considerado mais ou menos abrangente, segundo vários critérios — do que constitui ou pode constituir a atuação do psicólogo sob o ponto de vista de atividades desenvolvidas.

Não dispomos, também, de dados sobre a importância relativa das várias atividades mencionadas dentro do contexto de atuação de cada psicólogo, o que permitiria uma análise mais qualitativa dessa atuação.

Essas limitações, decorrentes da metodologia e dos objetivos da pesquisa — que perseguiram, basicamente, uma caracterização quantitativa da situação da profissão — não impedem uma reflexão sobre os dados disponíveis e o que eles indicam.

Em última instância, o quadro descrito neste capítulo não introduz novidades marcantes ao que vem sendo sugerido por outros estudos ao longo de 25 anos de existência legal da profissão em nosso meio. A caracterização da atuação profissional em termos de atividades desenvolvidas — cuja conceituação em alguns casos enfatiza os objetivos da atividade, em outros a técnica utilizada, ou ainda a natureza da tarefa ou a situação em que é desempenhada — revela que a diversificação de atividades se apresenta restrita do ponto de vista quantitativo; provavelmente — mas não necessariamente — isto implica que a diversidade de situações, de contextos, de questões com que o psicólogo está lidando também é restrita. Esta implicação pode ser em parte verificada analisando-se outros dados disponíveis na pesquisa, por exemplo sobre condições de trabalho e locais de atuação.

De qualquer forma, é necessário deixar clara a natureza da relação de implicação sugerida acima. O que define uma atuação abrangente não é, necessariamente, a utilização de uma grande diversidade de técnicas ou o desempenho de uma grande diversidade de atividades; pode-se imaginar uma profissão que se caracterize pelo emprego de apenas uma ou poucas técnicas e atividades, mas cuja atuação seja abrangente do ponto de vista de alcançar uma parcela relevante da população, ou de situações em que é potencialmente útil. Nesse sentido, o que define uma *atuação abrangente* é o quanto essa atuação reflete o *potencial de utilidade e de contribuição da profissão à sociedade*. Se supusermos que a lista de atividades apresentada descreve, pelo menos parcialmente, a contribuição potencial da Psicologia à sociedade, a limitação dessa atuação, caracterizada pelo pequeno número de atividades desenvolvidas por uma proporção expressiva dos psicólogos, significa que a profissão está longe de apresentar uma atuação abrangente. Por outro lado, é preciso reconhecer que há sinais, embora ainda numericamente inexpressivos, de uma tendência à diversificação da atuação; se esta tendência representará um avanço efetivo da profissão, e um ganho para a sociedade, depende de muitos fatores que estão fora do âmbito desta análise, inclusive, e talvez principalmente, da *qualidade* da atuação — um aspecto que não podemos nos permitir esquecer em nossas reflexões e preocupações com a expansão da profissão.

CAPTULO 13

PSICOLOGIA: DIALÉTICA DA FRAGMENTAÇÃO

Carlos Roberto Drawin *

A pesquisa encomendada e agora publicada pelo Conselho Federal de Psicologia confirma o já sabido na observação do senso comum: o amplo domínio da clínica em relação às outras áreas de atuação profissional e, nela, a clara hegemonia da orientação psicanalítica. As diferentes opções teóricas podem, aparentemente, ser incluídas nos grandes "approaches" clássicos da Psicologia, sem maiores cuidados: as vertentes "Behaviorista", "Existencial-humanística" e "Psicanalítica". Entretanto, a variedade das autodenominações - da Terapia Reichiana à Transpessoal, da Biodança à Teoria Sistêmica - parece confirmar uma velha suspeita: o universo "Psi", universo em eufórica expansão, fragmentou-se irremediavelmente. Não é tanto a diversidade das autodefinições decorrentes de um quesito não diretivo do questionário de pesquisas, que assinala a fragmentação, mas o indício, alusivamente presente nos resultados e na própria estruturação do questionário, de que a heterogeneidade habita até mesmo as orientações teórico-metodológicas convergentes. A identidade meramente formal dos rótulos esconde uma verdadeira polissemia. Assim, a compreensão do que seja Psicanálise ou Fenomenologia-existencial dilui-se na pluralidade irremissível das vivências e das práticas. Esta constatação que se reitera, alimentando a indiferença irônica do profissional ou a arrogância do filósofo, não deve, no entanto, consagrar a perplexidade em detrimento da reflexão. Ao contrário,

* Professor do Departamento de Filosofia da UFMG, psicólogo.

nos desperta do "sono dogmático" para a realidade aporética da Psicologia, que nos obriga a repor a interrogação acerca de sua "essência" ou, se quisermos um termo de conotações menos carregadas, de sua unidade. Esta não é uma interrogação supérflua, pois é o preço que teremos de pagar se pretendemos inscrever a Psicologia no universo rigoroso do discurso, o que, se não garante aprioristicamente a superação dos impasses, possibilita a explicitação de seus pressupostos, que é a condição prévia para a discussão da polaridade ideológica que eles abrigam. Todavia, ao falarmos de fragmentação, percebemos, simultaneamente, que a pesquisa nos revela também certa unidade da Psicologia, a sua unidade **aparente**, aquela de que se reveste enquanto profissão. Afinal, o próprio universo pesquisado, definido pela pertinência legal a uma categoria profissional, o objetivo da pesquisa, tudo indica que esta unidade, sendo aparente, não é ilusória, porque repousa a sua efetividade no reconhecimento pelo Estado que a legítima, no lastro de sua ordenação jurídica e de sua codificação institucional. Se, por um lado, esta situação não pode nos surpreender, num país que padece de crônica atrofia da Sociedade Civil, por outro, pode nos ajudar a compreender porque a pergunta pela legitimidade teórica da Psicologia parece osciosa, diante de seu precoce reconhecimento pelo Estado e de seu ideal corporativista. Assentada em sua bem sucedida institucionalização, assegurada por sua eficácia social (até mesmo os governos têm recorrido a explicações e técnicas psicológicas), a Psicologia poderia desfrutar de seu êxito, se não brotasse, do coração mesmo de seu sucesso profissional, algumas inquietações dolorosas. Emergem como crises que atingem o cotidiano do psicólogo e que não podem ser debeladas com as armas da regulamentação jurídica e do "lobby" corporativista: a crise ética e a crise de mercado. Ambas se articulam numa mesma problemática. Os "Códigos de Ética" podem ser refeitos e adequados a novos contextos sociais, a um novo perfil do profissional, a novas expectativas da comunidade. Mas, o seu princípio fundamental, a garantir deveres e prerrogativas, é o da competência específica de um determinado grupo da sociedade, competência indissociável da segurança proporcionada pela ciência(1). Ora, se a Psicologia ainda não alcançou o estatuto de uma ciência normal, caracterizada pela aceitação de um único paradigma por parte da comunidade científica, como demarcar, com aproximada precisão, ético e não ético?(2) Em conseqüência, passando ao largo das questões substantivamente éticas, o "Código" passa a funcionar como um bom instrumento para resolver questões formais e justificar a existência e autoridade dos "Conselhos Profissionais". Nestas circunstâncias a anomia parece instalar-se, e o faz na forma visível de uma crise de mercado. Pois, se a eficácia da prática psicológica pode ser inteiramente relegada à esfera da experiência empírica vulgar, não decorrendo da aplicação metódica de um saber teórica-

mente fundado, deve, então, igualar-se a outras propostas e procedimentos alternativos: simpatias, rituais esotéricos, curas espirituais etc. E por que não? Isto não deve nos surpreender, porque tem efetivamente ocorrido. Muitos psicólogos, perdidos em sua identidade, mergulham nesta espécie de sincretismo, em que o elemento teórico, qualquer que seja a sua procedência, arrancado de sua tessitura lógico-conceptual, se reinsere como uma "teologia selvagem" numa "Weltanschauung" mágico-religiosa. Neste caso, os privilégios da Psicologia deveriam ser atribuídos, exclusivamente, à força de seus interesses corporativistas. Não há, portanto, como escamotear o mal-estar. Se, nas palavras de Canguilhem, a pergunta "O que é Psicologia?" é mais perturbadora para o psicólogo do que a pergunta "O que é Filosofia?" o que é para o filósofo, é porque aquele não possui a virtude autofágica deste, e pretendendo-se "um profissional entre outros" é obrigado a confrontar-se com a interrogação de sua identidade no próprio movimento de sua autoafirmação (3.). O que importa assinalar é que este mal-estar não aponta para a fragilidade das "profissões psi" mas, paradoxalmente, para sua vitalidade no contexto de uma "cultura da Psicanálise", de uma sociedade extensamente psicologizada (4). Porque, ainda que relativizemos, mesmo no âmbito das classes médias urbanas, a extensão e intensidade do processo de psicologização (5), não deixa de ser impressionante a facilidade com que as Psicologias se difundem. Como bem observou Figueira, elas são consideradas de antemão como intrinsecamente "boas, competentes e libertárias (6)". O impacto deste "efeito ideológico" é tão grande, que a formação universitária parece supérflua e começa a ser questionada não em suas deficiências, o que seria louvável, mas em seu próprio sentido. Por que ler Piaget ou esforçar-se em penetrar em árduos debates teóricos? Tudo isto não seria inútil, se a "verdade" da clínica encontra-se alhures? Não estaria, talvez, nos desvãos de uma experiência insondável? Nos interstícios de uma transmissão que, escapando aos parâmetros da racionalidade, instaurasse a cumprimento no lugar da comunicação dialógica? Entretanto, a liberação de qualquer autofundamentação racional leva à uma situação ambígua, porque, escoradas na evidência apriorística de sua justificação social, as Psicologias arriscam-se a se dissolverem na equivalência geral do mercado, na panacéia universal. É aí, na esperança de exorcizar esta ameaça, que intervem o "dispositivo psicanalítico", a trama da transferência, envolvendo em seu jogo sutil de poder toda pretensão-dita veiledade-de um discurso crítico. Não poderíamos incluir neste processo a incrivelmente bem sucedida versão tropical do "fetiche Lacan"? Afinal, até mesmo na Paris do pós-Maio de 1968, o lacanismo tornou-se, a despeito da própria produção teórica da Lacan, estandarte de um projeto libertário radical de retorno ao imaginário e rejeição do simbólico, e, ao mesmo tempo, eficiente veículo para a assimilação, para

a integração da Psicanálise na cultura popular. Até a televisão acolhe a arrogância sedutora do "maitre penseur(7)". Abaixo do Equador, Lacan converte-se, para as novas massas universitárias ansiosas por sua identidade e por um lugar no mercado, em "rito de passagem", simultaneamente, para o prestígio da Psicanálise e para o rigor da ciência. O seu fundamentalismo psicanalítico desobriga o candidato da antiga e onerosa mediação institucional, provendo-o de uma nova certeza: a infalibilidade da revelação, da palavra freudiana(8). A sacralização do texto dá acesso a um simulacro de ciência que, por um artifício mimétrico, resume-se a uma exegese iniludível, a uma interpretação submissa à autoridade incontestada da letra. Operada a sacralização, agora é toda a realidade que se transforma em texto, a consciência social perde-se em sua relativa autonomia para sucumbir diante do imperativo dogmático de Derrida: "Não há nada fora do texto, nada antes do texto, nenhum pretexto que já não seja texto(9)". Minimizada a polaridade entre significado e significante, rompida a reciprocidade dinâmica entre sincronia e diacronia, segue-se inexoravelmente à hipertrofia da "langue" a negação do sujeito, a absolutização da estrutura. Contrapondo-se a uma concepção naturalista e diáfana da consciência, ergue-se um mundo lexicalizado, diante do qual o analista recém-nascido pode tranquilamente fechar a porta de seu consultório. Pode se esquecer facilmente, então, que os homens não apenas falam, mas comem e, sobretudo, trabalham, isto é, intervêm produtivamente na natureza externa, transformando-a e transformando-se(10). Pois, ainda que possa parecer estranho, a expansão desmedida da linguagem, quando dogmaticamente identificada ao texto, à sincronia de um sistema, e, sobretudo, quando convertida num paradigma redutor da realidade, implica na negação da linguagem em sua dialogicidade. Pensado formalmente, como se fosse linguagem, o mundo é negado em sua racionalidade substantiva, e concebido, ora como impenetrável opacidade, ora como uma função manipulável, oscilante entre a ilusão do sujeito e a lógica implacável do sistema econômico(11).

O que se pretendeu com essa pequena digressão não foi proceder a um exame crítico da teoria lacaniana, mas apenas ilustrar o efeito-Lacan nestes "tristes tropiques", enquanto refração da "cultura psicanalítica". Em outros termos, procuramos enfatizar as distorções que atingem uma teoria, mesmo a que se pretenda mais exigente e radical, quando se imuniza da crítica e se encasula numa certeza definida "ad limine". Se, em princípio, o mecanismo de imunização pode se reproduzir igualmente em relação a qualquer teoria, e é possível discernir a sua lógica específica quando ocorre, por exemplo, no âmbito do "Behaviorismo radical(12)", por outro lado, não se deve negligenciar a constatação de que a absoluta hegemonia da Psicanálise entre nós, que a pesquisa parece confirmar, prepara um terreno extraordinariamente fértil para a mistificação. Isto porque a indiscriminada

disseminação da Psicanálise forma um "medium" propício para o uso fácil do "argumentum ad hominem", para a minimização das objeções, para a automática desqualificação de toda discussão que intencione se aproximar do perigoso campo das pressuposições. Assim, conquistada a hegemonia, neutralizadas as minorias críticas em seguros guetos acadêmicos, glorificada nos "Mass Media", a Psicanálise pode gozar as suas querelas e resguardar-se sobranceiramente em sua "pax epistemológica". É importante deixar claro que nossas considerações, feitas a partir dos resultados da pesquisa, não visam colocar no banco dos réus a Psicanálise, como se toda abordagem bem sucedida devesse pagar o seu preço ao ressentimento. Mesmo porque, na ausência de uma sólida tradição universitária, os modismos são passageiros e frágeis as hegemonias intelectuais. Queremos apenas indicar que, diante da irretorquível fragmentação da Psicologia, a pergunta pela sua unidade não é fruto do ócio filosófico, mas se nutre de sua própria vitalidade, de seu êxito social. Além disso, como nos mostra o caso da Psicanálise, estão intimamente entretecidas, no destino da Psicologia, a teoria e a prática, sua ambição científica e sua imagem pública e, portanto, não se pode evitar a politização da reflexão epistemológica. Há sempre, quando se fala de politização, o risco da derivação para o panfletarismo, para o mecanismo de exclusão de determinada abordagem em nome de uma opção ideológica alheia a sua análise crítica interna. É o tipo de procedimento, comodamente referido ao materialismo, que rejeita o regime de relativa autonomia do saber, para, em seguida, atrelá-lo à lógica binária e banalizante da luta de classes. A politização da reflexão epistemológica impõe-se, porque a Psicologia, nascida das demandas de racionalização da tecnoburocracia emergente, se viu, desde o início, enredada pela urgência da aplicação técnica. A sua elaboração enquanto ciência se deu paralelamente à sua crescente presença na sociedade, por isso a sua existência se revela também como "forma cultural", como poder de moldagem da vida individual e coletiva. A Psicologia é, por sua mera presença, doadora de sentido, formadora de mentalidade, difusora de novas imagens do Homem(13). Mas o entrecruzamento da crítica ideológica e da investigação epistemológica só é fecundo se respeitar o registro específico da Psicologia, sem violentá-la em sua intenção de cientificidade ou considerá-la um epifenômeno superestrutural. Onde, no entanto, encontrar essa especificidade, se já havíamos, anteriormente, concluído pelo caráter irremissivelmente fragmentário deste saber, que só se reconhece em sua unidade pelo artifício da profissionalização? Como arrancar de nossa cabeça, como um "deus ex machina", a verdadeira essência da Psicologia, quando ela se apresenta sempre dilacerada em sua dispersividade(14)?

Toda indagação desenvolvida até aqui remete a um conjunto de pressupostos que é preciso explicitar para que possa ser submetido à crítica. É o que passamos a fazer a seguir. Acreditamos que não se pode estabelecer previamente a especificidade da Psicologia, para, então, examinar as suas

implicações político-ideológicas. Ao contrário, é a natureza irreduzivelmente plural da Psicologia que nos acena com um elemento constitutivo de sua possível especificidade: a sua dimensão ético-política atravessa a sua estrutura conceitual, a sua dimensão axiológica se inscreve no ato mesmo de sua teorização. Trata-se de um saber que se caracteriza justamente por sua proximidade, por sua solidariedade imediata de uma prática, um saber que nos implica perturbadoramente. Sendo o lugar de intercessão de diversas disciplinas do campo das Ciências Humanas, a Psicologia manifesta, na sua fragmentação, a exigência antropológica de uma **unidade concreta**, e, conseqüentemente o seu grau de abstração possível é sempre problemático. O que queremos aclarar é que uma disciplina como a Lingüística, rigorosamente determinável em seu objeto, demarca-se, em seus conceitos e métodos, mediante um corte formal que separa os seus fenômenos de seu contexto de complexidade. Constrói-se, assim, um modelo dotado de alto grau de abstração. A história da Psicologia parece mostrar que a mesma tentativa, reiteradamente buscada por cientistas de grande valor, não deu os frutos desejados. Não obteve a esperada normalização de seu campo de investigação, apenas acirrou disputas e consolidou fronteiras entre escolas que se anatematizavam furiosamente. Situação que ensejou o ferino diagnóstico de Politzer: "Os psicólogos são tão científicos quanto os selvagens são cristãos(15)".

Isto não advém do fato de tratar-se de uma ciência "ainda jovem", marcada por certa "imaturidade" natural. Este é um consolo fácil e falso. Pode-se, pelo contrário, dizer que, no início de seu percurso, nos seus tempos heróicos, a Psicologia parecia mais capaz de, embalada pela utopia metodológica do positivismo, construir um único modelo abstrato.

O seu é um itinerário de sucessivas desilusões a respeito desta ingenuidade inicial, e aqui não nos parece supérfluo evocar novamente Politzer, nas célebres palavras escritas, há quase sessenta anos, na introdução de seu pequeno e memorável livro: "A história da Psicologia nos últimos cinquenta anos não é, portanto, como tantas vezes se afirma nos manuais de Psicologia, a história de uma organização, mas sim de uma dissolução(16)". Dissolução esta que, poderíamos dizer, não tem feito senão se agravar após o definitivo abandono do ideal de uma ciência unitária obtida através do fórceps do fisicalismo. Reconhecer a força desta avaliação de Politzer não implica em endossar a sua proposta de uma Psicologia concreta, que aborde o Homem como drama, captado na trama das relações sociais de produção. A crítica de Althusser a Politzer é pertinente: o concreto não pode ser tema de conhecimento; o objeto, sendo construído, é sempre estranho ao concreto dado na percepção; o conhecimento só existe na "abstração dos conceitos". Crítica esta respaldada em uma das mais sólidas conclusões da epistemologia contemporânea: o caráter construtivo do conhecimento científico(17).

A reivindicação da concretude da Psicologia pode ser menos ainda confundida com a exaltação da "vivência interior" ou com qualquer

qualidade inefável de uma subjetividade indevassável à perquirição teórica. Vincular a Psicologia à exigência antropológica de uma unidade concreta não visa prendê-la com os grilhões de uma imediatidade incognoscível, mas significa afirmar o movimento de auto-implicação que transfixa todo processo de articulação teórica da subjetividade. Ou seja, não há como lançar ao sujeito que teorizamos, não importa a orientação de nossa abordagem, um "olhar distanciado". Só se pode tematizar a subjetividade no horizonte de auto-reconhecimento. Para que a teoria avance, é necessário renunciar à vivência espontânea da consciência, romper com o imediato da particularidade, enfrentar o lento esforço de depuração do senso comum. Mas a ciência distancia-se do real apenas para melhor penetrá-lo, evitando os enganos da sensibilidade. Entretanto, uma Psicologia que se fixa no momento da abstração, simplesmente reifica a dicotomia entre o vivido e o pensado, levanta uma barreira intransponível entre o sujeito e o objeto. E, assim fazendo, consagra, paradoxalmente, uma dupla abstração: a de um sistema teórico desprovido de gênese histórica, e a de uma vivência isolada em sua transparência ilusória. Portanto, a universalidade vazia, enquanto forma, é apenas a contrapartida esquisofrenizada da vivência imediata, enquanto conteúdo. Esta é a figura invertida de uma sociedade que se converteu, com a racionalização e o desencantamento modernos, em "reino da abstração". Poder-se-ia dizer que, num mundo tecnoburocratizado, a abstração é que é o imediatamente concreto de nosso quotidiano(18). Assim, o reconhecimento do pré-reflexivo, do mundo da vida (Lebenswelt) que subjaz ao trabalho da razão não é um dado, mas um resultado dialético que se obtém no termo de uma auto-reflexão crítica que resgata a subjetividade de seu enclausuramento individualista. Isto só é possível porque a alienação do Homem não é um "fait accompli". A sociedade não é um bloco monolítico, nela irrompeu antagonismos e circulam alternativas que antecipam, no mais simples evento interativo, insuspeitadas perspectivas de realização. Ou seja, a "humanitas" do Homem (Menschheit), não é um fato, mas um interesse que se atualiza na linguagem e na comunicação, por mais banais que sejam. A Psicologia não pode repousar na abstração, porque não é um saber referido a um objeto parcializado, mas tematiza um sujeito que se auto-experencia historicamente e se situa num mundo que não apenas o envolve (Umwelt), mas também o constitui (Mitwelt)(19). Este sujeito apresenta-se a si mesmo como um "continuum", como o polo intencional de toda objetividade, como suporte e ponto de convergência de todos os discursos sobre o real.

Um rápido olhar para a história das Ciências Humanas pode nos mostrar como, no final do século XIX, deparamo-nos com um mesmo processo que se repete nas diversas disciplinas: o jogo de determinadas operações formais de comparação e relativização de perspectivas, de recorte e deslocamento de modelos de um campo para outro, e que permitiram a construção de seus respectivos objetos. Podemos encontrar tais procedimentos, por exemplo, nos esforços da Antropologia Cultural em superar

o etnocentrismo, ou nos artifícios dos primeiros psicólogos experimentais para obter a neutralização da introspecção. Ambas tentativas sofreram graves reveses e/ou suscitaram lastimáveis distorções(20). No caso da Psicologia, o completo fracasso desta alternativa - que visava preservar a subjetividade, circunscrevendo-a, porém, nos seguros limites da positividade - abriu diretamente o caminho para a solução behaviorista. Se julgarmos que este é o rumo que toda a Psicologia deva necessariamente seguir, então não há como negar que ela o fará pagando o preço de sua "alma", sacrificando no altar da metodologia toda possibilidade de reconhecimento entre a teoria psicológica e o sujeito que a produz, ritual de violência epistemológica que nos traz, junto da pompa metodológica, uma recorrente suspeita de sua irrelevância para a compreensão do homem. É como se o pobre conteúdo, laboriosamente obtido, não servisse senão para exaltar as qualidades do método científico e, acenando sempre com êxitos futuros, louvar as virtudes da paciência investigativa. Não é fácil conviver com esta acusação de esterilidade, esta lacuna entre a intenção grandiloquente de cientificidade e a miséria antropológica de seus resultados. Compreende-se, então, o desconforto da psicologia acadêmica diante da prática clínica e o efeito anódino da crítica teórica diante do esplendor heurístico da Psicanálise. A clínica lembra continuamente o fracasso de uma psicologia que quer se fixar no momento abstrato da teorização e reenvia para o concreto humano em sua presença multiforme(21). Considerando que a Psicologia é fundamentalmente uma prática social, e que a ciência psicológica não foi capaz de gerar uma tecnologia abrangente, não nos surpreendemos, então, com o efeito, sem dúvida, estimulante, da clínica: instaura no próprio coração da teoria uma "crise dos fundamentos", introduz no mundo asséptico da academia um antagonismo de abordagens que inviabiliza qualquer consenso de base. Em sua "consciência infeliz", cindidos entre o elevado de suas pretensões e a precariedade de seus sucessos, temendo por sua cidadania científica, os psicólogos acadêmicos parecem ter que se conformar com o destino de uma permanente e incômoda "Methodenstreit", que se atualiza em cada intervenção, que espregueira cada congresso ou publicação. Perde-se, assim, definitivamente, parece, o sonho de uma ciência unitária obtida por meio de um "tour de force" epistemológico.

Não se pode, portanto, exorcisar a fragmentação da Psicologia. Não se deve, entretanto, se conformar com ela. Abdicar do projeto de uma ciência unitária (Einheitswissenschaft), não é o mesmo que renunciar ao ideal regulativo de uma unidade da ciência (Einheit der Wissenschaft). E não poderia ser de outro modo, pois é a unidade do sujeito, que se pressupõe no decurso de sua auto-experiência, que implode toda outra unidade abstrata, conseguida artificialmente através de expedientes metodológicos. Assim, se nas Ciências da Natureza a objetividade é construída conforme as condições estruturais do sujeito epistemológico, nas Ciências Humanas ela é um momento na autoprodução histórica do sujeito, o que requer um tipo de in-

teligibilidade que inclua, além da dilucidação dos nexos causais dos fenômenos, a compreensão do significado que neles se sedimenta(22). A situação da Psicologia é ainda mais delicada, porque não se quer tomar a objetivação em si, como no caso das Ciências Sociais, mas pretende-se vinculá-la sempre à atividade do sujeito. Ou seja, o objetivado é mais um polo que ilumina "per obliquum", não uma subjetividade originária e irreduzível, mero resíduo naturalista, mas os mecanismos que regulam a própria atividade constituinte que subjaz à reciprocidade dinâmica de sujeito e objeto. A reação hermenêutica, que interdita o imperialismo metodológico da explicação (cuja expressão sectária é o fisicalismo, e que se contrapõe às exigências da compreensão), pode levar, entretanto, a um dualismo epistemológico enrijecido e estéril(23). Dualismo que consagra o abandono de toda mediação conceitual e cultua a banalidade do imediatamente vivido. Neste sentido, o simples recurso à vitalidade da clínica como antídoto para a esclerose da teoria é insuficiente, é fechar-se numa negação também abstrata, pois a clínica desprovida do fermento crítico da teoria tende a tornar-se num jogo de espelhos que reproduz indefinidamente o quotidiano da alienação(24). Na verdade, o que queremos dizer é que não há solução epistemológica para a fragmentação da Psicologia, e isto não implica em estabelecer um "modus vivendi" com a ideologia do irracionalismo e da atomização. Ao contrário, afirmamos que é preciso recorrer a uma reflexão antropológica que funde a Ciência na unidade da Razão e, esta, na unidade do Homem. Unidade que não é um fato empiricamente determinável e, sim, um ideal regulativo, ou, poderíamos dizer, um interesse, que emerge da atividade humana na enorme riqueza de sua complexidade e diferenciação. E que não decorre de uma definição dogmática da natureza humana, mas é, simultaneamente, uma condição para se pensar o Homem e um efeito de sua práxis enquanto ser de linguagem (25). Portanto, se a unidade do Homem não é um fato, também não é um ideal arbitrário, produto de uma fantasia que se pretenda normativa, pois se enraíza na sua capacidade de trabalho e de interação, atualizando-se em cada evento de comunicação. Estar interessado significa participar, "estar entre" (inter-esse). Portanto, o conceito de interesse pertence à vida prática do Homem e nos permite aclarar a conexão entre a estrutura lógica do conhecimento e sua gênese no processo de autoconstituição da espécie(26). É por esta vertente prática, que não é alheia à fundamentação racional, que se pode buscar uma legitimação não formal da unidade do conhecimento, sem negar a pluralidade de intenções que o atravessa. Quando passamos do domínio da natureza para o domínio do humano, confrontamo-nos com a impossibilidade de enfeixar essa pluralidade de intenções num único modelo teórico: o aparato transcendental do conhecimento revela-se em sua historicidade. Ao assumirmos o estatuto ontológico do valor e a ilegitimidade de uma taxativa disjunção de ser e dever-ser, inviabilizamos a possibilidade de uma clara distinção entre valorização científica e extracientífica, recusamos a idealização de uma ciência

neutra (wertfrei) e, conseqüentemente, a força persuasiva da contrastação decresce consideravelmente. Isto significa que não se pode recorrer a um procedimento estritamente científico para dirimir divergências de base. Cairíamos na argumentação viciosa da petição de princípio, pois tais divergências fazem com que a mais simples proposição protocolar suscite interpretações diametralmente conflitantes(27). Com isso não se consuma um impasse insuperável, mas a única saída é afrontar a situação antinômica do conhecimento sobre o Homem, ou seja, não nos resta outro caminho que o da paciente explicitação das divergências, submetendo cada abordagem ao exame de seu fundamento filosófico, à análise de seus métodos e de sua semântica teórica, à aberta discussão de suas implicações ético-políticas. Embora seja este um trabalho lento e, mesmo, penoso, porquanto impede-nos de refugiarmo-nos em nossas convicções, não é um esforço inútil, pois é a problematização, e não a coleta de fatos ou o acúmulo de observações, que é o verdadeiro ponto de partida do conhecimento. Encobrir divergências é obstruir a problematização e furtar-se à crítica(28).

¶ Ora, a Psicologia não pode desvencilhar-se da subjetividade concreta, do caráter auto-referente de sua teorização. O sucesso da clínica e, em particular, da Psicanálise, parecem demonstrar a inabilidade da crítica acadêmica, uma vez que a sua vitalidade reside exatamente naquilo que é aparentemente o mais anticientífico: o seu caráter esotérico e a sua infinita plasticidade conceitual. Ora, na medida em que a Psicologia se pretende uma ciência, e é o que ela efetivamente reivindica quando se organiza como profissão, não há como refugiar-se na fugacidade da vivência, na cega adesão às certezas da evidência. Não há como rejeitar o elevar-se ao plano do conceito, isto é, àquele em viagem as regras da discussão racional.

Como vimos, a Psicologia caracteriza-se por uma "objetividade" sempre precária, por um nível de abstração sempre problemático, pela permanente oscilação e deslizamento entre sujeito e objeto. Por isso, para que a Psicologia possa enfrentar o desafio da problematização, ou seja, para que os pressupostos e conseqüências de suas diferentes abordagens sejam explicitados, julgamos conveniente recorrer a uma elucidação fenomenológica prévia, capaz de iluminar diversos aspectos da articulação entre o discurso e a experiência. Supomos aqui que não haja um corte e, muito menos, uma oposição entre estes dois termos: o Logos, o trabalho da razão, é uma parte privilegiada da experiência, é aquela dimensão de tematização reflexiva da experiência em toda sua amplitude e nuance. O discurso, compreendido aqui como logos ou discurso epistêmico, é o aprofundamento da experiência, que a enriquece de uma expressividade antes ausente, é a palavra de uma presença que é arrancada de sua opacidade primordial. Não há oposição entre discurso e experiência, porque esta não se confunde com passividade, com mera disposição receptiva. Ao contrário, alude ao movimento de percorrer (er-fahren) extensiva e intensivamente o objeto que se apresenta à

consciência. O discurso é a plenitude deste movimento, porque é o momento de auto-expressão da relação fenômeno-consciência, é a sua transposição numa linguagem logicamente consistente, isto é, que tende para a maximização da comunicabilidade(29). Ora, quando se trata da experiência subjetiva, diferentemente da experiência das coisas, torna-se grande o risco do inexpremível, de uma incomunicabilidade que se reveste da sedução de uma apreensão direta e intuitiva do fenômeno. A esta negação do discurso, travestida, às vezes, do elogio de uma expressividade alterativa que se quer meramente gestual ou corporal, contrapõe-se complementarmente uma assepsia metodológica que garanta a exclusão da subjetividade. O enfoque fenomenológico descarta esta concepção da subjetividade como um vórtice que tudo atrai e uma noite em que tudo se dilui na indiferenciação, como uma tentação mística a ameaçar a tarefa essencialmente analítica do entendimento. Ao contrário, quer captar descritivamente os vínculos intencionais que unem consciência e fenômeno, sujeito e objeto. Trata-se de uma primeira formulação que pode nos ajudar a estabelecer os diversos níveis da expressividade da experiência subjetiva. Podemos propor, então, esquematicamente, as seguintes distinções(30):

a) Nível da pré-compreensão: é o nível da identidade imediata consciência-fenômeno que acompanha, como uma condição prévia, toda expressão possível. Na vida quotidiana a certeza é extraída desta presença imediata do objeto na consciência, que é absolutizada no seu aqui e agora. A experiência subjetiva é dada na mundanidade originária de uma consciência que volta-se para "fora" de si mesma e, assim, se descobre como existência (existere). Ainda não se pode falar de uma consciência de si, apenas de uma consciência pré-reflexiva, implícita ao seu ser-no-mundo(31). Como a linguagem habita todo o espectro da experiência humana, a subjetividade é tematizada no discurso na forma do Eu empírico. O discurso do Eu empírico é a expressão mais rudimentar da experiência subjetiva em sua particularidade, e indica, através de sua univocidade primária, gramaticamente determinada, a densidade do vivido, inesgotável em seu silêncio.

b) Nível da explicação: é o nível da cisão, conceptualmente transposta, entre consciência e fenômeno, que se traduz numa teoria científica da subjetividade. O distanciamento em relação ao vivido é fixado através da abstração e a subjetividade é tematizada no discurso na forma do Eu objeto (comportamento, psiquismo, conduta etc.).

O discurso do Eu objeto traz em si a exigência da universalidade, uma vez que o "sujeito" ou o "psiquismo" torna-se numa coisa entre outras coisas, o que impõe a interrogação acerca de sua condição e possibilidade. Como se pode elevar o conhecimento particular e contingente ao registro do universal? Não podemos encontrar uma resposta ao nível do imediatamente vivido. Abre-se, então, o horizonte da subjetividade transcendental, do Eu tético, tomado como condição de possibilidade do discurso científico.

c) Nível da auto-reflexão: é o nível da identidade mediatizada de consciência e fenômeno, em que o Eu objeto e o Eu tético são reconhecidos em seu substrato antropológico comum, que é o que funda, em última instância, a plena expressividade da experiência. A necessidade deste fundamento remete à pergunta pelo "ser da subjetividade", que é tematizada no discurso na forma do Eu ontológico. Ora, o "ser da subjetividade", enquanto fundamento de toda expressividade, pode ser definido como "abertura do ser" (Offenheit des Seins)(32). Numa formulação paradoxal: o Eu ontológico revela-se como não Eu. Pois é a realidade mesma que, apreendida em seu caráter categorial, enquanto posta, mostra-se como intersubjetivamente construída pela linguagem. O "ser da subjetividade" é concebido como abertura, porque a subjetividade, linguisticamente mediatizada, é radical e constitutivamente intersubjetiva(33). Ao reconhecermos, mediante a auto-reflexão, que não há um Eu essência que possa ser monadicamente concebido, então recaímos na experiência histórica, em sua infinita pluralidade, em seu jogo de determinação e criatividade. Definitivamente exorcizado o fantasma do solipsismo, podemos retornar ao vivido, agora reconhecido como atividade, como fundamento gerador e fonte do pensamento.

Ao mostrar a irredutível plurivocidade do Homem, a eludidação fenomenológica torna patente que a fragmentação da Psicologia não é acidental ou episódica, mas, sendo-lhe intrínseca, é por isso mesmo, inteligível. A ambigüidade de seu estatuto teórico pode ser circunscrita ao interior de um círculo antropológico. Como nos indica Coreth: "Tal círculo significa que jamais se dá um ponto de partida absoluto e livre de condicionamentos... É sempre o homem concreto, determinado em cada caso, o homem que se experimenta e se entende em seu mundo, o que pergunta pelo ser do Homem. A pré-compreensão concreta não pode de modo algum ser eliminada. Não podemos saltar por cima de nós mesmos... Somos sempre portadores de nós mesmos: de nossa situação histórica, nossa concreta experiência de nós e do mundo, de nosso horizonte compreensivo(34)".

Este a priori concreto, condicionante de toda ciência e reflexão sobre o Homem, exige, como vimos, uma intelecção mais profunda. A circularidade entre experiência e discurso, pode ser exposta em sua estruturação dialética: passamos da particularidade da pré-compreensão à universalidade da explicação e, desta, à singularidade da auto-reflexão. Absolutizar, na circularidade dialética, uma destas determinações, tomar um dos seus momentos como se fosse o único, leva a uma compreensão abstrata do Homem, que o violenta em sua historicidade, em sua dimensão de incabamento. Esta "violência da abstração" não é ingênua, porque consagra ideologicamente a reificação do Homem. Assim, quando se absolutiza o momento da pré-compreensão, a "clínica" é fetichizada em detrimento da "teoria". Cai-se no mais grosseiro empirismo, o consultório isola-se da sociedade, a terapia converte-se na reprodução microscópica do individualismo imperante. Quando se absolutiza o momento da explicação, resvala-se in-

evitavelmente para um tipo qualquer de reducionismo, não importa se behaviorista ou psicanalítico, pois este é o preço a ser pago pela universalidade abstrata da ciência. Em ambos os casos temos um exemplo alternativo e complementar de psicologismo, isto é, um modo de negar a transcendência da práxis humana.

O extremo esquematismo desta exposição não deve nos enganar a respeito das complexas inter-relações de experiência e discurso e das teorias entre si. Procuramos apenas enfatizar a necessidade de uma reflexão antropológica que não vise suprimir a fragmentação da Psicologia, mas apreendê-la em sua inteligibilidade própria, desocultando o seu sentido prático. O que pretendemos, portanto, é afirmar a legitimidade de interrogar o sentido humano das teorias. Qual o telos que a habita, na medida em que ela exprime um momento determinado no processo de autoconstituição do sujeito histórico? Quais interesses presidem uma determinada configuração cognitiva?

Esta não é uma questão "exterior" à teorização, mas liga-se indissolivelmente à análise epistemológica, desde que se compreenda que interesse e razão não são reciprocamente excludentes(35).

Talvez possamos afastar, então, da Psicologia, tanto a unidade estéril que se obtém pela imposição de critérios formais e metodológicos de legitimação teórica, quanto a tolerância autocomplacente que se conforma com a existência de "paradigmas" crescentemente divergentes e antagônicos. A investigação genealógica, que expõe as constelações de valores que se ocultam na aparente neutralidade dos discursos, e a reflexão antropológica, podem abrir insuspeitadas possibilidades para um diálogo que parece bloqueado de um ponto de vista estritamente epistemológico. Perguntar pelo sentido das diversas psicologias que se antagonizam e/ou se sucedem, é perguntar pela imagem de Homem de que são portadoras, é ressaltar que a ciência jamais se desvincula das vicissitudes da práxis. Cremos que esta não é uma proposta retórica, nem um concessão ao irracionalismo, pois, se a racionalidade é signo do humano, é porque, em seu exercício, prefiguramos a liberdade que se projeta utopicamente na história.

NOTAS

- (1) DRAWIN, Carlos R. Psicologismo: a liberdade travestida. *Síntese*, XI(28): 77-88, maio-julho 1983.
- (2) KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1975. Ver capítulos I e II.
- (3) CANGUILHEM, Georges. *Qu'est-ce que la Psychologie?* *Revue de Méthaphysique et de Morale*, nº 1, janvier-mars 1958, p. 12-25.

- (4) FIGUEIRA, SÉRVULO a. Introdução: psicologismo, psicanálise e ciências sociais na "cultura psicanalítica". In: ---- (org.) *Cultura da Psicanálise*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 7-13.
- (5) VELHO, Gilberto. A busca de coerência: coexistência e contradições entre códigos em camadas médias urbanas. In: FIGUEIRA, S.A. (org.) op. cit., p. 169-177. Veja a tese enunciada pelo autor no primeiro parágrafo de seu artigo.
- (6) FIGUEIRA, Sérvulo A. op. cit., p. 10-11.
- (7) TURKLE, Sherry. Jacques Lacan. *La irrupción del psicoanálise en Francia*. Barcelona-Buenos Aires, Paidós, 1983. Ver especialmente o capítulo VIII.
- (8) O estudo do impacto intelectual da Reforma na Europa pode nos ajudar a compreender certos desdobramentos do fundamentalismo freudiano de Lacan. Neste sentido, pode-se ler com proveito: POPKIN, Richard H. *La historia del escepticismo desde Erasmo hasta Spinoza*. México., F.C.E., 1983, p. 22-43.
- (9) DERRIDA, J. *Of grammatology*. Baltimore, 1976, p. 158. Idem. *Dissemination*. Chicago, 1981, p. 328. Apud, ANDERSON, Perry, *A crise da crise do marxismo*. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 48. Para uma crítica de certos aspectos do estruturalismo, ver também: DUFRENNE, Mikel. *Pour l'Homme*. Paris, Seuil, 1968.
- (10) HEIM, Robert. Lorenzer y/o Lacan. El sujeto entre sentido y letra. In: JENSEN, Henning (Coord.) *Teoría Crítica del sujeto*. Madrid, Siglo XXI, 1986, p. 161-199.
- (11) HORKHEIMER, Max. *Crítica de la Razón Instrumental*. Buenos Aires, Sur, 1973. Ver especialmente o capítulo I.
- (12) DRAWIN, Carlos R. Considerações sobre os pressupostos de uma experiência: contrastação epistemológica? *Psicologia, Ciência e Profissão*. N° 1, 1985, p. 22-24.
- (13) BERNARD, Michel. A Psicologia. In: CHTELET, F. (org.) *História da Filosofia: Idéias, doutrinas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. V. VII, p. 21. Ver também as observações de R. Pagés à anteriormente citada Conferência de Canguilhem. PAGÉS, Robert Quelques remarques sur "Qu'est-ce que la psychologie?" *Revue de Méthaphysique et de Morale*, n° 1, janvier-mars, 1958, p. 26-31.

- (14) GARCIA ROZA, Luiz Alfredo. Psicologia: um espaço de dispersão do saber. *Rádice*, nº 4
- (15) POLITZER, Georges. *Crítica dos fundamentos da Psicologia*. Lisboa, Presença, 1973, V. I, p. 21.
- (16) Id. *ibid.* p. 21.
- (17) ALTHUSSER, Louis. Lire "Le Capital". Paris, Maspéro, 1967. T.I, p. 48, nota 18 e T. II, p. 100, nota 26. Apud, RICHARD, Michel op. cit., p. 41-42. Onde se discute a crítica de Althusser e Politzer e a contra-argumentação de L. Sève.
- (18) A temática de um mundo que se torna abstrato e perde contato com a vida é central no pensamento do século XIX. É o que testemunha, por exemplo, as célebres passagens do "fetichismo da mercadoria" em Marx e da "Morte de Deus" em Nietzsche, cf. respectivamente, Marx, Karl *El Capital*, México. F.C.E., 1974, Livro I, Sec. I, p. 36 ss. e NIETZSCHE, Friedrich *Die frohliche Wissenschaft. Werke II*. Frankfurt, Ullstein, 1979. Livro III, parágrafo 125. A idéia de "desencantamento" do mundo dá continuidade a esta temática na Sociologia de Max Weber. Ver: FREUND, Julien. A sociologia alemã à época de Max Weber. In: BO TOMORE, Tom e NISBET, Robert. *História da análise sociológica* R.J., Zahar, 1980, p. 205-251.
- (19) CENCILLO, Luis. *Dialética del concreto humano*. Madrid, Marova, 1975.
- (20) GRÉCO, Pierre. Epistemología de la Psicología. In: PIAGET, Jean (Dir.) *Lógica y conocimiento científico*. Buenos Aires, Proteo, 1972, V. VI, p. 11-65.
- (21) CENCILLO, Luis. op. cit., p. 11-40.
- (22) RICOUER, Paul. *Herméneutique*. Louvain-la-neuve, ISP, 1971-1972. Trata-se de um curso dado por Ricouer em Louvain e que apresenta a problemática geral da hermenêutica.
- (23) FREUND, Julien. *Las teorías de las ciencias humanas*. Barcelona, Península, 1975. Ver, sobretudo, os capítulos V, VI e VII.
- (24) MARCUSE, Herbert. *One-dimensional Man*. Boston, Beacon, 1964. Consultar especialmente a primeira parte. Na mesma perspectiva e referindo-se mais especificamente à Psicologia, ver: JACOBY, Russel. *Amnésia Social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

- (25) HABERMAS, Jürgen. *Theorie und Praxis. Sozialphilosophische Studien*. Frankfurt, Surhkamp, 1982. Ver especialmente a Introdução e o capítulo VIII.
- (26) HABERMAS, Jürgen. *La reconstrucción del Materialismo Histórico*. Madrid, Taurus, 1981. Ver especialmente a introdução, p. 9-44.
- (27) ADORNO, Theodor. Sobre la lógica de las Ciencias Sociales. In: ADORNO, Th. et alii. *La disputa del positivismo en la Sociología alemana*. Barcelona, México., Grijalbo, 1973. Referinmo-nos particularmente à passagem da p. 134.
- (28) POPPER, Karl. *Lógica das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978. A quarta tese do autor resume esta posição. Ver também: ANTISERI, Dario. *Análisis Epistemológica del Marxismo y del Psicoanálisis*. Salamanca, Sígueme, 1978, p. 13-110.
- (29) VAZ, Henrique Cláudio de Lima. A experiência de Deus. In: *A experiência de Deus hoje*. Petrópolis, Vozes, 1976. Embora trate de um tema alheio ao nosso artigo, o texto de Lima Vaz apresenta, nas páginas 76-78, uma exposição brilhante e sintética acerca da noção de experiência. Ver também de DE WAELHENS, Alphonse. *La Philosophie et les expériences naturelles*. La Haye, M. Nijhoff, 1961, p. 1-40.
- (30) VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Antropologia Filosófica*. Texto mimeografado. Nossas reflexões muito devem ao supracitado texto de Lima Vaz, embora tenhamos readaptado numa outra perspectiva os seus conceitos fundamentais. Ver também: STRASSE, Stephan. *Phénomologie et Sciences de l'Homme*. Louvain, Publications Universitaires de Louvain, 1967. Ver sobretudo, a primeira parte, p. 17-74.
- (31) LUIJPEN, W. *Introdução à Fenomenologia Existencial*. São Paulo, EPU, 1973; p. 88-91.
- (32) ORTIZ-OSÉS, Andrés. Presentación. In: CORETH, Emerich, *Qué es el Hombre?* Esquema de una Antropologia Filosófica. Barcelona, Herder, 1976, p. 12.
- (33) GETHMANN, Carl F. Realidad. In: KRING, Hermann et alii. *Conceptos Fundamentales de Filosofía*. Barcelona, Herder, 1979. Tomo III, p. 240-261. Baseamo-nos mais diretamente em: APEL, Karl-Otto. La comunidad de comunicación como presupuesto transcendental de las Ciencias Sociales. In: _____. *La transformación de la Filosofía*. Madrid, Taurus, 1985, p. 209-249. Ver especialmente as teses programáticas do autor.
- (34) CORETH, Emerich. op. cit. p.40.
- (35) HABERMAS, Jürgen. *Erkenntnis und Interesse*. Frankfurt, Surhkamp, 1977. (Há tradução brasileira de José N. Heck, Zahar, 1982). Ver sobretudo, a terceira parte.

CAPÍTULO 14

A AVALIAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Jairo Eduardo Borges-Andrade *

O presente livro, em seus capítulos anteriores, abordou uma grande gama de aspectos relativos ao Psicólogo no Brasil; a história da profissão, suas características demográficas, o processo de escolha e de trajetória do indivíduo na profissão, a formação acadêmica e complementar, a pesquisa, as condições de emprego e trabalho, as características da atuação profissional e as orientações teórico-metodológicas desta atuação. A maior parte dessas informações foi obtida no contexto da pesquisa "Formação e Atuação do Psicólogo", realizada pelos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia. Neste capítulo, que é um dos últimos, serão apresentadas as opiniões sobre o exercício profissional dos próprios sujeitos daquela pesquisa, os psicólogos.

Na pesquisa, a avaliação do exercício profissional foi pedida ao final do questionário. Isto é, após o indivíduo descrever objetivamente seus dados pessoais, sua formação e seu exercício profissional, foi solicitado também a avaliar, de forma explicitamente subjetiva, tudo aquilo que descrevera anteriormente. Esta foi a lógica seguida no questionário e é assim que se pretende encerrar, neste texto, a apresentação dos dados da pesquisa.

Uma das metas do estudo e, conseqüentemente, a principal intenção deste capítulo, é a de abrir um espaço para que os próprios psicólogos avaliem

* Professor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

seu exercício profissional no que se refere a três dos possíveis eixos que podem servir de parâmetros para uma avaliação desta natureza: o do "status" atual, o das dificuldades e o dos desejos de mudança na situação atual. Estes eixos ou objetivos específicos ditaram a forma como se divide o presente texto.

Muitas condições podem alterar a opinião das pessoas sobre seu exercício profissional. Duas delas parecem ser de importância elevada, a primeira por razões políticas e a segunda por razões técnicas: a região do país e a área de atuação profissional. Assim, além de se mostrar como os psicólogos avaliam sua profissão, será também investigado como suas origens regionais e sua própria atuação podem estar relacionadas a esta avaliação. As três seções que se seguem foram estruturadas de forma a que se possa deixar claro como esses objetivos foram alcançados.

O "status" profissional

A avaliação dos psicólogos, acerca do "status" profissional, foi coletada de uma forma que pudesse ficar clara sua opinião sobre como os outros percebem sua profissão. Pediu-se aos respondentes que especificassem a intensidade de ocorrência de seis situações pré-definidas. Esta intensidade deveria ser expressa numa escala de cinco pontos: 1 = nenhuma, 2 = pouca, 3 = média, 4 = elevada e 5 = muito elevada. Além disso, os respondentes poderiam escolher não avaliar qualquer das situações, marcando "não se aplica". A opção dos avaliados para tal escolha oscilou entre 14% e 16%, nas seis situações de avaliação de "status".

A Tabela 1 apresenta a opinião dos psicólogos sobre o "status" de sua profissão, em termos de médias e desvios padrões. As situações avaliadas foram classificadas em "os recursos", "as outras profissões" e "a comunidade". Na primeira destas categorias estão as duas situações que, embora tenham relação em "status" profissional, não se referem tão estritamente a como os outros (ou a sociedade) percebem a profissão, embora sejam provavelmente decorrentes desta preocupação.

De modo geral, os psicólogos acreditam que o seu "status" varia de "pouco" até "médio" para "elevado". Nenhuma das seis situações aproxima-se de "muito elevada", nem tampouco do ponto mais baixo de "status". A melhor situação é a da importância ou relevância da profissão para a comunidade. As duas piores referem-se aos recursos disponíveis para o exercício profissional e a adequabilidade da remuneração. Em resumo, os respondentes parecem acreditar que seu papel junto à comunidade é bem mais importante do que os insumos de que dispõem para nele atuar.

A avaliação sobre o "status" varia pouco, em função das áreas de atuação profissional (ver Tabela 2). Mesmo assim, alguns casos são dignos de registro. A melhor disponibilidade de recursos para o exercício da profissão estaria avaliada entre os da área organizacional, enquanto a pior estaria entre os da comunitária. Nesta área também estariam os julgamentos das remunerações

Tabela 1

Opinião^(*) dos psicólogos do Brasil, sobre o "status" de sua profissão.

Os Recursos	Média	Desvio Padrão
Disponib. recursos p. exercício profissão	2,4	0,9
Adequabilidade da remuneração	2,1	0,8
As Outras Profissões		
Credibil. profissão junto a outros profission.	2,9	0,8
A Comunidade		
Credibil. profissão junto a comunidade	3,0	0,8
Import. ou relev. profissão p. a comunidade	3,0	1,0
Prestígio da profissão junto a comunidade	3,0	0,8

(*) Parâmetro de avaliação: "intensidade de ocorrência"

Escala de avaliação:

1 = Nenhuma

2 = Pouca

3 = Média

4 = Elevada

5 = Muito elevada

menos adequadas, juntamente com a área escolar. Tais resultados são coerentes com as evidências objetivas, que têm relacionado remuneração com área de atuação. Esses resultados provavelmente são decorrentes do fato de que na sociedade brasileira as atividades ditas "produtivas" têm prioridade sobre as eminentemente "sociais", embora o discurso oficial proclame o inverso.

As opiniões mais otimistas sobre o "status" profissional junto à comunidade, seja em termos de credibilidade, importância, relevância ou prestígio, são as dos psicólogos da área de pesquisa. Pode ser que, devido ao papel especial (mística?) que a população em geral atribue à pesquisa, os profissionais desta área tendam a generalizar que a profissão como um todo desfrute de igual nível de "status". Outra explicação, menos benevolente, é a de que tais profissionais desconheçam, em maior grau, o que se passa com a Psicologia na realidade de sua aplicação.

Existem também, quanto a "status", algumas diferenças entre as Regiões definidas pelo Conselho Federal de Psicologia, para dividir os espaços de atuação dos Conselhos Regionais. A Tabela 3 demonstra que as avaliações referentes à disponibilidade de recursos, à adequação da remuneração, à credibilidade da profissão junto a outros profissionais e à sua importância para a comunidade são piores na 5ª Região. Ao que parece, os psicólogos do Rio de Janeiro são os que geralmente têm uma opinião mais pessimista sobre o "status" de sua profissão. Os que crêem que a profissão tenha mais prestígio e credibilidade junto à comunidade, bem como remuneração mais adequada, atuam nos Estados mais ao sul do Brasil.

Tabela 2

Opinião (*) dos psicólogos de cada área de atuação profissional, sobre o "status" de sua profissão (médias).

Os Recursos	Áreas de Atuação Profissional						
	Clínica	Organiz.	Escolar	Docência	Pesquisa	Comunit.	Outras
Disponib. recursos p/ exercício profissão	2,4	2,6	2,4	2,4	2,4	2,3	2,4
Adequabilidade da remuneração	2,1	2,2	2,0	2,2	2,2	2,0	2,1
As Outras Profissões							
Credibil. profissão junto a outros profission.	2,9	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
A Comunidade							
Credibil. profissão junto à comunidade	2,9	3,0	3,1	3,0	3,2	3,1	2,9
Import. ou relev. profissão p/ a comunidade	3,6	3,6	3,6	3,7	3,9	3,8	3,6
Prestígio da profissão junto à comunidade	3,0	3,1	3,1	3,1	3,3	3,1	3,0

(*) Conforme definição feita na Tabela 1.

Tabela 3

Opinião (*) dos psicólogos de cada região (**), sobre "status" de sua profissão (médias)

	Regiões (**)							
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Os Recursos								
Disponib. recursos p/ exercício profissão	2,5	2,4	2,5	2,5	2,2	2,5	2,6	2,6
Adequabilidade da remuneração	2,1	2,0	2,2	2,2	1,8	2,1	2,3	2,2
As Outras Profissões								
Credibilid. profissão junto a outros profission.	3,0	2,8	3,1	3,0	2,7	3,0	3,1	3,0
A Comunidade								
Credibil. profissão junto à comunidade	2,8	2,9	3,2	3,0	2,9	3,0	3,1	2,9
Import. ou relev. profissão p/ a comunidade	3,8	3,8	3,7	3,6	3,4	3,6	3,8	3,5
Prestígio da profissão junto à comunidade	2,9	3,0	3,1	3,0	3,0	3,0	3,3	3,0

(*) Conforme definição feita na Tabela 1.

(**) Unidades da Federação integrantes de cada Região:

1ª = DF, GO, PA, AM, RO, AC, AP e RR; 2ª = PE, CE, PB, AL, RN, PI, MA; 3ª = BA e SE; 4ª = MG e ES; 5ª = RJ; 6ª = SP, MS e MT; 7ª = RS e SC; 8ª = PR.

Após um avaliação mais global do exercício profissional, em que se considerou o "status" da Psicologia, serão discutidas questões mais específicas, relativas a uma série de dificuldades encontradas no exercício da profissão.

Dificuldades encontradas no exercício profissional

Com a finalidade de escolher os dados de avaliação sobre as dificuldades encontradas pelos psicólogos no seu exercício profissional o questionário listou 20 situações desta natureza. Estas situações foram previamente identificadas com grupos de psicólogos e em outros estudos sobre a profissão. Os respondentes, para emitirem sua opinião sobre estas dificuldades, deveriam utilizar uma escala de intensidade de ocorrência, com cinco pontos (1 = nenhuma até 5 = muito elevada).

Considerando-se que a resposta "não se aplica" também poderia ser usada, houve entre 28% e 42% de sujeitos que não opinaram sobre essas 20 situações, embora na maioria dos casos a abstenção tenha ficado abaixo de 32%. Existem cinco situações em que mais de 36% dos respondentes se recusaram a opinar, por julgarem não se aplicarem aos seus casos. São elas: falta de clientela e de motivação para o trabalho na área, discriminação sexual e dificuldades no relacionamento com outras pessoas e para atuar em equipe interdisciplinar. Estas são, portanto, dificuldades que parecem afetar um número menor de psicólogos ou somente certos segmentos da profissão, em relação às outras 15 situações.

As situações listadas no questionário serão aqui tratadas em quatro categorias de dificuldades: "formação e experiência", "relações com os outros", "condições de trabalho" e "condições sociais, econômicas e culturais". As opiniões dos psicólogos sobre as duas primeiras categorias são apresentadas na Tabela 4a e as referentes às duas últimas na Tabela 4b.

As avaliações das dificuldades variam entre 1,7 (pouca intensidade) e 3,7 (elevada intensidade). No conjunto, as dificuldades relativas à formação e experiência e às condições sociais, econômicas e culturais são as maiores, enquanto as concernentes às relações com os outros e às condições de trabalho são as menores.

Isoladamente, as dificuldades que têm intensidade de ocorrência mais elevada são as provocadas pela política sócio-econômica do país e as relacionadas ao desconhecimento, por outros profissionais, da contribuição que o psicólogo pode oferecer. Talvez sintomaticamente, ambas refiram-se à atribuições de causas externas aos psicólogos.

São em maior número as dificuldades com pouca intensidade de ocorrência: relacionamento com outras pessoas, discriminação sexual, atuação em equipe interdisciplinar, motivação para o trabalho, problemas éticos e falta de conhecimento, pelo psicólogo, da realidade sócio-econômica. Com exceção de discriminação sexual, as demais situações podem ser consideradas típicas de atribuição de causalidade interna. Coincidentemente, quatro des-

tas dificuldades estão também entre aquelas cinco que mais respondentes julgaram não se aplicar aos seus casos particulares.

Além de ter a menor média, a avaliação sobre dificuldades no relacionamento com outras pessoas é a que tem o menor desvio padrão. Assim, esta situação parece ser, dentre as apresentadas, a que os respondentes julgam, com maior unanimidade (ou menor variância), que é menos problemática. A conjugação dessas duas características, justamente nesta situação, deixa margem para muitas conjecturas. Estará a maioria dos psicólogos bem e igualmente preparada para evitar ou resolver facilmente dificuldades dessa natureza? Ou será a condição de psicólogo um fator que dificulta igualmente, numa grande quantidade desses profissionais, o reconhecimento de que possam ter problemas de relacionamento interpessoal?

Finalmente, é preciso deixar evidenciado que as 20 situações de dificuldades listadas parecem ter coberto razoavelmente o leque desses problemas. Uma questão deixada em aberto no questionário, para que os sujeitos descrevessem outras dificuldades, foi respondida por apenas 4% destes.

A seguir, será discutido como as opiniões sobre as dificuldades encontradas podem variar, em função das áreas de atuação profissional e das regiões do país. As Tabelas 5a e 5b apresentam os dados relativos ao primeiro caso e as Tabelas 6a e 6b ao segundo caso.

São muito poucas as diferenças de opiniões acerca das dificuldades nas diversas áreas de atuação profissional. Somente quatro delas chamam um pouco a atenção do observador que analisa as Tabelas 5a e 5b. Na área comunitária estão os maiores problemas com a falta de preparo específico do psicólogo para atender demandas sociais. Provavelmente, é nessa área que este tipo de falha de formação, já identificado anteriormente neste livro, mais se torna evidente, dada a natureza essencialmente social do trabalho com comunidades.

Outras três diferenças ocorrem na área organizacional. É nela que se sente, com menor intensidade, a falta de estabilidade profissional. Isto se explica, em parte, pelo fato de que a demanda por psicólogos nesta área é bem maior que nas outras. Também se explica pela própria natureza dos vínculos de trabalho, geralmente permanentes, enquanto que nas outras áreas encontram-se os autônomos, os prestadores de serviço por tempo determinado e os voluntários.

A discriminação sexual é percebida como uma dificuldade maior na área organizacional, provavelmente porque muitas empresas ainda relutam em contratar mulheres e, quando o fazem, freqüentemente pagam salários menores ou subordinam as psicólogas a supervisores masculinos oriundos de outras profissões.

Por fim, é também nesta área que são mais intensas as críticas à omissão de entidades sindicais, associações e conselhos de psicólogos nas reivindicações da categoria. Podem ser várias as explicações para este fenômeno. De um lado, os psicólogos organizacionais, por terem uma relação em-

Tabela 4A

Opinião (*) dos psicólogos do Brasil, sobre as dificuldades encontradas no exercício da sua profissão - preparação e atuação -

Formação e Experiência	Média	Desvio Padrão
Formação acadêmica insuficiente	3,0	1,1
Falta de oportunidades de atualização profissional	2,8	1,3
Falta de vivência administrativa do psicólogo	3,1	1,2
Falta de vivência política do psicólogo	3,1	1,2
Falta de preparo espec. psicólogo p/ atender demandas sociais	3,2	1,1
Falta de conhecim., pelo psicólogo, da realidade sócio-econ.	2,3	1,1
Relações com os Outros		
Dificuldades no relacionamento com outras pessoas	1,7	0,9
Dificuldades para atuar em equipe interdisciplinar	2,1	1,1
Desconhecim. por outros profission., contrib. psic. pode oferecer	3,5	1,1
Interferência inadeq., por outros profission., no trab. tec. psic.	2,8	1,3
Competição com profissionais de outras áreas	2,7	1,2
Competição entre profissionais de Psicologia	2,9	1,3

(*) Parâmetro de avaliação: "intensidade de ocorrência"

Escala de avaliação:

1 = Nenhuma

2 = Pouca

3 = Média

4 = Elevada

5 = Muito elevada

Tabela 4B

Opinião (*) dos psicólogos do Brasil, sobre as dificuldades encontradas no exercício da sua profissão - condições de meio ambiente

Condições de Trabalho	Média	Desvio Padrão
Falta de motivação para o trabalho na área	2,1	1,2
Problemas éticos	2,3	1,2
Falta de clientela	2,8	1,3
Falta de infra-estrutura p/ desenvolvimento trabalho	2,9	1,2
Condições Sociais, Econômicas e Culturais		
Discriminação sexual	1,8	1,1
Falta de estabilidade profissional do psicólogo	3,0	1,3
Dificuld. provocadas p/ política sócio-econ. do país	3,7	1,1
Omissão de entidades sindicais, associações e conselhos profis. psic. nas reivindicações categoria	3,3	1,2

(*) Conforme definição feita na Tabela 4A

pregado-empregador mais nítida, desenvolveriam uma consciência mais vigorosa.

De outro lado, deve-se considerar que é na área organizacional que se desenvolvem, com mais clareza, os princípios capitalistas subjacentes à natureza "produtiva" do trabalho. Nas outras áreas, como escolar, comunitária, docência, pesquisa e mesmo clínica, muitas vezes dominam princípios relacionados à natureza "social" do trabalho. Assim, havendo mais possibilidade de clara e intensa exploração do trabalho do psicólogo organizacional, este sentiria mais a necessidade da proteção daquelas entidades. Estas, no entanto, ainda estariam omissas ou frágeis, dada a pouca consciência que o restante do grupo de psicólogos ainda teria de sua real necessidade. O resultado decorrente dessa situação de conflito de valores seria uma avaliação mais negativa da atuação daquelas entidades, na área organizacional.

Considerando-se o conjunto de avaliações de dificuldades, por área, é surpreendente verificar(1) que é na área escolar que aparecem menos avaliações negativas: em metade das 20 situações, as médias desta área são as mais baixas. Portanto, parece que os psicólogos escolares são os que se queixam, com menor intensidade, da maioria das dificuldades apresentadas. Este fenômeno é particularmente claro na categoria de "relações com os outros", onde todas as dificuldades têm médias menores da área escolar. Na área comunitária isto se inverte: cinco dentre as seis dificuldades relativas à "formação e experiência" são mais intensas (ou têm médias maiores).

As diferenças entre regiões, no que tange às opiniões sobre dificuldades no exercício profissional, são bem mais evidentes que as anteriores. (Ver Tabelas 6a e 6b.) Assim, a formação acadêmica seria mais insuficiente na Bahia e Sergipe. Na 2ª Região (PE, CE, PB, AL, RN, PI e MA) seriam bem menos intensas as faltas de vivência administrativa e política do psicólogo, a sua falta de preparo para atender demandas sociais e as dificuldades relativas à competição com profissionais de outras áreas. A falta de oportunidades de atualização profissional seria um problema menor no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Nestes dois Estados como no Paraná, Distrito Federal(2) e Goiás, há também críticas intensas sobre a omissão de Sindicatos, Associações e Conselhos.

Tomando-se o conjunto de avaliações de dificuldades, nota-se que é no Distrito Federal e Goiás que aparece o maior número de médias altas (11 em 20) e é na 2ª Região (PE, CE, PB, AL, RN, PI, e MA) que aparecem mais

(1) O presente autor considera este dado surpreendente, tendo em vista a precária situação de mercado de trabalho desta área e a evidente trajetória de migração (abandono) que nela ocorre e que já foram demonstradas neste livro.

(2) Considerando que na 1ª Região só retornaram os questionários do Distrito Federal e Goiás, os resultados da pesquisa nesta Região só se referem a essas duas Unidades da Federação.

Tabela 5A

Opinião^(*) dos psicólogos de cada área de atuação profissional, sobre as dificuldades encontradas no exercício de sua profissão - preparação e atuação - (médias).

Formação e Experiência	Áreas de Atuação Profissional						
	Clínica	Organiz.	Fscolar	Docência	Pesquisa	Comunit.	Outras
Formação acadêmica insuficiente	3,0	3,1	3,0	2,9	2,9	3,0	3,0
Falta de oportunidade de atualização profissional	2,8	2,9	2,8	2,6	2,7	2,9	2,9
Falta de vivência administrativa do psicólogo	3,0	3,2	2,9	3,2	3,2	3,2	2,8
Falta de vivência política do psicólogo	3,1	3,1	3,0	3,2	3,1	3,2	2,8
Falta de preparo espec. psicólogo p/ atender demandas sociais	3,2	3,1	3,0	3,2	3,2	3,4	3,1
Falta de conhec., pelo psicólogo, da realidade sócio-econômica	2,3	2,3	2,1	2,4	2,4	2,4	2,2
Relação com os Outros							
Dificuldades no relacionamento com outras pessoas	1,7	1,8	1,8	1,8	1,8	1,7	1,7
Dificuldades para atuar em equipe interdisciplinar	2,1	2,0	2,0	2,1	2,2	2,2	2,1
Desconhecimento por outros profission., contrib. psic. pode oferecer	3,5	3,5	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4
Interferência inadeq., por outros profission., no trab. técnico psicol.	2,8	3,0	2,7	2,7	2,8	2,8	2,9
Competição com profissionais de outras áreas	2,7	2,8	2,6	2,8	2,7	2,7	2,8
Competição entre profissionais de Psicologia	2,9	2,8	2,7	3,0	2,9	2,8	2,8

(*) Conforme definição feita na Tabela 4A

Tabela 5B

Opinião^(*) dos psicólogos de cada área de atuação profissional, sobre as diferenças encontradas no exercício de sua profissão - condições de meio ambiente (médias).

Condições de Trabalho	Áreas de Atuação Profissional						
	Clínica	Organiz.	Escolar	Docência	Pesquisa	Comunit.	Outras
Falta de motivação para o trabalho na área	2,0	2,1	2,0	1,9	1,9	2,0	2,2
Problemas éticos	2,2	2,4	2,2	2,4	2,5	2,4	2,3
Falta de clientela	2,8	2,7	2,5	2,5	2,5	2,5	2,7
Falta de infra-estrutura para desenvolvimento do trabalho	2,8	2,9	2,9	3,0	3,1	3,2	3,0
Condições Sociais, Econômicas e Culturais							
Discriminação sexual	1,7	2,0	1,6	1,7	1,6	1,6	1,8
Falta de estabilidade profissional do psicólogo	3,1	2,7	3,0	2,9	2,9	3,1	3,0
Dificuldades provocadas p/ política sócio-econômica do país	3,8	3,6	3,7	3,8	3,8	3,8	3,8
Omissão de entidades sindicais, associações e conselhos profissionais de psicólogos nas reivindicações categoria	3,3	3,5	3,3	3,2	3,2	3,2	3,2

(*) Conforme definição feita na Tabela 4A.

médias baixas (14 em 20). Desta maneira, são os psicólogos do DF e GO que se queixam com mais intensidade e os da 2ª Região os que avaliam com menos intensidade muitas de suas dificuldades.

Considerando-se as quatro categorias de situações, na de "formação e experiência" há mais dificuldades intensas no DF, GO, BA e SE e menos problemas intensos na 2ª Região. Na de "relações com os outros" as opiniões mais positivas também são as destas Regiões e as avaliações piores se concentram no DF e GO. Em termos de "condições de trabalho", os que frequentemente apresentam queixas mais intensas são os da 4ª Região (MG e ES) e os da 6ª Região (SP, MS e MT), enquanto os que têm mais opiniões favoráveis são os da 7ª Região (RS e SC). São também desta Região os que têm mais opiniões sobre dificuldades menores na categoria "condições sociais, econômicas e culturais".

Na presente seção descreveu-se a intensidade das dificuldades específicas encontradas no exercício da profissão de psicólogo e analisou-se como esta intensidade varia, em função da área de atuação e da região do País. Isto foi feito após uma investigação mais global do "status" profissional, realizada na primeira seção. A seguir, com o intuito de encerrar o ciclo de avaliação aqui proposto, se discutirá os desejos de mudança expressos pelos psicólogos.

Os desejos de mudança dos psicólogos

Procurou-se verificar os desejos de mudança relativos ao emprego, à área de atuação e à profissão. Para cada uma destas três situações, os sujeitos poderiam responder "sim" ou "não". A Tabela 7a mostra o percentual de respostas afirmativas dadas por todos os sujeitos da pesquisa, a cada uma das três possibilidades de mudança apresentadas no questionário.

Considerando-se todos os problemas da profissão descritos nos capítulos anteriores, bem como as dificuldades já analisadas, parece ser pequeno o número dos que efetivamente gostariam de realizar mudanças radicais. O percentual mais elevado, referente a um quarto dos casos, é o dos que desejam mudar de trabalho ou emprego. A insatisfação extrema com a profissão, que poderia gerar um grande desejo de abandono da mesma, só parece atingir 5,6% da categoria. No entanto, não pode ser esquecido que muitos dos que desistem definitivamente podem já ter cancelado sua inscrição nos Conselhos Regionais. Deste modo, este valor pode estar subestimado, embora mesmo assim mereça ser analisado.

Aos sujeitos que afirmavam que gostariam de mudar de profissão, foi pedido que explicitassem as razões, em até quatro linhas de resposta livre. Das 101 repostas dadas (4% do total), 89 puderam ser incluídas em seis categorias, definidas após o exame das razões redigidas. Os resultados deste trabalho de classificação encontram-se na Tabela 7b, em termos do percentual de respostas por categoria.

Em consonância com outros resultados já discutidos aqui, as razões mais freqüentes para desejar mudar de profissão são as de natureza econômica e

Tabela 6A

Opinião^(*) dos psicólogos de cada região^(**), sobre as dificuldades encontradas no exercício da sua profissão - preparação e atuação - (médias.).

Formação e Experiência	Regiões (**)							
	1*	2*	3*	4*	5*	6*	7*	8*
Formação acadêmica insuficiente	3,0	2,8	3,5	3,0	3,1	3,0	3,1	2,9
Falta de oportunidades de atualização profissional	3,2	2,9	3,2	3,0	2,8	2,8	2,5	2,8
Falta de vivência administrativa do psicólogo	3,2	2,5	3,1	3,3	3,0	3,1	3,2	3,1
Falta de vivência política do psicólogo	3,3	2,7	3,3	3,3	3,1	3,0	3,3	3,0
Falta de preparo específico psicólogo p/atender demandas sociais	3,5	2,8	3,3	3,4	3,1	3,2	3,2	3,1
Falta de conhecim., pelo psicólogo, da realidade sócio-econômica	2,3	2,0	2,3	2,3	2,2	2,3	2,4	2,2
Relações com os Outros								
Dificuldades no relacionamento com outras pessoas	1,8	1,4	1,6	1,9	1,6	1,8	1,8	1,7
Dificuldades para atuar em equipe interdisciplinar	2,2	1,7	2,0	2,1	1,9	2,2	2,1	1,9
Desconhecimento, por outros profission., contrib. psic. pode oferecer	3,7	3,2	3,5	3,7	3,4	3,5	3,3	3,5
Interferência inadeq., por outros profission., no trab. técnico psicol.	3,2	2,5	2,8	2,8	2,7	3,0	2,5	2,8
Competição com profissionais de outras áreas	3,0	2,2	2,9	2,8	2,6	2,9	2,6	2,7
Competição entre profissionais de Psicologia	3,1	2,4	2,6	3,0	2,8	3,0	2,8	2,9

(*) Conforme definição feita na Tabela 4A.

(**) Unidades da Federação integrantes de cada Região:

1* = DF, GO, PA, AM, RO, AC, AP e RR; 2* = PE, CE, PB, AL, RN, PI e MA; 3* = BA e SE; 4* = MG e ES; 5* = RJ; 6* = SP, MS e MT; 7* = RS e SC; 8* = PR.

Tabela 6B

Opinião^(*) dos psicólogos de cada região^(**), sobre as dificuldades encontradas no exercício da sua profissão - condições de meio ambiente - (médias).

Condições de Trabalho	Regiões (**)							
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Falta de motivação para o trabalho na área	2,1	1,9	2,2	2,1	1,9	2,3	1,9	2,0
Problemas éticos	2,4	1,9	2,5	2,5	2,2	2,3	2,2	2,0
Falta de clientela	2,8	2,6	2,7	2,9	2,7	2,9	2,4	2,6
Falta de infra-estrutura para desenvolvimento do trabalho	3,0	2,8	3,0	3,0	2,8	3,0	2,7	2,8
Condições Sociais, Econômicas e Culturais								
Discriminação sexual	2,0	1,5	1,6	2,0	1,5	1,9	1,7	1,8
Falta de estabilidade profissional do psicólogo	2,7	2,7	2,9	3,2	3,3	3,1	2,6	2,9
Dificuldades provocadas pela política sócio-econômica do país	3,9	3,9	3,7	3,7	3,8	3,7	3,6	3,8
Omissão de entidades sindicais, associações e conselhos profissionais de psicólogos nas reivindicações da categoria	3,0	3,3	3,6	3,3	3,5	3,3	2,9	3,0

(*) Conforme definição feita na Tabela 4A.

(**) Unidades da Federação integrantes de cada Região:

1ª = DF, GO, PA, AM, RO, AC, AP e RR; 2ª = PE, CE, PI, AL, RN, PI e MA; 3ª = BA e SE; 4ª = MG e ES; 5ª = RJ; 6ª = SP, MS e MT; 7ª = RS e SC; 8ª = PR.

de remuneração. Em seguida, vêm as razões psicológicas e de insatisfação com as características sociais da profissão. Por último, aparecem os interesses por outras profissões e as razões de mercado e oportunidade.

A Tabela 8 mostra que os mais descontentes com seus empregos, ou que mais freqüentemente querem mudar, são os da área comunitária e de "outras áreas". Os que não querem mudanças de trabalho estão, em maior número, em pesquisa e docência.

Estão na área organizacional os maiores contingentes dos que desejam mudar-se desta área ou mesmo de profissão. Paradoxalmente, a insatisfação maior com ela talvez esteja relacionada ao fato de ser mais atrativa financeiramente e de ter mais ofertas no mercado de trabalho. Muito mais psicólogos nela aportaram, mesmo não desejando esse tipo de atuação. Como consequência, é nela que se encontram mais descontentes, provavelmente só a espera de uma "melhor" oferta de trabalho.

Há uma interessante discrepância, na área comunitária, que é preciso registrar. Como foi afirmado anteriormente, é nela que ocorrem mais desejos de mudança de emprego. Ao mesmo tempo, também é nela que menos profissionais gostariam de mudar de área ou de profissão. Portanto, parece que existe uma clara opção (ou contentamento) dos psicólogos comunitários pelo que fazem, embora desejassem fazê-lo em outro emprego. É possível que, neste caso, uma evidente e assumida postura ideológica exista, ao lado de uma constatação de que a instituição empregadora dificilmente conseguirá que tal postura seja integralmente assumida.

Por último, é preciso mostrar as relações que existem entre desejos de mudança e região de país. É o que faz a Tabela 9 e a Figura 1.

Os que mais querem mudar de trabalho ou emprego estão em Minas Gerais e Espírito Santo e os que menos gostariam de fazê-lo estão em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Nestes dois Estados, bem como no Paraná, estão os que menos desejam mudanças de área de atuação. Portanto, estão no sul do Brasil os mais satisfeitos com seus empregos e com sua área de atuação.

Na Bahia e Sergipe é que há mais psicólogos descontentes com sua área de atuação, sendo este número muito discrepante dos demais. Como já foi apontado em outro capítulo, é nesta Região que ocorrem muitos casos de profissionais com "vocação" clínica que acabam por aceitar empregos na área organizacional, por ser este um campo em grande expansão, principalmente na Bahia. Essa é, provavelmente, a origem de tantos desejos de mudança.

Finalmente, é no Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul e Santa Catarina que ocorrem menos desejos de mudança de profissão. No caso destes dois Estados do Sul do País, isto pode ser satisfatoriamente explicado pelo fato de que seus psicólogos são em geral os que avaliam seu exercício profissional mais positivamente, seja em termos de "status" ou de condições sociais, econômicas, culturais e de trabalho.

Tabela 7A

Desejos de mudanças^(*), em relação à profissão, expressos pelos psicólogos do Brasil.

Gostaria de mudar de:	f (**)	%
trabalho (emprego), permanecendo na mesma área de atuação	481	25,2
área de atuação dentro da Psicologia	272	13,6
profissão	112	5,6

(*) Explicitados no questionário em termos de "Sim" ou "Não", como respostas às três questões acima.

(**) Só estão apresentadas as frequências de respostas afirmativas ("Sim"). Os respondentes deviam atender às três questões acima.

Tabela 7B

Razões explícitas, em forma de respostas livres^(*), pelos psicólogos do Brasil que gostariam de mudar de profissão.

Categorização das respostas livres:	f	%
Razões psicológicas pessoais (desmotivação, decepção, desilusão, frustração, ausência de realização e gratificação e falta de vocação)	16	18,0
Interesses por outras profissões (medicina, biologia, fonoaudiologia, processamento de dados, ciências exatas)	10	11,2
Razões de mercado e oportunidade (falta de emprego, falta de oportunidades, mercado de trabalho ruim)	10	11,2
Razões econômicas e de remuneração (baixa remuneração, falta de estabilidade financeira, desejo de enriquecer, necessidade de sobrevivência)	32	36,0
Insatisfação com características sociais da profissão (desvalorização burocracia, restrição, desgaste, competição, desprestígio, elitização e falta de credibilidade, seriedade e resultados imediatos)	16	18,0
Outras razões não incluídas nas categorias anteriores (excesso de problemas, horário fixo, questão pessoal)	5	5,6

(*) Foram dadas 101 respostas (47 dos respondentes), das quais 89 se referem a pergunta feita ("razão pela qual gostaria de mudar de profissão") e puderam ser incluídas nas seis categorias acima.

Tabela 8

Desejos de mudança, em relação à profissão, expressos pelos psicólogos de cada área de atuação profissional (percentuais)^(*)

	Áreas de Atuação Profissional						
	Clínica	Organiz.	Escolar	Docência	Pesquisa	Comunit.	Outras
Gostaria de mudar de: trabalho (emprego), permanecendo na mesma área de atuação	23,0	26,4	25,4	19,1	13,5	29,7	29,7
área de atuação dentro da Psicologia	9,0	20,1	14,2	8,3	11,8	9,0	11,8
profissão	4,4	6,8	4,8	4,2	3,2	3,0	4,9

(*) Conforme definição feita na Tabela 7A

(**) Só estão apresentados os percentuais relativos às respostas afirmativas ("Sim"). Os respondentes deviam atender às três questões acima.

Conclusão

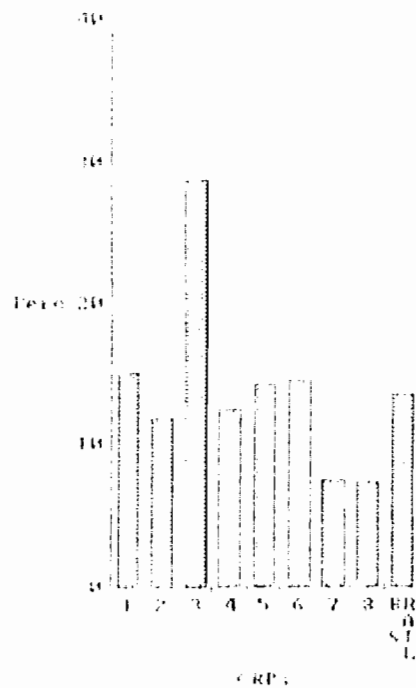
O "status" da profissão dos psicólogos, segundo eles próprios, não é muito elevado, embora acreditem que sua importância ou relevância para a comunidade ainda seja bem maior do que a remuneração e os recursos de que dispõem para atuar. Na área organizacional, a situação financeira é mais bem avaliada, enquanto que na comunitária e escolar, ela é julgada mais negativamente. As opiniões mais otimistas sobre o "status" encontram-se entre os psicólogos da área de pesquisa, especificamente no que concerne à credibilidade, importância, relevância e prestígio de sua profissão. No Rio de Janeiro estão concentradas as pessoas com uma visão mais pessimista, enquanto que no Rio Grande do Sul e Santa Catarina encontram-se as avaliações mais positivas.

Muitas dificuldades específicas parecem existir no exercício da Psicologia. No conjunto, aquelas referentes à "formação e experiências" e "condições sociais, econômicas e culturais" são as percebidas como maiores, enquanto nas "relações com os outros" e nas "condições de trabalho" estão as menores. Na área comunitária é que é mais intensamente apontada a falta de preparo específico para o atendimento de demandas sociais. Na área organizacional, a discriminação sexual e a omissão de sindicatos, associações e conselhos, nas reivindicações da categoria dos psicólogos, são julgadas como dificuldades mais intensas. É nesta mesma área, no entanto, que as avaliações sobre estabilidade profissional são mais positivas. Os psicólogos escolares são os que se queixam, com menos intensidade, da maioria das dificuldades apresentadas no questionário da pesquisa.

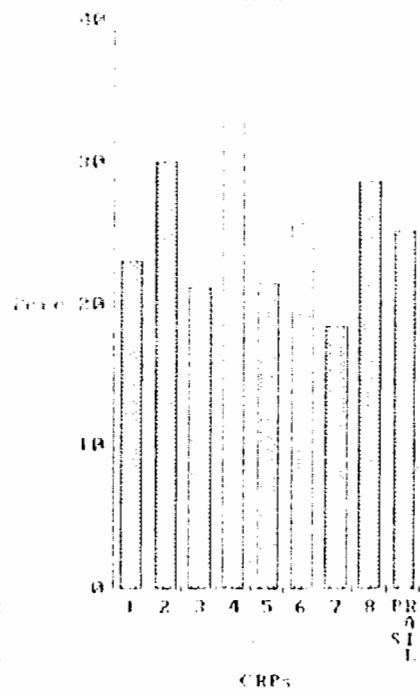
De um modo geral, são os profissionais do Distrito Federal e Goiás que têm opiniões mais desfavoráveis sobre um maior número de dificuldades, concentrando suas maiores críticas sobre a "formação e experiência" e "relações com os outros". Na 2ª Região é que aparecem menos queixas graves, particularmente nestes mesmos dois conjuntos de dificuldades. Há ainda outras diferenças regionais: na Bahia e Sergipe também há muitas opiniões negativas sobre "formação e experiência". As "condições de trabalho" são alvo de mais críticas em Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Estas condições, bem como as relativas a "condições sociais, econômicas e culturais", são melhor avaliadas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Poucos psicólogos inscritos nos Conselhos gostariam de mudar de profissão ou de área de atuação, mas um quarto deles deseja mudar de emprego. As razões dadas com maior frequência para mudança de profissão são as de natureza econômica e de remuneração. Os mais descontentes com seus empregos, embora sejam os que menos desejam mudar de área de atuação e profissão, são os da área comunitária. Os mais satisfeitos com seus empregos são os das áreas de pesquisa e docência. Na área organizacional é que estão os que mais gostariam de mudar de área de atuação e de profissão, mas não de seus empregos. No Rio Grande do Sul e Santa Catarina é que

MUDAR DE
NÍVEL



MUDAR DE
UMEREC



MUDAR DE
PROFISSÃO

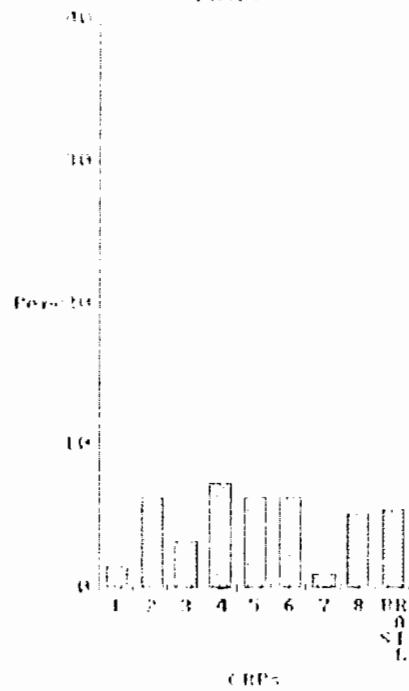


Tabela 9

Desejos de mudanças^(*), em relação à profissão, expressos pelos psicólogos de cada região^(**) - (percentuais).

	Regiões ^(**)							
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Gostaria de mudar de: trabalho (emprego), permanecendo na mesma área de atuação	22,7	30,1	21,2	33,3	21,5	25,7	18,5	28,7
área de atuação dentro da Psicologia	14,9	11,9	28,7	12,6	14,3	14,5	7,6	7,5
profissão	1,5	6,5	3,4	7,4	6,5	6,4	1,0	5,2

(*) Conforme definição feita na Tabela 7A

(**) Unidades da Federação integrantes de cada Região:

1ª = DF, GO, PA, AM, RO, AC, AP e RR; 2ª = PE, CE, PB, AL, RN, PI e MA; 3ª = BA e SE; 4ª = MG e ES; 5ª = RJ; 6ª = SP, MS e MT; 7ª = RS e SC; 8ª = PR.

parece haver mais satisfação profissional, pois lá estão os que menos querem mudanças de emprego, de área de atuação e de profissão.

Ao final deste capítulo, o leitor que tenha atentamente percorrido todo o livro deve ter notado que muitas evidências relativas à avaliação do exercício profissional encontram explicações nos demais capítulos. Contudo, há também, em número mais reduzido, algumas contradições que saltam aos olhos. Partindo-se da premissa de que os dados apresentados sejam confiáveis, pode-se atribuir as diferenças encontradas à natureza das informações disponíveis ao longo de toda a obra aqui construída e agora prestes a se encerrar. Não se pode esquecer que, na maioria dos capítulos anteriores, pretendeu-se utilizar dados mais "objetivos" para preparar um relato "fiel" da Psicologia no Brasil. Neste capítulo, ao contrário, foram tratadas as informações mais "subjetivas". A intenção, neste derradeiro momento, era a de mostrar como o psicólogo avalia aquele retrato, mesmo que para isso houvesse a aparente perda da coerência interna.

Além de informações preciosas sobre detalhes da vida, formação e atuação do psicólogo, espera-se que o leitor também tenha adquirido conhecimento sobre como esse profissional julga como os outros o avaliam, opina sobre suas próprias dificuldades e expressa seus desejos de mudança. Se isto aconteceu, os objetivos do presente capítulo foram atingidos.

CAPÍTULO 15

EM BUSCA DE PERSPECTIVAS PARA A PSICOLOGIA COMO ÁREA DE CONHECIMENTO E COMO CAMPO PROFISSIONAL(1)

Sílvio Paulo Botomé*

1. A Profissão como objeto de estudo. 2. Algumas informações gerais extraídas dos estudos sobre a profissão. 3. Concepções, controvérsias e problemas envolvidos com a formação e com a atuação dos profissionais: a) Objeto de estudo da Psicologia e objeto de intervenção dos psicólogos, b) Distinção entre área de conhecimento, campo de atuação profissional e mercado de trabalho, c) Concepção de campo profissional definida pelo conhecimento psicológico ou pelas necessidades da população, d) Formação para lidar com técnicas e problemas psicológicos ou para lidar com fenômenos psicológicos, e) Desenvolvimento autônomo e modernização reflexa da profissão, f) Além dos estudos descritivos sobre a profissão. 4) Algumas proposições para estudar e para desenvolver a profissão de psicólogo e a área de conhecimento em Psicologia.

Uma profissão não existe no vácuo. Qualquer que seja essa profissão, ela é um conjunto de atividades de diferentes pessoas que dependem de ensino que, por sua vez, depende de conhecimentos de boa qualidade e de diferentes tipos e áreas. Dependem, inclusive, de que a própria atividade profissional seja adequada e suficientemente estudada pelos cientistas e pelo que atuam ou vão atuar no campo profissional. Nessas relações de

*Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (SP).

interdependência há uma razoável quantidade de dados, concepções, conceitos e definições que precisam ser examinados e esclarecidos quando não for necessário, também, construí-los de forma melhor do que aquilo que se encontra disponível. A Psicologia, como campo de atuação profissional, não foge à regra e, como tal, precisa constituir-se em objeto de estudo e de intervenção pelos que investigam o objeto a ela relacionado como também por aqueles que atuam no campo profissional homônimo, pelos que se preparam para fazê-lo ou por quem prepara os que vão exercer a profissão denominada por esse nome.

Ribes Inesta(3) já examinou a dúvida, que ele próprio apresentou, sobre se a Psicologia é (ou deve ser) uma profissão, deixando ainda mais presente a necessidade de estudos que produzam dados capazes de orientar a elaboração de boas respostas a essa dúvida e, de certa forma, controversia. Rebelatto e colaborador(4), estudaram essa mesma dúvida e problema em relação à Fisioterapia (no Brasil), esclarecendo várias noções relativas a isso e apontando dificuldades decorrentes da não resolução desse tipo de problema no que diz respeito à produção de conhecimento, ao exercício profissional e à formação de pessoal para a atuação no campo de trabalho. Parece útil retomar esses problemas e contribuições em relação à Psicologia no Brasil, o que já está sendo examinado, de maneira análoga à de Rebelatto e colaborador para a Fisioterapia, por Dobrianskyj e colaboradores(5) para o campo de atuação profissional e para a área de conhecimento denominados de Psicologia.

1. A PROFISSÃO COMO OBJETO DE ESTUDO

Desde o final da década de 1960, quando foi realizado o trabalho de Mello(6), produziram-se inúmeros estudos examinando a atuação profissional em Psicologia. Os trabalhos feitos, com diferentes sujeitos e várias metodologias, encontram-se publicados em periódicos existentes no país (Psicologia, Psicologia: Ciência e Profissão, Psicologia: Teoria e Pesquisa, Ciência e Cultura, Revista de Psicologia etc.), em Anais de Congressos (Reuniões Anuais de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, Encontros de Psicólogos da área de Educação promovidos pelo Sindicato de Psicólogos no Estado de São Paulo), em Programas de Reuniões Científicas (Resumos de Comunicações) e em alguns livros (o já clássico estudo de Silvia Leser de Mello(6), as publicações dos órgãos profissionais, por exemplo).

Esses estudos abordaram inúmeros aspectos do exercício profissional em Psicologia e do desenvolvimento da área de conhecimento com o mesmo nome, no país. Alguns abordaram aspectos históricos, outros definições formais da profissão, outros política científica em Psicologia ou ética da atuação profissional. Vários, mais recentemente de maneira especial, examinaram aspectos da formação e da atuação profissional: ocupações dos profissionais, expectativas dos estudantes quanto à atuação profissional, percepções dos es-

tudantes sobre o campo de atuação, mudanças na atuação profissional, ocupações predominantes, ocupações nos primeiros anos depois da formatura, distribuição dos psicólogos por idade, sexo e tempo de formado em relação às atividades e às mudanças de atuação profissional, aspectos do currículo de graduação em psicologia, problemas de ensino em Psicologia, representação da Psicologia por estudantes, motivos para a escolha do curso, razões para opções no curso, expectativas de estudantes quanto à formação durante o curso, conflitos de estudantes durante a formação, novas experiências no exercício profissional, procedimentos para identificação de alternativas de atuação para o psicólogo, a quem é oferecido o trabalho do psicólogo, a função social do trabalho do psicólogo, problemas e proposições no ensino de graduação em Psicologia etc. (ver referências 6 a 17, por exemplo.)

Nos últimos anos aumentou bastante a frequência de estudo desse tipo nas Reuniões Anuais de Psicologia, da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, nas Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e em Congressos ou Encontros Regionais ou especializados (como, por exemplo, no Encontro Regional de Psicólogos do Paraná ou nos Congressos Nacionais da Associação Brasileira de Análise do Comportamento). Vários desses trabalhos — comunicações ou atividades de outro tipo (palestras, simpósios etc.) — podem ser vistos nos programas e nos anais desses encontros e congressos, especialmente de 1978 em diante (ver referências 18 a 29, por exemplo). Esse aumento de frequência contou com a influência e participação de Conselhos Regionais de Psicologia, de Sindicatos de Psicólogos e do Conselho Federal de Psicologia. De certa forma, no Brasil, o campo de atuação profissional dos psicólogos já começou a ser um objeto de estudo.

É um começo de aceleração da frequência de estudos entusiasmado e prolífico e que, por isso mesmo, traz algumas exigências imediatas. A mais importante delas é a sistematização do conhecimento existente até agora de forma a orientar as próximas pesquisas e as intervenções que já são possíveis com os dados atualmente disponíveis. Artigos de revisão sobre a metodologia utilizada, sobre os dados já existentes (e os que faltam), sobre os problemas estudados, sobre a abrangência dos estudos já feitos, sobre as propostas derivadas desses estudos etc. poderiam permitir o avanço da profissão, desde que levassem a um melhor embasamento das decisões sobre o que fazer com a atividade profissional, com a formação de psicólogos ou a respeito das próximas pesquisas a fazer sobre a Psicologia no Brasil. Esse é um desafio e uma tarefa a fazer nos próximos anos ou correremos o risco de permanecer repetindo estudos, reconstatando o que já foi estudado ou fazendo experiência e descobertas isoladas sem transformar-se em uma contribuição para a Psicologia como um empreendimento coletivo e social de interesse para todo o país. O desafio e a tarefa são tanto para o campo de atuação profissional como para a área de conhecimento que recebem o nome de Psicologia.

2. ALGUMAS INFORMAÇÕES GERAIS EXTRAÍDAS DOS ESTUDOS SOBRE A PROFISSÃO

Mesmo sem um estudo profundo e sistemático sobre os trabalhos já feitos a respeito da profissão de psicólogo no país é possível organizar alguns aspectos examinados e retirar, deles e da literatura de outras áreas que estudaram problemas semelhantes (ver, por exemplo, referências 30 a 39), algumas orientações para a atuação em relação ao campo profissional.

Dos estudos que examinaram o exercício profissional é possível destacar alguns dados de interesse imediato. De tes, alguns referem-se à limitada percepção das possibilidades de atuação do psicólogo. Nos últimos 20 anos, desde o trabalho de Sílvia L. de Mello(6), mudou muito pouco a concepção predominante de psicólogo como sinônimo de psicoterapeuta. Ainda parece que a identidade entre Psicologia e psicoterapia resiste a todo o conhecimento produzido nos últimos cinquenta anos a respeito do que é e pode ser a Psicologia tanto como área de conhecimento como quanto campo (ou campos?) de atuação profissional.

As próprias expectativas em relação aos cursos de Psicologia revelam uma percepção bastante inadequada do campo de atuação profissional. Isso, provavelmente, se deve à formação e aos serviços de Psicologia serem, fundamentalmente, voltados para as solicitações que tradicionalmente definiram o mercado de trabalho para esses profissionais. A percepção de estudantes de Psicologia a respeito das situações com as quais o psicólogo pode ou deve atuar revelam uma limitada compreensão do que é possível fazer com o domínio do conhecimento em Psicologia. Essas percepções ignoram muito das situações e aspectos da realidade com as quais o psicólogo pode ou deve atuar, restringindo-se a orientar a atuação (e as escolhas e esforços durante a formação) para os papéis, conhecimentos e tecnologias mais tradicionais e mais difundidos ou populares (e nem sempre os mais sólidos) em relação à atuação do psicólogo.

As decorrências da formação atual aparecem nos estudos que investigaram o exercício profissional. Destaca-se a atuação insegura e oscilante nos primeiros anos de profissão com a tradicional tendência a exercer ou a voltar a exercer as atividades relativas à psicoterapia (ou semelhantes). Há uma grande ambigüidade sobre a conceituação de atuação psicológica quando as atividades se afastam dos modelos tradicionais aprendidos nos cursos de Psicologia. A responsabilidade das deficiências do ensino superior nesses problemas potencializa as deficiências específicas do conhecimento em Psicologia e do campo de atuação profissional no país.

Alguns dados são quase que corolários dessa ambigüidade. Os profissionais confundem a natureza da agência onde trabalham com a natureza do trabalho que fazem ou que deveriam fazer na agência. Não parece haver habilitação para fazer essa distinção e atuar de acordo com o que seria coerente com o conhecimento disponível em Psicologia.

Complementar a essa dificuldade aparece uma outra: pouca clareza sobre o que seria trabalho alternativo em Psicologia. Aliado a elas constata-se a facilidade em identificar problemas e técnicas psicológicas e uma grande dificuldade em identificar fenômenos, eventos ou variáveis psicológicas. Parece que os estudantes e profissionais aprendem teorias e técnicas mas não aprendem a perceber, suficiente e adequadamente, o objeto de trabalho e/ou de estudo a que elas se referem ou que lhes deu origem.

Já existem dados nos quais observa-se que, em geral, as atividades desenvolvidas pelos psicólogos são de pouco alcance social. Parece que o aprendizado enfatiza o trabalho com indivíduos isolados ou, no máximo, grupos pequenos, descurando da formação para lidar com grandes contingentes populacionais. Permanece o modelo médico de estudo, de formação e de atuação profissional de mais de meio século atrás. A Psicologia parece desconhecer os estudos que revelam os determinantes políticos, econômicos, sociais e administrativos da conduta, da percepção, dos sentimentos e dos "problemas psicológicos". Isso permanece acontecendo mesmo hoje quando já estão disponíveis, na área da saúde, inúmeros dados, estudos e artigos que foram reunidos em uma nova área de conhecimento: a Epidemiologia Social(33). A formação profissional ainda parece ignorar a Ecologia, a Administração, as Ciências Sociais e outras áreas do conhecimento que podem auxiliar o profissional psicólogo a entender e interferir nos processos com que trabalha ou pode trabalhar. A ênfase em conhecimentos, técnicas e atuação com indivíduos permanece deixando uma séria lacuna: o conhecimento sobre os processos psicológicos de grandes contingentes populacionais, incluindo nisso os determinantes desses processos. A atuação dos psicólogos depende do volume e da qualidade de estudos desse tipo que estiverem disponíveis.

Os dados já encontrados também indicam que, mesmo quando os profissionais mudam de local de trabalho ou de população que atendem, eles mantêm o modelo clínico de atuação nas suas várias modalidades. Isso também aparece sob a forma de ausência de uma conceituação clara do que seja atuação em Psicologia fora dos modelos tradicionais de atividade. Mesmo quando realizam atividades alternativas, os profissionais o fazem com desconforto, insegurança e um alto índice de abandono. Ou, depois de algum tempo de atuação, retornam aos modelos familiares já aprendidos.

A formação profissional parece baseada em uma concepção de "modelo pronto de trabalho em Psicologia". Há uma ausência, na formação, de habilitações para estudar, analisar, elaborar, testar e desenvolver projetos de trabalho profissional a partir de problemas da população ou de necessidades do país, da região, do município ou da instituição onde se insere o psicólogo.

Os estudos já feitos apontam mais problemas, limitações e dificuldades. Não é objetivo deste texto examinar todas essas contribuições em profundidade e extensamente. Mas é localizar algumas possibilidades de utilização dos dados disponíveis e de avanço nos estudos já realizados. A primeira delas é: como considerar os dados desses múltiplos estudos? Estudos feitos com

estudantes de uma faculdade em São Paulo ou com o ensino no Paraná são generalizáveis? Em que extensão e em relação a que aspectos? Quanto e no que cada estudo existente replica, completa ou não confirma os dados e descobertas de outros? O que é possível retirar, do volume de informações já existentes, em relação à Psicologia no país? Isso tudo diz respeito a cerca de 70.000 profissionais, trabalhando diretamente com a Psicologia no Brasil. Parece relevante para o país manter a atividade desses profissionais como objeto de estudo, desenvolvendo um conhecimento que permita orientar melhor o trabalho desse contingente de pessoas e realizar uma formação de novos profissionais com uma melhor percepção do que está significando e sendo essa formação para a população e para o campo de atuação. Isso é importante também porque há um grande número de conceitos e controvérsias em relação à atividade profissional dos psicólogos e à produção de conhecimentos em Psicologia que precisam ser melhorados e esclarecidos.

3. CONCEPÇÕES, CONTROVÉRSIAS E PROBLEMAS ENVOLVIDOS COM A FORMAÇÃO E COM A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

As informações apresentadas e os múltiplos estudos sobre a profissão não vão esgotar-se na literatura sobre o exercício profissional em Psicologia. O exame do conhecimento em várias áreas pode permitir a elaboração de algumas interpretações e/ou proposições sobre a formação e sobre a atuação profissional. Estudos sobre política científica, educação, planejamento, ensino superior, administração, currículo de graduação, ciência, tecnologia e universidade em países do Terceiro Mundo etc. podem auxiliar a entender alguns aspectos capazes de alterar a formação e o exercício profissional. Também a literatura que tem aberto perspectivas para outros campos profissionais ou as novas áreas de conhecimento podem ser úteis para um melhor entendimento e uma mais rápida superação dos problemas que se relacionam com o preparo e com a atuação dos profissionais psicólogos. A Epidemiologia Social, a Saúde Pública, a Ecologia, a Informática, a Engenharia Comportamental, a Administração de Sistemas são alguns exemplos de áreas que, hoje, tem contribuições significativas a dar para o desenvolvimento da profissão de psicólogo. Aliadas às sofisticadas metodológicas, hoje acessíveis para o estudo e para o trabalho com o objeto-alvo das atividades em Psicologia, essas áreas de conhecimento permitem reconsiderações, ampliações e esclarecimentos sobre a área de conhecimento e sobre o campo de atuação profissional.

a) Objeto de estudo da Psicologia e objeto de intervenção dos psicólogos.

Um dos problemas a enfrentar no exame da formação do psicólogo é que a escolha de um objeto de estudo para uma pesquisa ou um programa de investigações pode permitir cortes os mais variados na rede de relações de

influência (multideterminação) que compõem a realidade da vida dos organismos na natureza. Nesse sentido, enquanto estudo, é possível selecionar aspectos de realidade que "são" psicológicos; assim como é possível, selecionar "aspectos sociais", "educacionais" etc. Para estudar é possível escolher relações, variáveis, problemas, assuntos ou aspectos e trabalhar com eles de forma isolada de outros sem haver maiores decorrências do que limitações de diferentes tipos e graus no conhecimento traduzido.

Não acontece o mesmo com o objeto de intervenção profissional. Quando se apresenta uma situação para o psicólogo interferir, mesmo que vários de seus aspectos possam ser reduzidos à "psicológicos", muitos dos determinantes de suas características não são propriamente "psicológicos". Nem por isso o problema ou a situação deixa de poder contar com o trabalho ou a contribuição dos psicólogos. Onde, como ou quanto o problema é ou deixa de ser psicológico ainda não é suficientemente claro para a maioria dos que ensinam aos novos profissionais. O simplismo das relações de determinação de um evento por outro evento exclui a multiplicidade de determinantes de cada aspecto de cada evento na natureza e, quando eles se apresentam como tais, é fácil ignorar ou menosprezar aspectos, relações ou propriedades que não são suficientemente conhecidas ou familiares ao agente que se propõe a intervir nesses eventos. Principalmente quando a formação se restringe a, ou enfatiza além de um certo ponto, conhecimento de uma área e/ou a técnicas e problemas familiares à profissão.

Nesse sentido, mais importante do que "dominar o conhecimento psicológico", é necessário ser capaz de "retirar do conhecimento existente informações que permitam derivar alternativas de atuação profissional". Integrar dados de diferentes naturezas, tipos e níveis e originados por diferentes metodologias é, não apenas um desafio, mas, uma exigência para a formação profissional. O curso de graduação é a "oficina" onde é implementado o currículo que é — não se pode esquecer — uma espécie de projeto do profissional dos próximos vinte a trinta anos.

Isso tudo não significa "despsicologizar, o objeto de trabalho dos psicólogos". Pelo contrário é insistir que há um objeto típico que constitui o seu alvo de intervenção. O que se faz é propor a inclusão, na preparação do psicólogo, das habilidades para identificar aspectos e determinantes além dos "tipicamente psicológicos" que interferem com o "objeto típico" de seu trabalho. Mais do que descaracterizar, é ampliar as possibilidades de atuação do psicólogo em relação ao seu objeto de trabalho, utilizando, para isso, o conhecimento de múltiplas áreas para derivar, dele e do que se conhece em Psicologia, as habilidades (competências ou capacitações) que deve apresentar um profissional desse campo de atuação.

Rebelatto e colaborador(4) mostram, com bastante clareza, como isso ocorre também com o objeto de trabalho da Fisioterapia no Brasil (pp. 175-202). A dificuldade parece ser mais do ensino de graduação e do que se con-

cebe como "profissão" do que um problema restrito apenas à Psicologia, como examinam Dobrianskyj e colaboradores⁵. Mais do que algo típico ou inerente à Psicologia ou aos profissionais psicólogos, essas dificuldades parecem universais e se relacionam com o nível de desenvolvimento do conhecimento na área, sobre educação, sobre formação de nível superior, a respeito do campo profissional e sobre as próprias necessidades do país bem como demais limitações e possibilidades científicas e tecnológicas.

b) Distinção entre área de conhecimento, campo de atuação profissional e mercado de trabalho.

No esforço de definição do campo profissional há vários cuidados a tomar no sentido de evitar-se conseqüências prejudiciais à profissão. De acordo com as considerações de Rebelatto e colaborador⁽⁴⁾, um deles é a necessária distinção entre campo de atuação profissional e área de conhecimento. Outro é ter uma clara percepção sobre os determinantes históricos, legais, institucionais e sociais dos conceitos sobre o que caracteriza a profissão. Um terceiro é utilizar metodologia científica e dados significativos para analisar cuidadosamente o que está envolvido na definição da profissão. E, também, não se pode perder de vista as perguntas: o que deve definir a profissão? Que propriedades deve ter tal definição? Quais os procedimentos que permitem obter um avanço em relação às definições existentes? etc.

De maneira semelhante a outras profissões, as características predominantes na gênese da profissão são mantidas até os dias atuais. Uma preceção ênfase no tratamento de patologias tem sido a tendência predominante na definição da profissão e na formação para seu exercício. O surgimento e implantação no país manteve essa tendência. A própria legislação que regula seu exercício fortalece a tendência historicamente predominante, impondo aos profissionais e à população a inércia de uma definição que parece útil a um modelo de trabalho pouco eficaz para realizar um efetivo serviço de melhoria e desenvolvimento das características da conduta da população no país. O modelo predominante talvez seja conveniente a alguns interesses econômicos (manter a concentração de riqueza e o "exército de reserva de mão-de-obra barata" sem riscos de perda de privilégios para a classe dominante?) e aos modelos de "profissional liberal" (apoiado em atividades típicas da clínica particular) que predominou nas últimas décadas. As influências das definições na origem da profissão, sancionadas por uma legislação que aumenta a força de inércia, trazem sérias limitações à profissão com evidentes prejuízos sociais. Principalmente ao limitar o objeto de trabalho e ao restringir a atuação do profissional a umas poucas atividades relacionadas ao tratamento de patologias e à reabilitação de organismos com problemas de conduta.

Acrescente-se à inércia das definições iniciais e à legislação existente, as características da formação proposta nas universidades. O ensino superior

não parece dedicar-se a corrigir a tendência predominante no exercício profissional. Mesmo porque o currículo parece mais voltado ao ensino de técnicas e modelos de atuação profissional já existentes do que ao desenvolvimento de alternativas de atuação profissional socialmente significativas. Nem ao menos há, ainda, uma significativa dedicação, na universidade, ao desenvolvimento de conhecimento sobre outras possibilidades de realização do exercício da profissão. Os modelos de currículo e de ensino ainda enfatizam a "transmissão de conteúdos", ignorando que essa metáfora (algo "cheio" transmite "conteúdos" a algo "vazio") não é um discurso adequado para traduzir o processo que ocorre quando alguém aprende a partir do que faz alguém que ensina. A própria derivação de habilidades a partir do conhecimento disponível não é uma área de conhecimento suficientemente conhecida e divulgada para que os profissionais de ensino possam realizar essa tarefa.

No planejamento da formação do psicólogo e no exame do exercício profissional há pouca clareza sobre a distinção entre as concepções da Psicologia como área de conhecimento, como campo de atuação profissional e como mercado de trabalho. O exercício da profissão e a formação de novos psicólogos, sem essa distinção, correm o risco de não superarem os vários problemas hoje existentes na atividade profissional. É bastante difundida a noção de que as possibilidades de exercício de uma profissão são definidas pelo mercado. Isso precisa ser, no mínimo, melhor examinado.

Mercado profissional define-se pelas ofertas de emprego existentes ou "esperáveis". Campo de atuação profissional é definido pelas possibilidades de atuação profissional, independentemente de "ofertas de emprego". O que importa, neste caso, são as possibilidades de atuação (ou, mesmo, as necessidades de atuação) e não apenas os empregos oferecidos. Mais especificamente, um campo de atuação profissional caracteriza-se por um conjunto de atividades, em realização e potenciais, cujo objetivo é conseguir uma intervenção imediata (ou o mais rápida possível) e abrangente na realidade, de maneira a resolver problemas ou a impedir a ocorrência deles, além de outras possibilidades de atuação.

Também é preciso lembrar que um campo profissional é uma delimitação artificial convencionada, cujos limites é preciso conhecer com precisão em alguns casos ou ignorar completamente em outros. Os problemas, em geral, transcendem os limites e definições formais de um campo profissional e exigem conhecimentos de diferentes áreas e, muitas vezes, além daqueles que domina o profissional de um determinado campo de atuação. A interdisciplinaridade ou a multidisciplinaridade em relação às áreas de conhecimento envolvidas tem uma correspondência na atuação profissional que visa interferir com os problemas na sociedade: a interprofissionalidade ou a multiprofissionalidade. Quando um profissional (ou o conjunto do próprio campo de atuação) não domina (ou não pode dominar) todo o conhecimento e toda a tecnologia relevantes para intervir em relação a algum tipo de

problema, é preciso trabalhar em equipe, ou com diferentes tipos de profissionais ou através da criação de condições para que o profissional de um determinado campo domine as várias áreas de conhecimento úteis ao tipo de intervenção que realiza. Os papéis dos cursos de graduação, de especialização, aperfeiçoamento ou complementação, neste sentido, precisam ser bem claros para quem os utiliza, visando desenvolver a qualidade da atuação em um campo profissional.

Os termos multi e interprofissionalidade e multi e interdisciplinaridade trazem a necessidade de examinar ainda mais especificamente a noção de área de conhecimento em relação a de campo de atuação profissional: uma define-se por ter como objetivo o estudo (o conhecimento) de um determinado tema, assunto, objeto ou problema (conforme o seu grau de abrangência) e a outra orienta-se pelo interesse em intervir em (modificar) problemas e/ou situações na vida das pessoas e na realidade física ou social onde elas vivem. Ambas podem ter, inclusive, o mesmo objeto de interesse mas são diferentes pelos seus objetivos: produzir o "saber", no caso da área de conhecimento e utilizar o conhecimento produzido, no caso do campo de atuação profissional. É necessário ter claro que qualquer campo de atuação profissional é sempre multidisciplinar embora possa não ser multiprofissional ou interprofissional.

A caracterização e o desenvolvimento de um campo de atuação profissional necessitam da contribuição do conhecimento produzido por diferentes áreas do saber. O próprio exercício da profissão exige que se realizem estudos (de diferentes áreas) que apóiem o desenvolvimento do trabalho (no campo de atuação). Sem estudos (conhecimento) de certa amplitude e profundidade pode ser mantida a inércia da origem da profissão, com apenas a realização de estudos técnicos (pesquisas aplicadas, tecnológicas, de avaliação etc.) aprimorando o que já se faz sem mudar ou ampliar o que vem sendo feito. É importante lembrar que uma técnica (um instrumento de trabalho) é um processo, descoberto e adquirido individualmente e perpetuado socialmente, de fazer uma dada coisa (e que pode ser aperfeiçoado) e a ciência é uma maneira de proceder para compreender como (o que está envolvido com o fazer e o que ocorre quando esse fazer é realizado) se faz uma coisa de forma a poder fazê-la melhor e com intencionalidade(28).

Enfim, a profissão de psicólogo exige mais do que o domínio de informações da área de conhecimento da Psicologia e de técnicas derivadas do conhecimento dessa área. A integração entre dados de diferentes naturezas e conhecimentos de diferentes áreas precisa ser feita de maneira a gerar as habilidades necessárias para compor um "perfil" do profissional psicólogo. Derivar os comportamentos e/ou habilidades importantes (para ensinar ao futuro profissional) do conhecimento existentes nas várias áreas e tipos de conhecimento existentes não é uma tarefa fácil nem parece ser freqüente como capacitação profissional dos que formam os novos profissionais ou,

mesmo, suficientemente desenvolvida do ponto de vista de tecnologia educacional.

A noção de campo de atuação profissional, com as distinções feitas em relação a mercado de trabalho e à área de conhecimento, exige que a formação do profissional, onde se "projeta" as próximas três ou quatro décadas do exercício da profissão, seja feita em função das necessidades da população, de acordo com as possibilidades de atuação do campo e a partir do conhecimento disponível. Fazer isso é um desafio não só profissional e educacional como também é um desafio científico e tecnológico, além de ser uma tarefa política. Afinal ela afeta e interessa a todos os que sofrem as consequências dessa atuação.

c) Concepção de campo profissional definida pelo conhecimento psicológico ou pelas necessidades da população.

Varsavsky(23) faz uma distinção entre instituições "empresocêntricas" e "pueblocêntricas" que parece útil ao exame do exercício e da formação profissional em Psicologia. No primeiro caso o autor salienta que as instituições (a profissão pode ser considerada como tal) são constituídas e definidas como tendo "fins em si mesmas". O que importa é sua existência, bem-estar, aumento, expansão, poder, lucro, etc. A própria avaliação institucional é feita em relação a esses aspectos. No caso da perspectiva "pueblocêntrica", o que define as instituições, suas características e sua avaliação é o grau de efetivo benefício que gera para a população do país onde se insere. A base de definição desta concepção é o serviço já prestado ou a ser prestado em um prazo curto.

No caso da Psicologia, especialmente no que se refere ao "projeto" do campo de atuação profissional expresso no currículo de graduação e na formação do profissional psicólogo, essas duas concepções podem ser aplicadas ao examinar o que é importante para a formação do psicólogo. Em geral, o procedimento é "derivar o que o psicólogo precisa estar apto a fazer" da própria profissão ou quase que exclusivamente da área de conhecimento chamada Psicologia. Raramente as características do currículo e a formação são definidos a partir das necessidades da população do país ou da sua realidade econômica, social, educacional ou pessoal. O conhecimento não parece ser meio para definir o perfil profissional. Ele parece ser a própria fonte e fim do perfil profissional.

Essas considerações são, hoje, alvo de controvérsias, não só pelas várias concepções existentes e preferidas pelos que atuam no campo, ensinam nos cursos de graduação e pesquisam as várias áreas de conhecimento relacionadas à Psicologia como, também, pelo que predomina como idéia do que seja ensinar, aprender, educar e pelo que falta de conhecimento e tecnologia para desenvolver um trabalho que supere esses problemas e controvérsias atualmente existentes na prática profissional e no ensino de graduação.

d) Formação para lidar com técnicas e problemas psicológicos ou para lidar com fenômenos psicológicos.

Um aspecto peculiar do que foi até aqui considerado diz respeito a características mais específicas do currículo, da formação e dos processos de ensino do profissional psicólogo. Há um processo educacional que enfatiza a adesão à técnica, teorias, escolas, em geral para lidar com "problemas psicológicos", em contraste com um processo educacional onde se enfatiza a capacitação para lidar com o fenômeno psicológico em qualquer aspecto ou nível em que se apresente ao profissional.

Na primeira concepção de formação profissional vai ser enfatizada a patologia da conduta, as "escolhas" artificiais (e sectárias) entre teorias, escolas, técnicas, abordagens e linhas (o que talvez fosse um pouco mais adequado se fosse um trabalho de produção de conhecimento) mais aumentando e difundindo preconceitos do que capacitando o profissional a lidar com fenômenos ou eventos psicológicos.

Na segunda concepção, para capacitar o profissional a lidar com o fenômeno psicológico é preciso prepará-lo para analisar eventos, ou fenômenos, explicitar e quantificar variáveis presentes nesses eventos ou em seus determinantes, atuar em todos os níveis de trabalho possíveis em relação aos eventos ou fenômenos da profissão. Isso inclui os níveis de atuação desde atenuar sofrimento, compensar parte de dano já produzido, limitar o dano, eliminar o dano ou, mais próximo ao que se chama de atuação preventiva, impedir a existência de danos psicológicos para a população, até manter a qualidade já considerada boa nos eventos psicológicos ou melhorar a qualidade desses eventos.

Os últimos níveis apontados exigem uma clara percepção de múltiplos aspectos e valores dos fenômenos ou eventos psicológicos e não apenas os que são considerados "patológicos". A atividade preventiva, por exemplo, exige que um profissional atue antes que os problemas psicológicos existam e para que nunca venham a existir. É possível imaginar o alto nível de formação (observação, linguagem, raciocínio etc.) que precisa ter um profissional apto a trabalhar com esse nível de atuação. Novamente, mais do que controvérsias ou impossibilidades, parece haver falta de conhecimento e de tecnologia ou, pelo menos, difusão do conhecimento e da tecnologia já existentes para a atuação profissional e para o desenvolvimento da formação que tornaria possível essa atuação.

A exigência maior é que, para tornar isso possível, é preciso desenvolver um conhecimento adequado, desde os processos básicos até o que acontece em situações complexas do ambiente "natural", em relação aos "eventos psicológicos". Assim como é preciso desenvolver um conhecimento e uma tecnologia para realizar a formação de quem vai utilizar esse conhecimento para lidar com eventos que ocorrem no cotidiano da vida do país.

e) Desenvolvimento autônomo e modernização reflexa da profissão.

Darci Ribeiro(39), ao analisar a universidade que o país necessita, destaca os conceitos de desenvolvimento autônomo e de modernização reflexa para entender as atividades, organização e valores dos profissionais das universidades brasileiras. Por modernização reflexa ele destaca a preocupação com a capacidade de utilizar a tecnologia e o conhecimento dos centros mais adiantados. A decorrência é a preocupação maior com a importação do conhecimento e da tecnologia ou a disseminação pura e simples das informações e modelos de pesquisa e de trabalho originários dos países desenvolvidos. Por desenvolvimento autônomo o autor apresenta a preocupação e capacidade de agir a partir da realidade e das necessidades nacionais, produzindo conhecimento e tecnologia que possibilitem superar os problemas existentes para a maior parte da população.

O exercício profissional e a formação para realizá-lo podem ser examinados sob a ótica dessas duas concepções. O que importa é a Psicologia que se faz nos grandes centros desenvolvidos, bastando copiar ou aderir a esses modelos (às vezes modelos e conhecimentos do começo do século) e informações? Ou é preciso desenvolver conhecimento e tecnologia, sem ignorar as experiências e avanços internacionais, a partir da realidade que temos e para superar os problemas, dificuldades e limitações existentes no país? A capacidade das universidades — através dos departamentos de Psicologia — produzirem um conhecimento em numa ou outra dessas concepções, assim como a de ensinar profissionais em uma ou outra direção, combina-se com a própria capacidade das diferentes instituições e agências da profissão em trabalhar de acordo com um ou outro modelo.

Superar a concepção de modernização reflexa e trabalhar de acordo com a perspectiva de um desenvolvimento autônomo exigem muitas mudanças no conjunto dos empreendimentos da profissão de psicólogo e da produção de conhecimento na área.

De certa forma, no plano do ensino, quase 30 anos depois das denúncias de Paulo Freire(41), ainda são mantidas práticas de formação profissional mais congruentes com um "ensino domesticador" do que com um "ensino emancipador". Os modelos inadequados — todos concordarão — de ensino e de atuação profissional exigirão alterações na Psicologia desde os procedimentos de pesquisa até os de trabalho profissional, passando pela administração e pelo ensino de graduação e de pós-graduação. As necessidades de exame e de transformação dizem respeito a todos os tipos e níveis de influência sobre a atuação profissional. Alguns deles mais acessíveis aos profissionais, outros aos cientistas, outros ao ensino de graduação ou de outros tipos e níveis de ensino.

f) Além dos estudos descritivos sobre a profissão.

Uma possível direção a ser explorada refere-se à natureza do que tem sido estudado em relação ao trabalho profissional dos psicólogos. É preciso enfatizar, além do exame do que a Psicologia faz, fez ou de como tem sido percebida, o estudo do que os psicólogos não têm feito. O que falta de conhecimento e de atuação profissional pode ser a próxima etapa a ser desenvolvida nos estudos a respeito do exercício profissional. Pelo menos, com essa preocupação fica mais fácil examinar perspectivas e possibilidades do que apenas com os dados sobre o que já é feito.

Não é uma tarefa fácil de realizar. É preciso mudar o tipo de metodologia usada. Os dados que importam são muito diferentes daqueles que os estudos descritivos apontaram. Vai ser necessário derivar do que se constata aquilo que devia existir ou ser feito e, daí, administrar uma grande e complexa mudança, durante uma relativamente grande extensão de tempo. Tudo isso, por si só, já pode ser um grande obstáculo em relação à dedicação para tentar tal empreendimento.

As lacunas — de conhecimento, de atuação e de formação — podem apontar horizontes melhores que os que temos hoje disponíveis. É uma exigência, ao mesmo tempo que é uma dificuldade, realizar essa tarefa. Talvez seja, apesar de tudo, exatamente o que precisa ser feito. Ela parece ser uma das fontes para abrir novas perspectivas para a atuação profissional.

4. ALGUMAS PROPOSIÇÕES PARA ESTUDAR E PARA DESENVOLVER A PROFISSÃO DE PSICÓLOGO E A ÁREA DE CONHECIMENTO EM PSICOLOGIA

Ao "anunciar" este texto com a expressão "em busca de perspectivas", a intenção era enfatizar a idéia de que buscar essas perspectivas precisa ser uma tarefa para todos os profissionais e pesquisadores da Psicologia. É até mesmo possível enumerar sugestões de atividades ou de procedimentos para produzir perspectivas para a atuação profissional e para o desenvolvimento do conhecimento na área. Pelo menos parece que o dados já encontrados e o conhecimento já disponível permitem essa pretensão, apesar das limitações, especificidades, deficiências e lacunas atualmente existentes. Em primeiro lugar é possível desenvolver estudo de sistematização do conhecimento produzido sobre o exercício da profissão e sobre a pesquisa em Psicologia no país. Isso precisa ser feito como apoio para haver maior clareza sobre as relações entre realidade social, atuação do psicólogo, conhecimento em Psicologia e ensino de graduação. Ao lado dos estudos descritivos já realizados, ou ainda por fazer, é possível e útil desenvolver trabalhos de sistematização dos dados ob-

tidos pelos vários estudos já realizados. Isso permitiria ter maior clareza sobre o ponto em que se está do conhecimento sobre o exercício da profissão e sobre o ensino dessa profissão. O que já se sabe coletivamente é uma base de apoio para poder prosseguir com o estudo ou com as intervenções sobre a profissão no país.

Uma segunda sugestão refere-se a rever e re-orientar a participação dos alunos no processo de sua formação, desde o exame dos modelos de ensino até a organização dos estudantes para participar desse processo, incluindo a avaliação do ensino por esses alunos. A própria capacitação profissional é bastante atingida por ausência da participação dos estudantes no processo de realização e de administração de sua própria formação, desde as decisões sobre o que ensinar até as atividades de administração do próprio curso. O envolvimento dos alunos nesse processo não pode restringir-se a uma passiva "recepção de informações", aderindo ao que lhes é proposto ou apresentado com variados graus de sedução. Os alunos devem participar, também, dos problemas e dificuldades existentes no processo de tomar decisões a respeito do exercício profissional, desde a formação para realizar tal exercício.

Uma terceira sugestão refere-se ao envolvimento de ex-alunos dos cursos de Psicologia em atividades de avaliação do ensino, de atualização e de aperfeiçoamento profissional após a conclusão do curso de graduação. Acompanhar o que acontece com os egressos da universidade e atender às suas necessidades de atualização e aperfeiçoamento pode dar muitas informações úteis sobre as relações entre exercício profissional e formação acadêmica. É possível explorar melhor e mais sistematicamente essa importante fonte de dados e informações sobre o exercício profissional na sua relação com a formação acadêmica que, em tese, o preparou.

Também parece possível e necessário rever, reorientar e sistematizar a formação dos alunos através da descoberta e da descrição do que o profissional a ser formado deve ser capaz de fazer na sociedade e não apenas dos assuntos em relação aos quais ele deveria ser exposto, ou de descrições das técnicas e/ou teorias que deveria "dominar" ou "saber". Alguns estudos já apresentaram dados sobre esta nova concepção do que pode ser um currículo de graduação. Mais do que uma "lista de conteúdos" (nomes de assuntos, de disciplinas...) um currículo pode apresentar-se sob a forma de uma descrição das competências ou habilidades (o que o profissional deverá estar apto a fazer) que constituiriam um adequado "perfil do psicólogo".

Também parece útil e relativamente importante derivar subsídios e propostas dos estudos feitos sobre a Psicologia no Brasil, para alterações no exercício profissional e na formação do psicólogo. O que se pesquisou constitui um acervo que exige alguma sistematização e já permite a derivação de informações úteis para a Psicologia. Estudos de revisão, organizando e

criticando o conhecimento produzido, são uma base importante para extrair contribuições de valor para o desenvolvimento da Psicologia. Fazer isso com seriedade e cuidados científicos é, além de uma tarefa técnica e científica, uma exigência social e uma responsabilidade ética e política para os que administram a profissão e a produção de conhecimentos em Psicologia.

Na própria formação dos alunos é preciso — e possível! — ensinar as habilidades que os capacitarão a construir, testar, avaliar, aperfeiçoar e implementar projetos de trabalho profissional. Isso pode ser realizado desde o início dos cursos de graduação e, se bem sucedido, permitirá superar a orientação da formação e do exercício profissional para as "ofertas de emprego", aumentando a probabilidade de ocorrer uma maior orientação do trabalho para as necessidades da população e para as possibilidades de atuação no campo profissional. Sem essas habilidades os psicólogos terão menos possibilidades de influir no que define o exercício profissional em Psicologia.

O conhecimento sobre o exercício profissional não é um patrimônio exclusivo da Psicologia. Isso ocorre em outros campos de atuação profissional e é um conhecimento desenvolvido por várias áreas do saber. Como decorrência, as perspectivas de desenvolvimento da profissão dependem de um trabalho de integração dessas experiências e estudos de forma a aprimorar e ampliar as possibilidades de atuação profissional. Algumas áreas já têm um avanço significativo no conhecimento sobre as possibilidades de atuação profissional. A Epidemiologia Social(33) é um exemplo de conhecimento sobre a atuação profissional no campo da saúde que pode abrir, por analogia e comparação, várias perspectivas para o exame de atuação profissional em Psicologia.

Um exemplo mais ou menos claro de contribuições advindas do conhecimento disponível sobre o exercício profissional na área de saúde é a respeito dos múltiplos níveis em que a atuação profissional pode ser exercida. Nunes(33) apresenta inúmeros dados a esse respeito no seu trabalho sobre as contribuições das ciências sociais à saúde. Chaves(42) explicita e define alguns desses níveis. Rebelatto e colaborador(4) completam alguns níveis e precisam as definições de cada um. Os sete níveis de atuação já identificados permitem uma comparação com o trabalho profissional em Psicologia. Explicitá-los ajudará a ficar mais claro de que forma podem contribuir para um aperfeiçoamento do exercício profissional dos psicólogos. O nível mais simples (?) e de menor (?) alcance social é o que os autores denominam de atenuação. Nesse nível de atuação profissional o que se busca (o que é possível conseguir?) é atenuar sofrimento relacionado a comportamentos — problema e/ou danos definitivos produzidos por esses comportamentos. O que parece importante, neste nível de atuação, é criar condições (aprender, por exemplo)

para que o organismo viva com a dificuldade existente, tendo o menor sofrimento possível sem, contudo, eliminar o problema existente, a não ser quanto à redução de alguma quantidade do sofrimento relacionado com ele.

Um outro nível de atuação profissional é denominado de compensação. Neste caso, o que se busca é compensar, de alguma forma, a ocorrência de condutas — problema, de déficits comportamentais ou de decorrências disso na vida dos organismos. O que se faz é compensar o que é perdido através, por exemplo, do desenvolvimento de outras capacidades que permitem obter benefícios que "compensam" o que mais se consegue.

É um nível de atuação melhor (?) que o anterior porque já significa que há mais recursos de conhecimento e tecnologia para o exercício profissional. É, porém, um nível de atuação ainda bastante precário do ponto de vista da resolução do problema para a sociedade. Para o indivíduo, em muitos casos, este é um nível de atuação bastante satisfatório.

Um terceiro nível de atuação profissional é o que pode ser chamado de reabilitação. Nele, o que importa é limitar ou reduzir a ocorrência de comportamentos-problema, de déficits de conduta ou de conseqüências disso para o organismo. É preciso, como alvo deste nível de atuação, conseguir melhorar ao máximo o que o organismo pode conseguir realizar sem, porém, atingir os limites ou características de realização anteriormente existentes para o organismo. O conhecimento e a tecnologia disponível a respeito do problema existente permitem, no máximo, este nível de atuação. Novamente, para o indivíduo com o problema esse nível de atuação também pode ser satisfatório. De um ponto de vista de um trabalho coletivo (grandes contingentes populacionais, por exemplo) esse nível pode ser considerado precário.

O próximo nível de atuação profissional na hierarquia do grau de sofisticação de atuação em relação aos problemas é o que recebe o nome de recuperação. Nesse quarto nível de atuação é visado eliminar ou corrigir os comportamentos-problema e suas conseqüências. O objetivo é atingir o nível do que o seria o organismo antes de ter o problema ou de chegar a um desempenho que seria considerado como "normal" pela comunidade onde vive o organismo. Também é possível, ainda neste nível de atuação, ter como objetivo eliminar ou controlar a influência das variáveis que geram a ocorrência, a manutenção ou fortalecimento dos comportamentos-problema ou de suas decorrências. A preocupação fundamental é eliminar o problema existente.

O quinto nível de atuação profissional já exige uma maior quantidade, especificidade e sofisticação do conhecimento e da tecnologia relacionadas a um problema qualquer. É o nível de trabalho denominado de preventivo. Nele, o que se almeja é impedir a existência de comportamentos-problema e controlar as variáveis responsáveis por sua ocorrência, manutenção ou fortalecimento, antes da ocorrência desses problemas. Neste nível de atuação há

exigências bastante grandes de conhecimento e de tecnologia. Não se trata mais de agir em relação a problemas. É preciso atuar em relação ao que se faz acontecer e antes que aconteçam. Em outras palavras, trata-se de atuar em relação a algo que não existe para que nunca venha a existir. Sem dúvida, o conhecimento, a tecnologia e as habilidades necessárias para atuar neste nível de exigência são bem mais sofisticados que nos anteriores. Aqui, o móvel ou o objeto de atuação profissional não é um problema existente e sim a probabilidade de sua ocorrência. Isso muda radicalmente a orientação, tanto do exercício profissional quanto da formação, existente nos quatro níveis anteriores de atuação. Este nível já permite uma maior amplitude da atuação, criando condições para uma maior cobertura do trabalho psicológico (mais pessoas atendidas) ao contrário da ênfase em concentração de serviços (trabalho mais sofisticados, porém, para menos pessoas).

Até esse último nível de preocupação básica dos profissionais é com problemas. É possível, porém, atuar em mais dois níveis de complexidade. Um deles, o sexto nível, é denominado de manutenção. O que se pretende nele é, não mais orientando-se por problemas existentes ou prováveis, manter as condutas de valor já existentes, preservando, conservando e controlando as condições responsáveis pela ocorrência dessas condutas. Esse nível inclui, por exemplo, os processos de ensino dessas condutas de valor a amplos segmentos da população e às novas gerações. Não mais é necessário que a atuação profissional seja orientada pela ocorrência ou probabilidade de problemas na sociedade.

Um sétimo nível de atuação profissional pode ser denominado de promoção. O objetivo do exercício profissional, neste caso, é o de melhorar a qualidade dos comportamentos existentes, propor comportamentos de valor ainda inexistentes e/ou implementar condições para a sua ocorrência, manutenção ou desenvolvimento. As tarefas nesse nível de trabalho incluem até a invenção de novos comportamentos e a sua implementação nas comunidades de interesse.

Hoje há uma grande ênfase a dedicação dos profissionais dos níveis de atuação mais baixos da hierarquia em que foram descritos. Há, porém, várias experiências sendo desenvolvidas em todos os níveis. Já existe, inclusive no Brasil, conhecimento e tecnologia disponíveis para desenvolver uma atuação nos níveis mais sofisticados em relação às exigências de conhecimento e de tecnologia. É preciso, por outro lado, adequar as concepções sobre o trabalho em Psicologia e a formação dos novos profissionais às possibilidades representadas por esses níveis de atuação. Com as atuais condições vai ser difícil desenvolver uma atuação nos níveis de prevenção, manutenção ou promoção já que as concepções do que seja o trabalho "psicológico" e os costumes já arraigados nos cursos de graduação são, em grande parte, incompatíveis com o

que se exige nesses níveis. A concentração de serviços em indivíduos em oposição à cobertura de grandes contingentes populacionais pode ser considerada uma evidência disso. Exemplificando, nestes últimos níveis é preciso aprender a integrar conhecimentos de diferentes áreas, abordagens e metodologias. Ao contrário do que se faz, nos cursos de graduação, por exemplo: "optar" por especializações, teorias, metodologias, abordagens ou escolas. Também exemplificando, nestes níveis é freqüente a necessidade de ter que conhecer e trabalhar com variáveis tradicionalmente consideradas "não psicológicas", exigindo critérios diferentes para a "identidade profissional" e para avaliar o trabalho "psicológico".

Nesse sentido, a clareza sobre a natureza de cada um desses níveis de atuação e o desenvolvimento de conhecimento e de tecnologia para atuar em cada um deles com o máximo de sofisticação podem trazer perspectivas para o desenvolvimento da Psicologia no país. As profissões e áreas de conhecimento no campo da saúde já se aproximam de implementar formas de atuação compatíveis com os níveis mais exigentes. A Psicologia pode fazê-lo a curto prazo se houver um esforço coletivo, articulado e integrado dos que pesquisam, ensinam ou trabalham voltados para o desenvolvimento do conhecimento e da profissão que recebem esse nome no país.

O desafio em relação a perspectivas profissionais relativas a esses níveis de atuação é, basicamente, produzir conhecimento sistemático sobre alternativas de trabalho em cada nível de atuação e sobre as lacunas existentes que impedem o avanço do trabalho profissional para níveis mais sofisticados de atuação na sociedade. Isso envolve várias agências que, direta ou indiretamente, atingem o trabalho dos psicólogos e dos que pesquisam nessa área.

É possível, em relação às agências que trabalham com Psicologia no país, indicar algumas possibilidades de atuação que podem auxiliar no desenvolvimento de perspectivas para o desenvolvimento da Psicologia. Principalmente aquelas agências que apoiam a realização das atividades dos profissionais através de pesquisa, de ensino ou de coordenação e integração da profissão.

Uma dessas agências é constituída pelos cursos de graduação. São eles responsáveis pela maior parte do que é feito como trabalho profissional ao formar psicólogos com certas concepções, aptidões, repertório etc. Nesse sentido parece importante constituir, com as coordenações de cursos de graduação do país, um alto nível de administração do ensino de graduação de psicólogos, aperfeiçoando e atualizando os coordenadores dos cursos nos temas, problemas, conhecimentos e tecnologias existentes que podem auxiliar na administração dos cursos de Psicologia. As habilidades necessárias para coordenar cursos de graduação envolvem muitas exigências e haverá sérias decorrências para a Psicologia enquanto as coordenações de cursos de

Psicologia (e não apenas os coordenadores) não tiverem algum grau de articulação e integração relacionados a uma política de formação do profissional para esse campo de atuação profissional. Isso parece ser uma urgência para o país, tanto no sentido de capacitar pessoas para o gerenciamento do ensino de graduação, como no de criar condições que permitam uma maior e mais adequada articulação das pessoas que realizam as atividades desse tipo de agência.

Analogamente a essa perspectiva para os cursos de graduação quanto à formação do profissional, cabe também considerar perspectivas para os departamentos de Psicologia das universidades do país em relação à produção e divulgação do conhecimento na área. Em primeiro lugar, parece importante que os departamentos de Psicologia ofereçam aos diferentes cursos (principalmente de graduação) das universidades, disciplinas que divulguem o conhecimento em Psicologia e auxiliem profissionais de diferentes campos de atuação a conhecerem e solicitarem o trabalho de psicólogos ou a trabalharem integradamente com eles. Também é importante que os departamentos de Psicologia deixem de ser "cátedras oligárquicas" definidas pela "posse" de certas disciplinas e passem a ser, de fato, agências de produção e divulgação do conhecimento em Psicologia. O papel de agências de administração de cursos de graduação em Psicologia faz com que os departamentos deixem de lado a parte mais importante de sua responsabilidade: a produção de conhecimento e a divulgação desse conhecimento. A exigência de um alto nível de trabalho para as chefias dos departamentos de Psicologia também precisa ser atendida. Entendimento e articulação entre os departamentos de Psicologia no país, a respeito de uma política científica e tecnologias para a Psicologia, a ser desenvolvida por essas próprias agências, parecem ser condições importantes para as perspectivas de desenvolvimento do conhecimento na área e da atuação no campo profissional.

Finalmente, é preciso destacar que, para aumentar a probabilidade de um efetivo desenvolvimento da Psicologia, será necessário maximizar e otimizar as relações entre as entidades que gerenciam esse desenvolvimento, tanto como área de conhecimento quanto como campo de atuação profissional. É preciso articular as agências que respondem pelo desenvolvimento do conhecimento (sociedades científicas de Psicologia, Departamentos de Psicologia) e as que são responsáveis pela formação de novos cientistas e professores de nível superior (os programas de mestrado e doutorado). Como também é preciso articular as agências que são diretamente responsáveis pelas definições da profissão e pelo seu exercício: Conselhos Regionais de Psicologia, Sindicatos Psicológicos, Cursos de graduação em Psicologia, Associações profissionais diversas e Conselho Federal de Psicologia.

Não se pode esquecer que a integração e articulação entre essas duas grandes categorias de agências é um outro tipo de nível de atuação que pode permitir ou criar condições relativas a perspectivas para o desenvolvimento da Psicologia.

É possível ir ainda mais longe nas considerações sobre as agências que coordenam e articulam as atividades da Psicologia no país. As agências de fomento (financiadoras) de pesquisa no país (CNPq, FAPESP, FINEP, MCT, MEC, CAPES etc.) têm as suas comissões de Psicologia que também deveriam integrar-se ao esforço de desenvolvimento da área de conhecimento e do campo profissional. Mais do que Bancos, fornecendo dinheiro, essas agências podem ser elementos importantes na integração e articulação dos que produzem o conhecimento e dos que utilizam esse conhecimento para atuar em algum campo profissional, incluindo o ensino na universidade.

Talvez o que mais possa fazer com que a Psicologia tenha perspectivas de desenvolvimento no país, como área de conhecimento e como campo de atuação profissional, seja ela ser, mais do que um aglomerado de pessoas ou de instituições, um sistema integrado de atividades capaz, assim, de gerar uma Psicologia significativa para o país e, como decorrência, com identidade própria e força suficiente para mostrar o que pode oferecer ao desenvolvimento da nação e do conhecimento universal.

NOTAS E REFERÊNCIAS

- (1) Parte deste trabalho foi apresentado pela primeira vez em outubro de 1987, em uma conferência na Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SP).
- (2) Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (SP). Caixa Postal 676, São Carlos (SP) - 13.560.
- (3) Ribes Inesta, E. *El conductismo: reflexiones críticas*. Barcelona: Ed. Fontanella, 1982.
- (4) Rebelatto, J.R. e Botomé, S.P. *Fisioterapia no Brasil: perspectivas de evolução como campo profissional e como área de conhecimento*. São Paulo Ed. Manole, 1987.
- (5) Dobrianskyj, L.N.; Botomé, S.P. e Rebelatto, J.R. *Psicologia: área de conhecimento, mercado de trabalho ou campo de atuação profissional?* São Carlos (SP). Universidade Federal de São Carlos. Curitiba (PR): Universidade Federal do Paraná, 1988. Não publicado.

- (6) Mello, S.L. (de) *Psicologia e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática, 1975.
- (7) Botomé, S.P. A quem, nós psicólogos, servimos de fato? *Psicologia*, março de 1979, 5(1), 1-16.
- (8) Botomé, S.P. Um procedimento para identificação de alternativas de atuação profissional em Psicologia. *Psicologia*, 1981. Aceito para publicação.
- (9) Bucher, R. A função social do psicólogo. *Boletim da Associação Profissional de Psicólogos do Distrito Federal*, junho, 1980 4, 4-5.
- (10) Carvalho, A.M.A. Modalidades alternativas de trabalho para psicólogos recém-formados. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 1984, 6, 1-14.
- (11) Carvalho, A.M.A. A Profissão em perspectiva. *Psicologia*, 1982, 8, (2), 5-18.
- (12) Carvalho, A.M.A. e Kavano, E.A. Justificativa de opção de trabalho em Psicologia: uma análise da imagem da profissão em psicólogos recém-formados. *Psicologia*, 1982, 8(3), 1-18.
- (13) Duran, A.P. Algumas questões básicas sobre a formação em Psicologia. Texto escrito para um curso de especialização em Psicologia, desenvolvido na Universidade de Caxias do Sul (RS), em agosto de 1983. Não publicado.
- (14) Ribes Iñesta, E. Formación de profesionales e investigadores em Psicología con base en objetivos definidos conductualmente. *Enseñanza e Investigación en Psicología*, 1976, 1 (2), 18-23.
- (15) Weber, S. e Carraher, T.N. Reforma curricular ou definição de diretrizes? Uma proposta para o curso de Psicologia. *Psicologia*, março, 1982, 8 (1), 1-14.
- (16) Botomé, S.P.; Matos, M.A.; Dela Coleta, J.A. Contribuições para a definição de uma política científica nacional em Psicologia. *Psicologia*, julho de 1986, 12 (2), 55-65.
- (17) Silva, V.L.M. (da) e Botomé, S.P. Situação e locais de atuação do psicólogo clínico na percepção de estudantes de Psicologia. *Psicologia*, novembro de 1986, 12 (3), 11-34.

(18) Albuquerque, F.J.B.; Almeida, R.M.; Dias, M.R.; Amorim (Filho), C.; Santos Josilcide, P. Comparação do conhecimento sobre encaminhamentos psicoterápicos entre estudantes de Psicologia e estudantes leigos. Programa e Resumos da XVII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SP), 1987.

(19) Aquino, J.R.G. O dever psicológico. Programa e Resumos da XVII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto - Prcto(SP), 1987.

(20) Bastos, A.V.B. A carreira do psicólogo - o poder de atração da clínica. Programa e Resumos da XVII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SP), 1987.

(21) Bastos, A.V.B. O exercício da Psicologia: a lenta democratização. Programa e Resumos da XVII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SP), 1987.

(22) Borges, M.M. Psicologia - substantivo, feminino, singular: a participação da mulher na produção do conhecimento. Programa e Resumos da XVII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SP), 1987.

(23) Lisboa, L.M.P.; Santos, M.A.; Takahachi, T. O estudante de Psicologia e a Psicologia: percepção das diferentes áreas de atuação profissional. Programa e Resumos da XVII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SP), 1987.

(24) Martins, L.A. de J.F. Perfil profissional do psicólogo em Rio Claro. Programa e Resumos da XVII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SP), 1987.

(25) Freitas, M.F.Q. Fatores responsáveis pela inserção do psicólogo na comunidade, na Grande São Paulo. Programa e Resumos da XVII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SP), 1987.

(26) Novo, H.A. e Trindade, Z.A. Exercício profissional do psicólogo: comparações entre professores e não-professores da universidade, no Estado do Espírito Santo. Programa e Resumos da XVII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SP), 1987.

(27) Santos, M.A.; Takahachi, T. e Lisboa, L.M.P. O estudante de Psicologia e a Psicologia: representação de Psicologia em uma amostra de estudantes de três cursos de formação em São Paulo. *Programa e Resumos da XVII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto* (SP), 1987.

(28) Santos, M.A.; Lisboa, L.M.P. e Takahachi, T. O estudante de Psicologia e a Psicologia: expectativas em relação ao curso. *Programa e Resumos da XVII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto* (SP), 1987.

(29) Takahachi, T.; Santos, M.A. e Lisboa, L.M.P. O estudante de Psicologia e a psicologia: os motivos que levam à escolha do curso e as expectativas quanto à futura atuação profissional. *Programa e Resumos da XVII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto* (SP), 1987.

(30) Botomé, S.P. Administração do comportamento humano em instituição de saúde - uma experiência em serviço público. São Paulo, 1981. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

(31) Botomé, S.P. e Santos, E.V. (dos). Ensino na área da saúde: o problema do objeto de trabalho. *Ciência e Cultura*, junho, 1984, 36 (6): 910-923.

(32) Ferreira, M.R. e Botomé, S.P. *Deficiência física e inserção social: a formação de recursos humanos*. Caxias do Sul: Ed. da Fundação Universidade de Caxias do Sul, 1984.

(33) Nunes, E.D. (org.). *As ciências sociais em saúde: tendências e perspectivas*. Brasília: OMS-OPAS, 1985.

(34) Oliveira, M.W. e Botomé, S.P. Depoimento de alunos como dados para avaliação da relação entre formação acadêmica e exercício profissional. *Ciência e Cultura (Resumos)*, julho de 1984, 36(7), 34.

(35) Varsavsky, O. *Estilos tecnológicos: propuestas para la selección de tecnologías bajo la racionalidad socialista*. Buenos Aires: Periferia, 1974.

(36) Botomé, S.P. Alguns fundamentos para a proposição de currículo centrado no comportamento. *Anais do Seminário sobre a prática de Enfermagem e o currículo de Graduação*. Escola da Enfermagem de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo, fevereiro de 1985, 160-190. (37) Silva, R.R.(da), Marques C.M.P.; Senapeschi, A.N. e Rocha-Filho, R.C. Acesso à universidade: uma proposta de habilidades mínimas envolven do conhecimentos de Química. *Química Nova*, 1986, 9 (2), 173-176.

- (38) Botomé, S.P. *Objetivos de ensino, necessidade sociais e tecnologia educacional*. Rio de Janeiro: MEC-FUNTEVÊ, 1987. No prelo.
- (39) Ribeiro, D. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- (40) Bernal, J.D. *Ciência na História*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.
- (41) Freire, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- (42) Chaves, M. *Saúde e Sistemas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

SUMÁRIO

- 11 Prefácio
- 13 O programa de estudos sobre a formação e atuação do psicólogo
- a história de um projeto/proposta de ação.

PARTE I – A PROFISSÃO NO PAÍS

- 17 Capítulo 1. Notas para uma história da psicologia brasileira
Isaias Pessoti
- 32 Capítulo 2. Quantos e quem somos
Paulo Rosas, Argentina Rosas e Ivonete Batista Xavier
- 49 Capítulo 3. A escolha da profissão: alguns valores implícitos
nos motivos apontados pelos psicólogos
*Anamélia Araújo Carvalho, Ana Lúcia A. de Oliveira Ulian,
Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Liana Gonçalves Pontes Sodré
e Maria Luíza Patrocínio Cavalcante.*

PARTE II – A FORMAÇÃO E PRODUÇÃO CIENTÍFICA

- 69 Capítulo 4. A formação acadêmica: onde residem suas deficiências?
Paula Inez Cunha Gomide
- 86 Capítulo 5. A formação complementar: um labirinto profissional
Miriam Langenbach e Teresa Creusa de Goes M. Negreiros
- 100 Capítulo 6. Produção e formação científica em Psicologia
Maria Amélia Matos

16953



- 123 Capítulo 7. A produção do conhecimento psicológico fora do espaço acadêmico
Moysés Campos de Aguiar Neto

PARTE III – O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

- 138 Capítulo 8. Emprego e desemprego
Maria Alice D'Amorim
- 149 Capítulo 9. Condições de trabalho do psicólogo.
Luiz Pasquali
- 163 Capítulo 10. Áreas de atuação: em questão o nosso modelo de profissional
Antonio Virgílio Bittencourt Bastos
- 194 Capítulo 11. O campo de atuação profissional do psicólogo, esse confessor moderno
Odair Sass
- 217 Capítulo 12. Atuação psicológica: uma análise das atividades desempenhadas pelos psicólogos.
Ana Maria Almeida Carvalho
- 236 Capítulo 13. Psicologia: dialética da fragmentação.
Carlos Roberto Drawin

PARTE IV – AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

- 252 Capítulo 14. Avaliação do exercício profissional
Jairo Eduardo Borges-Andrade
- 273 Capítulo 15. Em busca de perspectivas para a psicologia como área de atuação e como campo profissional.
Silvio Paulo Botomé

Liv.	<i>Doação</i>
N. E.	
Data:	<i>18.09.90</i>
Preço:	<i>593.000,00</i>
Tombamento:	<i>16953</i>